História do BRASIL

BASÍLIO DE MAGALHÃES

3.ª SÉRIE

LIVRARÍA FRANCISCO ALVES

HISTÓRIA DO BRASIL

M 2(2)

Basílio de Magalhães
Professor do Instituto de Educação

HISTÓRIA DO BRASIL

3ª SÉRIE

Ana Maria Camargo

3.ª EDIÇÃO

LEMAD HISTÓRIA USP

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
166, Rua do Ouvidor, 166 — Rio de Janeiro
S. Paulo
292, Rua Libero Badaró
Belo Horizonte
Rua Rio de Janeiro, 655

1945

Nº 2394

PREFÁCIO

Editados pela Livraria Francisco Alves, em começos do ano próximo-findo, os nossos dois compêndios de HISTÓRIA DO BRASIL, para as séries 4ª e 5ª do curso ginasial, foram benévolamente recebidos por docentes e discentes, assim como pela crítica idônea de todo o país. Basta dizer, para grande desvanecimento nosso, que foram adotados unânimemente pela distinta congregação do Colégio Militar.

Sobrevindo, porém, a reforma constante do decreto-lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942, vimo-nos forçado a refundí-los, afim de pô-los em conformidade com o novo programa de ensino.

Destinam-se, presentemente, às séries 3ª e 4ª, parecendo-nos que conseguímos fazê-los atender integralmente à remodelação acima referida.

Como estamos lucubrando outro e mais desenvolvido compêndio, de acôrdo com o programa do curso científico, em que também entrou, e muito em boa hora, a História Pátria, para o mesmo reservámos as notas de maior vulto que congestionavam os volumes de 1942.

Com a mira de metodizar melhor a matéria meramente consultiva, passámos para o final do compêndio ora destinado à 4ª série as relações de nomes (de reis, papas e prepostos dessas autoridades) e o memento bibliográfico, aí também grupando em glossário especial as diversas dilucidações de

vocábulos túpicos, anteriormente dispersas nos dois volumes de 1942.

Continuamos a solicitar dos nossos prezados colegas de magistério o favor de suas observações e correções, para que nos seja possível melhorar, em futuras tiragens, êste nobre fruto do nosso patriótico labor.

BASÍLIO DE MAGALHÃES

Rio (rua Paulino-Fernandes, 27), janeiro de 1943.

I — O DESCOBRIMENTO

1) Origens de Portugal. 2) Os descobrimentos portugueses. 3) Cabral e o descobrimento do Brasil. 4) A carta de Pero Vaz de Caminha.

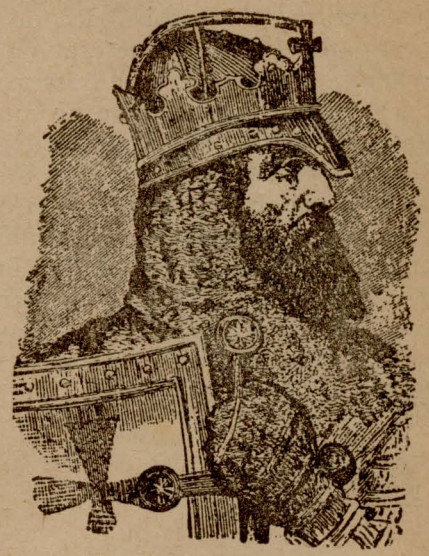
1) ORIGENS DE PORTUGAL

Formação étnica — Nada se conhece de positivo quanto à origem dos lígures (talvez hamíticos, vindos da África setentrional) e dos iberos, tendo dêstes tomado o nome de Península-Ibérica a região em cuja parte ocidental se estabeleceram os celtas e lusitanos, dos últimos dos quais proveiu o topônimo Lusitânia. Os fenícios e os gregos, em sua expansão colonial, também chegaram até à Península-Ibérica. Esta, entretanto, só recebeu os seus mais numerosos e influentes povoadores a partir da sucessiva supremacia de Cartago e Roma no Mediterrâneo ocidental. Derrotada e destruida a primeira pela Cidade-Eterna, não tardou a ser feita a romanização da Península-Ibérica. E é digno de nota que a mais enérgica oposição, que os romanos tiveram de vencer alí, foi a dos lusitanos, primeiro sob o comando de Viriato, depois sob a chefia de Sertório. Já os conquistadores do mundo haviam introduzido na Península-Ibérica o cristianismo (alí estiveram, segundo a tradição, os dois grandes apóstolos, São Paulo e São Tiago), quando ocorreram as invasões

germânicas do século V, as quais introduziram alí quatro povos: visigodos, alanos, vândalos e suevos. Êstes formaram na Lusitânia um reino (cuja capital foi Braga), enquanto os primeiros constituiram em toda a Península-Ibérica a adiantada monarquia visigótica, que durou cêrca de 300 anos. Foi ela conquistada pelos árabes, que a ocuparam por espaço de quasi oito séculos (711-1492). Foram, incontestàvelmente os romanos e os árabes os que mais influência exerceram, a todos os aspectos, na Península-Ibérica. Em Portugal ainda hoje se nota a diferença entre os habitantes do norte, os quais patenteiam bastante sângue germânico (por causa dos suevos) e os habitantes do sul, que revelam considerável porção de sângue muçulmano.

Formação política — Iniciou a insurreição contra o domínio árabe Pelágio, que formou na Península-Ibérica o primeiro reino cristão da reconquista (chamado das Astúrias, depois de Oviedo e por fim de Leão), ao qual se juntaram mais tarde os de Navarra, Aragão e Castela. Êste e o inicial formaram um reino só (denominado de Castela-e-Leão), com a capital em Toledo, quasi ao findar do século XI, quando Afonso VI retomou aos muçulmanos a antiga Lusitânia e a Galiza. Foi por essa ocasião que chegaram à Península-Ibérica alguns nobres cavaleiros cristãos, destinados a defendê-la contra o poder islamita. Um deles, Raimundo de Borgonha (filho do conde Guilherme de Borgonha), casou com Urraca (filha legítima de Afonso VI) e recebeu do sogro o governo da Galiza até ao Tejo. O outro, Henrique de Borgonha (filho do duque Henrique e bisneto de Roberto II, rei de França), desposou Teresa (filha bastarda de Afonso VI) e teve o encargo de governar o Condado Portucalense (assim chamado, porquê a sua povoação atlântica mais importante era

a de Cale, Portuscale ou Portucale, denominação primitiva da atual cidade do Pôrto), que constava da atual província de Entre-Douro-e-Minho e parte da de Trás-os-Montes, mais o território entre o Mondego e o Tejo. Morreu o conde d. Henrique (em 1114), e seu filho único, d. Afonso Henriques (nascido provàvelmente em 1104, pois se armou cavaleiro em 1125), lutando contra a própria mãe, apoderou-se à força do governo em 1128 e proclamou-se rei independente em 1140. Obtida a paz de Zamora (1143) com o novo monarca de Castela-e-Leão (Afonso VII), d. Afonso Henriques (no mesmo ano) colocou o novo reino sob a proteção da Igreja (*), mediante a carta de enfeudamento e o tributo anual de quatro onças de ouro. A primeira dinastia de Portugal, chamada "borgonhesa" (por motivo da casa de França, a que pertencia o pai de d. Afonso Henriques), e que empunhou o cetro durante quasi dois



D. Afonso Henriques

(*) Tendo falecido Inocêncio II (1130-1143), seu sucessor, Lúcio II (1144-1145), embora aceitasse a proposta de d. Afonso Henriques, não lhe deu o tratamento de *rex* ("rei"), porém sim de *dux* ("duque"). Foi o papa Alexandre III (1159-1181) quem solenemente reconheceu a d. Afonso Henriques como rei de Portugal, em 1179. Este importante áto da Santa-Sé é o coroamento do surto da nação lusitana.

séculos e meio (243 anos, de 1140 a 1383), expulsou os mouros do território luso e extendeu o domínio português até ao Algarve. A segunda, chamada "dinastia de Aviz", dirigiu os destinos de Portugal por cêrca de dois séculos (de 1385 a 1580), tendo sido a realizadora da excelsa missão histórica do pequeno reino ibérico, porquanto foi ela a que efetuou os descobrimentos marítimos e deu à terra de Afonso Henriques o maior império colonial que houve no mundo medievo-moderno, havendo-lhe cabido a glória do descobrimento do Brasil. De 1580 a 1640, deu-se a união ibérica, pois os soberanos de Espanha foram ao mesmo tempo reis de Portugal. Restaurada a soberania lusa, subiu ao trono a terceira dinastia, chamada "bragantina" (que reinou 270 anos, de 1640 a 1910), no período da qual ocorreu a independência do Brasil (*), cujos dois únicos soberanos (d. Pedro I e d. Pedro II) pertenceram à casa de Bragança.

(*) A dinastia borgonhesa contou os nove soberanos seguintes: d. Afonso Henriques, 1140-1185; d. Sancho I, 1185-1211; d. Afonso II, 1211-1223; d. Sancho II, 1223-1248; d. Afonso III, 1248-1279 (o primeiro que se intitulou "rei de Portugal e dos Algarves"); d. Diniz, 1279-1325; d. Afonso IV, 1325-1357; d. Pedro I, 1357-1367; e d. Fernando-o-Formoso, 1367-1383. Os reis da dinastia de Aviz foram: d. João I, 1385-1433; d. Duarte-o-Eloquente, 1433-1438; d. Afonso V, 1438-1481; d. João II, 1481-1495; d. Manuel-o-Venturoso, 1495-1521; d. João III, 1521-1557; d. Sebastião, 1557-1578; cardial d. Henrique, 1578-1580. Durante a união ibérica, os três Filipes (II, III e IV) da Espanha foram Filipe I, II e III (1580-1598, 1598-1621 e 1621-1640) de Portugal. A dinastia bragantina pertenceram os monarcas seguintes: d. João IV, 1640-1656; d. Afonso VI, 1656-1667; d. Pedro II (príncipe-regente até 1683), 1667-1706; d. João V, 1706-1750; d. José, 1750-1777; d. Maria I, 1777-1792; d. João VI (príncipe-regente até 1816), 1792-1826; d. Miguel (usurpador), 1826-1832; d. Pedro IV (ex-imperador do Brasil, notando-se que d. Maria I associou ao trono o marido, donde o ter havido um d. Pedro III), 1832-1834; d. Maria II, 1834-1853; d. Pedro V, 1853-1861; d. Luiz, 1861-1889; d. Carlos, 1889-1908; e d. Manuel II, 1908-1910.

2) OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Os dois ciclos ibéricos de descobrimentos marítimos: Colombo e Vasco da Gama — Fechado o caminho do Mar-Vermelho aos navios das nações cristãs da Europa, desde a queda de Constantinopla em poder dos turcos otomanos (1453), e encarecidas enormemente as especiarias levantinas, das quais os povos europeus mais adiantados já não podiam prescindir, urgia o descobrimento de uma nova rota para as Índias. Coube essa tarefa aos dois povos ibéricos, que a realizaram seguindo rumos diferentes: Portugal, dirigindo-se para leste, perlongando a costa da África; e a Espanha, buscando *el levante por el poniente*. Um genovês, Cristóvão Colombo, não tendo sido amparado em sua pretensão pelo rei de Portugal, d. João II (1481-1495), a cujo serviço se encontrava, dirigiu-se à Espanha, onde, graças a Isabel-a-Católica e aos irmãos Pinzóns, obteve a pequena frota de três navios, com menos de 100 tripulantes, mediante a qual, partindo de Palos a 3 de agosto, descobriu o Novo-Mundo a 12 de outubro de 1492. Mediante as informações colhidas por Pero da

Nau portuguesa do século XV.

Covilhã e Bartolomeu Dias, nas expedições de 1486-1487 (uma por terra e a outra por mar), ordenadas por d. João II, o sucessor dêste, d. Manuel (1495-1521) (*), organizou uma nova flotilha, destinada às Índias, e

Tipos da nobreza lusitana ao tempo do descobrimento.

cujo comando confiou a Vasco da Gama. Este, tendo saído de Lisboa em meiados de 1487 (8 de julho), aportou a Calicut, no Industão, cêrca de dez meses depois (20 de maio de 1498). Reentrando no Tejo (a 18 de setembro de 1499) com as suas naus carregadas de especiarias, Vasco da Gama (mais tarde premiado com

(*) Damião de Góis, em sua "Crónica de el-rei d. Manuel" (pág. 594), descreve o soberano agnominado "o-Venturoso" e a quem se deve o descobrimento do Brasil: "Homem de boa estatura, de corpo mais delicado que grosso, a cabeça sobelo redondo, os cabelos castanhos, os olhos alegres, entre verdes e brancos, alvo, risonho, bem assombrado, os braços carnudos e tam compridos, que os dedos lhe chegavam abaixo dos geolhos". Essa descrição põe de manifesto que o sucessor de d. João II era um degenerado (macróscele).

o título de conde de Vidigueira e outras honrarias) forneceu recursos ao tesouro português para o aparelhamento da esquadra de Cabral, que também recebeu conselhos do autor do périplo da África e descobridor da rota oceânica para as Índias.

O tratado de Tordesillas — Tendo a Espanha recorrido ao papa, então supremo árbitro das nações cristãs, afim de assegurar o seu domínio sôbre as terras descobertas por Cristóvão Colombo, Alexandre VI (1492-1503), pela bula *Inter caétera* (4 de maio de 1493), estabeleceu uma linha de marcação, a qual, passando a cem léguas dos arquipélagos dos Açores e Cabo-Verde, entregava a África a Portugal e o Novo-Mundo aos reis-católicos. Contra isso protestou d. João II, que, escudando o seu direito com anteriores concessões feitas a Portugal pela cúria romana (bulas de Nicolau V, Calixto III e Xisto IV), obteve, por intervenção de Alexandre VI (que, espanhol, evitou assim uma guerra entre as duas nações ibéricas), o tratado de Tordesillas. Firmado a 7 de junho de 1494, dispôs o mesmo que a linha demarcadora das conquistas ultramarinas, efetuadas pelas expedições ibéricas, passasse, não apenas a 100, e sim a 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo-Verde, determinando ainda que as naus lusas e castelhanas não invadissem as respectivas raias, a bem da paz entre os dois países. Pelo novo meridiano de demarcação, a faixa sul-americana, desde Belém-do-Pará, ao norte, até Laguna, ao sul, num total de quasi 2.900.000 quilômetros quadrados, ficou pertencendo à coroa lusitana. Dêsse modo, o tratado de Tordesillas, verdadeira certidão de batismo da nossa pátria, foi mais favorável a Portugal do que à Espanha.

3) CABRAL E O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

A expedição de Cabral — Afim de assegurar o domínio português em Calicut, resolveu d. Manuel despachar para lá uma forte esquadra (a maior até então aparelhada em Portugal), cujo comando deu a Pedro

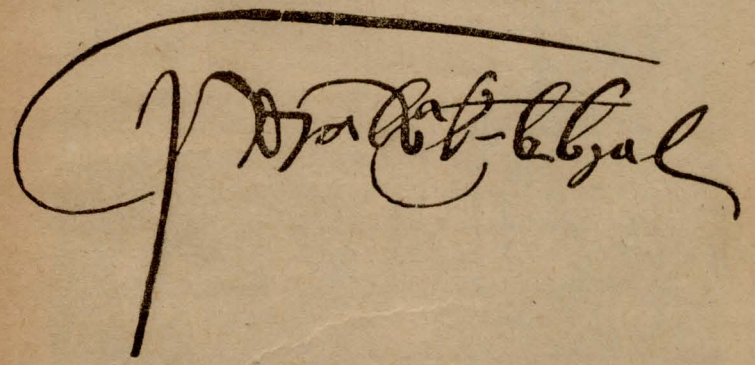
Vasco da Gama

Pedro Álvares Cabral

Álvares de Gouveia, fidalgo beirão, que, pouco depois, passou a usar o nome de Pedro Álvares Cabral (*). Eram 10 naus de três mastros (com bocas de fogo, ro-

(*) Filho de Fernão Cabral e de d. Isabel Gouveia, nasceu Pedro Álvares em 1466 ou 1467 e faleceu, ao que se presume, em 1518. Por efeito do morgadio existente em Portugal, seu irmão mais velho, João Fernandes Cabral, usava o cognome paterno, enquanto êle, como segundo-gênito trazia apenas o cognome materno. A carta de d. Manuel, de 15 de fevereiro de 1500, nomeando-o capitão-mór da expedição às Índias ("História da colonização portugueza do Brasil", vol. II, págs. 150-151), prova que nesse ano ainda vivia o primogênito, por morte do qual passou o descobridor do Brasil a morgado, com o nome de Pedro Alvares Cabral.

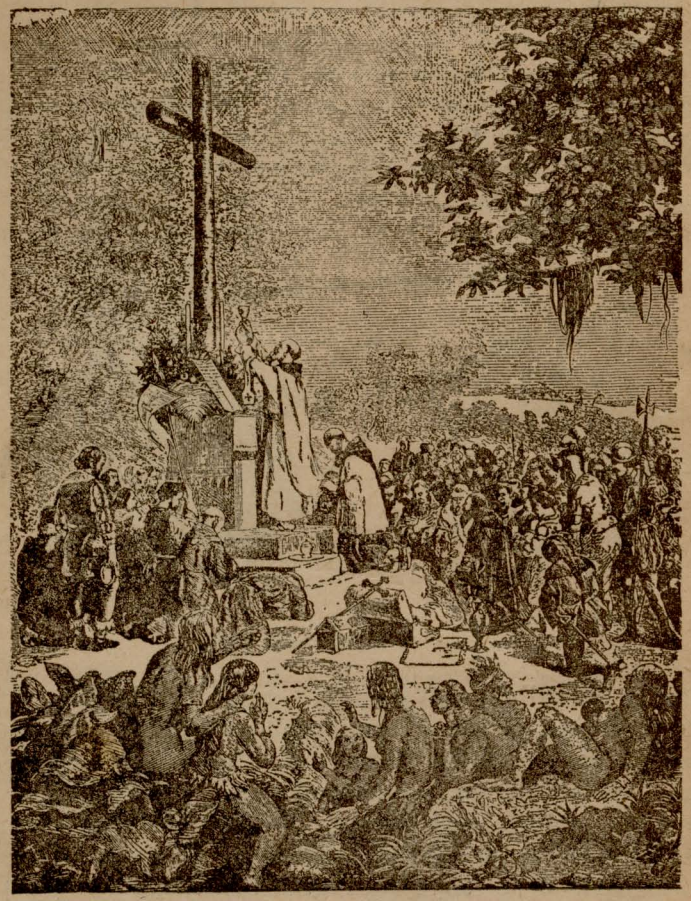
teiro e astrolábio), 2 caravelas e 1 barca de mantimentos. Conduzia ela cêrca de 1.500 homens, entre soldados e tripulantes; para os serviços religiosos de bordo e missões entre os povos bárbaros a conquistar, levava, além de 9 clérigos seculares, oito frades franciscanos, dos quais era guardião frei Henrique Soares, de Coimbra. Partiu ela de Lisboa, a 9 de março de 1500 (último ano do século XV). Nas alturas do arquipélago de Cabo-Verde, perdeu a esquadra uma das naus, a comandada por Vasco de Ataíde, a qual conseguiu regressar ao ponto de partida. Afastando-se então da costa da África para sudoeste, — ou para



Assinatura de Pedro Álvares Cabral

evitar, a conselhos de Vasco da Gama, as calmarias do mar de Guiné, ou para reconhecer, obedecendo, talvez, a instruções secretas do soberano, a faixa litorânea entregue a Portugal no Novo-Mundo pelo tratado de Tordesillas, — não tardou Cabral a avistar sinais de terra, que se acentuaram no dia 21 de abril, e, na tarde seguinte, divisou ao longe, na região firme, um cabeço, a que foi dado o nome de "Monte-Pascoal", por se

festejar então o oitavário da Páscoa. Descoberto, assim, o Brasil, só no dia seguinte, 23, foi que Cabral se aproximou da praia, ancorando em frente a um rio,



A segunda missa

que se presume ser o Caí, e nesse ponto se travaram as primeiras relações pacíficas entre portugueses e indígenas. Não havendo alí, entretanto, espaço bastante para abrigar os 12 navios da frota, Cabral perlongou a costa para o norte cêrca de dez léguas, até achar "um porto mui bom e muito seguro, com uma larga entrada" (conforme a expressão de Caminha). Entrando com toda a esquadra nessa enseada (onde se ergueu depois a vila de Santa-Cruz), hoje denominada "Baía-Cabrália", o comandante luso mandou celebrar num ilhéu, chamado da Coroa-Vermelha, a primeira missa ouvida em terras do Brasil. Celebrou-a o superior dos franciscanos, frei Henrique Soares, a 26 de abril, domingo da Pascoela. No dia seguinte, enquanto uma parte da maruja fazia provisão de água, lenha e frutas para a esquadra, dois carpinteiros, tendo cortado uma grande árvore, lavraram-na cuidadosamente, para a transformarem num alto cruzeiro, destinado a servir de marco à posse portuguesa da nossa terra. Acabada essa cruz, foi ela erguida solenemente no ponto mais alto daquela localidade, a 1° de maio (sexta-feira), sendo dita, em seguida, pelo mesmo frei Henrique Soares, a segunda missa realizada no Brasil, e esta agora no continente. A ambas esteve presente Cabral, com a bandeira da Ordem de Cristo, a primeira signa européia que drapejou em nossos céus. Tendo, assim, tomado posse solene da região do Novo-Mundo atribuida à coroa portuguesa pelo tratado de Tordesillas, resolveu Cabral prosseguir na sua rota para as Índias. Tendo feito distribuir pelos 11 navios da frota os mantimentos vindos no ligeiro barco de Gaspar de Lemos, êste foi mandado regressar a Lisboa, afim de comunicar a nova do descobrimento a d. Manuel, a quem

foram dirigidas cartas, duas das quais se tornaram depois conhecidas, a de Pero Vaz de Caminha e a de mestre João Faras (físico). E, pela manhã de 2 de maio, velejaram em demanda do cabo da Boa-Esperança os 10 navios de Cabral, dos quais na véspera desertaram dois grumetes, que, com os dois degredados postos em terra, foram os primeiros brancos que tomaram parte no povoamento do Brasil (*).

Acaso ou intencionalidade — Não tendo sido a esquadra de Cabral arrastada até às plagas do Novo-Mundo por efeito de tempestades ou correntes oceânicas, a controvérsia sôbre ter sido fortuito o descobrimento do Brasil perdeu toda a importância que se lhe dava outrora. Embora não exista documento que comprove com segurança a intencionalidade do feito de Cabral (não trazia êle padrões de pedra, nem o seu regimento cogitava expressamente sinão das Índias), não admira rumasse para sudoeste em busca da nau perdida ou tenha vindo de propósito até esta região de aquém-Atlântico, uma vez que a existência do Novo-Mundo estava fora de dúvida desde 12 de outubro de 1492, acrescendo a circunstância de que uma certa e não pequena extensão desta parte do planeta havia sido dada a Portugal pelo tratado de Tordesillas, em 1494 (**).

(*) Ignoram-se os nomes dos nove padres seculares da expedição de Cabral, mas sabem-se os dos oito frades franciscanos: frei Henrique de Coimbra (chamado frei Henrique Soares por Gaspar Correia), guardião; frei Gaspar, frei Francisco da Cruz, frei Simão de Guimarães, frei Luiz do Salvador, pregadores; frei Masseu, organista; frei Pedro Netto, corista; e frei João da Vitória, leigo. Dos vinte degredados conduzidos na frota, os dois que foram postos no Brasil chamavam-se Afonso Ribeiro e João de Thomar. Não são conhecidos os nomes dos dois grumetes que, à noite de 2 de maio de 1500, fugiram da armada de Cabral, para viverem entre os nossos tupiniquins.

(**) Em "O descobrimento do Brasil pelos portugueses" (Rio, 1900), opina Capistrano de Abreu (pág. 37): "Cabral, encontrando ventos favoráveis, podia entregar-se a êles sem receio; por toda parte encontraria terra encastoando os mares; por toda parte estaria no caminho da Índia, por SW como por SE. Nada ofereceria de imprevisto o descobrimento que realizou; nada conteria de inexplicável a insistência, si insistência houvesse, em procurar regiões aparentemente estranhas às regiões que ia encarregado de buscar. Foi fortúito ou não o descobrimento? Não é questão histórica; deve relegar-se para as minúcias da biografia conjetural".

Precursores de Cabral — Segundo alguns escritores franceses, um seu compatriota, Jean Cousin, a serviço de armadores de Dieppe, transpusera o Mar-Tenebroso em 1488, tendo chegado à foz do Amazonas; e, si isso fôsse verdade, houvera precedido tanto a Cabral no descobrimento do Brasil, quanto a Colombo, no descobrimento do Novo-Mundo. Não faltaram, porém, historiadores lusos e brasileiros que, com argumentos irrespondíveis, desmontaram a mal ordida pretensão francesa, da qual, presentemente, não há mais quem cogite. Os espanhóis, a seu turno, afirmaram que Vicente Yáñez Pinzón (trazendo Américo Vespúcio em sua companhia) e Diego de Lepe, saídos de portos castelhanos em fins de 1499, pisaram terras do norte do Brasil, desde o cabo de Santo-Agostinho (Pernambuco), em janeiro e fevereiro de 1500. Essa prioridade também foi contestada, só se admitindo que aqueles expedicionários houvessem atingido à região da Guiana e descoberto o Orinoco (*). Há, finalmente, a atribuição do descobrimento do Brasil, antes de Cabral, a dois portugueses: João Ramalho e Duarte Pacheco Pereira. Quanto ao primeiro, si fosse crível que êle vivesse no Brasil desde 1490, deveria ter 110 anos, no mínimo, quando fez o testamento de 1580, a que se re-

(*) O dr. Antônio Zeferino Cândido, em seu excelente volume "Brazil" (Rio, 1900), escrito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como oblata dêste à comemoração do 4º centenário do descobrimento da nossa terra, inseriu um longo e bem argumentado capítulo, "Os precursores de Cabral" (págs. 65-116), em que conclúe homologando a segura opinião de Mentelle ("Geografia universal", vol. V, pág. 369), de que "Cabral foi, indubitavelmente, o primeiro europeu que avistou a costa oriental do Brasil". Não menos seguro é o juízo de Duarte Leite, em sua memória "Os falsos precursores de Cabral", inserta na "História da colonização portuguesa do Brasil" (vol. I, págs. 109-228).

fere fr. Gaspar da Madre-de-Deus, em suas "Memórias para a história da capitania de São-Vicente", e, a exemplo de Jean Cousin, também houvera precedido a Colombo e a Cabral, em terras do Novo-Mundo. No que respeita a Duarte Coelho Pereira é tão vaga a sua asserção (*), que se pode pôr em dúvida tivesse êle alcançado o litoral brasileiro em 1498, isto é, que tivesse precedido a Cabral no descobrimento do Brasil.

A verdadeira data do descobrimento — Discutiu-se muito a data do descobrimento do Brasil, principalmente depois que se tornou conhecida a carta de Pero Vaz de Caminha. Si por esta ficou provado que Cabral avistou o Monte-Pascoal a 22 de abril, era mistér explicar a razão por que o achamento da nossa terra pelo comandante da expedição de 1500 se comemorava a 3 de maio. Houve, logo, quem entendesse haver aí o influxo da reforma do calendário, efetuada por Gregório XIII em 1582, explicação absurda, porquanto êsse ato não teve aplicação a episódios anteriores, e, si acaso a houvesse tido, o descobrimento do Brasil seria então comemorado a 2, que não a 3 de maio. O ter-se preferido o dia em que a Igreja celebra a "Invenção da Santa-Cruz" liga-se à primeira denominação que recebeu dos seus descobridores a nossa terra e à circunstância de que, antes de ser conhecida a carta de Caminha, dois historiadores lusos atribuiram o achamento e a posse do Brasil à data de 3 de maio. Assim, Gaspar Correia, em suas "Lendas da Índia" (vol. I, pág. 152), assegurou o seguinte: "O capitão-mór pôs nome de Santa-Cruz a esta nova terra, porque a ela chegaram a três de maio, dia de Santa Cruz". E João de Barros (no livro V, cap. II da "Decada I") dá a tomada de posse do Brasil por Pedro Álvares Cabral como efetuada a 3 de maio. Por virtude de tudo isso, não a data verdadeira, 22 de abril, mas a data oriunda do influxo religioso, 3 de maio, foi que preponderou em nosso calendário cívico, tendo sido até designada para a abertura do parlamento brasileiro, da independência para cá.

(*) No seu "Esmeraldo de situ orbis" (Lisbôa, ed. da Sociedade de Geografia, 1905), à pág. 23, afirma êle que d. Manuel o mandou, em 1498, a descobrir a parte ocidental, "passando além a grandeza do mar ociano". Disso tratou Luciano Pereira da Silva, em sua memória "Duarte Pacheco Pereira — Precursor de Cabral", inserta na "História da colonização portuguesa do Brasil" (vol. I, págs. 231-266). Capistrano de Abreu, em seu citado opúsculo "O descobrimento do Brasil pelos portugueses" (págs. 36-37), compara aquele trecho com outro do mesmo "Esmeraldo", achando que, "unidos, tornam confusas as idéias do sábio", e pensa, a nosso ver com muito acêrto, que Duarte Pacheco Pereira, em vez de ter vindo às costas do Brasil, "acompanhou talvez os Cortereais".

Quem levou a d. Manuel a notícia do descobrimento — Infere-se da carta de Caminha ter sido Gaspar de Lemos o portador da notícia do descobrimento do Brasil a d. Manuel. Esse feito, entretanto, foi atribuído a André Gonçalves por Gaspar Correia, e, posteriormente, por alguns preclaros brasilianistas, Mas toda e qualquer dúvida em tal sentido se dissipou com a publicação do manuscrito (existente em nossa Biblioteca da Marinha) de Simão Ferreira Pais, intitulado "Recopilação das famosas armadas portuguesas que para a Índia foram, desde o ano em que se principiou sua gloriosa conquista — 1496-1650" (Rio, 1897), No precioso volume, à pág. 11, acha-se o seguinte, no penúl-

D. Manuel-o-Venturoso

timo parágrafo consagrado à expedição de Cabral: "Gaspar de Lemos tornou de Santa-Cruz, terra do Brasil, para este reino, com novas do descobrimento dela".

Os topônimos — Pela carta de Caminha, sabe-se que a primeira denominação da nossa terra foi "Ilha de Vera-Cruz". Esse topônimo, entretanto, durou pouco tempo, visto como na carta de d. Manuel, dirigida a seus sógros, os reis-católicos (a 29 de julho de 1501), já foi substituído pela expressão de "Santa Cruz" (*). Este segundo topônimo esteve em uso por mais tempo, ao ponto de aparecer num dos livros de Gandavo, "Historia da provincia Santa-Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil" (1576), o mesmo autor do "Tratado da terra do Brasil". O nome popular, oriundo da principal riqueza encontrada aqui, a madeira corante a que os nossos tupis davam o apelativo de *ibirá-pitanga* ("madeira-vermelha"), não tardou a prevalecer sôbre os anteriores (**). Não só se tornou exclusivo esse topônimo de fundo econômico, como também os próprios habitantes ou naturais da nova terra, ao invés de serem chamados "brasilienses" ou "brasilianos" (formas regulares do locativo acima referido), receberam como gentílico a denominação aplicada aos "negociantes do pau-brasil", isto é, "brasileiros".

Lugar onde foi efetuada a posse — Varnhagen era de opinião que Cabral fundeou em Porto-Seguro (entre a Ponta-Gorda e a foz do Buranhem) e que na mais sêca das suas restingas foi que se efetuou a cerimônia da posse. Como é lícito inferir dos pareceres de diversos escritores idôneos, que examinaram o local em debate, o ponto preciso, em que foi chantada a cruz por ordem de Cabral, é o sítio à margem do rio Mutarí (chamado pelos índios Itacú-mirim), o único

(*) Aí dizia o rei que se tratava de uma terra "mui conveniente e necessária à navegação da Índia".

(**) Sôbre a cesalpínea que deu nome à nossa terra, há, entre outros trabalhos especiais, o do professor coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, "Terra da ibirá-pitanga" (Rio, 1939). Com louvável probidade e rara competência, investigou êle tudo quanto há de interessante em cartografia, história e filologia, com respeito à denominação da nossa pátria.

Ereção da cruz na Baía-Cabrália

curso de água existente entre as povoações de Santa-Cruz e Porto-Seguro, nas condições apontadas por Pero Vaz de Caminha, testemunha ocular da posse, alí efetuada a 1º de maio de 1500, e de que deixou claro depoimento em sua famosa carta a d. Manuel (*).

(*) Capistrano de Abreu, em sua tése de concurso intitulada "Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI" (Rio, 1883), pôs termo à controvérsia com as seguintes sintéticas palavras: — "Os argumentos de que Var-

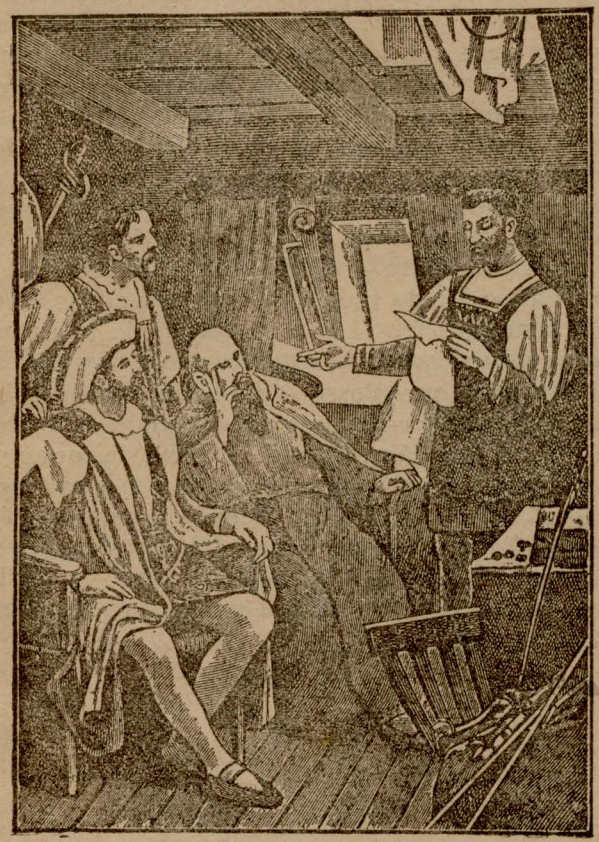
4) A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

As primeiras publicações da carta de Caminha ocorreram em 1817 (na "Corografia" de Ayres de Cazal), 1826 (no tomo IV da "Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas") e 1877 (por Varnhagen, na "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro"). Ora, como essas edições não fossem manuseadas pela maior parte dos que redigiram compêndios para o ensino da história de nossa pátria, não é de espantar que em quasi todos êles se encontrasse o erro de atribuir-se a Caminha o exercício do cargo de "escrivão da armada de Cabral", quando, em realidade, na mesma seguia êle para desempenhar-se do ofício de "escrivão da feitoria" a instalar-se em Calicut (*). Além do que já ficou dito, por linhas atrás, sôbre a importância da carta de Caminha para a nossa história, cumpre-nos ainda consignar que dela se infere a certeza de haverem o capitão-mór e os outros capitães da frota de 1500 escrito a d. Manuel, comu-

nhagen lança mão quebram-se todos diante dêstes dois factos: o primeiro é a tradição, atestada por Gandavo, Gabriel Soares, Anchieta, Cardim e tantos outros; o segundo é que o Porto-Seguro atual não corresponde à descrição de Caminha, por mais que se queira fazer de um recife um ilhéu". O escritor baiano Eduardo dos Santos Maia, devotado a estudos históricos, visitou a região que fica entre o Monte-Pascoal e Porto-Seguro, tendo dado minuciosa e erudita descrição dela em seus "Contos da minha terra..." (Baía, 1920), págs. 100-120. Aí, confrontando as asserções de Caminha com o que êle próprio observou, averiguou também que a tomada de posse do Brasil pelo comandante da expedição de 1500 não foi em Porto-Seguro, mas na Baía-Cabrália.

(*) Não era Pero Vaz de Caminha o único serventuário de tal categoria que viajava na frota de Cabral, porquê nela também ia Afonso Furtado, escrivão da feitoria de Sofala.

nicando a êste a nova do achamento do Brasil (então "ilha de Vera-Cruz"), não tendo sido, entretanto (até



A leitura da carta de Caminha

agora pelo menos), encontrada nos arquivos de além mar, nem publicada, nenhuma delas. O trecho mais

importante da carta de Caminha vem quasi no fim e é o seguinte: "Esta terra, senhor..., é toda praina, muito chã e muito formosa; pelo sertão nos pareceu do mar muito grande, porquê, a extender olhos, não podiam ver sinão terra e arvoredos, que nos parecia muito longa terra. Nela até agora não podemos saber se haja ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro, nem lho vimos; porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os dentre Douro e Minho, porquê neste tempo de agora assim os achávamos como os de lá; as águas são muitas, infindas; em tal maneira é graciosa, que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas, que tem; porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar a esta gente, e esta deve ser a principal semente, que Vossa Alteza em ela deve lançar; e que aí não houvesse mais que ter aquí esta pousada, para esta navegação de Calecut, bastaria, quanto mais disposição para nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber: acrescentamento da nossa santa fé" (*). Note-se que o imortal cantor dos descobrimentos portugueses, ia dizer depois, em "Os Lusíadas", que os grandes heróis da sua pátria "a fé e o império andaram dilatando".

(*) O verdadeiro final da carta de Caminha é um pedido dêste a d. Manuel, em favor de um genro, que estava em São-Tomé como degredado. "E, pois que, senhor, é certo que assim neste cárrego (*cargo*) que levo, como em outra qualquer coisa, que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servido, a ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de S. Tomé Jorge de Osório, meu genro, o que dela receberei em muita mercê. Beijo as mãos de Vossa Alteza. — Dêste Porto-Seguro da vossa ilha de Vera-Cruz, hoje, sexta-feira, 1º de maio de 1500".

II — OS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO

1) As primeiras expedições. 2) As capitanias hereditárias. 3) O governo geral. 4) Início da catequese. 5) As primeiras cidades. 6) Manifestações iniciais da vida econômica.

1) AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

Primeira expedição — A primeira exploração da costa do Brasil foi a efetuada, da Baía-Cabrália para cima, em 1500, pela náu de mantimentos, a qual, sob o comando de Gaspar de Lemos, foi levar a d. Manuel a nova do descobrimento da "Ilha de Vera-Cruz". Não obstante a falta de documentos, é lícito acreditar que Gaspar de Lemos perlongou o nosso litoral pelo menos até ao cabo de São-Roque; e das suas informações a d. Manuel resultou que êste, em uma carta a seus sógros os reis-católicos (29 de julho de 1501), já pudesse dar a esta região de aquém-Atlântico o nome, não de "Ilha de Vera-Cruz", mas de "Terra de Santa-Cruz". Havia então, falta de pilotos em Lisboa (pois os mais idôneos se encontravam na esquadra de Cabral e na frota mandada em busca dêste), o que levou d. Manuel a contratar os serviços de Américo Vespúcio (*). Veio êste, exercendo tal cargo, na primeira

(*) Em fins do século XV, estabeleceram-se em Lisboa os armadores florentinos *Marchionis*, aos quais muito deveram os descobrimentos portugueses. Em Sevilha, o mesmo fez outro florentino, Gianotto Berardi, de quem foi auxiliar seu conterrâneo Amerígo (ou Amerigo) Vespúcci. Este passou-se para Portugal, onde esteve ao serviço de d. Manuel até fins de 1504. Não se sabe por que motivo

esquadrilha de três naus, a qual partiu da capital portuguesa em maio de 1501, provavelmente sob o comando de Gaspar de Lemos (embora haja quem, sem razão alguma, atribua a chefia da mesma a André Gonçalves ou a d. Nuno Manuel). Por uma carta de Vespúcio, datada de 1502, sabe-se que essa expedição reconheceu a maior parte do litoral brasileiro, entregue a Portugal pelo tratado de Tordesillas, como se verifica pelos topônimos dela resultantes e ainda agora existentes: cabo de Santo-Agostinho (28 de agosto); rios São-Miguel e São-Jerônimo (29 e 30 de setembro); rios São-Francisco e das Virgens (4 e 21 de outubro); baía de Todos-os-Santos (1° de novembro); rios Santa-Luzia, São-Tomé e baía do Salvador (13, 21 e 25 de dezembro); Rio-de-Janeiro (1° de janeiro de 1502), Angra-dos-Reis (6 de janeiro), ilha de São-Sebastião (20 de janeiro) e porto de São-Vicente (22 de janeiro). Essa expedição regressou a Lisboa, apenas com duas embarcações, em 7 de setembro de 1502.

A expedição de 1503-1504 — A seguinte expedição, mais forte do que a primeira, pois se compunha de seis

retornou a Sevilha, onde já se encontrava em começos de 1505, pois a 5 de fevereiro dêsse ano Colombo o apresentou, por carta, a seu filho Diogo, para que o florentino fosse recomendado a quem o pudesse ocupar. Nomeado piloto-mór da Espanha, faleceu em tal cargo, no ano de 1512. Em uma gravura antiga, figura êle como "terrae bresilianae inventor et subactor". Em uma de suas cartas de 1503 e 1504, referentes ao Brasil (foram endereçadas a Lorenzo di Pier Francesco e a Pietro Soderini), assim se exprimia êle: "E, se nel mondo è alcun paradiso terrestro, senza dubbio dee esser non molto lontano da questi luoghi". Mais hábil e mais inteligente do que Colombo, as suas cartas, comunicadas a Waldseemüller, deram ensejo a que o famoso cartógrafo germânico pusesse na quarta parte do globo, pouco antes descoberta, o nome de "América", que não o de "Colômbia". As viagens e cartas de Vespucci têm sido objeto de livros e polêmicas. Das segundas, no que concerne ao Brasil, dá amplas informações o magnífico trabalho de Almir de Andrade, "Formação da sociologia brasileira" (Rio, 1941), vol. I, págs. 188-191. Em sua memória destinada à comemoração dos centenários portugueses, "Américo Vespucci e o nome de América" (Rio, 1941), o erudito professor coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz não só emite uma sensata opinião (escudada em informes geográficos e filológicos) sôbre a origem do topônimo do Novo-Mundo, como deixa patente que Waldseemüller tardiamente se arrependeu da glória que atribuíu a Vespucci em sua "Cosmographiae introductio" de 1507.

velas teve como comandante Gonçalo Coelho, que também contou com a capacidade técnica de Américo Vespúcio (os pilotos lusos tinham ido para as Índias na nova esquadra, confiada a Vasco da Gama). Essa nova expedição, que parece ter sido a primeira oriunda do contrato de arrendamento da terra do Brasil, completou a averiguação do contorno do nosso litoral, e, na falta do relatório que se diz ter sido feito pelo seu capitão-mór, os pormenores da mesma ficaram sendo conhecidos, graças à carta do famoso florentino, datada de 1501. Sabe-se que essa flotilha chegou íntegra até ás alturas da ilha de Fernando-de-Noronha; mas aí sossobrou a capitânea, do que resultou dividir-se em duas a expedição, não mais se reunindo. Ignora-se si Coelho e Vespúcio se desavieram ou si apenas houve impossibilidade de se juntarem novamente. O certo é que Vespúcio percorreu a costa desde o sul da Baía até ao atual Estado do Rio, onde ergueu um fortim em Cabo-Frio, tendo ainda dirigido dalí uma entrada de 40 léguas para os lados do rio São-João ou algum dos seus afluentes. Gonçalo Coelho percorreu a costa do Brasil desde a Baía até à região do Prata, vindo deter-se alguns meses na baía do Rio-de-Janeiro, onde levantou uma casa-forte à foz do rio a que, talvez por isso, deram os *tamôios* a denominação

Américo Vespúcio

de *Carioca* (de *carai*, "branco", e *oca*, "casa") (*). Em setembro de 1504, chegava Vespúcio a Lisbôa, para onde só mais tarde regressou Gonçalo Coelho. Desta famosa expedição provieram os grandes e justos encômios tributados à nossa terra pelo arguto piloto florentino, que viu nela um novo paraíso.

Expedições de 1503 a 1514 — Em seu "Esboço da história do Brasil" (ed. de 1894, págs. 9-10), o barão do Rio-Branco admite como realizadas em 1503 e "no mesmo ano, ou pouco após", as expedições de Fernão de Noronha, que "descobriu a ilha que tem o seu nome", e a de João Coelho, que reconheceu "a costa ao norte do cabo de São-Roque"; mas cumpre notar que a nossa ilha de Fernando-de-Noronha já figurava, desde 1502, com o nome de "Quaresma", no mapa de Cantino, tendo sido também conhecida por "Ilha de São-João" (**). Pelos anos de 1512 ou 1513, conforme o mesmo historiador, "Afonso Ribeiro, em uma nova exploração da costa do norte do Brasil, foi morto pelos índios". Quanto à expedição lusa, que êle atribue a d. Nuno Manuel em 1505, foi realmente efetuada em 1514. Releva observar que, desde 1506, começaram a tocar no Brasil as principais esquadras portuguesas destinadas às Índias, como, por exemplo, aconteceu com as de Afonso de Albuquerque (***) e Tristão da Cunha. Além disso, costearam o Brasil diversos na-

(*) *Carioca* pode também significar "casa ou morada dos cascudos (peixes)", si for uma composição de *carí* (aférese de *acarí* ou *guacarí*) e *oca*.

(**) A ilha de Fernando-de-Noronha é, seguramente, das que bordam o nosso litoral, a que mais topônimos tem tido, pois também figurou, em mapas, com os de Quaresma, São-João e São-Mateus.

(***) Da armada de Afonso de Albuquerque era tripulante um italiano, Giovanni da Empoli, empregado dos Marchionis, armadores florentinos estabelecidos na capital lusitana. Do que viu em nossa terra deu notícia em sua narração intitulada "Viaggio fatto nell'India" e publicada no vol. I da coleção de Ramusio, "Delle navigationi et viaggi" (Venetia, 1554-1556).

vegantes, então a serviço da Espanha ou da Inglaterra, como Solís e Pinzón (1508), novamente Solís (1515)), Fernão de Magalhães (1519), Diogo Garcia e Sebastião Caboto (1526).

Degredados, náufragos e aventureiros — À expedição de 1501 atribue-se, no sul do Brasil, um degredado, que se tornou conhecido pela expressão de "o bacharel de Cananéia", e cujo verdadeiro nome não é Duarte Peres (segundo Rui Díaz de Guzmán e aceito pelo barão do Rio-Branco), mas Cosme Fernandes Pessoa, mestre-em-artes pela universidade de Coimbra (*). Degredados ou aventureiros foram os portugueses Francisco Chaves e Aleixo Garcia, o primeiro dos quais estava desde 1502 em Cananéia, onde foi encontrado pela expedição dos irmãos Sousas. Três náufragos, talvez em consequência de contrabandos, e que tiveram papel de assinalado relevo nos começos da nossa evolução histórica, foram João Ramalho, Antônio Rodrigues e Diogo Álvares. Presume-se que êste, entre 1509 e 1510, escapou de um naufrágio, nuns baixios fronteiros ao Rio-Vermelho, unindo-se à índia Paraguaçú (depois batizada com o nome de Catarina), filha do chefe tupinambá daquela região, onde mais tarde prestou grandes serviços à colonização da Baía (**). Supõe-se que os ou-

(*) Quem desejar maiores informações sôbre o caso do "bacharel de Cananéia" deve ler, além da nossa longa nota à pág. 52 da "História do Brasil" de Handelmann (Rio, 1931, ed. do Instituto Histórico), o que sôbre êle escreveu F. Martins dos Santos, em sua recente obra "História de Santos", vol. I, pág. 45.

(**) Caramurú tanto pode ser uma corruptela de *caraí-murú*, como quer Teodoro Sampanio, quanto provir da família dos murenídeos, ainda hoje encontrados nas águas da baía de Todos-os-Santos. Esta segunda hipótese parece-nos mais plausível, não só porque frei Jaboatão afirma ("Novo orbe seráfico brasílico", vol. I, pág. 39) que o nome dado a Diogo Álvares pelos tupinambás foi *Caramurú-guaçú*, como ainda pela razão de que um seu famoso neto se chamou Belchior Dias Moreya e um seu bisneto usou o cognome ou agnome de Moribeca. Em 1531, dizia Pero Lopes de Sousa, em seu "Diário da navegação": "Nesta baía, achámos um homem português, que havia 22 anos estava nesta terra". De tal asserção resulta que o Caramurú naufragou alí em 1509.

tros dois naufragaram no litoral paulista entre 1510 e 1512: João Ramalho desposou uma filha do chefe guaianaz *Tibireçá* e estabeleceu-se além da serra de Paranapiacaba, nas localidades onde surgiram depois Piratininga e Santo-André-da-Borda-do-Campo; Antônio Rodrigues casou com a filha do tuxáua Piquirobi e instalou-se à beira do riacho Jeribatiba, perto do mar que banha as costas de São-Paulo (*). Ambos fôram muito úteis aos povoadores da terra dos bandeirantes. Entre os aventureiros, salientou-se Aleixo Garcia, que, partindo de São-Vicente, em 1524, com três ou cinco brancos, seus compatriotas, e uma tropa de índios mansos, atravessou o rio Paraná e chegou até ao Perú, donde voltou carregado de riquezas, tendo sido, logo depois, trucidado no Paraguai pelos *guaranís*.

Arrendamentos do Brasil — É hoje fora de dúvida que d. Manuel arrendou a Terra de Santa-Cruz, ou "o trato do brasil", a um consórcio de comerciantes lisboetas (alguns dêles italianos), dirigido por Fernão de Noronha (Loronha), sogro de Pedro Álvares Cabral. Conforme assevera J. Lúcio de Azevedo ("Épocas de Portugal econômico", pág. 246), o primeiro contrato foi por três anos; "no segundo triênio, que principiou em 1506, repetiu-se com o mesmo arrendatário, e assim provavelmente de 1509 a 1511. Neste ano, expediu Noronha a nau *Bretoa*". Como, de acôrdo com as informações de Pietro Rondinelli, os arrendatários se comprometeram a enviar anualmente seis navios à terra do Brasil, a descobrir nele até 300 léguas da costa para o interior e a fundar e sustentar no mesmo uma fortaleza, — acredita-se que a expedição comandada por Gonçalo Coelho, e realizada de 1503 a 1504, tenha sido já aparelhada pelo referido consórcio lusitano. Embora Antônio Baião opine que não foi renovado o monopólio concedido a Fernão de Noronha, J. Lúcio de Azevedo perfilha a asserção de Damião de Góis (em sua "Crônica de el-rei d. Manuel") de que o trato do pau-brasil, em 1513, teve como arrematante Jorge Lopes Bixorda, armador e capitão de navios. A expedição de d. Nuno Manuel, efetuada em 1514, foi, talvez, a primeira dêsse novo contrato, que não se sabe quando expirou.

(*) João Mendes de Almeida, em "Algumas notas genealógicas" (São-Paulo, 1886), desfez a confusão, que ainda hoje se encontra em alguns historiógrafos, sôbre o nome do morubixaba guaianaz que foi sogro de Antônio Rodrigues. O que nos parece mais acertado, consoante o que lêmos em diversos cronistas, é que havia no planalto dois chefes, os irmãos Tibireçá ("o-olho-da-terra") e Araraí ("arara pequena"), e no litoral outros dois, Caiubí (melhor *Caá-obí*, "mato-verde"), e Piquirobí ("peixinho verde"). João Ramalho tomou para mulher a filha de Tibireçá, Potira ("flor"), nome que alguns dos nossos escritores adulteraram para Bartira, enquanto Antônio Rodrigues recebeu como esposa a filha de Piquirobí, da qual se não conhece o nome.

A nau "Bretoa" — Episódio da última fase do arrendamento da Terra do Brasil a Fernão de Noronha, o caso da nau "Bretoa" acha-se bem documentado. Pertencente ao consórcio então dirigido pelo sogro de Cabral, e de que faziam parte Francisco Martins, Bartolomeu Marchioni e o sobrinho dêste, Benedito Morelli, a nau tomou o nome de "Bretoa", talvez por haver sido construída num dos estaleiros da Bretanha (província setentrional da França). Confiada ao comando de Cristóvão Pires, partiu de Lisboa a 22 de fevereiro de 1511, tendo avistado a foz do São-Francisco em 6 de abril; e, depois de demorar-se alguns dias na baía de Todos-os-Santos, velejou para o sul, detendo-se em Cabo-Frio, onde já fôra instalada uma pequena feitoria, "para resgate, comércio e defesa". Foi principalmente alí que ela colheu a carga que levou para Lisboa (onde chegou em outubro), a qual, conforme a

relação de Duarte Fernandes ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", t. XXIV, págs. 107-109), constou de 5.008 toros de pau-brasil (calcula-se que cada um pesava de 20 a 30 quilos), não computados nesse total os estragados (fendidos ou rachados), 37 indígenas, reduzidos a escravos, e 70 animais alados e não-alados (gatos-do-mato, papagaios, macacos, saguis e tuins).

Contrabandistas — A *ibirá-pitanga* (*) atraíu às nossas plagas muitas naus da Espanha, da França e da Inglaterra, não se falando nos entrelopos de procedência lusa, a que já fizemos alusão. Naus da expedição de Solís, realizada em 1515, levaram para a Europa, no seu regresso, e quando escalaram no cabo de Santo-Agostinho, 500 quintais de pau-brasil, cortados alí; e Damião de Góis (em sua "Crônica de el-rei d. Manuel") assegura que, em 1517, dois navios castelhanos levaram do Brasil para a Europa muita *ibirá-pitanga*, o que provocou uma séria reclamação de d. Manuel a Carlos I, que mandou castigar os perturbadores da paz entre os dois reinos. Não tendo os reis da França reconhecido o direito de Portugal ou de Castela sôbre o Novo-Mundo, era óbvio que êste não tardaria a tornar-se um vasto cenário da atividade dos barcos daquela nação. Dos portos da Bretanha e da Normândia, principalmente de Honfleur, Dieppe e Saint-Malo, foi que partiram os navios que contrabandearam o pau-brasil (**). D. João III resolveu, então, defender as cos-

(*) *Bacam* denominavam-na os árabes; e *sapã* ou *sampã*, os malaios.

(**) A exemplo do seu antecessor (e embora houvesse cuidado do nosso país muitíssimo mais do que d. Manuel-o-Venturoso, falecido em 1521), d. João III não quis ainda incluir o Brasil entre os outros topônimos que figuravam, como recentes possessões, no seu título monárquico. Depois que Afonso V juntou ao seu título de "rei de Portugal e dos Algarves" o de "senhor de aquém e além-mar em África", os seus sucessores foram particularizando aí a agre-

tas do nosso país por meio de barcos de guerra, donde a organização das esquadrilhas de guarda-costa.

Esquadrilhas de guarda-costa — D. João III ("o rei-colonizador") já havia estabelecido no Brasil mais de uma capitania militar e, em 1526, para cá enviou Cristovão Jacques, com o título de "governador das partes do Brasil", chefiando uma forte esquadra de guerra, composta de cinco caravelas. Além de organizar, com êsses ligeiros barcos, um sistema de cruzeiros, Cristóvão Jacques fundou aquí outra feitoria a qual depois foi chamada dos *Marcos* (por se haverem fincado alí os marcos de limites entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá); perseguiu e aprisionou diversas naus de contrabandistas franceses (das quais três eram bretoas, pertencentes a Yvon de Coetugar, François Guéret, Jean Burcon, Mathurin Tournemouche e Jean Janet, tomadas no recôncavo da Baía), tendo levado para Portugal nada menos de 300 prisioneiros. Cristóvão Jacques foi substituido no comando da esquadrilha de guarda-costa, destinada ao Brasil, por Antônio Ribeiro, cujos feitos em nossos mares não constam nem de histórias nem de crônicas (*). E, como faltasse a essas armadas um ponto sólidamente fortificado, onde pudessem abastecer-se de munições e de gê-

gação de novos domínios, a Guiné, a Etiópia, as Índias. A nossa terra, entretanto, ficou de todo esquecida até meiados do século XVII, a êsse aspecto honorificente, porquê o título de "príncipe do Brasil", dado ao herdeiro presuntivo da coroa portuguesa, só apareceu então. Pelo facto de não haverem os lusos descoberto aquí riquezas metálicas, o Brasil, nos dois primeiros séculos, valeu menos que a Guiné, onde logo se encontrou ouro.

(*) Depois de Cristóvão Jacques (1526-1528) e de Antônio Ribeiro (1528-1530), comandou uma esquadrilha guarda-costa, destinada a Pernambuco, o futuro donatário da capitania alí criada, Duarte Coelho (1530-1531), que fez crua guerra aos caetés, amigos dos franceses, aos quais favoreciam no contrabando do pau-brasil. Disso certamente resultou o ódio votado pelos referidos selvagens aos portugueses, e do qual foi vítima em 1556, com cêrca de 100 companheiros, o nosso primeiro bispo, d. Pero Fernandes. Duarte Coelho fundou em Pernambuco a povoação de São-Cosme-e-Damião (depois Vila-dos-Cosmes), a 27 de setembro de 1530.

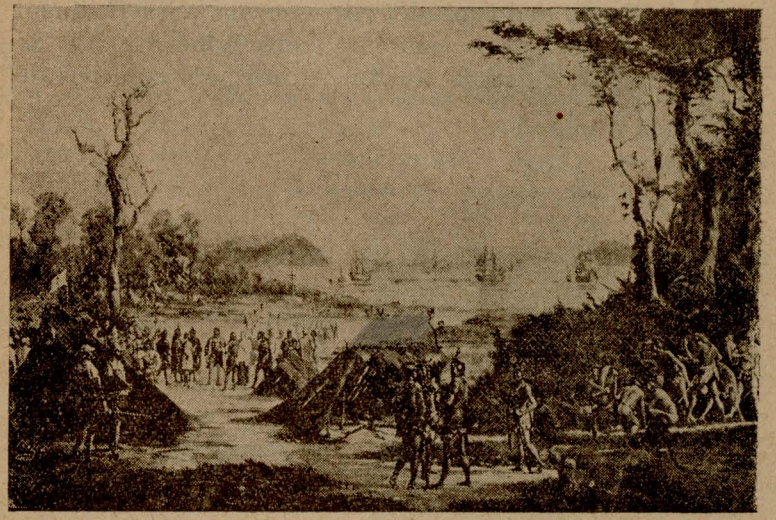
neros alimentícios, era curial acudisse a d. João III a idéia, que tratou logo de pôr em prática, de enviar ao nosso país uma expedição, a qual foi a dos irmãos Sousas, com a mira, principalmente, na instalação de colônias agrícolo-militares.

Primeira expedição colonizadora (Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa) — Conforme bem sintetizou Jordão de Freitas (veja-se a "História da colonização portuguesa do Brasil"), coube a esta expedição um tríplice objetivo: "escorraçar os franceses do litoral do Brasil, descobrir terras e explorar alguns rios (entre os quais, indubitavelmente, o da Prata), e estabelecer um ou mais núcleos de povoamento europeu, de domínio político e administrativo". Martim Afonso (*) trazia o título de "governador das terras do Brasil" e tinha por imediato seu irmão mais velho Pero Lopes de Sousa, entre cujos inestimáveis serviços se conta o de haver redigido o "Diário da navegação" dessa importante frota lusa. Partindo do Tejo, a 3 de dezembro de 1530, com as cinco velas em que vinham 400 colonos, chegou Martim Afonso às costas de Pernambuco em 30 de janeiro de 1531. Além de apresar aí três naus francesas, que contrabandeavam o pau-

(*) Martim Afonso de Sousa nasceu em 1500 e faleceu a 17 de maio de 1571. Foi pagem de d. João III, que, além da expedição de 1530-1533 e de donatário de duas capitanias do Brasil, também o nomeou governador das Índias, para onde partiu êle, em 1541, levando o "apóstolo do oriente", São Francisco Xavier. Na armada vinda ao Brasil, trouxe êle a Pero Cápico, que foi depois escrivão em São-Vicente; Pero de Góis, mais tarde donatário da capitania de Paraíba-do-Sul; Henrique Montes, que acompanhara a Solís na expedição ao Prata; Pedro Anes, piloto; e os fidalgos Pero Correia e João de Sousa, tendo sido êste último o encarregado de comandar uma das naus francesas apresadas em Pernambuco, afim de entregá-la ao rei de Portugal. Ao padre Gaspar Viegas, vindo talvez nessa expedição, é que se deve o primeiro mapa do litoral do Brasil de Tordesillas, entregue em 1534 a d. João III, que pelo mesmo se guiou para a divisão do nosso território costeiro em 15 capitanias hereditárias.

Martim Afonso de Sousa

brasil (uma das quais, carregada da preciosa madeira de tinturaria, foi logo remetida a d. João III), mandou Diogo Leite explorar o litoral do norte, o que ele fez, chegando até à foz do Gurupí (por isso, chamada durante muito tempo "abra de Diogo Leite"). Do cabo de Santo-Agostinho veio rumando para a baía de Todos-os-Santos, onde encontrou o *Caramurú*, a quem deu sementes de frutos europeus, para serem experimentadas alí. Continuando a rota, entrou, a 30 de abril, na formosa Guanabara, onde se deteve pelo espaço de três meses. Aquí, levantou uma casa-forte e construíu um estaleiro, onde foram aparelhados dois bergantins de 15 bancos cada um, apropriados à navegação de rios; e ainda mandou explorar o sertão por uma entrada de quatro portugueses. Prosseguindo a exploração do nosso litoral, chegou Martim Afonso a Cananéia, onde, afora o célebre bacharel, encontrou outro lusitano, Francisco Chaves. Acreditando nas promessas dêste, que dizia haver muito ouro e muita prata em terras ocupadas por selvagens naquelas cercanias, confiou-lhe Martim Afonso 80 soldados, gente essa que foi toda desbaratada pelos *carijós* do Iguaçú. Continuando a exploração, chegou a armada até às atuais fronteiras do Brasil (foz do Chuí), onde o capitão-mór custou a salvar-se do naufrágio que alí sofreu. Perderam-se então a nau-capitânea e um dos bergantins, morrendo sete homens. Ancorando na ilha das Palmas, dalí mandou Martim Afonso que seu irmão fosse explorar o rio da Prata, no bergantim que restava, tripulado por 30 marujos. Pero Lopes cumpriu a missão, chegando até ao esteiro dos *querandíns*, onde levantou marcos possessórios. Reunidos os dois irmãos, costearam de novo o nosso país, vindo parar, a 20 de janeiro de 1532, na abra de São-Vicente, aí fundando, dois dias depois, sob a invocação dêsse mesmo padroeiro, a primeira colônia agrícolo-militar,



Fundação de São-Vicente

não mais simples feitoria, mas vila regular, que teve o Brasil (*). Auxiliado por João Ramalho, Martim Afonso ainda fundou, além da serra de Paranapiacaba, outra vila, a de Piratininga (de existência efêmera), subs-

(*) A abra (devia ser *habra*, pois é o mesmo que o francês *havre*, o inglês *harbour* e o alemão *Haffen*) de São-Vicente já havia recebido êsse topônimo da expedição exploradora de 1501; diante dela surgiu a frota de Martim Afonso de Sousa a 20 de janeiro de 1532; mas deixou que passassem dois dias, para nela desembarcar sob a proteção do grande santo que a padroava, e, sob a invocação do mesmo, alí fundar a primeira vila do Brasil. Erigida a cidade do Salvador em 1549, passou São-Vicente a capital da terra dos bandeirantes, predicado que só em começos do século XVIII lhe foi arrebatado pela vila de São-Paulo, promovida a cidade por d. João V em 1711.

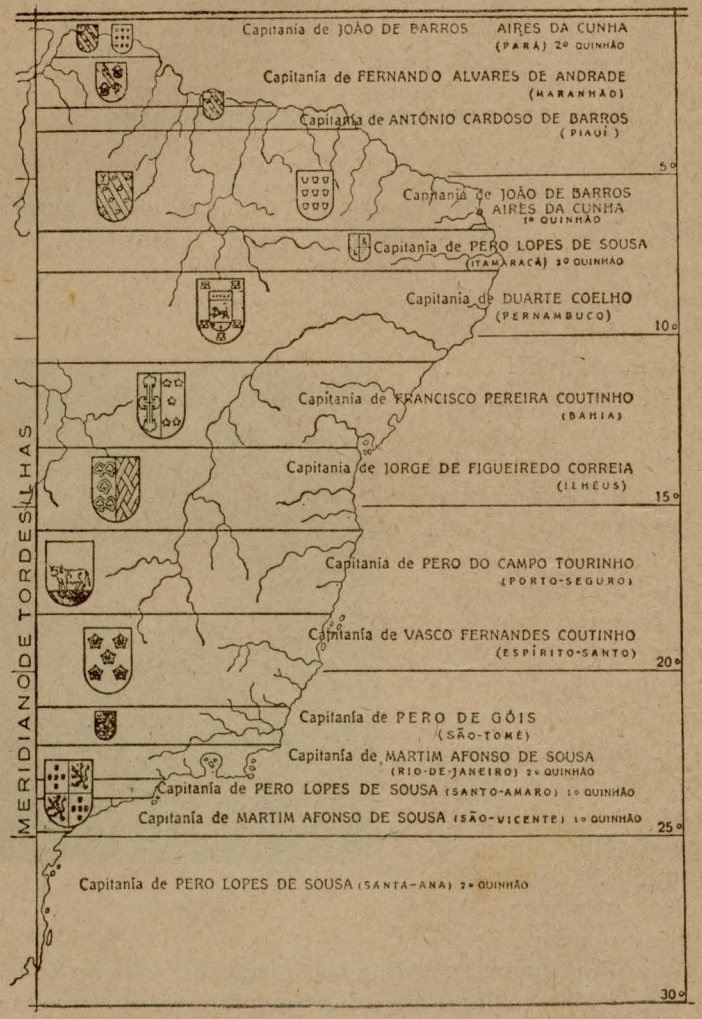
tituída pouco depois pela primeira capital do planalto paulista, a vila de Santo-André-da-Borda-do-Campo. Tendo iniciado na primeira a cultura da cana-de-açúcar, fazendo em ambas o plantio de frutos europeus e a criação de gado miúdo, regressaram para Portugal os dois irmãos, primeiramente Pero Lopes, a 12 de maio de 1532, e depois Martim Afonso, em começos de 1533 (*).

(*) Francisco I permitira que o barão de Saint-Blancard custeasse a ocupação da "costa do pau-brasil", o que foi feito por Jean Duperret, partido de Marselha em dezembro de 1531, como comandante de "La Pélerine", e que não só destruiu a feitoria lusa de Igaraçú, como levantou um forte na mesma região, afim de assegurar a posse dela para a coroa da França e o comércio da preciosa madeira de tinturaria. Tendo saído de São-Vicente, a 12 de maio de 1532, com destino a Lisboa, Pero Lopes, ao costear Pernambuco, acometeu o forte francês acima referido (e que se achava então sob o comando de La-Motte), apoderando-se do mesmo e destruindo-o, após 18 dias de luta. E, afim de obstar nova tentativa de ocupação francesa, o autor do "Diário da navegação" ergueu outra fortaleza, em Itamaracá ou no porto de Pernambuco, deixando-a confiada a Vicente Martins Ferreira. Por motivo dêsse inestimável serviço, foi que Pero Lopes mereceu como prêmio, além dos dois quinhões meridionais, a capitania de Itamaracá, sita na região mais rica de pau-brasil. Martim Afonso de Sousa, cujo primeiro locotenente em São-Vicente parece ter sido Pero de Góis (como pensa Capistrano de Abreu), ainda estava no Brasil em março de 1533, só havendo reentrado em Lisboa na primeira quinzena de agosto.

2) AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Causas e forma da criação das capitanias hereditárias — As capitanias temporárias, de mar e terra, custeadas pela coroa e destinadas à defesa da costa do Brasil contra os estrangeiros, notadamente franceses, que, ainda em 1532, tentaram fortificar-se no litoral pernambucano, afim de mais facilmente levarem daqui a *ibirá-pitanga* para os mercados europeus, não deram o resultado previsto por d. João III. A êste corre que Cristóvão Jacques lembrou a criação de capitanias permanentes, pedindo para si uma delas. Parece, entretanto, que o sábio Diogo de Gouveia, consultado pelo monarca, foi quem sugeriu a criação das donatarias hereditárias. O mesmo João de Sousa, que levara a Portugal uma das naus francesas apresadas em Pernambuco pela expedição de 1530, trouxe em 1533

D. João III



uma carta em que d. João III participava a Martim Afonso estar cogitando do povoamento da costa do Brasil. O sistema de colonização do Brasil por meio de capitanias permanentes foi, de fato, iniciado em 1534, pois é dêsse ano a concessão dos forais das primeiras que se criaram aqui. Portugal e a Espanha, por motivo da ocupação muçulmana durante a idade-média, não tiveram feudalismo. As capitanias hereditárias, entretanto, nada mais foram do que verdadeiros feudos, dos quais conservava o soberano a núa-propriedade, cabendo aos donatários a plena posse, perpétua e hereditária, em qualquer ramo ou grau de parentesco. Embora divergissem os forais em alguns pontos secundários, a coroa, além dos direitos aduaneiros e do dízimo de todos os produtos para a Ordem de Cristo, sempre reservava para si o monopólio do pau-brasil, drogas e especiarias, bem como o quinto (20 %) dos metais e pedras preciosas, que aqui viessem a ser encontrados. Com o título de capitães e governadores, os donatários podiam criar vilas e conceder sesmarias a cristãos, auferindo as demais rendas não exigidas pela coroa; gozavam de ampla alçada administrativa e judicial, podendo até condenar à morte os peões, escravos e gentios. E, finalmente, a cada donataria foi concedido o direito de couto e homizio (*).

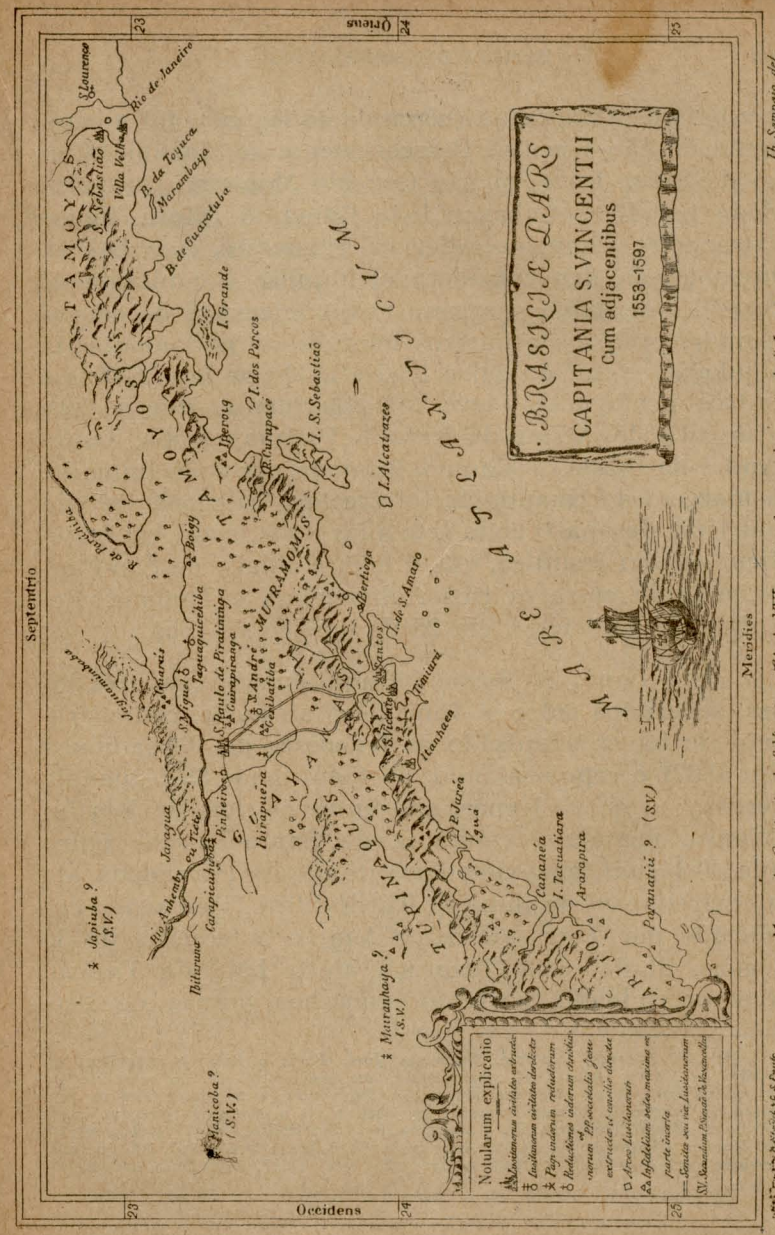
As capitanias hereditárias, criadas por d. João III, e os respectivos donatários — Os forais das capitanias do sul datam de 1534, ao passo que os das do norte

(*) Aos donatários foi também permitido reduzirem a cativeiro os índios de que precisassem para o serviço doméstico ou ainda para a tripulação de embarcações, podendo vender anualmente em Lisboa, independentemente do pagamento de sisa, até ao número de 39. As sesmarias dadas aos colonos pelos donatários eram de uma a três léguas de testada por outras tantas de fundo. Continuaram a ser concedidas dessa forma pelos governadores-gerais e pelos de capitanias-da-coroa.

são de 1535. Foram 15 os lotes estabelecidos em nosso litoral, mediante duas paralelas, traçadas no mapa do padre Gaspar Viegas (de 1534), e que iam dar na linha de Tordesillas, pois que, conforme a expressão do soberano, "entrariam pelo sertão e terra a dentro, quanto puderem entrar, e for de minha conquista". A testada de cada uma delas variava de 30 a 75 léguas (*); mas, em consequência da reentrância da costa para o sul e saliência para o norte, as que tiveram áreas mais extensas foram as de maior longitude oriental. Por via de regra, os seus limites foram os acidentes geográficos, de ordinário a foz de um rio ou uma baía. Note-se que só os irmãos Sousas, em razão dos serviços que prestaram na expedição de 1530-1533, foram galardoados com cinco lotes, isto é, um terço do total das capitanias. Eis os nomes dos donatários e dos respectivos quinhões, com a extensão e limites, conhecidos estes pelos topônimos do mapa atual da nossa terra, assim como um ligeiro resumo do progresso ou decadência que tiveram no século XVI:

Martim Afonso de Sousa ganhou 100 léguas de testada, divididas em dois lotes: o primeiro, entre os rios Macaé e Curupacé (cêrca de 55 léguas), foi a capitania do Rio-de-Janeiro, assim chamada, porquê compreendia a Guanabara e porquê, não havendo êle cuidado dela, volveu a mesma ao pleno domínio da coroa, desde que, expulsos os franceses definitivamente, tomou Mem de Sá a natural medida, que lhe cumpria (aliás, sem reclamação alguma de Martim Afonso de Sousa, que ainda vivia); e o segundo, entre a barra de Bertioga

(*) A de Duarte Coelho, por exemplo, contava 60; e o quinhão de Fernando Alvares de Andrade, 75.



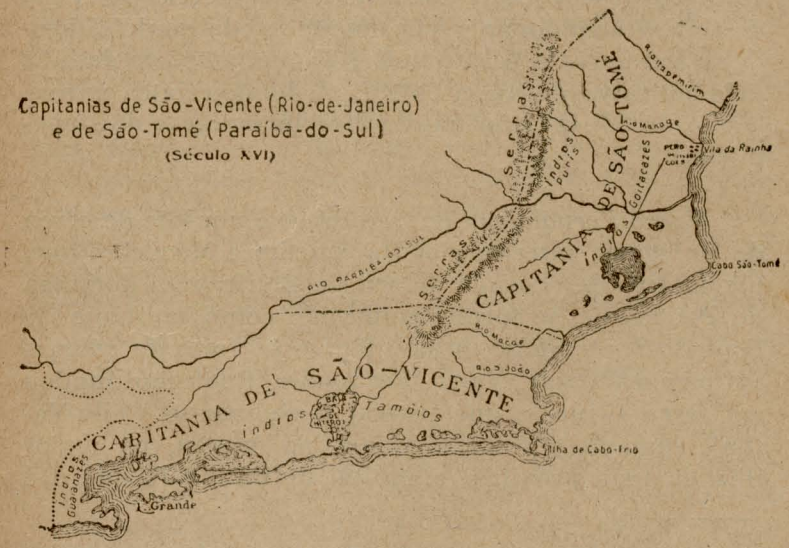
e a baía de Paranaguá (cêrca de 45 léguas), foi a capitania de São-Vicente. O loco-tenente de Martim Afonso de Sousa foi o vigário Gonçalo Monteiro, que, ajudado por Braz Cubas e João Ramalho (afora alguns estrangeiros, como os Adornos, genoveses, e os Schetz, holandeses), deu considerável impulso à capitania de São-Vicente, onde surgiram novos engenhos de açúcar e apareceram os primeiros monjólos (*). Santos, cuja fundação se iniciou entre 1532 e 1536 por Braz Cubas e outros portuguêses, teve tal incremento, que já era vila em 1545. Acima da serra de Paranapiacaba, Santo-André-da-Borda-do-Campo, fundada por João Ramalho à margem do Guapituba, foi erecta à categoria de vila em 1553, desaparecendo sete anos mais tarde, em benefício da vila jesuítica, que é hoje a cidade de São-Paulo, erguida entre os rios Anhangabaú e Tamanduatei (afluentes do Tieté), em 25 de janeiro de 1554.

Pero Lopes de Sousa foi aquinhoado com três lotes, separados entre si (um dêles ao norte, como prêmio de haver expulsado os franceses de Pernambuco em 1532) e representando, ao todo, umas 80 léguas de testada: o de 10 léguas, sito entre os dois de Martim Afonso, chamou-se capitania de Santo-Amaro; outro (de 40 léguas, aproximadamente, desde Paranaguá até ao extremo-sul da linha de Tordesillas) ficou sendo conhecido por Terras-de-Santa-Ana; e o terceiro, de 30 léguas, desde o rio Iguaraçú até à baía da Traição (compreendendo, portanto, uma boa porção de Per-

(*) Os Adornos (Antônio, Francisco, José, Paulo e Rafael) vieram na esquadra de Martim Afonso, e, exceto Paulo, que, por motivo de um crime, se homiziou na Baía, todos os outros ficaram em São-Vicente e tomaram parte na fundação de Santos. Os Schetz chegaram logo depois. O primeiro gado vacum, introduzido no Brasil, deve ter sido o mandado para São-Vicente, em 1534, pela esposa de Martim Afonso de Sousa, d. Ana Pimentel. Sôbre o "monjolo", há um interessante capítulo (págs. 260-266) no livro "Lume e cinza", de Alberto Rangel.

nambuco e uma pequena parte da Paraíba), foi a capitania de Itamaracá. Tendo seguido para as Índias, (como capitão-mór da armada de 24 de março de 1539), Pero Lopes de Sousa pereceu em um naufrágio, perto de Madagascar, quando contava menos de 50 anos (pois era mais velho que Martim Afonso), de sorte que foram prepostos seus os que ergueram as primeiras colônias de Itamaracá (a vila da Conceição) e da capitania sita entre as duas de seu irmão (a vila de Santo-Amaro-de-Guaimbé).

Pero de Góis (consanguíneo de Damião de Góis) mereceu umas 30 léguas de testada, entre os rios Ma-



caé e Itapemirim, e êsse lote tomou primeiramente o nome do cabo mais saliente do seu litoral, capitania de São-Tomé, e, depois, o do seu principal curso de

água, pois que ficou geralmente conhecido como capitania de Paraíba-do-Sul. Auxiliado por seu irmão mais velho, o depois jesuíta Luiz de Góis, fundou o donatário, junto ao rio Managé (hoje Itabapuana), a sua primeira colônia, "Vila-da-Rainha" (em homenagem a d. Catarina da Áustria, esposa de d. João III); tendo ido a Portugal, afim de obter novos recursos pecuniários, para desenvolver a cultura da cana-de-açúcar em suas terras do Brasil, encontrou, ao regressar, completamente destruída pelos selvagens (os goitacazes) a sua promissora colônia; não desanimando, ergueu outro núcleo de povoamento, também com engenhos de açúcar; mas um segundo levante dos mesmos selvagens (provocado por aventureiros) obrigou Pero de Góis a abandonar a sua donataría, da qual foi herdeiro seu parente Gil de Góis (*), que, antes de desistir dela em favor da coroa (1619), alí fundou outra povoação, a de Santa-Catarina-das-Mós (à margem do Itapemirim).

Vasco Fernandes Coutinho obteve um lote de cêrca de 50 léguas, entre os rios Itapemirim e Mucurí, e que, por motivo da chegada do seu donatário num domingo do Pentecoste, se tornou conhecido como capitania do Espírito-Santo. Êsse mesmo topônimo foi o da primeira povoação que Vasco Fernandes Coutinho fundou em terra firme, e que passou a chamar-se "Vila-Velha", quando o referido donatário ergueu, na maior ilha da baía próxima, a capital definitiva (e que o é

(*) Pero de Góis, conforme veremos mais adiante, ainda foi um dos auxiliares do governo-geral de Tomé de Sousa, como capitão-mór da costa. Não tendo sido aproveitado no mesmo cargo por d. Duarte da Costa, deve ter regressado a Portugal, pois que ainda embarcou para as Índias em 1559, comandando um dos seis navios da expedição de Pero Vaz de Siqueira (veja-se o que sôbre isso se encontra à pág. 62 de "As famosas armadas portuguesas" de Simão Ferreira Pais).

ainda hoje do Estado) da sua donataría, a vila da Vitória (1558). Não próprìamente os índios (que consta haverem denominado os portugueses de "emboabas"), mas os mais graduados reinóis trazidos ou beneficiados alí por Vasco Fernandes Coutinho (d. Jorge de Meneses, d. Simão de Castelo-Branco e Duarte de Lemos (*), foram os que acarretaram a ruína da mencionada capitania.

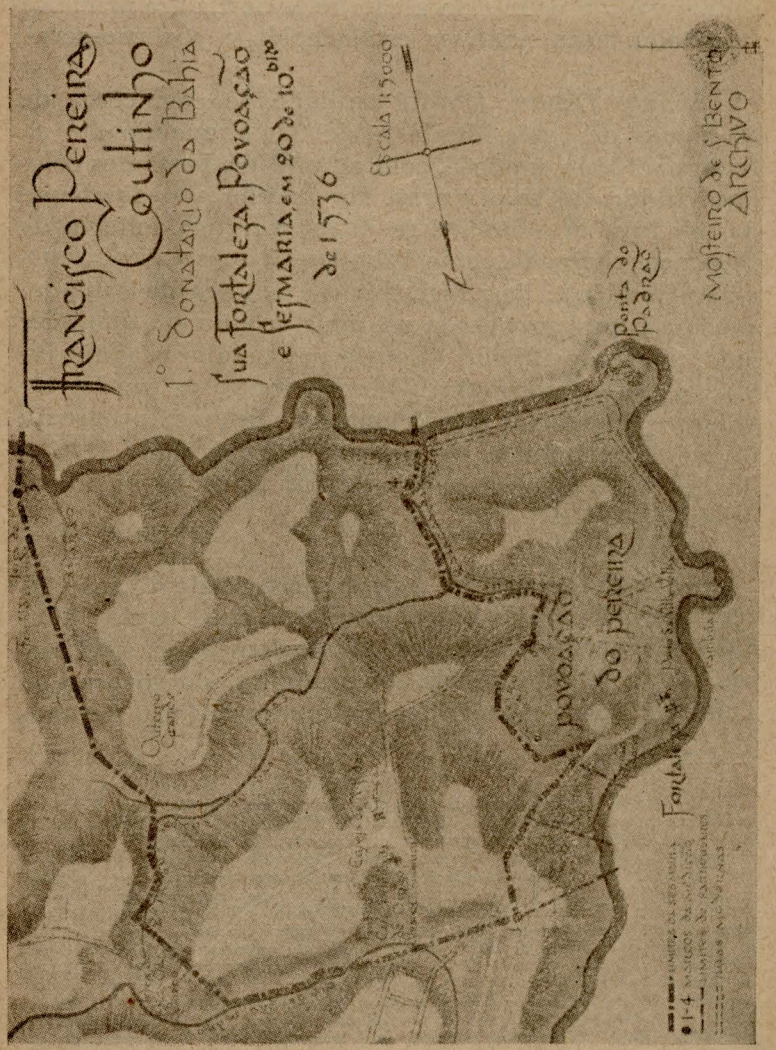
Pero do Campo Tourinho conseguiu umas 50 léguas de testada, entre o Mucurí e o porto de Poxim, pouco acima da foz do rio Pardo (ou Patipe). Como êle, além da vila de Santa-Cruz, na Baía-Cabrália, fundasse também, em 1536, a vila (hoje cidade) de Porto-Seguro, a sua donataría ficou sendo conhecida como capitania de Porto-Seguro. Teve ela, a princípio, certa aura de prosperidade, notadamente depois que os selvagens (tupiniquins) deixaram de hostilizar aos brancos. Parece que o declínio começou, quando Pero do Campo Tourinho teve de responder, em Lisboa, a um processo por blasfêmia e heresia, que lhe moveu a inquisição, de 1546 a 1547. Porto-Seguro, entretanto, veio a tornar-se o primeiro centro de expansão para o *hinterland*. Vendida em 1556 (pela irmã e herdeira do referido donatário, d. Leonor do Campo) ao duque de Aveiro, foi confiscada a essa casa por Pombal em 1759.

Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da fazenda na côrte, foi galardoado com cêrca de 50 léguas de testada, desde o porto de Poxim até às vizinhanças da baía de Todos-os-Santos. As terras eram excelentes para a lavoura e o donatário dispunha de recursos pró-

(*) D. Jorge de Meneses foi um dos heróis da conquista das Molucas e descobridor da Nova-Guiné.

prios para colonizá-las. O único e não pequeno inconveniente, que apresentavam, era a vizinhança dos terríveis aimorés, cujo nome ainda perdura na serra que se extende pelo sul da Baía até Minas e Espírito-Santo. Não querendo deixar o cargo que exercia em Lisboa, Jorge de Figueiredo Correia mandou fundar aquí uma colônia, que da ilha de Tinharé foi transferida para a terra firme, e que, entre 1536 e 1537, tomou o nome de São-Jorge-dos-Ilhéus (é hoje a cidade de Ilhéus). O locotenente do donatário foi o castelhano Francisco Romero, que não poude ou não soube defender a capitania dos constantes ataques dos terríveis aimorés. Esta donataria ficou conhecida pelo nome de capitania dos Ilhéus.

Francisco Pereira Coutinho recebeu aproximadamente 50 léguas de costa, desde o rio Jaguaripe até ao São-Francisco. Auxiliado pelo Caramurú, iniciou em 1535 a colonização das terras litorâneas da entrada do Recôncavo, fazendo aí surgir a povoação do Pereira (depois Vila-Velha) e encetando a construção de três engenhos de açúcar. Ia tudo correndo bem alí, pelo menos até fins de 1536, quando irrompeu uma revolta dos tupinambás; não podendo reduzir à paz os selvagens, Coutinho e muitos dos seus companheiros fugiram dalí, indo abrigar-se na capitania dos Ilhéus. Como os índios, entretanto, sentissem a falta dos portugueses e manifestassem desejos de reatar com estes as boas relações anteriores, Diogo Álvares foi a Ilhéus levar notícia disso a Coutinho. Este e os seus prontamente regressaram num caravelão, que, assaltado por mau tempo, naufragou na ilha de Itaparica, onde o infeliz donatário e seus companheiros foram todos trucidados pelos tupinambás alí residentes. Dêsse trágico epi-



sódio resultou o ter sido a capitania da Baía a primeira resgatada, para nela ser estabelecido o governo-geral.

Duarte Coelho (*) foi aquinhoado com cêrca de 60 léguas de costa, desde o rio São-Francisco até ao Iguaraçú. Veio em 1535, com a família e bastantes colonos, cuidar das suas terras. No mesmo ano da chegada, alí fundou Olinda e reergueu a antiga feitoria de Iguaraçú, chamada então Vila-dos-Cosmes (São-Cosme-e-São-Damião). Deu logo início à cultura da cana-de-açúcar, a qual prosperou alí mais do que em qualquer outra parte do Brasil. Aliou-se aos tabajaras (cujo tubixaba era o famoso Arco-Verde) contra os caetés. De todas as donatarías setentrionais a que mais progrediu foi a de Pernambuco, tornando-se a *Zuickerland* ("terra do açúcar)", que, um século depois, ia atrair os holandeses.

Antônio Cardoso de Barros mereceu de d. João III cêrca de 40 léguas do litoral brasileiro, entre os rios Mundaú e Jaguaribe. Nada fez para colonizar as suas terras, tendo servido depois como auxiliar do governo de Tomé de Sousa e morrido, junto com d. Pero Fernandes, às mãos dos caetés. Foi essa a chamada capitania do Ceará.

(*) Duarte Coelho, filho de Gonçalo Coelho, era casado com d. Brites de Albuquerque. O irmão desta, Jerônimo de Albuquerque, veio também para o Brasil, em 1535, e, por sua numerosa descendência, foi chamado "o Adão pernambucano" (veja-se Vicente Themudo Lessa, "Episódios e perfis", págs. 11-16). Da sua união com a filha do tuxaua Arco-Verde (batizada com o nome de Maria do Espírito-Santo Arco-Verde) nasceram oito filhos, um dos quais foi o célebre Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Um florentino, Filipe Cavalcanti, migrado para o Brasil, consorciou-se com uma Albuquerque. O nosso primeiro cardial, d. Joaquim Arco-Verde de Albuquerque Cavalcanti recordava em seu nome tais antepassados. Deixou Duarte Coelho dois filhos (que tomaram parte na jornada de Alcácer-Quibir), Duarte Coelho de Albuquerque (2º donatário), que faleceu sem descendência, e Jorge de Albuquerque Coelho (3º donatário), a quem foi dedicada a "Prosopopéia" de Bento Teixeira Pinto. Jorge de Albuquerque Coelho também deixou dois filhos (ambos nascidos em Portugal), Duarte de Albuquerque (4º donatário) e Matias de Albuquerque (13º governador-geral do Brasil).

Fernando Álvares de Andrade (*), tesoureiro-mór de Portugal, foi premiado com cêrca de 75 léguas de costa, contadas desde a ponta dos Mangues-Verdes até ao rio da Cruz (Camocim). Não chegou a ser colonizada essa região, chamada a capitania do Piauí.

João de Barros e *Aires da Cunha* foram galardoados com 150 léguas do nosso litoral, compreendendo dois quinhões, o primeiro de 100 léguas, desde a baía da Traição (Acajutibiró) até ao rio Jaguaribe, e o segundo de 50 léguas, desde a ponta dos Mangues-Verdes até à foz do Gurupí. Associaram-se os três donatários, João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade, de sorte que aparelharam uma expedição de 10 navios, a qual trazia até soldados de cavalaria, para a conquista e povoamento daquela vasta região. Entretanto, malogrou-se completamente essa tentativa, em que perdeu a vida Aires da Cunha, tendo João de Barros custado a rehaver dois filhos, que vieram como expedicionários e represen-

João de Barros

(*) Este Fernando Álvares de Andrade foi pai de três notáveis escritores: frei Tomé de Jesús, autor dos "Trabalhos de Jesús"; Diogo de Paiva de Andrade, que tratou do "Casamento perfeito"; e Francisco de Andrade, que deixou a "Crônica de d. João III", publicada em 1613.

tantes de seu ilustre pai. Os dois referidos quinhões constituíram as chamadas capitanias do Rio-Grande-do-Norte e do Maranhão (*).

Outras capitanias particulares, criadas nos séculos XVI e XVII.

Capitanias continentais — Criada em 1557 e confirmada em 1562, a capitania de Peroaçú (Paraguaçú), na entrada do Recôncavo da Baía, foi doada a d. Álvaro da Costa, filho do segundo governador-geral d. Duarte da Costa; a capitania de Taparica e Tamarandiva (Itaparica e Itamarandiba) foi criada em 1566 e doada a d. Antônio de Ataide (conde de Castanheira); as capitanias de Cametá, no Pará, e Cumã (chamada também Tapuitapera, hoje Alcântara), no Maranhão, criadas em 1620 e 1633, foram doadas a Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho; a capitania de Caité, no Pará, foi criada por Filipe IV, em 1634, e doada a José de Melo e Sousa (resgatada em 1753); o mesmo soberano da Espanha e de Portugal, para premiar os serviços de Bento Maciel Parente, que limpou de índios bravos a maior parte das margens do Amazonas, criou em 1637 e doou ao mesmo a capitania do Cabo-do-Norte (resgatada em 1642), compreendida entre o nosso rio-mar e o Oiapoc, isto é, abrangendo a depois chamada

(*) Augusto Meira, em seu curioso poema "Brasileis" (Belém-do-Pará, 1923), de feição camoneana, inseriu a oitava seguinte (pág. 29), na qual se encontram reunidos todos os donatários das quinze capitanias hereditárias criadas por d. João III:

"Martim Afonso e Pero são primeiros
A ser do rei potente aquinhoados,
São do sul e do norte os pioneiros,
Em tudo irmãos, nos feitos irmanados;
Jorge Correia após e os cavaleiros
Tourinho, Vasco, Pero Góis, e alçados
Os dois Pereiras, Barros e Cardoso,
Fernando Álvares e Aires desditoso".

Guiana brasileira (*); e, finalmente, em 1674, a capitania de Campos-dos-Goitacazes (antiga de São-Tomé ou da Paraiba-do-Sul, que pertenceu a Pero de Góis, alienada à coroa em 1619) foi doada a dois irmãos: o 2º visconde de Assêca (Salvador Correia de Sá) recebeu 20 léguas de costa; e João Correia de Sá as 10 restantes; era donatário único o 4º visconde de Assêca (Martim Correia de Sá e Benevides), quando ela volveu ao domínio integral da coroa, em 1753 (**).

Capitanias insulares — A Fernão de Noronha foi concedida, como vimos, em 1503, a capitania da ilha de São-João, a qual lhe foi sucessivamente confirmada em 1552 e 1559, donde o haver ela tomado o topônimo que ainda conserva. A Belchior Camacho foi doada, em 1539, a capitania da ilha da Ascenção, depois chamada ilha da Trindade (***). E Antônio de Sousa de Macedo (barão de Joanes) recebeu, em 1655, a capitania da ilha de Marajó, por isso também chamada "ilha de Joanes" (reincorporada na coroa em 1754).

(*) Sôbre as capitanias insulares, há informações na "História da colonização portuguesa do Brasil", vol. III, pág. 255; quanto às continentais, encontram-se em diversos tratadistas, assim como nos "Documentos históricos da Biblioteca Nacional", vol. XXXVI, págs. 392-401. A capitania do Cabo-do-Norte teria sido transformada em província do império do Brasil, com o nome de "Pinsônia" e a capital em Macapá, si houvesse vingado o projeto que nesse sentido apresentou à câmara temporária o deputado Cândido Mendes de Almeida, em 1872. A nova província teria por limites o Jamundá, o Amazonas, o Oiapoc e o Atlântico. Veja-se o seu interessante opúsculo "Pinsônia" (Rio, 1873).

(**) Tomé de Sousa, por alvará de 10 de dezembro de 1563, obteve no Brasil uma sesmaria de seis léguas; e Mem de Sá também teve outra, em Sergipe, a qual, por haver cabido em herança ao 3º conde de Linhares, deu ensejo a que aquela região fôsse então chamada "Sergipe-do-Conde". Vejam-se "História da colonização portuguesa do Brasil" (vol. III, pág. 331) e Varnhagen, ob. cit. (vol. I, pág. 393).

(***) Como bem ponderou Capistrano de Abreu, tivemos ilhas descobertas mais de uma vez e, por isso, com topônimos diferentes. A atual Fernando-de-Noronha foi primeiro chamada de "São-Lourenço", por ter sido descoberta a 10 de agosto, e mais tarde batizada por "São João", por novamente achada a 24 de junho. A ilha da Ascenção foi descoberta por Estevão da Gama, a 18 de maio de 1502; dela não se fez então caso algum, de sorte que foi dada outra vez como descoberta em 1514, tomando então o nome de Trindade, que conserva até agora. Além do fantástico tesouro, que se diz enterrado nela por piratas ou corsários, foi ela disputada a Portugal (século XVIII) e ao Brasil (século XIX) pela Grã-Bretanha.

3) O GOVERNO GERAL

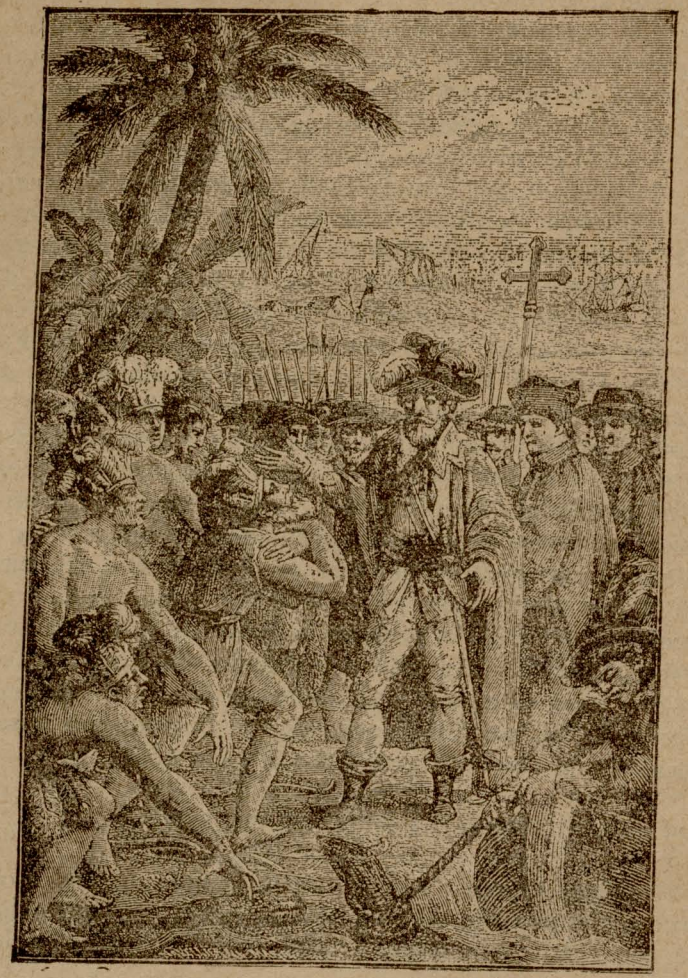
Criação do govêrno geral do Brasil e respectivo regimento — Não tardou d. João III a convencer-se de que o regime das capitanias hereditárias precisava de um corretivo, afim de evitar o seu completo malôgro. As donatarías eram muito extensas, sofriam o duplo ataque dos índios e dos corsários, não havendo entre elas nenhum laço de união, que lhes possibilitasse a defesa comum. Atendendo à solução dêsse problema, como lhe foi sugerido por Luiz de Góis (irmão de Pero de Góis e depois jesuíta) (*), em carta de 12 de maio de 1548, nesse mesmo ano criou o referido rei o governo geral do Brasil. O respectivo regimento, datado de 17 de dezembro de 1548, é a primeira *magna-charta* da nossa incipiente nacionalidade, pois foi êle que deu ao nosso país a sua primeira unificação política. Compunha-se de 41 artigos fundamentais e mais 7 suplementares. Tirou dos donatários a alçada judicial, que passou a ser exclusivamente do governador-geral; organizou a defesa militar da colônia; proibiu a escravização dos índios; cogitou da concessão de sesmarias; mandou que se fizessem feiras periódicas e dispôs sôbre o funcionamento dos engenhos de açúcar; não se esqueceu de aconselhar o combate ao luxo; e recomendou que se explorasse a zona sertaneja do rio São-Francisco. O governador-geral teria três auxiliares, para os negócios da justiça, da marinha e da fazenda, sendo que ao provedor-geral desta e aos seus subordinados foi expedido também o respectivo regimento (*). Para séde do governo geral foi escolhida a capitania da Baía, resgatada (a 7 de janeiro de 1549) ao herdeiro de Francisco Pereira Coutinho pela tença anual de 400$000. A 17 de dezembro de 1548 foi nomeado governador-geral do Brasil o mordomo-mór de d. João III, Tomé de Sousa, a quem foram dados os seguintes auxiliares: como ouvidor-geral, Pero Borges; provedor-mór da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros (ex-donatário do Ceará); e capitão-mór da costa, Pero de Góis (o malogrado donatário da Paraíba-do-Sul). Todas essas nomeações eram por três anos; e o primeiro governador-geral percebia 400$000 anuais. Ao mesmo tempo que assim cuidava da parte temporal da sua colônia americana, o rei de Portugal não se olvidou dos negócios espirituais dela: não só obteve do geral Inácio de Loiola a necessária permissão para que os jesuítas (cujo primeiro colégio fôra instalado em Coimbra) se aplicassem à catequese dos índios do Brasil, como também pediu ao papa a criação de um bispado em nossa terra, o que foi feito por Júlio III, em 1551.

(*) Foi quem levou para a Europa a primeira planta do *petym*, chamada *nicotiana tabacum*, por haver sido classificada pelo então embaixador da França em Portugal, Jean Nicot. Introduzida por êste no seu país, parece que foi usada pela célebre Catarina de Médicis, pois tomou o nome de "erva-da-rainha".

GOVÊRNO DE TOMÉ DE SOUSA

A 29 de março de 1549, chegou à baía de Todos-os-Santos, numa frota de seis navios, o primeiro governador-geral da nossa terra, o qual, além de muitos colo-

(*) No vol. III da "História da colonização portuguesa do Brasil" acham-se, com a mesma data de 17 de dezembro de 1548, o regimento dado a Tomé de Sousa (págs. 345-350) e os expedidos a Antônio Cardoso de Barros e demais provedores da Fazenda no Brasil (págs. 350-359).



Chegada de Tomé de Sousa à baía de Todos-os-Santos.

nos com as respectivas famílias, trazia os seus auxiliares de administração, seis jesuítas (*), grande número de artífices, 600 soldados e 400 degredados (**). Não quís Tomé de Sousa aproveitar nem a povoação fundada por Diogo Álvares, nem a "povoação do Pereira", preferindo um ponto mais alto e mais defensável, vizinho do mar, onde inaugurou, a 1º de novembro de 1549, a "cidade do Salvador", nossa primeira capital. Contou, para isso, com o auxílio do Caramurú e dos tupinambás, aos quais apavorou, mediante o castigo espetacular que infligiu a alguns dêles.

Caramurú

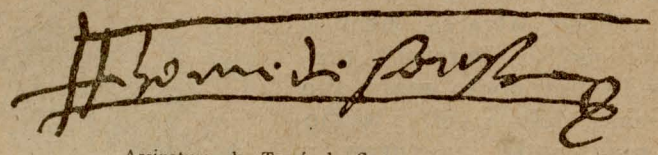
Aos trabalhos dos jesuítas, que fundaram alí o seu primeiro colégio, não tardou que se juntasse o esfôrço moralizador exercido pelo nosso primeiro bispo, d. Pero Fernandes (***), que chegou à cidade do Salvador em 22 de junho de 1552. Mais do que o

(*) Diogo Jácome e Vicente Rodrigues (depois ordenados) eram ainda simples irmãos da Companhia de Jesús; os padres eram Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro (tomou este segundo cognome, por ser natural da Navarra espanhola) e Antônio Pires. Nóbrega foi o fundador e organizador do poder espiritual que dominou o Brasil até meiados do século XVIII, prolongando os seus efeitos até agora; Leonardo Nunes, chamado pelos índios *Abaré-bebê* ("padre-voador"), foi o primeiro mestre-escola da terra paulista; e Navarro foi o primeiro a manejar, como instrumento de civilização, o *nheengatú*, tendo sido também capelão da primeira entrada em busca da mirífica *Sabarábuçú*.

(**) Antes de zarpar para as nossas plagas a armada de Tomé de Sousa, foi enviada à baía de Todos-os-Santos uma caravela, que trouxe mantimentos e sementes para culturas do que fosse necessário ao grande número de pessoas que vinham povoar aquela região.

(***) O pai chamava-se Gil Fernandes Sardinha, mas êste último cognome não figura nos documentos oficiais, respeitantes ao nosso primeiro bispo.

prelado, foi Nóbrega o verdadeiro pai espiritual do Brasil e o melhor auxiliar de Tomé de Sousa. A falta de mulheres era, então, o maior obstáculo à moralização dos colonos, pelo que pediu Nóbrega e obteve a vinda de raparigas casadouras (algumas, órfãs nobres).



Assinatura de Tomé de Sousa

Enquanto se realizava tudo isso, o governador-geral desenvolvia a parte econômica da colônia, pelo aumento dos engenhos de açúcar e pela criação de gado (vindo das ilhas de Cabo-Verde, em troca de madeiras do Brasil). Fez organizar a primeira entrada do ciclo baiano, comandada por Francisco Bruza de Espinosa (castelhano, que estivera nas minas do Perú) e levando como capelão o padre João de Azpilcueta Navarro, a qual, tendo rumado para o São-Francisco em 1554, em demanda da "serra resplandescente" (*), só retornou em meiados de 1555, tudo isso no governo de d. Duarte da Costa.

Em fins de 1552, resolveu Tomé de Sousa visitar pessoalmente as capitanias meridionais, o que fez em companhia de Nóbrega, numa flotilha de três barcos, sob o comando de Pero de Góis. Esteve êle em Ilhéus, Porto-Seguro e Espírito-Santo, nas quais tomou diversas providências administrativas. Entrando na baía de Guanabara, não poude conter o seu deslumbramento, tanto que a desenhou e escreveu ao rei sôbre a imediata necessidade de povoá-la bem (*). Nas capitanias de São-Vicente e Santo-Amaro, ainda se deteve por mais tempo; não só legalizou a vila de Santos, fundada entre 1532 e 1536 por Braz Cubas, e a de Santo-André-da-Borda-do-Campo, onde morava João Ramalho com sua enorme prole, como também acabou a fortaleza de Bertioga e reconheceu a fundação da vila de Itanhaêm.

(*) Em trabalho nosso, destinado às comemorações do duplo centenário da fundação do reino e da restauração da soberania de Portugal em 1941, acreditamos ter deixado fóra de dúvida que a lenda da "serra resplandescente" (a *Sabarábuçú*, criada pela fantasia dos nossos tupís) representou para o devassamento do *hinterland* brasileiro o mesmo que a miragem de *El-Dorado* para a vasta região castelhana de além-Amazonas.

Tendo regressado à séde do seu governo, alí entregou a administração ao seu sucessor, em 13 de julho de 1553 (**).

GOVERNO DE D. DUARTE DA COSTA

A 13 de julho de 1553, quando chegou à cidade do Salvador, acompanhado de 7 jesuítas (entre os quais o irmão José de Anchieta), chefiados pelo padre Luiz da Grã, tomou posse do governo d. Duarte da Costa, cujos vencimentos passaram a 600$000 anuais. Trouxe consigo um filho, d. Álvaro da Costa, que prestou serviços na repressão dos índios, mas deu ensejo à deplorável questão com o primeiro bispo do Brasil. Foi durante o segundo governo-geral que se fundou São-

(*) Conforme se lê na "História geral do Brasil" (pág. 323 da 3ª ed. integral) de Varnhagen, Tomé de Sousa ficou deslumbrado pelas belezas do Rio-de-Janeiro, tanto que, logo que retornou à cidade do Salvador, escreveu a d. João III, dizendo-lhe o seguinte: "Mando o dibuxo dele a V. A.; mas tudo é graça o que dele se pode dizer, sinão que pinte quem quiser, como deseje, um rio, isso tem êste de Janeiro. Parece-me que V. A. deve mandar fazer alí uma povoação honrada e boa..."

(**) Ao tempo de Tomé de Sousa foi que estiveram no Brasil dois aventureiros alemães: Hans Staden, que deixou uma romanciosa narração de tudo quanto lhe aconteceu em nosso país, e cuja obra, editada em 1557, tem tido algumas traduções, sendo de 1900 a devida a Alberto Löfgren e Teodoro Sampaio, reproduzida pela Academia Brasileira de Letras em 1930; e Ulrico Schmidel, cuja "História verdadeira de uma viagem curiosa" foi publicada em 1559. Foram reeditados em 1942 pela Sociedade Hans Staden, de São-Paulo.

Paulo-de-Piratininga (1554) e que se deu a primeira invasão francesa contra o Brasil (1555).

A questão com o bispo e morte dêste — Não faltaram ao segundo governador-geral sérios desgostos, a começar pela luta dos colônos com os jesuítas, visto se oporem estes a que os índios fossem escravizados por aqueles. Em seguida, sobreveio a repreensão de d. Álvaro da Costa pelo austero d. Pero Fernandes, que não poude deixar em silêncio as escandalosas estroinices do jovem fidalgo. Formaram-se partidos, um para apoiar o bispo e outro ao lado do governador-geral, cujo orgulho foi ofendido na pessoa do filho. Intervieram os jesuítas e conseguiram uma aparente hormonização. Tudo isso ocorreu em 1555. D. Duarte da Costa mandou o filho para Portugal e pediu exoneração do cargo de governador. O bispo, a chamado do soberano, embarcou-se no navio "Nossa-Senhora-da-Ajuda", com destino à capital portuguesa. Antônio Cardoso de Barros e muitas outras pessoas iam também no referido barco. Naufragou êste nos baixios de Dom-Rodrigo, salvando-se, porém, os passageiros e tripulantes nas praias de Alagoas, onde caíram prisioneiros dos bravios *caetés*. Andavam por mais de 100 os náufragos, 95 dos quais acabaram às mãos dos referidos selvagens (a 16 de junho de 1556). Por motivo da morte do nosso primeiro bispo, aqueles selvícolas foram excomungados e condenados a uma completa exterminação (*).

Fim do govêrno de d. Duarte da Costa — Em 1557, morreram d. João III e Diogo Álvares (o Caramurú).

(*) D. Rodrigo de Acuña, navegante espanhol, que aportara à foz do Cururipe em 1525 e foi deixado pelos seus marujos nas praias do Brasil, perpetuou o seu nome nos recifes onde naufragou a "Nossa-Senhora-da-Ajuda", em 1556. Pereceram no sossôbro muitas pessoas, salvando-se, contudo, 95, que, empreendendo marchar por terra dalí para Pernambuco, foram aprisionadas e trucidadas pelos *caetés*, menos um português e dois escravos índios, portadores da notícia dos lôbregos desastres.

Ao apagar das luzes da sua administração, ainda o segundo governador-geral do Brasil teve de enfrentar duas grandes insurreições de índios. Nada poude fazer contra a do sul, formada pelos tamôios, cujo chefe era o feroz Cunhambéba ("língua que corre rasteira"; escreve-se geralmente *Cunhambebe*); mas a da Baía, onde os selvagens assolavam as terras de Garcia de Ávila, além de Itapuã, foi completamente reprimida por d. Álvaro da Costa. Foi como prêmio a êsse notável serviço que o pai se julgou autorizado a conceder-lhe, em 1557, a capitania de Paraguaçú. O malafortunado governo de d. Duarte da Costa terminou em 1558, que foi quando se empossou Mem de Sá.

GOVERNO DE MEM DE SÁ

Começo da administração de Mem de Sá — Nomeado (por três anos e com os mesmos vencimentos de d. Duarte da Costa) pela rainha-regente d. Catarina da Áustria, em meiados de 1557, só em fins dêsse ano chegou Mem de Sá (*) à cidade do Salvador, onde assumiu as rédeas do governo a 3 de janeiro de 1558. Apoiado pelos jesuitas e depois pelo novo bispo, d. Pero Leitão (chegado a 4 de dezembro de 1559), o terceiro governador-geral consagrou primeiramente a sua atenção a moralizar os colonos, pondo termo às cizânias anteriores, após o que procurou fomentar a atividade

(*) Mem de Sá era irmão do poeta Francisco Sá de Miranda. Chegou à cidade do Salvador em 28 de dezembro de 1557, mas passou cêrca de uma semana em exercícios espirituais, sob a direção de Nóbrega, no colégio dos jesuítas, antes de tomar posse do seu alto cargo, o que só fez a 3 de janeiro de 1558. Na capital do Brasil, faleceu êle a 2 de março de 1572. Para exato conhecimento do muito que lhe deve a nossa pátria, cumpre ler os "Documentos relativos a Mem de Sá, governador-geral do Brasil" (publicados nos "Anais da Biblioteca Nacional" de 1905, com separata em 1906). Um seu filho, Fernão de Sá, foi morto em combate com índios do Espírito-Santo (1558), onde também esteve um sobrinho de Mem Sá. Baltazar de Sá. Dos dois outros sobrinhos do terceiro governador-geral, Estácio fundou a cidade de São-Sebastião do Rio-de-Janeiro (a 1º de março de 1565), onde morreu em 1567 (por ferimento recebido na luta com os franceses), e Salvador

econômica da região, melhorando a agricultura, desenvolvendo a pecuária e até construindo um engenho real ("para receber as canas dos lavradores que não pudessem ter engenho próprio"). E, como veremos melhor mais adiante, devem-se-lhe duas entradas, com o intuito de descobrir riquezas minerais no *hinterland* brasileiro: a de Vasco Rodrigues Caldas, em 1561; e a de Martim Carvalho, em 1567 ou 1568.

Aldeiamento de índios mansos e extermínio dos bravios — Cogitou Mem de Sá, em seguida, não só de aldear os selvagens, já catequizados, em grandes centros missioneiros, sob a direção dos jesuítas, como também de debelar os levantes de tribus tupís e pôr termo às assolações causadas pelos gés, na região centro-litorânea do Brasil. Começou por bater os índolas das ilhas de Itaparica e Cururupeba; o tubixaba desta última (também chamado *Cururupeba*, "sapo chato") esteve encarcerado um ano, o que o amansou e sujeitou completamente. As tribus do rio Paraguaçú, que se haviam rebelado, foram destroçadas, em

Mem de Sá

Correia de Sá foi o primeiro governador da capitania que, em consequência da expulsão dos intrusos da França-Antártica, ficou então aquí organizada para a coroa. Veja-se o dilucidativo trabalho de Wanderley de Pinho, "Testamento de Mem de Sá — Inventário de seus bens no Brasil", inserto às págs. 3-161 dos "Anais do Terceiro Congresso de História Nacional" (Rio, 1941).

vários combates, por Vasco Rodrigues Caldas. Os goitacazes das capitanias de Paraíba-do-Sul e Espírito-Santo, que as traziam em constante pânico, foram submetidos pelo filho de Mem de Sá, Fernão de Sá, que, apesar de triunfante, veio a morrer em consequência de uma flechada (1558). Por isso, o próprio governador-geral, tendo como imediato Vasco Rodrigues Caldas, bateu, principalmente graças à "batalha dos nadadores", os valentes bárbaros, e em 1560 mandou uma nova expedição, com o ouvidor-geral Braz Fragoso, contra os aimorés, cujas frequentes agressões não permitiam que prosperassem as capitanias de Ilhéus e Porto-Seguro, e que só foram definitivamente exterminados em 1603, pela expedição de Álvaro Rodrigues.

Expulsão dos franceses e fundação do Rio-de-Janeiro — Ao terceiro governador-geral urgia cuidar do grave problema da ocupação francesa da baía de Guanabara, onde os intrusos puderam viver tranquilos cêrca de um lustro. Tendo recebido, em fins de 1559, os reforços chegados com Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, Mem de Sá, trazendo em sua companhia o padre Manuel da Nóbrega, atacou os franceses do forte de Coligny a 15 de março de 1560. Venceu-os e arrasou a dita fortificação; mas a maior parte dos estrangeiros se refugiaram em terra-firme, de sorte que, não tendo o governador-geral tropa suficiente para guarnecer a sua conquista e regressando para a Baía, os franceses volveram à ilha de Sirigipe e reergueram o forte de Coligny. Antes de retornar à cidade do Salvador, dirigiu-se Mem de Sá a São-Vicente, onde tomou diversas e importantes medidas administrativas, entre as quais a incorporação em São-Paulo-de-Piratininga dos habitantes de Santo-André-da-Borda-do-Cam-

po. A metrópole não ficou satisfeita com o malôgro da expulsão dos franceses da baía de Guanabara, em 1560; e, por êsse motivo, em 1563 foi aprestada uma nova expedição, a qual, sob o comando de Estácio de Sá (sobrinho do terceiro governador-geral), chegou à barra do Rio-de-Janeiro a 6 de fevereiro de 1564 (*); mas, vendo que não lhe era possível, com os elementos de que dispunha, desalojar os intrusos das posições que ocupavam, cuidou de angariar mais fôrças, indo até São-Vicente, onde obteve bom número de soldados portugueses e indígenas, graças a Nóbrega, Anchieta, José Adorno e outros. De regresso dalí, saltou Estácio de Sá na Praia-Vermelha, e, no istmo entre o morro Cara-de-Cão e o Pão-de-Açúcar, fundou, a 1° de março de 1565, a povoação portuguesa, a que, em honra do rei de Portugal, chamou *São-Sebastião* (depois "Vila-Velha"). A falta de bons navios (pois regressaram ao reino os dois grandes em que viera a expedição), a peste e a fome que reinaram na região centro-litorânea do Brasil, não lhe permitiram cumprir integralmente a missão que o trouxera às nossas plagas. Dirigindo-se à cidade do Salvador, afim de receber ordens sacras das mãos do bispo d. Pero Leitão, Anchieta, que havia antes conferenciado sôbre o caso com Estácio e Nóbrega, também se entendeu com o governador-geral, para uma ação decisiva contra os intrusos. Mem de Sá, acompanhado do bispo e do padre Inácio de Azevedo, então visitador da Companhia de Jesús no Brasil, reuniu todas as fôrças de que dispunha e veio em demanda

(*) Sôbre a atividade de Estácio de Sá, na sua expedição de 1564-1567, além dos muitos informes que se encontram na "História da Companhia de Jesús no Brasil", de Serafim Leite, há o excelente resumo, devido a Capistrano de Abreu, e que se encontra às págs. 427-429 (nota) do vol. I (3ª ed. integral) da "História geral do Brasil" de Varnhagen.

da baía de Guanabara, onde chegou a 18 de janeiro de 1567. Esperou-se, para o combate definitivo, o dia 20, que era o consagrado ao santo homônimo do rei-menino de Portugal. Os franceses foram completamente destroçados, tanto em seu reduto central (o forte de Coligny), quanto na sua posição fortificada de Uruçú-Mirim (à foz do rio Carioca) (*) e até na ilha de Paranapuan (**), tendo sofrido no rosto um ferimento de flecha, do qual veio a morrer um mês depois, o bravo Estácio de Sá. Mem de Sá transferiu a séde da cidade, definitivamente denominada *São-Sebastião-do-Rio-de-Janeiro*, para as fraldas do morro do Castelo, onde foram logo construídos o colégio e a igreja dos jesuítas, bem como outros prédios imprescindíveis à nova urbe. Tomada a Martim Afonso de Sousa, que a havia abandonado, a capitania do Rio-de-Janeiro passou então oficialmente ao domínio pleno da coroa, tendo Mem de Sá escolhido para governador dela seu sobrinho Salvador Correia de Sá. A Ararigbóia (índio que, batizado, passou a chamar-se Martim Afonso Ararigbóia), morubixaba dos temiminós, foi concedida, como galardão dos serviços prestados por ele e sua gente na expulsão dos franceses, uma sesmaria na Praia-Grande, onde êle ergueu a aldeia de São-Lourenço, origem da atual cidade de Niterói.

(*) Em crônicas jesuíticas, deparam-se-nos as variantes *Uruçú-Mirim* e *Biroaçú Mirim*. Demos preferência à primeira, que é a existente nos mapas franceses, coetâneos da tentativa de Villegagnon. *Uruçú-Mirim* quer dizer "pequena abelha uruçú", talvez a *trigona subterranea*. Note-se que *uruçú* já é vocábulo composto de *eira*, "mel" ou "abelha", e *uçú*, "grande".

(**) A ilha chamada pelos tamoios *Paranapuan* ou *Maracajá* ("ilha dos gatos", porquê nela habitavam os selvagens *maracajás*, "gatos-do-mato", que migraram para o Espírito-Santo, confundindo-se talvez, alí, com os *temiminós*) recebeu dos portugueses os topônimos de "Ilha-dos-Sete-Engenhos" e "Ilha-do-Governador", por se haver fabricado nela bastante açúcar e de um ou mais dos seus engenhos ter sido proprietário Salvador Correia de Sá. *Paranapucú* não foi nome da referida ilha, porém sim do seu povoado inicial, constante do mapa que vem na obra de M. T. Alves Nogueira sôbre Nicolau Durand de Villegagnon.

Malogro da expedição que trazia o sucessor de Mem de Sá, d. Luiz Fernandes de Vasconcelos. — Atendendo, afinal, aos instantes pedidos do terceiro governador-geral, que, velho, enfermo e saudoso da pátria, queria morrer no seio da família, a rainha-regente (*) nomeou para seu sucessor a d. Luiz Fernandes de Vasconcelos, que trazia consigo, em a nau "Santiago", a maior leva de jesuítas destinados ao Brasil (40, inclusive o seu chefe, o padre Inácio de Azevedo). Afastando-se da esquadra (compunha-se esta de seis naus e uma caravela), a referida embarcação foi apresada por uma flotilha corsária, sob o comando de um calvinista saído da Rochela, Jacques Sória, sendo maltratados e precipitados no Atlântico, junto à ilha da Palma, a 15 e 16 de julho de 1570, todos os jesuítas, exceto o irmão que lhes servia de cozinheiro e que foi substituído pelo sobrinho do comandante da "Santiago", João Adauto, o qual figura, por sua assombrosa abnegação, entre os "quarenta mártires do Brasil". O restante da esquadra de d. Luiz Fernandes de Vasconcelos, batido por ventos contrários, chegou até às Antilhas, donde regressou aos Açores; rumando dali para o Brasil, trazia êle ainda 15 jesuítas, sob a direção de Pero Dias; assaltada a expedição por outro corsário francês, também huguenote, Jean Capdeville, não só o desventurado governador-geral morreu combatendo, como ainda foram martirizados mais 12 dos missionários inacianos. E isso tudo ocorreu em ponto não distante daquele arquipélago, a 13-14 de setembro de 1571.

(*) Por morte de d. João III, em 1557, houve duas regências em Portugal, antes da maioridade de d. Sebastião: a da rainha viuva, d. Catarina-da-Austria, de 1557 a 1562; e a do cardial d. Henrique (irmão de d. João III), de 1562 a 1568. Este cardial ainda foi rei, de 1578 a 1580, por motivo do perecimento de d. Sebastião em Alcácer-Quibir.

Os 40 mártires do Brasil (do vol. II da "História da Companhia de Jesús no Brasil", do p. Serafim Leite, S. J. — Não foram 40, mas 39, aos quais se juntou voluntáriamente João Adauto, os jesuítas mártires do Brasil, para onde vinham).

Fim do governo de Mem de Sá — Perdeu o terceiro governador-geral o seu melhor auxiliar, que era o padre Manuel da Nóbrega, falecido no Rio-de-Janeiro, a 18 de outubro de 1570; entre os altos e indeslembráveis serviços dêste à nossa pátria, ocupa lugar de destaque a fundação de três cidades, metrópoles da civilização brasileira: Salvador, São-Paulo e Rio-de-Janeiro, pois que foi o dirigente da segunda e o colaborador precípuo das duas outras. A 2 de março de 1572, expirou o benemérito governador-geral, que foi enterrado na igreja dos jesuítas. E no ano seguinte faleceu d. Pero Leitão.

Divisões efêmeras do governo-geral — Assumiu d. Sebastião, em 1568 (aos 14 anos de idade), o exercício dos direitos majestáticos; e, no mesmo ano do falecimento de Mem de Sá, dividiu o Brasil em dois governos, um ao norte, com sede na cidade do Salvador, e o outro ao sul, com a capital no Rio-de-Janeiro, nomeando para aquele o conselheiro Luiz de Brito e Almeida e para êste o desembargador Antônio Salema. Além de uma tremenda *razzia* contra os índios (comandada por Cristóvão de Barros), fizeram-se então novas entradas em busca de esmeraldas e tentou-se a conquista da Paraíba. Mas o mesmo soberano luso, pouco antes do desastre de Alcácer-Quibir, tornou a unificar a administração da colônia americana, que teve como governador-geral (de 1578 a 1581), a Lourenço da Veiga, cuja maior preocupação foi também com as entradas e com a Paraíba e em cujo governo ocorreu a ocupação do trono português por Filipe II. Sob o cetro dêste, governaram o Brasil Manuel Teles Barreto (1583-1587) e d. Francisco de Sousa (1591-1602), continuando-se a colonização do norte e sofrendo então nossas povoações litorâneas alguns ataques de piratas e corsários ingleses. Filipe III, depois do governo de Diogo Botelho (1602-1606), atendendo ao descobrimento de ouro de lavagem no litoral paulista, dividiu novamente o Brasil em duas administrações. Governaram o norte d. Diogo de Meneses (1608-1616) e Gaspar de Sousa (1616-1617), sendo dêste período, além do incremento das explorações minerais, a ocupação definitiva do Ceará, a expulsão dos franceses do Maranhão e a chegada da colonização portuguesa até ao extremo-norte da linha de Tordesillas (pela fundação de Belém-do-Pará, em 1616). O governo meridional foi denominado, nos documentos oficiais, Repartição-do-Sul, constituida pelas capitanias do Rio-de-Janeiro, São-Paulo e Espírito-Santo; e, do mesmo modo que d. Francisco de Sousa, também Artur de Sá e Meneses e seus sucessores foram governadores da "Repartição-do-Sul" até 1709, data em que foi criada a capitania de São-Paulo-e-Minas-do-Ouro.

Criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão — Gaspar de Sousa (1617-1621), foi o último governador do Brasil setentrional unificado, porquê, em consequência do progresso do extremo-norte, cujas comunicações com a metrópole eram mais rápidas, Filipe III dividiu a colônia luso-americana em Estado do Brasil (com a capital na cidade do Salvador) e Estado do Maranhão, compreendendo o Ceará, o Maranhão e o Grão-Pará (com a capital em São-Luiz). Eram inter-independentes. Feita a 13 de junho de 1621, durou essa divisão até 9 de julho de 1774, data em que o marquês de Pombal, prestando ao Brasil um dos seus mais assinalados serviços, extinguiu e dissolveu o Estado do Maranhão, o qual já havia passado por não pequenas modificações. Durante um certo período da nossa evo-

lução colonial, houve aquí três governos, o do Estado do Maranhão, o do Estado do Brasil e o da Repartição-do-Sul, notando-se, entretanto, que o capitão-general desta última ficara subordinado ao preposto do rei com séde na Baía.

4) INÍCIO DA CATEQUESE

Levas anteriores ao domínio espanhol (1549 a 1577) — Já vimos que com Tomé de Sousa, em 1549, chegaram ao Brasil os primeiros jesuítas, cujos nomes não devem ser olvidados: os padres Manuel da Nóbrega (chefe), João de Azpilcueta (que, por natural da Navarra espanhola, passou a ser tratado pelo cognome de *Navarro*), Antônio Pires e Leonardo Nunes (chamado pelos tupís *Abaré-bebê*, "padre voador") e dois irmãos, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome (que depois receberam ordens sacras). No ano seguinte, 1550, vieram mais quatro padres, um dos quais, o dirigente, era Manuel de Paiva. D. Duarte da Costa, em 1553, trouxe sete jesuítas, tres padres e quatro irmãos, sob a chefia de Luiz da Grã; dentre os irmãos, um ia tornar-se o grande santo do Brasil, José de Anchieta. Durante o prolongado govêrno de Mem de Sá, dirigiram-se para a nossa terra doze levas de jesuítas, mas apenas chegaram aquí as dez primeiras. Depois da morte de Mem de Sá e antes da ocupação de Portugal por Filipe II da Espanha, ainda entraram no Brasil 45 inacianos, vindos em cinco expedições, que se sucederam anualmente, de 1574 a 1577.

Levas de 1583 a 1604 (domínio espanhol) — Houve uma interrupção de seis anos na vinda de jesuítas para as nossas plagas, de 1577 a 1583. Recomeçadas nessa última data, foram as levas em número de onze até 1604, devendo-se às derradeiras, entre outros, os ilustres padres Luiz Figueira e Fernão Cardim.

5) AS PRIMEIRAS CIDADES

Embora geralmente criadas com o apelativo de "vila" (excetuadas a capital da colônia e a da Paraíba), as primeiras cidades, surtas em nossa pátria e que existem até agora com semelhante categoria administrativa, são as abaixo mencionadas.

São-Vicente — Já vimos que tomou êsse topônimo, por haver sido fundada no dia em que a Igreja comemora o mártir ibérico do século VI. Deveu-se a Martim Afonso de Sousa, a 22 de janeiro de 1532. A abra, em que ela surgiu, já era conhecida por aquela denominação, visto ter sido descoberta a 22 de janeiro de 1502. São-Vicente não cresceu muito, em consequência do aparecimento de Santos, em melhor situação para o tráfego marítimo (*).

Olinda — Foi fundada em 1535 por Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco (e só elevada à categoria de cidade mais de um século depois, no reinado de d. Afonso VI). Bem razão teve ela de opor-se

(*) Antes de São-Vicente, já se havia iniciado por aventureiros e pelo menos um degredado o povoamento (1531) de Cananéia, que foi elevada a vila em 1600, Itanhaém teve o seu início em 1549 e já era vila em 1561. Interessante é o surto de São-Francisco-do-Sul, nas costas de Santa-Catarina. Fundaram-na em 1553 alguns sobreviventes da expedição Salazar-Sanabria, e ali nasceu d. Fernando Trejo y Sanabria, depois bispo de Tucumán e fundador da universidade de Córdoba; abandonada, foi refundada, mediante autorização do governo paulista, concedida em 1642, por Antônio Fernandes e Manuel Lourenço de Andrade.

(embora malogradamente) aos fóros municipais da povoação vizinha, porquanto Recife veiu a progredir mais do que ela, não obstante só ter sido cidade em 1710.

Santos — Iniciado o seu povoamento entre 1532 e 1535 (por Braz Cubas, os irmãos genoveses Adornos e outros), recebeu os fóros de vila em 1546.

Cidade do Salvador — Fundada pelo primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, foi solenemente inaugurada a 1º de novembro de 1549 (*).

São-Paulo — Originou-se do "Colégio de Jesús", estabelecido pelos discípulos de Loiola, a 25 de janeiro (dia da conversão de São Paulo) de 1554, entre os rios Tamanduatei e Anhangabaú, afluentes do Tieté. Elevada à categoria de vila em 1560, mereceu as honras de cidade (como "ficha-de-consolação" da guerra-dos-emboabas) em 1711.

Vitória — Surgiu em 1558, na ilha primeiramente chamada de "Santo-Antônio" e depois de "Duarte de Lemos" (por haver sido doada a êste). Fundaram-na, em nome do donatário (Vasco Fernandes Coutinho), d. Jorge de Meneses, d. Simão de Castelo-Branco e os jesuitas (já estabelecidos no Espírito-Santo, desde 1551). Só foi elevada a comarca em 1835.

Rio-de-Janeiro — Teve três fundações sucessivas. A primeira foi a francesa, devida à expedição de Vil-

(*) Antes de ser fundada a cidade do Salvador, já tinham surgido as capitais das donatarias de Pero do Campo Tourinho e Jorge de Figueiredo Correia. A vila de Porto-Seguro, na Baia-Cabrália, foi erguida pessoalmente pelo primeiro, em 1536; e nesse mesmo ano ou no seguinte um representante do outro (que não quís deixar o rendoso cargo de "escrivão da Fazenda" em Lisboa), o castelhano Francisco Romero, fez ali aparecer a vila de São-Jorge-dos-Ilhéus (que é a atual cidade de Ilhéus).

legagnon, a 11 de novembro de 1555; o forte de Coligny, erguido na ilha de Sirigipe (hoje Villegagnon), seria o início da cidade de Henriville (assim chamada em honra de Henrique II, rei da França), capital da França-Antártica, então projetada. A fundação da vila-velha, já denominada de "São-Sebastião" (por motivo de chamar-se Sebastião o rei de Portugal), foi efetuada por Estácio de Sá, a 1° de março de 1565. E Mem de Sá, em consequência da expulsão dos franceses a 20 de janeiro de 1567, mudou nesse dia a capital para o lado de cá da baía de Guanabara, conservando o nome de "São-Sebastião", ao mesmo tempo que transformava a donataria de Martim Afonso de Sousa (ainda vivo) em capitania-da-coroa, nomeando primeiro capitão-mór dela a seu sobrinho Salvador Correia de Sá.

Paraíba (atual João-Pessoa) — Surgiu, já com a denominação de cidade "Filipéia de Nossa-Senhora-das-Neves" (por alvará de Filipe II, de 29 de dezembro de 1583), à margem direita do rio Paraíba-do-Norte, tendo sido fundada por Martim Leitão, auxiliado pelos jesuítas, a 4 de novembro de 1585.

São-Cristóvão — Foi fundada por Cristovão de Barros (filho de Antônio Cardoso de Barros), em 1° de janeiro de 1590, perto da foz do rio Sergipe. Existe até agora, tendo perdido a categoria de capital de Sergipe, em consequência do surto de Aracajú (séde do governo de Sergipe, desde 17 de maio de 1855).

Natal — Originou-se do forte dos "Três-Reis-Magos", fundado (a 6 de janeiro de 1597), junto à foz do Rio-Grande-do-Norte, por uma grande expedição, sob o comando de Manuel de Mascarenhas Homem, de quem eram imediatos Feliciano Coelho de Carvalho e

Jenônimo de Albuquerque. A êste foi que coube levantar, nas proximidades da dita fortaleza, uma povoação, chamada "Natal", por haver sido inaugurada a 25 de dezembro de 1599, e que, séde do governo daquela capitania-da-coroa, ainda hoje o é do Estado do Rio-Grande-do-Norte (*).

(*) No século XVII, como se verá nos capítulos respectivos, é que surgem, entre outras cidades, as capitais do Ceará, do Maranhão, do Pará e do Amazonas: Fortaleza foi fundada pela expedição de Martim Soares Moreno, junto à ponta do Mucuripe, em 1611; São-Luiz (em homenagem a Luiz XIII, rei de França) foi inaugurada a 1° de novembro de 1612, devendo-se à expedição de La-Ravardière, para a malograda tentativa da França-Equinocial; Belém-do-Pará foi fundada por Francisco Caldeira de Castelo-Branco, a 12 de janeiro de 1616; e do forte denominado "Destacamento-do-Resgate", mandado construir por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1671, surgiu a vila da Barra-do-Rio-Negro, depois cidade de Manaus (do nome dos indígenas da região).

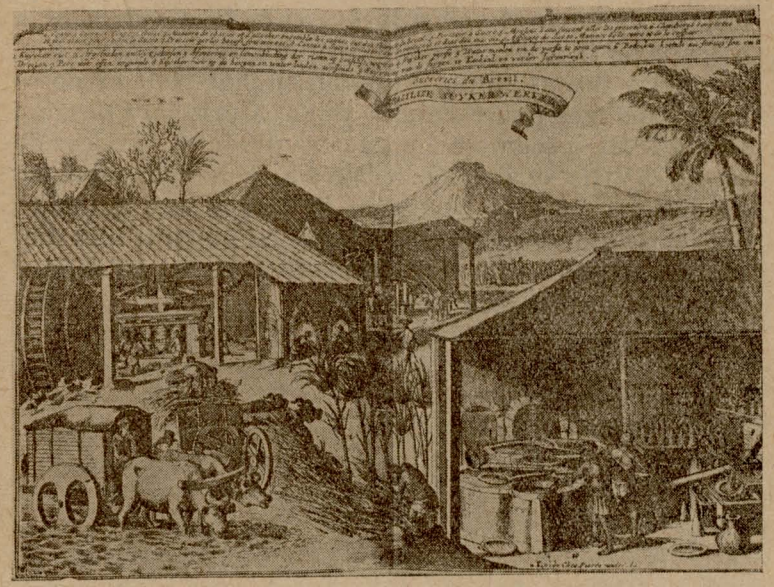
6) MANIFESTAÇÕES INICIAIS DA VIDA ECONÔMICA.

A primeira riqueza da nossa terra foi o pau-brasil, objeto do contrabando aquí realizado principalmente pelos franceses. Tanto êsse comércio de contrabando, quanto o legítimo (a preciosa madeira corante era monopólio da coroa portuguesa), declinaram completamente no sul do nosso país, desde começos do século XVII.

Depois daquela riqueza indígena, surgiu a importada do açúcar, a qual, desde antes dos meiados do século XVI, se extendeu de São-Vicente a Pernambuco. O número de engenhos e a fabricação tiveram considerável desenvolvimento, na zona setentrional, em consequência das invasões holandesas. Duas outras plantas indígenas, o algodão e o tabaco, entraram também com o seu contingente para o progresso econômico do Brasil, tendo-se iniciado aquí a sua cultura no século XVII, sobretudo no nordeste e na Baía, nesta especialmente o tabaco, também monopólio da metrópole.

A criação de gado teve maior impulso ao norte do que ao sul, no período de que tratamos. Na região mineiro-baiana, teve ela a cooperação dos bandeirantes paulistas, que ou se estabeleceram com currais no alto São-Francisco ou ajudaram a exterminar os índios bravios, quando a pecuária se expandiu do "mimoso" de

beira-mar para o "agreste" do *hinterland* (*). Um sertanista dos começos do século XVIII encontrou, somen-



O engenho de açúcar

te na zona de currais banhada pelo São-Francisco, 63 fazendas de gado vacúm e 5 de gado cavalar. A criação

(*) Não devem ser esquecidos os nomes dêsses bandeirantes, dois dos quais, Matias Cardoso de Almeida e Antônio Figueira, foram companheiros do "caçador de esmeraldas". Um dos primeiros que foram expurgar de selvagens os sertões do São-Francisco, em terras da Baía, chamava-se Domingos Barbosa Calheiros (1658). Mais tempo andou também por lá, pelejando contra o gentio, Estevão Ribeiro Balão Parente (1671-1674), cujo filho, João Amaro, ficou por aquelas bandas. De 1674 a 1695, pouco mais ou menos, exerceu a sua assombrosa atividade, ao norte do nosso país, à frente do seu terço de mamelucos, Domingos Jorge Velho, um dos fundadores do Piauí e o principal extintor dos Palmares; sucederam-lhe Matias Cardoso de Almeida e Manuel Álvares de Morais Navarro. A todos êsses intrépidos paulistas muito deve a expansão da zona da pecuária no Brasil setentrional e central.

de muares, começada tanto em São-Paulo, quanto na Baía e em Porto-Seguro, onde chegou a notável grau de prosperidade, foi abandonada, por fôrça de leis da metrópole (a de 1642 vedou-lhes a criação e a de 1761 a entrada no Brasil).

Além dessas fontes de riqueza material do nosso país, mais três iam aparecer ainda, a primeira desde o século XVII, a segunda e a terceira desde os começos do século XVIII: o algodão, cultivado principalmente no nordeste; o café (introduzido no Grão-Pará, em 1727, pelo sargento-mór Francisco de Melo Palheta); e os diamantes (descobertos em Minas-Gerais, em 1729, por Bernardo da Fonseca Lobo) (*).

(*) Houve no Brasil colonial três fases de atividade econômica: a agrícola, a mineira e a pecuária. Na primeira, a fonte de riqueza foi o açúcar (São-Vicente, Pernambuco e Baía), a que logo se juntou o algodão (no nordeste), sobrepondo-se aos mesmos o café (no extremo-norte, século XVIII, e depois no centro-sul, século XIX). O ouro de lavagem, encontrado em meiados do século XVI, é substituído pelo ouro de bêta ou veieiro, de fins do século XVII a meiados do século XVIII; e os diamantes começam a ser explorados em 1729. A criação de gado desenvolveu-se, a princípio, no nordeste (o seu centro mais importante foi o Piauí, conquistado em 1674), tomando depois maior incremento ao sul e no centro (Rio-Grande-do-Sul e Minas-Gerais, bem como São-Paulo), cujos grandes rebanhos foram em grande parte formados por compras feitas aos currais platinos. O negro africano foi o melhor auxiliar dos colonizadores brancos do Brasil, tanto para os trabalhos de mineração, quanto para as culturas da cana e do café.

III — A FORMAÇÃO ÉTNICA

1) O elemento branco. 2) O indígena brasileiro. 3) O negro. 4) A etnía brasileira.

1) O ELEMENTO BRANCO

Tendo estado sujeito ao domínio castelhano (de 1580 a 1640), recebeu o Brasil colonizadores de toda a Península-Ibérica, tendo sido, entretanto, os nossos povoadores portugueses muito mais numerosos do que os espanhóis. Outros arianos, por efeito de efêmeras conquistas territoriais, assim como pela indústria, pelo contrabando e pelo tráfego comercial, — franceses e holandeses, principalmente, — também tomaram parte em nosso *melting-pot*, durante os dois primeiros séculos da evolução brasileira.

Cumpre-nos dizer, em primeiro lugar, que todos êles eram cristãos, com a diferença, porém, de que portugueses e espanhóis se haviam conservado fiéis à Santa-Sé, enquanto franceses e holandeses eram então adeptos da Reforma. Por isso, a expulsão dos invasores huguenotes ou luteranos (protestantes) favoreceu a unidade religiosa do Brasil, onde domina o catolicismo.

Em segundo lugar, cabe-nos fazer a ponderação de que, para felicidade nossa, todos êsses primeiros povoadores arianos do Brasil se encontravam num

período de notável adiantamento intelectual e econômico, devido aquele à Renascença, então em pleno fulgor na Península-Ibérica, assim como logo depois na França e na Holanda, e o outro aos descobrimentos marítimos e à mudança do eixo mercantil do mundo, que se deslocara de Veneza para Lisboa. Ainda mais do que a Espanha, Portugal muito progrediu, em todo o século XVI, graças ao contacto com as outras nações da Europa, que se iam abastecer no empório lisboeta, opulentado pelos produtos do oriente.

Já vimos que o elemento português, dos fatores brancos o que mais pesou em nosso *melting-pot*, não era puro-sângue, e sim um produto de muitos cruzamentos, no qual preponderaram o conquistador romano e o invasor árabe. Mas, por efeito de sua posição geográfica, o português tendeu sempre a formar um tipo à parte, diferente do espanhol, isto é, com feição própria, individual e característica.

O lusitano patenteou a sua bravura, não só enfrentando os soldados de Roma, como, depois, vencendo e expulsando os invasores muçulmanos. E revelou, mais tarde, o seu espírito aventureiro, aliançado à intrepidez belicosa, devassando "mares nunca dantes navegados" e conquistando terras da África, da Ásia e da América, ao ponto de formar o maior império colonial que houve no mundo moderno.

O português, quando veiu para o Brasil, achava-se naquela fase bem denominada por Antônio Sardinha de "a atração da lei dos litorais".

Da missão histórica de Portugal, — a de revelar a imensidão do planeta humano para a civilização e para a cultura, — e da sua capacidade colonizadora, é incontestavelmente o Brasil o mais belo florão.

E o brasileiro deve orgulhar-se de trazer nas veias o nobre sângue dos heróis do pequeno reino de Afonso Henriques, porque recebeu deles todo um admirável conjunto de predicados físicos, intelectuais e morais. A robustez e a coragem, a afetividade, a índole hospitaleira, o espírito de solidariedade beneficente, a fé religiosa, a tendência constante para a poesia e a arte, — tudo isso nos veiu em grande parte do elemento português (*).

Finalmente, é preciso acrescentar que, não tendo o luso, ao contrário de muitos outros arianos, nenhum preconceito de raça, — em nosso país não se formou nenhum enquistamento étnico, semelhante ao que constitue o mais grave problema da grande república yankee.

(*) Os portugueses eram então geralmente chamados "reinóis" (ou "ilhéus", quando procedentes de algum ponto dos arquipelagos pertencentes a Portugal na costa da África), sendo pejorativos os apelativos que lhes foram dados por ocasião de lutas nativistas: *emboabas, mascates* e *marinheiros*. Ao branco, filho de português, nascido no Brasil, dava-se o epiteto de "mazombo".

2) O INDÍGENA BRASILEIRO

ETNOLOGIA DO SELVAGEM BRASILEIRO

Origem do ameríndio — Em meiados do século XIX, existiam duas correntes para a explicação do aparecimento e localização do *homo sápiens* nas diversas partes do globo terrestre: a do *monogenismo,* que admitia o gênero humano como procedente do casal bíblico; e a do *poligenismo,* segundo a qual houve vários "centros antropogênicos". Esta aceitou o autoctonismo, e aquela admitiu inúmeras procedências. Mas, antes de falecer em 1859, o grande Humboldt abriu uma fase nova para o estudo da origem do *homo americanus*: a do confronto dos selvagens do Novo-Mundo com outros povos, que não os das velhas hipóteses. Deve-se-lhe a idéia, verossímil e aceitável, da migração de norte-asiáticos para a América, em tempos recuados, pela longa cadeia das 150 ilhas Aleutas, idéia logo esposada pelo famoso etnólogo Peschel. Chegou-se mesmo, pouco depois, a admitir a possibilidade de migrações nipo-chinesas, em épocas remotas, para as costas da América Central, constituindo a lenda de Fu-Sang um dos vestígios dessa expansão amarela. Por fim, o insigne Paul Rivet, encarando o problema ao tríplice aspecto antropológico, linguístico e etnológico, e os escritores filiados à moderna "escola histórico-cultural", conjugando os seus valiosos estudos, puseram em fóco a hipótese das migrações malaio-polinésias, das quais resultaram os nossos ameríndios, evidentemente mongolóides ou mongo-malaios. As provas do mongolismo dos nossos selvícolas (*), reunidas às da existência, na América, dos mesmos ciclos culturais dos povos xantodermos do Pacífico, não permitem mais dúvidas sérias sôbre a origem mongo-malaio-polinésia dos selvagens do Novo-Mundo, particularmente os do Brasil.

Classificação dos índios do Brasil — Hoje, afim de evitar confusões, vai sendo geralmente empregada a expressão "ameríndios", ao invés da de "índios", para a designação dos íncolas primitivos do continente des-

Indios brasileiros

coberto pelo imortal genovês. A primeira classificação dos brasilíndios não teve uma base sólida, nem intuito científico, pois resultou apenas da observação, realizada pelos conquistadores portugueses e pelos missionários jesuítas, das diferenças somáticas, e, em

(*) Já foram observadas, entre outras, a "mácula sacra mongólica" (vulgarmente chamada "genipapo" e "patacão") e a "oligofrenia mongoloide".

particular, da diversidade linguística, entre os habitantes do litoral e os ocupantes do *hinterland*. A estes foi dado o nome de *tapúias* (índios de língua travada) e aos outros o de *tupís* (índios da língua-geral). Em 1894, Karl von den Steinen (em sua admirável obra "Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens") propôs a classificação seguinte: *a) tupís; b) gés; c) caraíbas; d) nú-aruacs* ou *maipures; e) goitacás; f) panos; g) miranhas; h) guaicurús*. Mas Paul Ehrenreich, seu companheiro na segunda expedição ao Brasil, achou preferível considerar inclassificáveis os quatro últimos grupos, aliás de importância secundária, ficando, portanto, reduzidos a quatro os grandes grupos dos nossos selvícolas: *tupís, gés, caraíbas e aruáquis* (*).

Diretrizes migratórias e distribuição geográfica dos quatro grandes grupos brasileiros — Nômades, pois que ainda se encontravam no período da caça e da pesca, pela falta de animais arrebanháveis, os nossos selvícolas tiveram diversas diretrizes migratórias, antes da chegada dos conquistadores ibéricos, com a qual, todavia, coincidiu um dêsses seus movimentos de expansão. Eis como podem elas ser sumariadas:

a) Tupís-guaranís — Tiveram o seu centro de expansão na mesopotâmia dos dois formadores do

(*) Dos grupos até agora não classificados, os mais importantes são os seguintes: os *panos*, habitantes do território do Acre: os *tucanos* (chamados *betóias* pelo erudito etnólogo yankee Brinton), ora disseminados pelo Solimões e pelas Guianas; e os extintos *goitacás* e *carirís*. Dêsse rol fazia parte o grupo dos *borôros*, dividido em Mato-Grosso nas duas tribus seguintes: a dos *borôros-cabaçais*, habitantes das imediações dos rios Cabaçal e Jaurú; e a dos *borôros-da-campanha*, localizados às margens do rio Paraguai; mas, graças aos elementos linguísticos deixados por Alcides d'Orbigny e publicados por Crequy-Monfort e Paul Rivet, assim como a outros subsídios científicos, pudemos chegar à conclusão de que os *borôros* não passam de um esgalho dos *otuquês* chiquitanos, migrados da Bolívia para o Brasil em época incerta (veja-se "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro", t. LXXXIII, 1918, págs. 5-67).

Prata, parecendo certo, pelo exame do *avá-nheên* ("língua-de-gente"), que os *guaranís* constituem os mais antigos dêste grupo. A sua diretriz migratória foi a sul-norte, em três correntes: a oriental, a central e a ocidental. Beirando a Serra-do-Mar, extenderam-se os tupís pelo litoral brasileiro, chegando até ao Amazonas e à parte oriental da Guiana; ficaram conhecidos por "tupís-da-costa" pelos portugueses, que também lhes deram ao idioma, o *nheengatú* ("língua-boa"), a denominação de "língua-geral", que serviu de "língua-de-civilização" dos primitivos donos da nossa terra. Obedecendo à diretriz central, tiveram como "estradas-que-andam", para a sua penetração setentrional, os rios Tapajós e Xingú. Finalmente, no rumo ocidental, chegaram até à Bolívia. A língua dos tupís que ocuparam as margens do nosso rio-mar recebeu a denominação de "nheengatú-do-Amazonas". Parece que a expansão do grupo tupí, forçando a deslocação dos *gés*, foi a última realizada pelos nossos índios, pois entra já no período da conquista e colonização do Brasil pelos portugueses. O grupo tupí-guaraní extendeu as suas tribus pela forma seguinte: *tapes*, no interior, e *carijós*, no litoral do sul, chegando até Cananéia; eram *tupinambás*, os *tamôios* (*) do Rio-de-Janeiro, os *temiminós* (*tupiminós*) do Espírito-Santo; os *tupiniquins e tupinambás*, propriamente ditos, da Baia, os *caetés* e *potiguaras*, do nordeste; além de outros, eram tupís: os *otampís, tembés, omáguas* e *cocamas* às margens do Amazonas; os *apiacás e parintintins*, do alto Tapajós ao Madeira; os *chiriguanos* e *guaraios*, às

(*) Parece-nos que a boa prosódia deve ser *tamôio* e não *tamóio*, porquê o vocábulo vem de *tamúia* ou *tamúi*, "o avô". Anchieta, no final do seu poema, escreveu "tamuyas hostes".

margens do Bêni e Mamoré; e os *tapirapés*, em Goiaz. Os tupís mesclados estabeleceram-se às margens dos afluentes do Amazonas, como os *maués* (fabricantes de guaraná), *mundurucús* e *curuaés*.

b) *Gés* — Presumidos descendentes do "homem da Lagoa-Santa", os selvícolas brasileiros, chamados antigamente *tapúias* ou *crans*, passaram a ser conhecidos, graças a Martius, pelo simples apelativo de *gés*, tirado do sufixo que lhes entra na denominação de muitas tribus. São os mais atrasados dos primitivos donos da nossa terra, e êsse grau inferior de civilização ainda pode ser observado nos sobreviventes dos *botocudos* (assim chamados pelo uso de batoques de pau no lábio inferior), os *bugres* ou *xocrêns*, encontrados desde Minas-Gerais até Santa-Catarina, e nos restos de outras cabildas do Brasil central e setentrional. Não se sabe ao certo si o seu centro de expansão foi o baixo Xingú ou a bacia do rio Doce; o inegável, porém, é que ela se efetuou na direção leste-oeste, pois os *gés* ocidentais apresentam maior adiantamento do que os seus irmãos orientais. E o rumo tomado por essa deslocação, conforme vimos acima, é uma das provas de que a mesma foi determinada pelo movimento dos tupís litorâneos. Ao que se presume, foram estes que deram àqueles a designação genérica de *tapúias*, isto é, "bárbaros". Algumas tribus dêste grupo extinguiram-se completamente, como os *aimorés* (certamente os mesmos *botocudos*), cujo nome sobrevive numa serra, junto à qual moraram outrora, e os *cariris* (*quiriris*), que se espalhavam antigamente pelo sertão dos rios Paraguaçú, Itapecurú e Mearim, e de que são tidos como restos os *carnijós* de Pernambuco. O curioso grupo abrange os *proto-gés* (subdivididos em *proto-gés do norte e proto-gés do sul*) e *gés derivados* (*).

c) *Aruacs* — São também chamados *nú-aruács* (*nú* é o seu possessivo da primeira pessoa) e *maipures*. Parecem ter tido o seu centro de expansão entre o alto Amazonas e o rio Negro ou na região brasilio-venezuelana. A sua migração, provavelmente a primeira de todos os grupos brasileiros, foi no sentido oeste-leste, pois que se extenderam desde a Bolívia até à costa setentrional da Venezuela, deixando em nosso país as tribus dos *culiseús, uaurás, custenaús, moxós* e *baurés*. Achavam-se êles, na época pre-colombiana, entre os rios Orinoco e Negro, quando, hábeis navegadores, resolveram invadir a região marítima setentrional, onde não só conquistaram as Antilhas (exterminando-lhes os habitantes primitivos), como também a parte meridional da península de Florida. Eram os *aruacs* um povo de civilização bastante adiantada (há quem os diga cognatos dos *chibchas*), já agricultores e ceramistas. A uma de suas tribus, a dos extintos *aruans*, atribuem-se os belos vasos encontrados nos cerâmios da bacia amazônica (Santarém e Marajó). Os *parecís*, considerados como dêste grupo, ocuparam a serra e os campos matogrossenses, a que

---

(*) *a*) São proto-gés do norte: os descendentes dos *botocudos*, chamados *crenáquis* em Minas e *nacnanúquis* ("habitantes-da-serra") no Espírito-Santo; os *camacans* (a que pertencem os *mongoiós*, *moniengs* e *cotoxós*), da região centro-litorânea; e os *pataxós* (a que se filiam os *copoxós, paniames, maxaculis* e *macunís*), não distantes dos anteriormente citados. *b*) São proto-gés do sul: os *caingangs*, dos quais restam as tribus dos *camés* e *colonas* (ou *xôcrens*), que se extendem do interior de São-Paulo ao do Rio-Grande-do-Sul, e vulgarmente conhecidos por "bugres" e "coroados", notadamente no Paraná e em Santa-Catarina. *c*) São gés derivados: os *acroás* (dos quais são cognatos os extintos *jeicós* e *goguês*); os *caiapós* (ou *bús*), povo numeroso, com esgalhos ao sul, ao norte e ao oeste, como sejam as tribus dos *uxierins, cradaós, caracatís* ("gaviões"), *apinagés, macamecrans* (chamados *caraós, caraús* ou *craós*, na Baía, assim como *timbíras* ou *canelas-finas*, no Maranhão), *temembús, acobús* e *suiás*; e os *acuêns* (subdivididos em *xavantes, xerentes, xicriabás, jeicós, acroás* e *goguês*) do Brasil central.

deram nome. Presume-se também pertencerem-lhe a tribu dos *paumarís,* aquática (pois vive em canoas) e ictiófaga, do Purús, e a dos *cunibos* do Jutaí (os quais usavam uma espécie de camisa), assim como os *guanás* e *terenos.*

d) *Caraíbas* — A Karl von den Steinen é que se deve a determinação do centro étnico dêste grupo nas cabeceiras do Xingú. Andrófagos, foram a princípio chamados "canibais". Guerreiros, tornaram-se implacáveis inimigos dos *aruacs.* À semelhança dos *máias,* também usavam velas em suas embarcações. A sua expansão foi no rumo centro-nordeste, deixando-nos, todavia, umas oito tribus. Do Amazonas subiram para o extenso território da Guiana, indo depois estanciar na Venezuela oriental. E, finalmente, dalí partiram para a conquista das Antilhas, donde expulsaram os *aruacs.* Quando os espanhóis chegaram à América insular, deparou-se-lhes um fenômeno curioso: as mulheres dalí falavam uma língua diferente da dos homens, porquê elas eram as descendentes dos *taínos* (epíteto dado alí aos *aruacs*), ao passo que o sexo masculino era então exclusivamente representado pelos *caraíbas* vencedores. Foi esta a segunda das grandes expansões dos grupos brasileiros (*).

ETNOGRAFIA DO SELVAGEM BRASILEIRO

Estado político — Os nossos tupís já haviam chegado ao estado político da divisão dos poderes, pois

(*) As tribus caraíbas existentes em nosso território são as seguintes: a dos *palmelas,* à margem esquerda do Madeira; a dos *pimenteíras,* ao sul do Piauí; a dos *nauquás* e a dos *bacaerís,* nas cabeceiras do Paranatinga e às margens do Xingú; a dos *pianocotós* e a dos *mariquitáris* (ou *maiongcongs*), às margens dos rios Parú, Jarí e Jamundá; a dos *crixanás,* no Jauaperí; e a dos *macuxís,* no rio Branco.

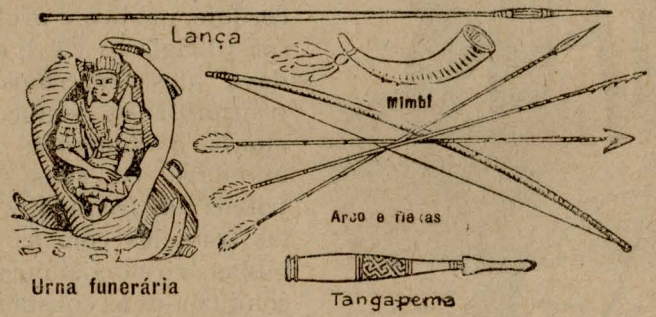
Chefe tupinambá

que, além de um chefe espiritual, o *piaé* ou *pajé* (*), tinham também tirado, dentre os mais bravos da tribu, o seu chefe temporal, o *tubixaba* ou *tuxáua,* a quem obedeciam os *morubixabas* ("capitães-da-guerra"), por ele designados (**). O *pajé* era, ao mesmo tempo, além de "arquivo humano das tradições da tribu", sacerdote, médico e professor (dirigia os ritos, cuidava dos enfermos e transmitia as lendas do clan); o *tubixaba* comandava os seus contribais nas frequentes lutas travadas com as cabildas circunvizinhas e conduzia-os às constantes caçadas e pescarias (sempre feitas como em pé de guerra). Era na *ocara,*

(*) *Piaga,* que se encontra em rimas de Gonçalves Dias, depois imitado por outros escritores de nota, não é voz túpica. O mesmo acontece com *cacique,* palavra mexicana, desconhecida das tribus do grupo tupí-guaraní. O grande poeta maranhense também fez uso, no "Canto do piaga" e no "I-jucá-pirama", do vocábulo *manitô,* designativo de "alma-do-outro-mundo" entre os *algonquinos* da América-do-Norte.

(**) Na Confederação-dos-Tamôios, por exemplo, houve simultâneamente diversos *morubixabas,* cada um dos quais, à frente dos seus guerreiros, atacou os portugueses do litoral fluminense e de São-Paulo. São conhecidos os nomes de dois dêsses cabos-de-guerra dos tamôios: *Cunhambéba e Jaguanharó.*

praça circular das suas aldeias, que os nossos indios, à voz do seu chefe temporal, se reuniam numa espécie de parlamento (*nheengaba*), para a decisão dos negócios mais importantes da tribu: declaração de guerra, mudança da aldeia, indicação do dia da caçada e da pescaria. Em geral, só eram amigas, chegando, por vezes, a coligar-se (como a poetizada confederação dos *tamôios*), as malocas do mesmo sangue, pois que, de ordinário, uma tribu tupí era sempre inimiga figadal de qualquer tribu tapúia. Mas, enquanto os *gés* faziam a guerra de surpresa, os *tupís* já a declaravam com



Armas indígenas

antecedência, mediante uma flecha com entalhes, cujo número marcava os dias de aviso prévio do ataque; tinham também a formalidade do aprisionamento, a qual consistia em pôr a mão direita sôbre o ombro do inimigo vencido; faziam do quebramento da flecha um símbolo de paz; e, finalmente, ainda possuiam uma espécie de condecoração por atos de bravura,

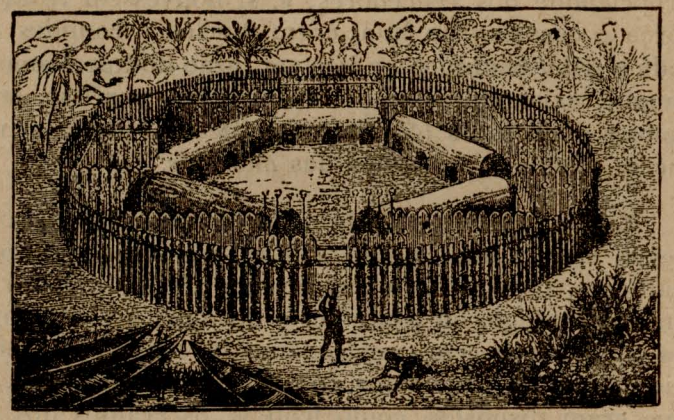
como o *pariuatê-rã* do *mundurucús* (*). As suas armas de guerra eram as seguintes: o *tacape*, *tamarana* ou *tangapema* (de *tacã-pé*. "galho cortado"), clava de madeira, às vezes ornamentada, como as dos *tuxáuas* e *morubixabas*, o arco (*uirapára, uirapá*) e a flecha (*uíba, uí*), notando-se que já sabiam envenenar as setas e torná-las incendiárias; e, em algumas tribus, encontravam-se também a lança (*murucú*) e um tubo (*zarabatana*), para o lançamento, por sôpro, de pequenas setas ervadas. Os prisioneiros de guerra não eram conservados (isto é, não se tornavam "servos") como propriedade dos vencedores; e, si houvessem revelado fôrça e coragem na luta, eram mortos e comidos por toda a tribu triunfante, e isso em razão do totemismo do sangue, existente entre os tupís. Estes, por isso, eram apenas *andrófagos* (**), não sacrificando nunca as mulheres, donde a existência das *marabás*.

Estado social — Cada tribu contava diversas aldeias; e cada uma destas, a *taba*, era um conjunto de palhoças (*ocas*), dispostas circularmente, à beira de um rio ou lago, ou longe-perto do mar; a praça interna chamava-se *ocara;* externamente, era a taba defendida por uma forte cêrca de pau-a-pique (*caiçara*), em que eram dispostos, como troféus, os crânios dos inimigos abatidos nos banquetes totêmicos. A aldeia du-

(*) Vejam-se, a propósito dos lineamentos jurídicos dos nossos índios, a "História do direito nacional" (págs. 146-154), de Isidoro Martins Júnior; a monografia de Max Schmidt, "Sobre o direito dos selvagens tropicais da América-do-Sul" ("Boletim do Museu Nacional", vol. VI, n. 3, págs. 223-251); e "O direito entre os indígenas do Brasil" (São-Paulo, 1938), de Martius, tradução feita por Amaral Gurgel e prefaciada pelo erudito prof. Spencer Vampré.

(**) Cumpre que se distinga o canibalismo, que consiste em comer carne humana (tanto do homem, quanto da mulher), isto é, a *antropofagia* propriamente dita, do sacrifício dos prisioneiros de guerra, posto em prática pelos nossos tupís, ou seja a *androfagia* totêmica.

rava, quando muito, uns quatro anos, porquê, escasseando o alimento nas águas e matos circunvizinhos, era imprescindível a mudança para outro ponto, muitas vezes para beira-mar, transformando-se então a *taba* em *tapera*. Não tendo podido chegar ao estado gregário, pela falta de animais arrebanháveis, e não havendo atingido ainda a certo adiantamento na agricultura, os nossos tupís eram nômades. Entre êles, dominava a poligamia, com vestígios de poliandria; mas ainda permaneciam no período da endogamia (isto é, os casamentos só eram permitidos entre indivíduos



Taba

do mesmo sangue ou da mesma tribu), sendo frequentes as uniões determinadas pela consanguinidade avuncular (tio materno com sobrinha) ou pelo levirato (casamento da viuva com o cunhado). Em algumas tribus, já se esboçava o instituto jurídico do dote (*mendarepí*). Andavam nús ou usavam pequenas tangas; mas, para distintivos hierárquicos (bélicos e religiosos),

traziam cocares (*canitares ou acangataras*), *araçoias* e *enduapes;* as mulheres, enquanto virgens, distinguiam-se por uma liga vermelha, a *tapacorá,* disposta em redor do tornozelo esquerdo. A sua pintura de guerra era feita com a tinta vermelha do urucú (*bixa orellana*) e com a tinta azul do genipapo (*genipa americana*). Além disso, ou se tatuavam, como os *mundurucús* (que

Lutas de aimorés

traçavam na parte inferior do rosto uma espécie de açâimo de linhas geométricas entrecruzadas), ou, mais comumente, perfuravam o lábio inferior, no qual introduziam um batoque de pau, osso ou resina, processo a que se deu o nome de *tembetismo* (de *tembê,* "lábio").

Estado econômico — Os nossos selvícolas achavam-se ainda na período neolítico: eram de pedra polida as suas facas (*quicés*) e machados (*gis*). As suas agulhas (*auís*) e anzóis (*pindás*) eram feitos de acúleos de palmeira ou de espinhas de peixes. Conheciam alguns metais, porém não os sabiam trabalhar. Não se

lhes havia deparado também nenhum animal que pudessem domesticar, para tiro ou montaria. Conheciam, entretanto, o fogo, que obtinham pelo atrito de um pequeno pau roliço, girado velozmente em um ôco de madeira. Graças ao fogo, moqueavam (isto é, assavam

Ornatos de índias

a fogo lento) a caça e o pescado, de sorte que, mediante êsse processo, conservavam por muitos dias a carne, que era a sua principal alimentação (*). Por meio do fogo, fabricavam de troncos abatidos de árvores rijas as suas grandes canoas (*igaras, igarités, igaraçús*), ao passo que as canoas ligeiras (*ubás*) eram

(*) Tinham os nossos tupís três processos para a cocção dos alimentos: o do moquêm, espeto ou rolete em que assavam a carne; o de envolver a caça pequena ou peixes miúdos em folhas, quais as da aboboreira ou da taióba, e introduzir esse embrulho num buraco da terra, fazendo fogo por cima; e o de três pedras em que assentavam panelas de barro, dando êles a êsse fogão rudimentar o nome de *itácuruba* (que aparece corrompido ou contracto em *tacuruba* e *tacurú*).

feitas de grossas cascas vegetais. Ao contrário dos gés, os tupís eram exímios canoeiros, navegando a remos em lagos e rios e até no mar (beirando sempre a costa). A sua agricultura era incipiente, porquanto apenas cultivavam a mandioca (*maní*) e o milho (*avatí*), de cuja fermentação, bem como da do cajú, tiravam a sua bebida alcoólica, o *cauin* (*cauin-macaxêra, caxirí*). Das folhas da mandioca faziam uma comida especial, a *maniçoba*, e das raizes extraíam a farinha (*cuí*), para *bejú* e mingáu (de *tucupí* ou *tapioca*). Comiam também a abóbora (*gerimum*) e as folhas tenras das cucurbitáceas (*cambuquira*), o cará, a batata-doce (*jetica*) e o amendoim (*mendubí*). Muitas tribus já usavam o sal (extraído geralmente de terras ribeirinhas de grandes rios e lagos), assim como a pimenta, donde o seu forte môlho, chamado *jiquitáia*. De barro apropriado faziam as suas panelas e outros utensís domésticos: *itanhaens, igaçabas, camucins*. De fibras vegetais teciam os seus cestos (*panacús* e *urús*), tamizes (*urupemas*) e redes, tanto de dormir (*quiçaba*), quanto de pescar (*puçá*). Sabiam fazer também: *giráus*, para depósitos de objetos; bancos de assento; *parís* (cêrcas de paus e folhas) e *jiquís* (côvos de fibras trançadas), para a pesca; e *mondéus* (de *mondé*, "o laço"), armadilhas para a caça dos animais grandes, pois que as destinadas aos pequenos eram as *urupucas* ou *arapucas*. Ainda permaneciam no período da propriedade coletiva, exceto quanto às armas, tangas, ornatos e objetos domésticos (*).

(*) De fibras vegetais, além de tiras para amarrar, *tipóis*, ainda faziam: sacos, *petiuâns* ou *matiriris*; cobertas, *pupé-cauaras* ou *tapiciranas*; e esteiras, *tupés*. Utilizavam-se igualmente de uma armadilha para a pescaria, o *cacuri*. Afora o tabaco, que queimavam e sopravam em tubos de taquara, por ocasião de certas festividades e ritos, eram conhecedores, no vale do Amazonas, da coca, *ipadú*, e do *guaraná*, êste fabricado ainda hoje pela tribu dos *maués*.

Estado religioso — Eram totemistas e astrólatras. Uma das nossas tribus túpicas tinha por certo que a alma dos seus indivíduos se converteria num beijaflor (*guainumbí* ou *maïnumbí*), para o efeito da vida de além-túmulo (*). Do tótem do sangue provinha a preponderância do homem sôbre a mulher, assim como a denominação dos membros da família, os quais recebiam designações diferentes, conforme a linha, paterna ou materna, a que pertenciam. Modalidade típica dêsse totemismo do sangue era a *couvade*, existente em quasi todas as cabildas do Brasil. Tinham os nossos primitivos íncolas muito medo do trovão (*tupã-çununga*) e do raio (*tupã-beraba*), dos quais inferiram os seus catequistas a existência de um deus único, *tupã*. Acreditavam também os tupís numa espécie de diabo, chamado *anhã* ou *anhanga* (**) ao sul e *jurupari* ao norte. Embora sem templos, adoravam o sol (*guarací*, "mãe dos viventes") e a lua (*jací*, "nossa mãe"). Era muito rudimentar o seu culto dos mortos, porquê não tinham cemitérios, limitando-se, geralmente, ao enterro dos cadáveres (dispostos à semelhança de fétos) em grandes potes de barro (*igaçabas*), encontrados tanto suspensos dos tetos de cabanas abandonadas, quanto no interior dos *sambaquís*. Em razão de presidir às ceremônias rituais, de conjurar os espíritos celestes considerados funestos, de curar enfermos e de predizer o futuro, o *pajé*, vibrando apenas o

(*) Os *borôros* têm dois tótems, um para a origem da tribu e outro para a transformação de cada indivíduo dela, *post-mórtem*. Assim é que êles se julgam descendentes do veado e acreditam que, morrendo, a alma se lhes transforma em uma arara vermelha.

(**) *Anhangá*, vulgarizado pelos formosos versos de Gonçalves Dias, não é "diabo", mas "diabrura", pois não passa de uma apócope de *anhangaba*, que se encontra ainda hoje no riacho canalizado da bela capital paulista, *Anhangabaú*, "rio das diabruras". O grande poeta maranhense, como se póde ver de duas quadras do "Canto do piaga", também adotava a forma *tupá*, "deus", em lugar de *tupã*.

maracá sagrado (um chocalho todo ornamentado), dispunha ainda de mais prestígio sôbre os selvícolas do que o *tuxaua* e os *morubixabas*.

Estado cultural — As línguas de todos os grupos brasileiros pertencem à categoria das chamadas "aglutinantes". Além de não ter ditongos consonantais (como os das "linguas travadas" dos *gés*), o tupí também não possue os sons *f*, *l* e *r* forte. O *avá-nheên*, o tupída-costa ("lingua-geral", segundo a denominação portuguesa) e o nheengatú-do-Amazonas constituem um idioma só. Não existe no tupí verbo algum que corresponda ao nosso abstrato "ser". A formação das expressões substantivas é a mesma de todas as línguas de origem fetíchica: *itá* é "pedra" e *quicé* é "faca"; para se dizer "faca-de-pedra", ligam-se apenas aquelas duas palavras, *itá-quicé* (à semelhança do inglês *stone-knife* e do alemão *Steinmesser*). Na conjugação dos verbos, bastam sufixos especiais para a indicação dos modos e tempos; assim, de *jucá*, "matar", formam-se: *a-jucá* ou *xê-a-jucá*, "eu mato"; *a-jucá-ne*, "eu matarei"; *i-jucá-pírama*, "aquele que vai ser morto". Os nossos índios não possuíam escrita, embora já soubessem desenhar, como se infere das suas inscrições rupestres, encontradas principalmente na bacia amazônica (algumas das quais têm sido atribuídas, por etnólogos de excessiva fantasia, até a hebreus). A sua capacidade estética rudimentar aparece na arte plumária, nas tatuagens, na decoração dos maracás e tangapemas, na ornamentação dos vasos e utensís. A cerâmica encontrada em Marajó e Santarém, atribuída aos *aruans*, é das mais belas do Novo-Mundo, maugrado não terem ainda os nossos selvícolas inventado a roda ou o torno dos oleiros. Os instrumentos mú-

sicos dos tupís eram o *toró* (avena de taquara), o *boré* (flauta de osso), o *uatapú* e o *mimbí* (buzinas de marisco e de osso) (*), o *guarará* e o *uaí* (tambores de pele e de madeira). As suas *pocemas*, festas ruidosas, constavam sempre de dansas (*jeroquís*) e cantos (*poracês*), quer fôssem rituais, quer fôssem guerreiras. Das suas diversões musicais, as mais comuns eram as "dansas imitativas", tanto que sobrevive entre os nossos sertanejos a do *cururú* ("sapo"). As mascaradas, entretanto, não passavam de "dansas religiosas" (**), ocupando entre elas lugar de destaque a do *jurupari*. Como se deduz dos poucos números que empregavam, da contagem do tempo pela frutificação do cajueiro ou pelas lunações, das idéias confusas que formavam do dia, da noite e da ordem planetária, estavam ainda os nossos primeiros índolas na infância dos conhecimentos científicos. As suas lendas, finalmente, referiam-se principalmente à sagacidade dos animais que melhor conheciam e à origem do cultivo de certas plantas úteis (a mandioca e o milho)

Cerâmica marajoara

(*) *Inúbia*, talvez corruptela de *mimbí*, é voz poética, desconhecida de todo o grupo tupí-guaraní. Veja-se o que a respeito dessa palavra diz acertadamente Beaurepaire-Rohan, em seu "Dicionário de vocábulos brasileiros".

(**) Aceitamos e seguimos a classificação feita por Curt Sachs, em sua "Histoire de la danse" (trad. de L. Kerr, París, 1938), págs. 38-39.

3) O NEGRO

INÍCIO DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR E ESCRAVIZAÇÃO DOS ÍNDIOS

Enquanto não foram descobertas as riquezas minerais da nossa terra, toda a atividade econômica (não se falando no comércio da *ibirá-pitanga*) teve por principal fonte de renda a indústria açucareira, a que se juntou bem depressa a da criação de gado. O primeiro engenho foi o que Martim Afonso de Sousa instalou em São-Vicente, logo após haver fundado, em 1532, essa colônia agrícolo-militar. A exemplo do que já haviam feito outros portugueses (como os da nau "Bretoa"), habituados ao cativamento dos naturais do continente negro, Martim Afonso de Sousa, em 1533, concedeu permissão a Pero de Góis, afim de que êste levasse para Portugal 17 índios brasileiros, reduzidos à escravidão. Provavelmente, o próprio fundador de São-Vicente experimentou o trabalho dos nossos selvícolas em seu engenho, depois transferido aos Schetz de Amsterdam, aos quais se associou Giuseppe Adorno (*). Ao

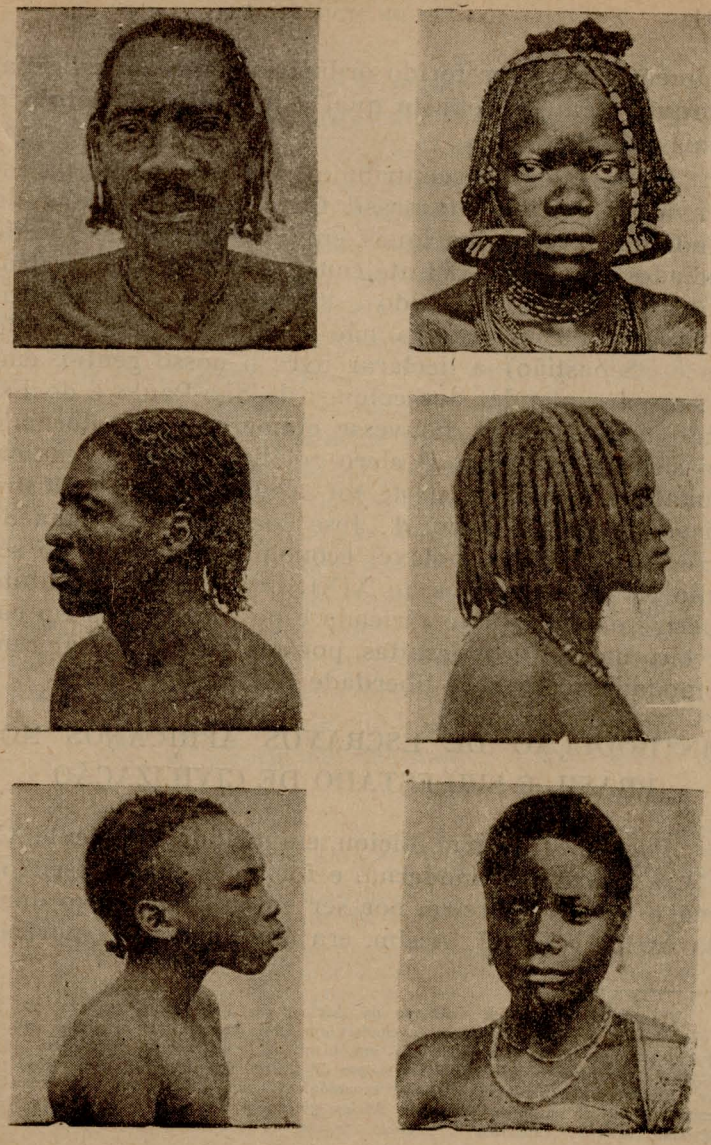
(*) Dos Adornos expulsos de Gênova por André Dória, em 1528, cinco vieram para Portugal, donde se passaram para o Brasil, na esquadra de Martim Afonso de Sousa. Só um deles, por implicado em certo crime de morte, foi homiziar-se (em companhia de seu cúmplice, Afonso Rodrigues) na baía de Todos-os-Santos: chamava-se Paulo e casou com uma filha do Caramurú, tendo sido pai do entradista Antônio Dias Adorno. Os quatro restantes (Antônio, Francisco, José e Rafael) ficaram em São-Vicente e em Santos, notando-se que José Adorno se tornou opulento senhor de engenho, foi quem, em navio seu, levou os jesuitas para Iperoí e ainda ajudou a expulsão dos franceses do Rio-de-Janeiro.

criar aqui o sistema das capitanias hereditárias, o que deu ensejo a também surgir em Pernambuco e outras regiões do norte a indústria açucareira, permitiu o soberano que os donatários reduzissem os índios a cativeiro, podendo vender até 39 dêles, anualmente, em Lisboa.

Mas os portugueses bem cedo se capacitaram de que os filhos das nossas florestas só tinham jeito para homens de guerra ou para remeiros, assim como, posteriormente, para o trabalho das minas. E, por isso, para fazerem progredir a sua incipiente indústria açucareira e a cultura de mantimentos em nossas terras tropicais, tiveram os europeus de recorrer, sem demora, ao braço africano. Evidentemente, só o fizeram depois que averiguaram a completa inadaptação dos índios aos trabalhos agrícolas, porque era considerável a diferença de preço entre um escravo colhido aqui no mato e um preto transportado da África para cá. Até quasi meiados do século XVII, os paulistas, que se entregavam à caça de índios, principalmente dos arrebanhados nas missões jesuíticas meridionais pelos castelhanos, vendiam cada um deles a 4$000, nos mercados do Rio-de-Janeiro ou nos da terra bandeirante. O escravo trazido da África pelos negreiros custava de 20 a 30 libras inglesas, tendo havido momentos excepcionais, em que o preço subiu a 100 esterlinos (*).

Por motivo da extensão ocupada pelos portugueses, do clima e das diversas formas da atividade econômica, logo estabelecidas, — zona da cana-de-açúcar e zona da pecuária, — o elemento negro acumulou-se na

(*) Roberto Simonsen, "História econômica do Brásil", vol. I, pág. 205.



Africanos

primeira delas, preferido ordinàriamente ao indígena, porque, além de robusto qual êste, era mais sóbrio e mais submisso.

Outro fator que contribuiu para o aumento da escravidão africana no Brasil foi o jesuita. Depois da vinda das missões inacianas, em levas sucessivas (desde meiados do século XVI até começos do XVII), a metrópole, que havia permitido o apresamento dos primitivos donos da nossa terra, não tardou (desde o reinado de d. Sebastião) a declarar livre o nosso gentio, embora, para atender aos colonos de São-Paulo e do Estado do Maranhão, houvesse efêmeramente retornado ao sistema anterior. O clero católico, tanto o regular, quanto o secular (e dêste foi exemplo típico o ilustre bispo de Pernambuco, d. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, notável economista dos fins do século XVIII e começos do XIX), homologou o instituto ibérico da escravidão africana e possuiu negros em cativeiro até 1870; os jesuítas, por sua vez, só se bateram denodadamente pela liberdade dos nossos índios.

INTRODUÇÃO DE ESCRAVOS AFRICANOS NO BRASIL E SEU ESTADO DE CIVILIZAÇÃO

Portugal foi quem iniciou, em meiados do século XV (*), a escravidão moderna, e foi quem mais desenvolveu o tráfico negreiro, por ser então o exclusivo dono da África colonial. Assim, era óbvio que, ao empreender a colonização do Brasil, recorresse ao eficaz auxílio do braço negro, por não se achar o branco afeito aos rigores da canícula intertropical. À medida que ia sendo exterminado o gentio, mais se incrementava a introdução de africanos em nosso país, onde o tráfico organizado se prolongou de 1568 a 1855.

(*) Então Gonçalves, voltando da África, em 1442, da expedição que lhe foi ordenada por d. Henrique-o-Navegador em 1441, trouxe cativos alguns mouros, que o egrégio infante mandou pôr em liberdade; mas aquele nauta, em 1443, entendeu de trocar os seus prisioneiros por 10 negros de Guiné, os quais, conforme fr. Francisco de São-Luiz ("Índice cronológico", pág. 25), foram "os primeiros escravos que da costa ocidental da África vieram a Portugal". Em 1445, Nuno Tristão, achando vantajoso o negócio, trouxe do continente negro mais de 40 cativos. Foi assim que se iniciou em Portugal a escravidão moderna. Veja-se, a propósito do início da escravidão negra em Portugal, o capítulo intitulado "De como Antão Gonçalves trouxe os primeiros cativos", às págs. 140-141 do precioso volume "O manuscrito Valentim Fernandes". A este e a Nicolau da Saxônia é que se deve o primeiro livro impresso em língua portuguesa, com o título latino "Vita Christi", em 1495.

Consoante a asserção de Damião de Góis, perfilhada pelo insigne Varnhagen, os "escravos africanos vieram para o Brasil desde a sua primitiva colonização", pois que já os trouxe Martim Afonso de Sousa, o fundador de São-Vicente (1532). Não tardou a regular-se êsse tráfico (*), parecendo ter sido de 1568 o primeiro "assento" para a introdução de escravos negros em nosso país, feito pelo então governador do Rio-de-Janeiro, Salvador Corrêia de Sá, com João Gutierres Valério. Em meiados do século XVII, já havia em nossa terra cêrca de 50.000 escravos negros, dos quais possuía Pernambuco, — onde mais se desenvolvera a indústria açucareira, — a maior quantidade, o que explica a formação dos quilombos dos Palmares. Quando Portugal cogitou da criação de empresas mercantis, modeladas pelas da Holanda, não se esqueceu do tráfico de escravos. A revolta de Bekman, por exemplo, teve

(*) Dos "Documentos históricos", publicados recentemente pela nossa Biblioteca Nacional (vol. XXXV, págs. 65-66 e 73-74), infere-se que, em 1541 e 1544, foram concedidas isenções de direitos para a aquisição de dois escravos, anualmente, pelos vigários das capitanias do Espírito-Santo e São-Vicente; em 1549, igual favor foi concedido ao meirinho Manuel Gonçalves; e, como se pode ler na obra de Perdigão Malheiro, "A escravidão no Brasil" (Rio, 1866-1867), vol. III, pág. 25, d. João III, por um alvará de 1549, recomendava fossem introduzidos no Brasil escravos de Guiné e da ilha de São-Tomé, de sorte que viessem a caber 120 a cada engenho de açúcar, já montado e capaz de funcionar.

como uma das suas causas (pois ela foi indubitàvelmente uma sublevação econômica) a falta de cumprimento, por parte da Companhia de Comércio do Maranhão (fundada em 1682), da cláusula, a que a mesma se obrigara, de introduzir anualmente alí 500 escravos, trazidos do continente negro. Só em 1755 e 1758 foi que Pombal emancipou definitivamente os índios do Estado do Maranhão e do Estado do Brasil. E, como compensação aos colonos, criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), seguida da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1758), as quais, pela introdução de grande número de escravos negros, fomentaram intensamente o progresso material do norte do nosso país.

Os naturais da África, vendidos pelos seus sóbas aos portugueses e trazidos para o Brasil, vieram da costa e da contra-costa da terra de Cam, tendo sido adquiridos pelos senhores-de-engenho de Pernambuco e da Baía a maior parte dêles, até meiados do século XVII; no século seguinte, os maiores empórios da venda de escravos africanos foram os do Rio-de-Janeiro (*) e da cidade do Salvador; e, de meiados do século XVIII até meiados do XIX, por motivo do ciclo do café, a mercadoria humana afluíu primeiramente para o Grão-Pará e Maranhão, derivando depois para a terra fluminense e para a terra dos bandeirantes. Dêsse modo, distribuíram-se por todos os sectores do Brasil agrícola os variados tipos de escravos que o continente negro nos forneceu (**).

(*) Na terra fluminense e em Santa-Catarina, foram também introduzidos os *camundás, camundongos* e *quiçamãs* (dêstes proveiu o nome da primeira usina de açúcar que houve no Brasil), aos quais faz referência Oswaldo Cabral, em "Laguna e outros ensaios" (pág. 174).

(**) Conforme Artur Ramos, que sistematizou e completou os estudos anteriores (de Nina Rodrigues e outros), o grupo mais importante dos pretos introduzidos no Brasil foi o sudanês, que dos mercados da Baía se espalhou pelas povoações do Recôncavo e, depois, por outros pontos do nosso território. Dêsses negros sudaneses, os mais notáveis foram os *jorubas* ou *nagôs* e os *gêges*, vindo em seguida os *minas*. Entraram, ao mesmo tempo, em nosso país dois povos de origem bérbere-etiópica e influência muçulmana: os *fulas* e os *mandês*. Os bantús foram introduzidos em Pernambuco (extendendo-se a Alagoas), Rio-de-Janeiro (donde se disseminaram por Minas e São-Paulo) e Maranhão (dali atingindo ao Grão-Pará). Esses bantús foram os *angolas*, os *congos* ou *cabindas*, os *benguelas* e os *moçambiques*. Artur Ramos chegou à seguinte conclusão: "Sudaneses e bantús, entrados no Brasil, aquí se fundiram uns com os outros, constituindo uma população escrava que se foi amalgamando aos demais contingentes da civilização brasileira, — em cruzamentos biológicos e inter-influições de ordem psico-sociológica".

(*) De *Olorún*, "o céu" ou "o senhor do céu", se geraram divindades superiores e inferiores, a todas as quais se dá o apelativo de *orixás*. Os seus três deuses supremos são: *Obatalá*, nume andrógino, a cujo princípio feminino se aplica a denominação de *Odúa* ou *Odudúa; Xangô*, o deus dos raios e trovões; e *Ifá*, que, além de patrono do amor e da fecundação, é ainda revelador do oculto. Os seus *orixás* inferiores são: *Ogún*, deus da guerra; *Iemanjá*, deusa das águas; *Oxó-oxi*, deus dos caçadores e dos viajantes; *Dadá*, protetor das crianças recemnascidas; *Ocó*, deus da agricultura; e *Exú* (também chamado *Elegbá, Eleguá* e *Eleguara*), o diabo.

Como os pretos vieram para a nossa terra de vários pontos da África, quer da costa ocidental, entre o Cabo-Verde e o cabo da Boa-Esperança, quer da costa oriental (Moçambique) e até de algumas regiões do interior, não é possível afirmar-se que todos êles se encontravam no mesmo degrau da escada ascencional da civilização. Assim, os negros dos grupos *angola-conguense* e *moçambique* (pertencentes à hoje chamada "cultura bantú") estavam mais atrasados do que os *jorubas, evês, fântis-axântis, hauçás, tapas, mandês* e *fulas* (pertencentes às culturas sudanesas, notando-se que os quatro últimos haviam sofrido a influência maometana) (*). Os primeiros acima citados achavam-se na fase do fetichismo puro (adoravam as árvores) e da propriedade coletiva, com uma organização rudimentar da família e do seu govêrno patriarcal. Os que receberam certo influxo do islamismo (como os famosos *malês* da Baía) eram os relativamente mais adiantados, e foram êsses, sem dúvida, os que em nossa terra tomaram parte em movimentos de rebelião, ou para se organizarem em quilombos, ou para atender aos que lhes acenavam com a libertação.

Uns e outros, quer entregues aos trabalhos domésticos, entre os quais se compreendiam os da criação dos filhos dos seus senhores, quer no árduo amanho das terras, em que plantavam a cana-de-açúcar, o café, o algodão e mantimentos (alguns, e não poucos, foram também empregados na cata de diamantes), exerceram significativa influência em todos os sectores da nossa evolução, certamente em muitos dêles mais ainda do que o elemento indígena. Verifica-se isso, não somente em nosso *melting-pot* (*), como também em nossa culinária, em nosso folclore, notadamente em grande número de superstições. Além disso, a extrema sentimentalidade do brasileiro deve ter sido incrementada pelo farto leite da "raça afetiva", denominação acertadamente dada por Augusto Comte à africana.

Fator preponderante da nossa economia até 1888, o elemento negro não deixou de concorrer para a indolência e até para a dissolução moral dos seus escravizadores. Asssim, bem considerada ao seu aspecto psicológico e amplo, a escravidão moderna foi mais funesta aos brancos do que aos pretos, porquanto estes formaram para os seus descendentes livres, nas plagas edênicas do Novo-Mundo, um berço e uma civilização, como provàvelmente jamais teriam nas míseras cubatas e nos adustos rincões da África.

PALMARES

Referindo-se à confederação de mocambos, estabelecida pelos negros, que, em 1630, fugindo de Pernambuco, então invadido pelos holandeses, se acoutaram na

(*) Como se vê dos "Ensaios de antropologia brasiliana" (pág. 128), de Roquete-Pinto, no primeiro centenário da nossa independência ainda havia, para 51 % de brancos, 14 % de negros e 22 % de mulatos, em contraste com 2 % de índios e 11 % de caboclos.

serra da Barriga (em Alagoas), disse Oliveira Martins ("O Brasil e as colônias portuguesas", pág. 64): "É uma Tróia negra, e sua história uma Ilíada". Não faltou quem desse aos quilombos, onde os escravos africanos organizaram, pela primeira vez, em nosso país, o seu regime de liberdade, a denominação de "República dos Palmares", ao invés da de "reino", mais consentânea com o título do chefe, "zâmbi". Felizmente, um dos nosos maiores cientistas, Nina Rodrigues, deixou sôbre o sangrento episódio um dos seus melhores trabalhos, em que aproveitou a expressão do insigne historiador de além-mar, "A Tróia Negra" (*).

A referida confederação de quilombos (que durou quasi tanto quanto o império brasileiro, isto é, 65 anos, de 1630 a 1695), chegou a ter talvez mais de 20.000 habitantes e extendeu-se "por mais de 60 léguas, em vasta zona de palmeiras, que, cortada de outras matas, corre, ao longo da serra da Barriga, da parte superior do rio São-Francisco, quasi de norte a sul, até ao sertão do cabo de Santo-Agostinho". Desde o govêrno do general Francisco Barreto de Meneses (1648-1657) até ao de João da Cunha Souto-Maior (1685-1688), foram realizadas em Pernambuco cêrca de 25 infrutíferas expedições, destinadas a pôr termo àquele perigoso reduto. Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, propôs-se, em 1687, ao governador Souto-Maior, para dar cabo da confederação dos pretos, firmando-se contrato regular (ratificado em 1691 pelo governador marquês de Montebelo e confirmado por d. Pedro II em 1693). Era tão difícil a tarefa, que só no govêrno de Caetano de Melo e Castro (1693-1699) foi que marchou Domingos Jorge Velho contra os Palmares. Não tendo podido to-

(*) "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", t. LXXV (1912).

mar o reduto, nessa primeira acometida, em que foram pesadas as perdas dos dois lados (morreram cêrca de 800 homens das duas partes beligerantes), sugeriu o paulista ao sobredito governador a formação de um grande exército. Êste, num total de quasi 6.000 combatentes (voluntários e regulares, pernambucanos e alagoanos, sob o comando do capitão-mór Bernardo Vieira de Melo e do sargento-mór Sebastião Dias, reunidos aos paulistas de Domingos Jorge Velho), tomou a famosa Tróia-Negra a 14 de maio de 1695, tendo sido morto o *zâmbi* cêrca de seis meses mais tarde (20 de novembro de 1695) e prolongando-se a captura dos últimos quilombolas até 1697 (*).

(*) É curial haja contribuido essa vitória para o povoamento da vasta zona interior de Pernambuco e Alagoas (as cidades desta, Jacuipe e Atalaia, surgiram na região de Palmares), dificultado, até fins do século XVII, pelos quilombolas confederados, cuja revolta contra a escravidão mereceu da empolgante musa social de Castro Alves os inspirados versos da "Saudação a Palmares".

4) A ETNÍA BRASILEIRA

A etnía brasileira resultou da fusão de três elementos: o *xantodérmico*, dono de toda a vasta região e ocupando-a, sem solução de continuidade, de sul a norte e de léste a oeste; o *leucodérmico*, representado pelo português, descobridor e colonizador, assim como por outros arianos, vindos em menor número e por diversas causas, já atrás apontadas, quais o espanhol, o francês e o holandês; e o *melanodérmico*, aqui introduzido em avultada quantidade, desde o início da colonização regular até 1855, para, no estado de escravidão, prestar incontestáveis serviços à vida doméstica, à agricultura, às minas e a diversas outras indústrias.

Dos três principais fatores de que saiu o brasileiro dos tempos coloniais, nenhum era puro ou homogêneo: o português era um grupo étnico de formação complexa, como já tivemos ocasião de assinalar; a população ameríndia era também heterogênea, tendo sido dos *gés* e *tupís*, encontrados no litoral ou próximo dele, os últimos os que preferentemente aceitaram o cruzamento com o branco; e o africano, trazido para aquí pelos seus escravizadores lusos, procedia de diversos tipos raciais do continente negro.

Feito em larga escala o cruzamento das três raças por toda a extensão do país, agravou-se-lhes a com-

plexidade étnica por virtude da distribuição irregular no território da colônia luso-americana. Assim é que os brancos se condensaram nas cidades do vale amazônico e nas do litoral, predominando na região meridional (Paraná, Santa-Catarina e Rio-Grande-do-Sul), onde prevaleceu, como para São-Paulo, uma forte corrente migratória ariana (sobretudo italiana e alemã). Os pretos, introduzidos a princípio nas terras de mineração (de ouro e diamantes) e na faixa agrícola (do açúcar, tabaco e algodão) costeira, vieram a predominar na zona da cefeicultura (São-Paulo, Rio-de-Janeiro, Espírito-Santo e Minas-Gerais), tendo sido considerável a sua influência no *melting-pot* da Baía. Refugados da faixa litorânea, onde foram substituidos pelos negros (submissos, sóbrios e igualmente afeitos ao clima tropical), os índios foram entregar-se principalmente às indústrias extrativas e ao pastoreio na hiléia amazônica, nas caatingas nordestinas e nos campos do planalto central, onde ainda se lhes encontram alguns poucos clans em estado primitivo.

Em consequência da maior robustez física do elemento ariano, da imigração do mesmo, da extinção do tráfico de escravos há quasi um século e da aplicação das leis de hereditariedade ao crescimento demográfico de nosso país, tem sido cada vez maior o embranquecimento do povo brasileiro.

A etnía brasileira, aceitando-se como de 42 milhões a população atual do nosso país, pode ser representada aproximativamente pelos elementos antropológicos seguintes: 60 % de brancos; 20 % de mulatos; 10 % de mamelucos ou caboclos; 8 % de negros; e 2 % de índios puros.

IV — A EXPANSÃO GEOGRÁFICA

1) Os centros iniciais da vida colonial. 2) Conquista das regiões setentrionais. 3) As entradas e as bandeiras. 4) Os tratados de limites.

1) OS CENTROS INICIAIS DA VIDA COLONIAL

No século XVI, foram três os principais centros da vida colonial, surtos no litoral brasileiro, São-Vicente, Olinda e cidade do Salvador. Nos começos do século XVII, em consequência da expulsão dos franceses do Maranhão, formaram-se dois outros, na região setentrional de nossa pátria: São-Luiz e Belém-do-Pará.

São-Vicente — Da vila vicentina foi que irradiou o povoamento da efêmera vila de Piratininga, logo substituida por Santo-André-da-Borda-do-Campo, cuja duração também não foi longa, por haver sido incorporada a sua gente na vila de São-Paulo-de-Piratininga. De São-Vicente resultou logo a fundação de Santos, seguida de outras vilas litorâneas, como Itanhaém e Iguape, devendo-se a todas elas o ciclo do ouro de lavagem, o qual levou o povoamento a outros rincões meridionais (Paraná e costa catarinense). Da vila de São-Paulo-de-Piratininga, como também de Taubaté e Sorocaba, partiram os bandeirantes que, aproveitando a favorável rêde potamográfica, conquista-

ram as províncias jesuíticas meridionais (Guairá, Uruguai, Tape e Missões) e descobriram as opulentas jazidas de ouro de Minas-Gerais, Mato-Grosso e Goiaz. Conforme veremos mais adiante, os bandeirantes paulistas não só concorreram para extinguir os índios bravios desde a Baía até ao Ceará, como tomaram parte considerável no povoamento do Piauí.

Baía — Centro de maior relevo, principalmente aos aspectos religioso e administrativo, a cidade do Salvador foi o ponto de que partiram os conquistadores de Sergipe e dividiu com Ilhéus a glória do início do ciclo das entradas. Embora menos importante que o de São-Paulo, o bandeirismo baiano não só desbravou o extenso sertão das margens do São-Francisco, mas ainda cooperou com os pioneiros do sul para o devassamento de Minas e Goiaz. Da Baía partiram igualmente os conquistadores do Piauí.

Olinda — A capital da donataria de Duarte Coelho não tardou a notabilizar-se pela riqueza, oriunda da cana-de-açúcar e estadeada em luxo e festas que chegaram a receber condenações do alto dos púlpitos. Perto dela, surgiu pouco mais tarde Recife, que também se opulentou rápidamente. De ambas irradiou o progresso para o interior, para o sul (Alagoas) e para o norte (Paraíba). Delas partiu, antes das invasões holandesas, a defesa da costa setentrional contra os estrangeiros que tentaram ocupar alí alguns pontos do nosso território. Foi em consequência de tudo isso que Pernambuco, a "Zuickerland", se tornou o centro em torno do qual giraram por muito tempo as atividades de Alagoas, Paraíba, Rio-Grande-do-Norte e Ceará, o que se pôs de manifesto, mais tarde, até na revolução de 1817 e na Confederação-do-Equador.

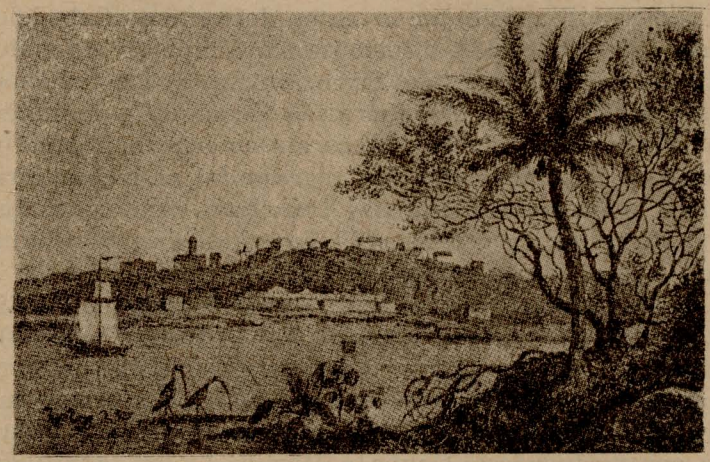
São-Luiz-do-Maranhão — Derrotados os franceses que a fundaram em 1613, tornou-se ela o centro de que partiu a ocupação da foz do Amazonas (fundação de Belém-do-Pará, em 1616). Em consequência disso, foram logo expulsos os ingleses e holandeses que visavam à conquista do nosso rio-mar. Foi criado o Estado do Maranhão (1621), após o que Pedro Teixeira incorporou (graças à sua expedição de 1637-1639) todo o vale do Amazonas no domínio de Portugal, e surgiu, mais tarde, a vila da Barra-do-Rio-Negro, que é hoje a cidade de Manaus.

2) CONQUISTA DAS REGIÕES SETENTRIONAIS

Excetuadas as capitanias de Pernambuco e Itamaracá, onde, sobretudo na primeira, se fez sentir o profícuo esfôrço dos respectivos donatários, as demais da região setentrional do Brasil ficaram em completo abandono, nada havendo feito Antônio Cardoso de Barros no Ceará e malogrando-se todas as tentativas de ocupação das outras, tendo sido a expedição de Luiz de Melo, em 1554, a última que baldadamente empreendeu a posse do Maranhão. A colonização do norte extendeu-se de fins do século XVI a meiados do XVIII, em parte por iniciativa oficial e em parte por obra dos criadores de gado, como aconteceu no Piauí, e dos missionários católicos (jesuítas e outros religiosos), como ocorreu nas duas margens do Amazonas. A intrusão dos franceses no Maranhão levou a ocupação portuguesa a estirar-se até ao extremo-norte da linha de Tordesillas, isto é, até à foz do nosso rio-mar.

Colonização da Paraíba — Tendo-se malogrado a tentativa do governador-geral do norte, d. Luiz de Brito e Almeida (1572-1577), com uma esquadra de 12 naus, para a ocupação da Paraíba, um ricaço de Pernambuco, Frutuoso Barbosa, resolveu fazê-lo à sua custa, mediante a doação, que pedira, de uma capitania temporária ali, o que lhe foi prometido pelo governador-geral Lourenço da Veiga (1578-1581). Nada tendo conseguido na primeira investida, Frutuoso Barbosa realizou

outra (já no governo interino de Cosme Rangel, 1581-1583), em que, ajudado por Simão Rodrigues Cardoso, conseguiu fortificar-se defronte do Cabedelo, depois de haver apresado cinco barcos franceses, carregados de *ibirá-pitanga*. Naquela região, havia duas grandes tri-



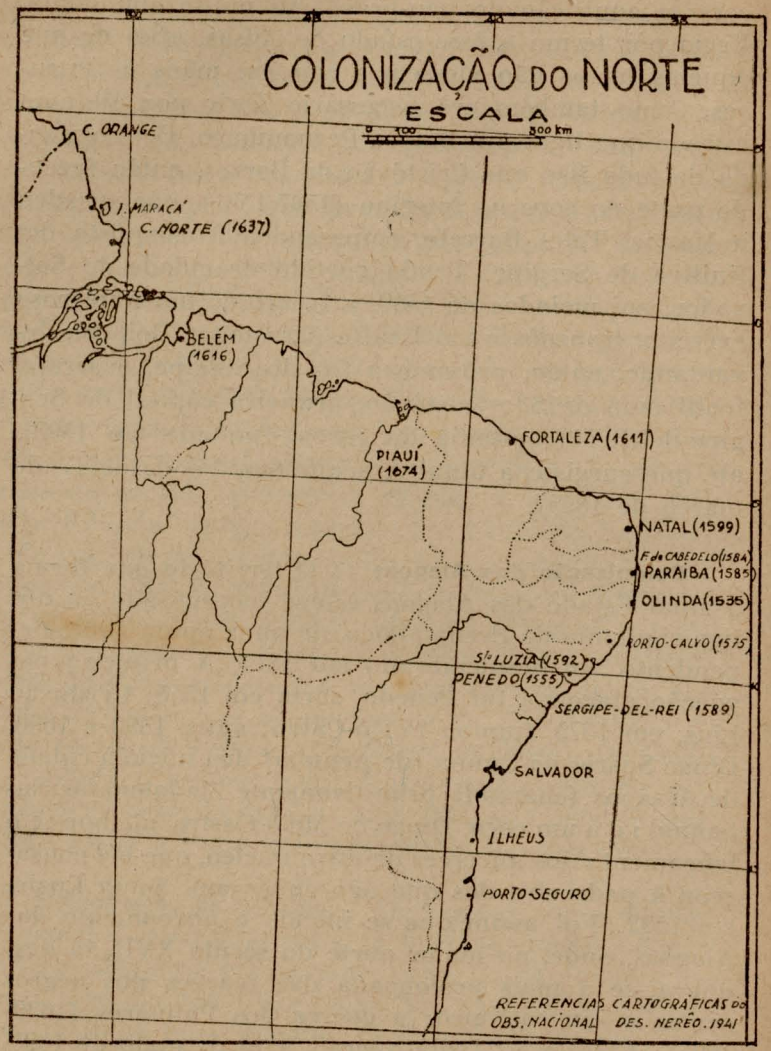
Paraíba no século XVII

bus túpicas, os potiguaras e os tabajaras. Aqueles, dirigidos pelos franceses, destroçaram a gente de Frutuoso, matando um filho dêste, o que o compeliu a desistir do intento, retornando a Pernambuco. Receando que aquelas terras caíssem definitivamente em poder dos franceses, o novo governador-geral, Manuel Teles Barreto (1583-1587), aproveitando a arribada de Diogo Flores Valdés à Baía, combinou com êste a conquista da Paraíba, mediante a ação simultânea de uma tropa que seguiria pelo interior, apoiada pelos navios de guerra. O exército era de mais de 1.000 homens, sob o coman-

do de d. Filipe de Moura, que tinha como auxiliar a Frutuoso Barbosa; e a esquadrilha compunha-se de nove barcos (sete espanhóis, sob o comando de Valdés, e dois portugueses, sob o de Diogo Vaz da Veiga). Essa expedição de 1583-1584 conseguiu tomar um fortim alí erguido pelos franceses e apresar alguns navios dos mesmos, após o que levantou defronte do Cabedelo, em começos de 1584, o forte de São-Filipe (1° de maio, dia de São Filipe e São Tiago, e também em homenagem a Filipe II), cuja guarnição ficou sob o comando de Francisco Castejon. Atacaram-no bem depressa (o resto da expedição já havia regressado) os índios, dirigidos pelos contrabandistas franceses; apesar de haver derrotado os agressores, não poude Castejón manter-se por muito tempo alí; e, por isso, arrasou o pequeno arraial, que servia de base à incipiente "Cidade-Filipéia" (assim batizada por Frutuoso Barbosa), indo com os seus comandados para a capital de Pernambuco. Mas os selvícolas não tardaram a brigar entre si, o que levou o chefe tabajara Piragibe a aliar-se aos portuguêses. Coube a Martim Leitão, auxiliado pelos jesuítas, assentar, à margem direita do rio Paraíba-do-Norte, a 4 de novembro de 1585 (autorizado pelo alvará de Filipe II, de 29 de dezembro de 1583), a cidade "Filipéia de Nossa-Senhora-das-Neves", primeiro nome da capital, hoje chamada João-Pessoa. Ficou assim a Paraíba integrada no domínio luso.

Colonização de Sergipe — Os jesuítas, sob a direção do padre Gaspar Lourenço, já haviam iniciado, desde 1575, a catequese em Sergipe, onde fundaram três aldeias missioneiras (São-Tomé, São-Paulo e Santo-Inácio). Mas os tupís daquela região, chefiados por Boipeba, continuavam a facilitar aos contrabandistas franceses a aquisição do pau-brasil, alí muito abundante. Urgia pôr termo a êsse estado de coisas, afim de que aquelas terras não viessem a cair em mãos de intrusos, como também era necessário abrir por alí uma estrada que ligasse a Baía a Pernambuco. Foi cogitando de tudo isso que Cristóvão de Barros, então fazendo parte do governo interino (1587-1591), que sucedeu a Manuel Teles Barreto, empreendeu a conquista definitiva de Sergipe. Tendo partido da cidade do Salvador, em meiados de 1589, à frente de um numeroso exército, transpôs o rio Real e derrotou a Boipeba, levantando, então, próximo à foz do Sergipe, o arraial fortificado de São-Cristóvão, primeira capital de Sergipe-del-Rei (capitania da coroa, fundada em 1590), até que surgisse a atual Aracajú (capital desde 17 de março de 1855).

Colonização das Alagoas — O território que forma o atual Estado das Alagoas esteve incorporado na antiga capitania de Pernambuco, da qual, ainda então dependente, foi desmembrado em 1817. A primeira povoação alagoana foi Penedo, surta em 1555; Cristóvão Lins, em 1575, fundou Porto-Calvo; entre 1590 e 1600, Diogo Soares da Cunha (de Acunha) deu início à cidade de Alagoas (chamada primitivamente Madalena-de-Subaúna); e a um cego, Diogo de Melo Castro, atribue-se o lançamento dos alicerces de novo núcleo, que êle consagrou à padroeira dos que não enxergam, Santa Luzia, em 1592. Foi assim que se iniciou o povoamento das Alagoas, onde, na maior parte do século XVII, ia desdobrar-se a mais prolongada das reações dos negros contra o seu cativeiro: a guerra dos Palmares (1630-1695). Extinta a "Tróia-Negra", a 14 de maio de 1695,



só daí em diante foi que se poude desenvolver regularmente o povoamento das Alagoas.

Colonização do Rio-Grande-do-Norte — Foi durante o governo-geral de d. Francisco de Sousa (1591-1602) que êste, cumprindo ordens de Filipe III, afim de evitar que os franceses firmassem pé no Rio-Grande-do-Norte, empreendeu a conquista daquela região. A grande expedição, por êle organizada, compunha-se de fôrças de terra e mar, sob o comando de Manuel de Mascarenhas Homem (governador de Pernambuco), Feliciano Coelho de Carvalho (governador da Paraíba) e Jerônimo de Albuquerque (sobrinho de Duarte Coelho e neto do morubixaba tabajara Arco-Verde). Apesar de ter sido dizimada pela varíola a tropa que seguiu por terra, a outra, depois de bater os selvícolas (ajudados estes pelos franceses), ergueu alí, junto à foz do Rio-Grande-do-Norte, o forte dos Três-Reis-Magos, a 6 de janeiro de 1597. Ficou êste, pela retirada de Manuel Mascarenhas Homem, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, o qual, já então em boa avença com os tubixabas daquele gentio, poude levantar, nas proximidades do forte, um arraial, a que foi dado o nome de Natal (25 de dezembro de 1599), primeira capital daquela região, logo constituída em capitania da corôa.

Colonização do Ceará — Foi no governo de Diogo Botelho (1602-1606) que se iniciou a conquista da capitania de Antônio Cardoso de Barros, incorporada na corôa em consequência do abandono em que êste a havia deixado. Incumbiu-se de chefiar a primeira expedição Pero Coelho de Sousa (cunhado de Frutuoso Barbosa), cujos baldados esforços se extenderam de 1603 a 1606; não vingou a sua fundação do forte de São-

Tiago, à foz do rio Ceará, e êle viu-se forçado a bater em retirada, perdendo até alguns filhos, chegando, afinal, ao estuário do Potengí, onde já existia a hoje cidade de Natal. A nova tentativa coube a dois jesuítas, os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, que partiram de Pernambuco (a 20 de janeiro de 1607) e alguns meses depois galgavam a serra de Uruburetama, em demanda da de Ibiapaba; mas alí os tucurijús trucidaram o padre Francisco Pinto, escapando o padre Luiz Figueira, pela fuga, à sanha dos bravios selvícolas. D. Diogo de Meneses, governador do norte (1608-1612), encarregou a Martim Soares Moreno (que alí estivera com Pero Coelho de Sousa e falava o *nheengatú*) de, com uma reduzida expedição, averiguar o melhor ponto em que se devia erguer um forte naquela zona, onde se temia que entrassem os franceses, já em explorações no Maranhão. O jovem militar (sobrinho do sargento-mór Diogo de Campos Moreno), graças à amizade do chefe tabajara Jacaúna (irmão de Potí, "Camarão", tão célebre êste mais tarde), levantou, junto à ponta dò Mucuripe, em 1611, a *Fortaleza*, nome que, em lugar do de Nossa-Senhora-do-Amparo, sua padroeira, ainda é o da capital do Ceará. No ano seguinte, d. Diogo de Meneses instalou a capitania régia do Ceará. Do feito de Martim Soares Moreno se serviu José de Alencar para ordir a sua linda novela "Iracema".

Colonização do Piauí e a zona da pecuária — A conquista do Piauí foi efetuada em 1674 (ou 1675), por Domingos Afonso, reinol, a quem se dão o cognome de *Mafrense* e o agnome de *Sertão*. Rendeiro da Casa da Torre, em cujas terras possuía quatro fazendas, e ajudado por seu irmão Julião Afonso Serra, resolveu rumar para o *hinterland* nordestino e estabelecer por lá novas estâncias. Obteve auxílios do então dono da Casa da Torre, o coronel Francisco Dias de Ávila, e do irmão dêste, Bernardo Pereira Gago. Assim, penetraram nos sertões de Pernambuco, transpuseram a serra que, por causa dêles, tomou o nome de "Dois-Irmãos", e bateram, em vários recontros, os selvagens que ocupavam os campos vastos do Piauí. Mas os índios eram muitos e destemidos, de sorte que, para realizar o seu objetivo, não poude Domingos Afonso deixar de recorrer a um bravo sertanista de São-Paulo, Domingos Jorge Velho, o qual, à frente de um terço (regimento) de mamelucos, andava a prear o gentio das terras daquela zona do Brasil, onde também havia de contribuir capitalmente, poucos anos depois, para a destruição da "Tróia-Negra". Exterminados os bárbaros pelo incansável bandeirante paulista, os dois reinóis, Domingos Afonso e seu irmão, bem como os dois outros irmãos da Casa da Torre, obtiveram (entre 1676 e 1686) sesmarias de 10 e 12 léguas de terras, que os tornaram donos de quasi todo o Piauí. Naquela extensa região (a partir da povoação da Mocha (depois Oeiras), que foi o seu centro de irradiação, fundou Domingos Afonso cêrca de 30 fazen-

Domingos Jorge Velho e seu ajudante-de-campo Antônio Fernandes de Abreu.

das de gado, das quais deixou em testamento (era solteiro) a sua parte à Companhia de Jesús. Em nome desta, delas tomou posse o egrégio Andreoni (Antonil); mas, por virtude da expulsão dos jesuitas, em 1759, foram confiscadas pela coroa, e pertencem ainda hoje quasi todas ao domínio da União. Tendo sido a conquista do Piauí efetuada do interior para o mar, é a nossa circunscrição política de menor litoral, parecendo-se, no mapa do Brasil com um saco de boca amarrada. O Piauí aumentou consideravelmente a área da zona da pecuária (*), a qual abrangeu todo o nordeste, prolongando-se aos sertões da Baía e de Minas, em fins do século XVII e começos do XVIII.

Conquista e colonização das duas margens do Amazonas — O Amazonas foi navegado, pela primeira vez (em 1541), por Francisco de Orellana, e quasi um século depois (1637-1639), em sentido contrário, pelo capitão Pedro Teixeira, que tomou posse de todas as terras daquele imenso vale, desde a barra do Aguarico até à beira do Atlântico, para a corôa portuguesa. Enquanto durou o domínio espanhol, foi feito o extermínio do numeroso gentio que habitava as duas margens do nosso rio-mar, empreitadas de que se encarregaram Bento

(*) A primitiva feição econômica da região desbravada por Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho é atestada até hoje pela musa popular. Certa cantiga, entoada num dos carnavais cariocas, dizia assim:

"O meu boi morreu...
Que será de mim?
— Manda buscá outro, meu bem,
Lá no Piauí!"

A mais curiosa, por se referir a uma vasta zona nortestina, é a seguinte:

"Neste mundo de meu Deus,
Tudo tem repartição:
Piauí, pra criá gado;
Ciará, pro algodão;
Cariri, pra rapadura;
Pajeú, pra valentão".

Maciel Parente e Pedro da Costa Favela. Aquele, que foi o autor da *razzia* contra os bárbaros da hiléia amazônica (1619-1635), recebeu de Filipe IV, como prêmio, a capitania do Cabo-do-Norte (criada em 1637). Pedro da Costa Favela, continuador das façanhas de Bento Maciel Parente, ainda em 1664 incendiava 300 aldeias dos selvícolas do Xingú. Felizmente, para converter e pacificar os índios do Grão-Pará (Pará e Amazonas), não tardou a ação benéfica dos jesuítas e de outras ordens religiosas. Basta-nos recordar que foi o grande Vieira quem pessoalmente doutrinou e reduziu a estado pacífico os nheengaíbas de Marajó. E, afóra outras missões jesuíticas, orçadas em número não pequeno, ainda alí foram aldeiadas diversas cabildas, que ficaram entregues (na capitania do Cabo-do-Norte) a missionários franciscanos, carmelitas (no Rio-Negro) e mercenários (ilha de Marajó), a todos os quais já fizemos referência atrás. O Pará não tardou a ser capitania-geral, à qual ficou subordinada, por muito tempo, a do Amazonas. Enquanto esta não se separou, formaram ambas o Grão-Pará.

Da conquista e colonização do Maranhão e do Pará, que foram consequência da malograda expedição de La-Ravardière, cogitaremos melhor no capítulo dedicado à defesa do território.

3) AS ENTRADAS E AS BANDEIRAS

AS ENTRADAS E OS SEUS QUATRO CICLOS: BAIANO, SERGIPANO, CEARENSE E ESPÍRITO-SANTENSE.

A lenda de *El-Dorado*, que desempenhou papel tão importante na exploração da Guiana, da Venezuela e da Colômbia, foi substituída, em nossa terra, pela lenda da "serra resplandescente", a fantástica *Sabarábuçú*, a qual devia ser encontrada nos sertões do São-Francisco e depois foi procurada alhures, tendo sido a miragem que atraiu as primeiras entradas e as primeiras bandeiras. Não tardou a aparecer outra lenda, — produto da fantasia de Belchior Dias Moreya, — a das "minas de prata", a qual concorreu intensamente para o devassamento dos sertões de Sergipe e da Baía por grande número de entradas.

Distinguem-se as "entradas" das "bandeiras", por terem sido aquelas oficiais, ao passo que estas foram de iniciativa particular. Quanto à finalidade de umas e outras, nem sempre é possível uma clareza absoluta, porquanto "entradas" em procura de metais e pedras preciosas se transformaram em "entradas de resgate" (isto é, de caça a escravos índios), do mesmo modo que "bandeiras" caçadoras de índios se transmudaram em "bandeiras de caça ao ouro", como aconteceu com a de Antônio Rodrigues de Arzão, o primeiro que achou

o precioso metal, em 1693, às margens do rio da Casca (afluente do rio Doce), na região depois chamada das Minas-Gerais (*).

Conforme disse fr. Vicente do Salvador, em sua "História do Brasil", os portugueses, apesar de grandes conquistadores de terras, aquí se contentavam de andá-las arranhando "ao longo do mar, como caranguejos". E as "entradas" foram em geral feitas por portugueses. As "bandeiras" deveram-se principalmente aos paulistas, isto é, aos mamelucos já aclimados sob o céu do Brasil.

As entradas e bandeiras duraram cêrca de dois séculos, pois se extenderam de meiados do XVI a meiados do XVIII. Graças à expansão geográfica efetuada por elas, triplicou-se a área do Brasil: o tratado de Tordesillas dera a Portugal, dêste lado do Atlântico, apenas 2.875.000 quilômetros quadrados, ao passo que o tratado de Madrid (1750), que, baseado no *úti-possidétis*, reconheceu as conquistas do bandeirismo, deu ao nosso país, aproximadamente, os 8.500.000 quilômetros quadrados, que êle possue atualmente.

Vejamos agora os quatro ciclos das entradas.

(*) Em seu poema "Vila-Rica" (Ouro-Preto, 1839), tão útil pelo "Fundamento histórico" que o prefacia, diz Cláudio Manuel da Costa:

"Levados do fervor, que o peito encerra,
Vês os paulistas, animosa gente,
Que ao rei procuram do metal luzente
Com as próprias mãos enriquecer o erário.
Arzão é êste, é êste o temerário,
Que da Casca os sertões tentou primeiro..."

"Vê os Pires, Camargos e Pedrosos,
Alvarengas, Godóis, Cabrais, Cardosos,
Lemes, Toledos, Pais, Guerras, Furtados,
E os outros, que primeiro assinalados
Se fizeram, no arrôjo das conquistas.
Ó grandes sempre, ó imortais paulistas!"

Ciclo baiano — A primeira entrada dêste ciclo foi organizada por Tomé de Sousa, mas realizada no govêrno de d. Duarte da Costa: comandou-a Francisco Bruza de Espinosa (castelhano egresso do Perú), levando como capelão dela o padre João de Azpilcueta Navarro, em 1554-1555, a qual subiu pelo rio Jequitinhonha, regressando pelo Pardo (*). Ao tempo de Mem de Sá, efetuaram-se as de Vasco Rodrigues Caldas (1561) e de Martim Carvalho (1568), tendo a primeira galgado o vale do Paraguaçú e atingido à Chapada-Diamantina, enquanto a outra, mais demorada e extensa, foi até à região serrana, onde se ligam as bacias dos afluentes do Jequitinhonha e dos rios Doce, Mucurí e São-Mateus. As entradas de Sebastião Fernandes Tourinho (1573) e de Antônio Dias Adorno (1574) alcançaram seguramente o Itamarandiba e o Araçuaí, isto é, a região das pedras coradas, parecendo que com a última formaram sistema as de Sebastião Álvares e João Coelho de Sousa. A derradeira foi a de Gabriel Soares de Sousa (autor ou um dos autores do relatório apresentado ao representante português de Filipe II em Lisboa e publicado por Varnhagen com o título de "Tratado descritivo do Brasil em 1587"), em 1592, a qual não passou das cabeceiras do Paraguaçú, onde morreu o seu chefe.

Ciclo sergipano — Belchior Dias Moreya, tendo realizado uma entrada que parece haver atingido aos vales dos rios Verde-de-Baixo e Pará-Mirim, propalou haver descoberto tão abundantes minas de prata, que estas eram mais ricas do que as de ferro de Bilbáu. Essa lenda foi a geratriz das entradas de Francisco Dias

(*) José Luiz Batista, em sua erudita "Història das entradas" ("Anais do 1º Congr. de Hist. Nac.", vol. II), publica a carta do padre Navarro, de 24 de junho de 1555, verdadeiro relato da expedição, e da qual não se pode deixar de inferir que ela subiu pelo Jequitinhonha e desceu pelo Pardo.

de Ávila (sobrinho de Belchior), de João Lourenço Calhelha e Manuel Calhelha, de Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moreya (o "Moribéca", neto do pretenso achador das "minas de prata"), às quais se seguiram

Roteiros dos bandeirantes

algumas outras, já no século XVIII, como as chefiadas pelo coronel Pedro Barbosa Leal, que investigou os sertões de Jacobina.

Ciclo cearense — A primeira, conforme vimos atrás, foi a de Pero Coelho de Sousa, o qual, em 1603, alcançou a foz do rio Ceará, onde fundou um arraial forti-

ficado, "São-Tiago", como base da "Nova-Lisboa", cidade que esperava ver surgir alí mais tarde; obrigado a retirar-se, por falta de recursos, voltou em 1606 à mesma região, malogrando-se também essa sua segunda tentativa. Seguiu-se a "entrada religiosa" dos padres Francisco Pinto e Luiz Figueira (1607), da qual já igualmente falámos, e que chegou até à serra de Uruburetama, em demanda da de Ibiapaba. Quasi ao findar o domínio holandês, alí esteve Matias Beck, numa entrada que explorou Itarema e Maranguape.

Ciclo espírito-santense — Originou-se de ter sido imaginada alí a "serra resplandecente", isto é, a Serra-das-Esmeraldas. A primeira entrada foi dirigida por Diogo Martins Cão, auxiliado pelo paulista Francisco de Proença, em 1596, nada tendo descoberto de riquezas minerais. Em 1598, alí esteve o próprio governador-geral d. Francisco de Sousa. No século XVII, Marcos de Azeredo achou alí pedras tidas por esmeraldas, o que provocou entradas posteriores, quais as do padre Inácio de Siqueira, Antônio e Domingos de Azeredo (filhos de Marcos), parecendo ter sido a derradeira a chefiada por Agostinho Barbalho de Bezerra (que exercera, por aclamação, o cargo de governador do Rio-de-Janeiro), em 1667.

AS BANDEIRAS PAULISTAS E SUA IRRADIAÇÃO PARA O SUL, PARA O NORTE E PARA O CENTRO-OESTE.

Não é possível demarcar com absoluto rigor os ciclos das bandeiras. Sílvio Roméro estabeleceu para o importante fenômeno as três fases seguintes: a primeira vem de cêrca de 1580 até 1670; a segunda de 1670 a 1750; a terceira é a da sedentarização dos aventureiros. E acrescentou: "Na primeira época, domina o cativeiro dos índios; na segunda, o descobrimento das minas. O terceiro período é aquele em que, em parte, a agricultura, prendendo o homem ao solo, e, em parte, a mineração estável, lhe tiram o antigo caráter de *condottiere* dos sertões: o bandeirante tem implícitamente desaparecido".

Não se sabe bem quando foi que as bandeiras escravistas se distinguiram das de caça ao ouro; algumas até foram de dupla finalidade, como a de Antônio Rodrigues de Arzão.

Como quer que seja, para metodizar o assunto, vamos resumidamente expor o bandeirismo paulista pela maneira seguinte: 1) ciclo do ouro de lavagem e das pedras coradas; 2) ciclo da caça ao índio (conquista do sul); 3) grande ciclo do ouro e dos diamantes (conquista de Minas-Gerais, Mato-Grosso e Goiaz).

Ciclo do ouro de lavagem — Foi iniciado, ao tempo de Mem de Sá, por Braz Cubas e Luiz Martins, que, em duas expedições sucessivas, de 1560 a 1561 e de 1561 a 1562, acharam em Caatiba o fulvo metal. Entre 1570 e 1584, Heliodoro Eobanos reduziu ao estado de paz os carijós, ao mesmo tempo que descobria ouro de lavagem em Iguape, Paranaguá e Curitiba (*). Em 1585, também chefiou uma frutuosa bandeira para alí o capitão-mór de São-Vicente, Jerônimo Leitão, cujo genro, o inglês John Withall, trombeteou a notícia para a sua pátria, o que estimulou diversas arremetidas de corsários britânicos

(*) Um século depois da colonização do Paraná, ocuparam os paulistas a ilha de Santa-Catarina (Francisco Dias Velho, 1675), assim como São-Francisco-do-Sul (onde nasceu d. Fernando Trejo y Sanabria, bispo de Tucumán) e Laguna (Domingos de Brito Peixoto, 1696).

às vilas do litoral paulista, atacadas então por Fenton e Cavendish (por êste principalmente, em 1591 e 1592). Nos rincões sertanejos de São-Paulo, não tar-

Bandeirantes

dou também a aparecer o ouro de lavagem, descoberto na última década do século XVI por Afonso Sardinha

(pai e filho) e Clemente Álvares. Provavelmente em consequência da extensão da zona aurífera então revelada, o govêrno da metrópole criou a Repartição-do-Sul (Rio-de-Janeiro, São-Paulo e Espírito-Santo, até ao extremo da linha de Tordesillas), que durou de 1608 até 1709. A d. Francisco de Sousa, primeiro governador da Repartição-do-Sul, é que se deve uma das mais notáveis entradas do começo do século XVII, a de André de Leão (1601-1602), a primeira feita em demanda das riquezas metálicas de Minas-Gerais. A êsse ciclo do ouro de lavagem parecem ligadas três bandeiras anteriores à restauração da soberania portuguesa: a de Pero Domingues (1613), a de Antônio Pedroso de Alvarenga (1615 a 1618) e a de Antônio Castanho da Silva (1622), as quais atingiram a pontos remotos de nosso *hinterland*. Mas o malôgro das entradas em busca da "serra resplandecente" não desanimou os paulistas, que já haviam tomado parte no ciclo espírito-santense. Por isso, Fernão Dias Pais, sertanista intrépido e rico, reunindo pessoas de sua família e grande número de auxiliares, partiu de São-Paulo, à caça de esmeraldas, em 21 de julho de 1674. Plantando roças, fundando arraiais, lutando com obstáculos sem conta, percorreu durante sete anos o sertão, chegando até Vupabuçú ("Lagoa-Grande") e ao Serro-Frio. Nessa árdua batida, encontrou uma pedras verdes (turmalinas), que supôs esmeraldas, e, regressando, expirou de maleitas, à margem do Rio-das-Velhas, em 1681. Essa bandeira, pela fixação de pontos habitados e plantados, oriundos da sua penetração, e por outros motivos que serão expostos adiante, exerceu considerável influência no grande ciclo do ouro e no aumento da área da criação de gado.

Ciclo da caça ao índio (conquista do sul) — Houve na segunda metade do século XVI, partidas da terra paulista, contra os carijós do litoral e também contra o gentío do Anhembí (hoje Tietê) e do Jeticaí (hoje Rio-Grande), diversas bandeiras, quer para reduzi-los ao estado de paz, quer com o fim de capturá-los, vinculando-se às mesmas a entrada de Martim de Sá, em 1597-1598 (tendo feito parte desta os ingleses Knivet e Barraway). No século seguinte, porém, foi que se incrementou a caça ao índio. A princípio, as bandeiras se dirigiram para o sertão dos cataguás, como a de Roque Barreto (1602-1604), que trouxe do vale do Rio-das-Velhas cêrca de 3.000 selvícolas, reduzidos a cativeiro. Por êsse tempo, entretanto, desenvolveram os jesuítas espanhóis o seu trabalho apostólico em extensa zona ao sul do Brasil, enchendo de aldeias, povoadas por selvagens catequizados, as suas províncias missioneiras de Guairá, Paraná, Uruguai e Tape. Não podia haver, como bem observou Capistrano de Abreu, "prêsa mais tentadora para caçadores de escravos". Desde a segunda década do século XVII, precipitou-se para alí a intrépida e irrequieta atividade dos bandeirantes paulistas, alguns dos quais tiveram que enfrentar as tropas regulares dos governadores de Guairá: Fernão Pais de Barros (1611-1612), Sebastião Preto (1612), seu irmão Manuel Preto, cujas façanhas (1619, 1623 e 1624) lhe valeram a denominação de "herói de Guairá", e Sebastião Álvares (1627). Mas o verdadeiro herói da conquista dos sertões meridionais foi Antônio Raposo Tavares, que, entre 1628 e 1638, auxiliado por outros paulistas, expulsou os espanhóis de todas as quatro províncias jesuíticas, mencionadas acima. Os castelhanos chegaram a retomar uma parte do território meridional, onde se travaram grandes combates, quais os de Caazapámini (1639) e Mbororé (1641), onde os paulistas sofreram tremenda derrota; mas vingaram-se anos depois (1652), tomando aos jesuítas as missões entre o Paraná e o Uruguai. Releva notar o que confessou o próprio Montoya (historiador jesuita), isto é, que os paulistas não se limitavam a cativar os guaranís, pois exclamavam, sempre que defrontavam as aldeias castelhanas, que iam ocupar aquelas terras, porque eram do rei de Portugal e não do soberano da Espanha (*). Ainda se notabilizaram, por essa época, outros bandeirantes paulistas, como Francisco Pedroso Xavier (chamado "o Terror-dos-Índios"), que, em 1675, continuou a obra de Antônio Raposo Tavares, ao sul do Brasil, Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva (o "Anhanguera"), tendo estes dois últimos, em 1673, levando os respectivos filhos (ainda meninos), penetrado até às regiões de Mato-Grosso e Goiaz, onde ia ser descoberta mais tarde muita opulência mineral.

Grande ciclo do ouro e dos diamantes (conquista de Minas-Gerais, Mato-Grosso e Goiaz) — Batidos os cataguás (*cataguazes*) por Lourenço Castanho Taques (o moço) e descoberto casualmente no sertão do rio da Casca o primeiro ouro, por Antônio Rodrigues de Arzão, em 1693, para alí rumaram, no ano seguinte, as bandeiras de Bartolomeu Bueno de Siqueira (concunhado de Arzão) e Salvador Fernandes Furtado de Mendonça; do ouro encontrado pelas mesmas foi feito manifesto ao governador da Repartição-do-Sul, Sebastião de Castro e Caldas, pelo taubateano Carlos Pedroso da Silveira. Das muitas expedições imediatas para alí, as mais impor-

(*) Julgando os jesuítas do Brasil solidários com os espanhóis, acrescendo que todos êsses padres eram contrários ao cativamento de índios, os paulistas expulsaram de São-Vicente e de Piratininga aos discípulos de Santo Inácio de Loiola, em meiados de 1640.

tantes foram as de Antônio Dias de Oliveira e padre João de Faria (1698 e 1699), descobridoras de Ouro-Preto, assim como a de João Lopes de Lima, que em 1700 ultimou o descobrimento das jazidas do ribeirão do Carmo (Mariana), iniciado pelo coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. A revelação das opulentas minas de Sabará, em 1700, por Manuel de Borba Gato (*), levou até lá o novo e hábil governador da Repartição-do-Sul, Artur de Sá e Meneses (**), que tomou diversas medidas para a regularização administrativa das terras auríferas, as quais, por motivo da abundância do precioso metal, tomaram logo o nome de Minas-do-Ouro e depois Minas-Gerais. Para alí correu tão grande número de aventureiros, que o govêrno tomou providências no sentido de se não despovoarem as localidades litorâneas. Foi um *rush* ("corrida"). Na primeira década do século XVIII, descobriram-se os ricos veios do Rio-das-Mortes (São-José-del-Rei, hoje Tiradentes, e São-João-del-Rei) por Tomé Portes del Rei e Antônio Garcia da Cunha, e do Caeté, por Leonardo Nardes de Arzão e pelos irmãos Guerras (Antônio Leme e João Leme); e, como veremos adiante, foi nessas catas que teve o seu principal cenário a guerra dos "emboabas". Criada, em consequência desta, a capitania conjunta de São-Paulo e Minas-do-Ouro (1709), seguiram-se novos descobrimentos para os sertões do São-Francisco e outros pontos longínquos, tendo-se en-

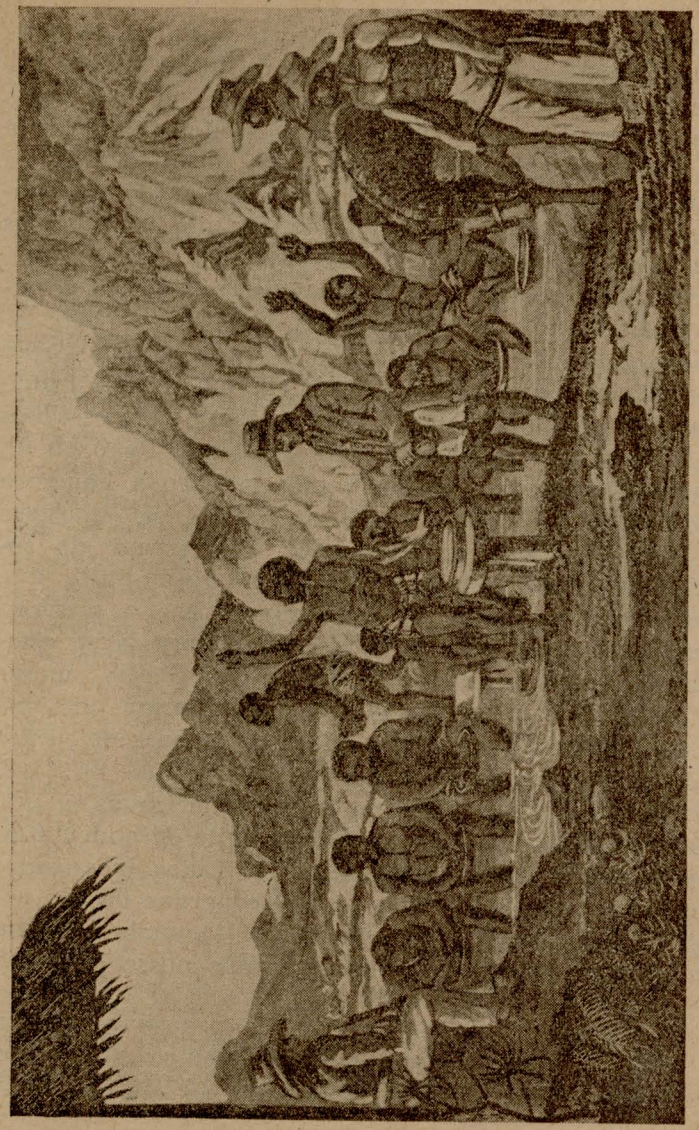
(*) Artur de Sá e Meneses, em 1698, encarregou a Garcia Rodrigues Pais, filho do "caçador das esmeraldas", de abrir o "caminho novo" (o "caminho velho" era o de Paratí), entre o Rio-de-Janeiro e as minas do sertão dos cataguás. No mesmo ano, expediu patente ao genro de Fernão Dias Pais, Manuel de Borba Gato, para a jornada de Sabarábuçú. Borba Gato ficara explorando os sertões de Minas, sem poder voltar ao seio da família, por ser o responsável do homicídio (a 28 de agosto de 1682) de d. Rodrigo de Castelo-Branco, superintendente das minas do Brasil. Sôbre o suposto perdão concedido a Borba Gato, veja-se o que dissemos em nossa "Expansão geográfica do Brasil colonial", págs. 321-325.

(**) É tradição que Artur de Sá e Meneses recebeu de Borba Gato, em 1700, 30 arrobas de ouro, extraído das minas de Sabará.

contrado ainda muito ouro no lugar por isso denominado Minas-Novas. Separada da de São-Paulo a capitania de Minas-Gerais (1720), menos de dez anos depois nesta surgia uma nova e mirífica riqueza: a dos diamantes, encontrada em 1729, por Bernardo da Fonseca Lobo, no arraial do Tijuco (depois Cidade-Diamantina, capital do Distrito-Diamantino, logo depois criado alí pelo govêrno da metrópole).

Si Minas-Gerais deveu o seu descobrimento ao ciclo taubateano, — Mato-Grosso deveu-o ao ciclo sorocabano ou "ciclo das monções", pois a penetração daqueles sertões foi feita por via fluvial (Tieté-Paraná-Ivinhêima ou Tieté-Paraná-Pardo), tendo sido os filhos de Sorocaba os seus principais pioneiros. Realizou alí o primeiro grande descobrimento de ouro a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, em 1719, às margens do rio Coxipó-Mirim. Em 1722, um escravo do sorocabano Miguel Sutil achou a Lavra-do-Sutil, que deu origem a Cuiabá. Tão abundante era o precioso metal naqueles remotos rincões, que para lá se estabeleceu outro *rush*, qual o das Minas-Gerais, apesar da oposição que os aventureiros encontraram por parte dos caiapós, guaicurús e paiaguás, sobretudo dêstes últimos, que foram, na frase de Southey (ob. cit., vol. V, pág. 334), "de todas as tríbus americanas, a que mais pertinazmente e com melhor êxito defendeu contra invasores a sua terra natal". Lutas incessantes com os bravios selvícolas, roubos e perdas do tão cobiçado metal e de inúmeras vidas (*), nada impediu que se continuasse a devassar aquele nosso *far-west*,

(*) Dos prejuizos sofridos pela nossa metrópole transatlântica, em relação ao ouro matogrossense, eis os mais importantes, que consignámos em nossa "Expansão geográfica do Brasil colonial" (págs. 207-208): — "D. João V, que de tanto dinheiro precisava para as suas despesas voluptuárias, sofreu dois avultados e sucessivos prejuizos, em 1728 e 1730. O primeiro parece ter sido mais uma gatunagem do cé-



Lavagem de diamantes

cuja denominação ("Mato-Grosso") se deveu aos irmãos Fernando e Artur Pais de Barros (sorocabanos), que, em companhia de Luiz Rodrigues Vilar, fundaram, em 1736, o arraial, que é hoje a cidade de Mato-Grosso, às margens do Guaporé. Dali partiu, em 1742, Manuel Félix de Lima, o primeiro que subiu o Madeira e por este foi dar no Amazonas. Em 1747, finalmente, Antônio Pinho de Azevedo, Antônio Aranha e Manuel Cardoso chegaram aos sertões norte-matogrossenses, onde foram achados diamantes, donde o nome da atual cidade do Diamantino. Foi certamente por motivo dessas inestimáveis riquezas que d. João V, em 1748, separou de São-Paulo aquela região ocidental, erigindo Mato-Grosso à categoria de capitania-geral.

O benemérito Bartolomeu Pais de Abreu, que já antes cogitara da abertura de caminhos para o sul e para o oeste do Brasil, foi quem animou e socorreu pecuniáriamente ao filho do Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva Júnior, que, com o apoio do governador de São-Paulo (d. Rodrigo César de Meneses), rumou para Goiaz, chefiando uma grande bandeira, em 1721. Malogrando-se essa primeira tentativa (dali voltou,

---

lebre chatim Sebastião Fernandes do Rego, tenebroso autor da lôbrega tragédia de que foram vítimas os irmãos Lemes. Remetidos para Lisboa quatro cunhetes (produto dos impostos cobrados, em 1727, dos mineradores de Cuiabá) e mais sete arrobas, pertencentes a particulares, tudo acondicionado em cofres fortes, herméticamente fechados, ao proceder-se à abertura de tão preciosa carga, com certa solenidade, na capital portuguesa, perante o rei, cortesãos e ministros estrangeiros, as barras de ouro se haviam transmudado em barras de chumbo!" "A outra perda foi ainda maior e devida aos paiaguás. Responsável por 60 arrobas de ouro, que de Cuiabá se destinavam a São-Paulo, formou o dr. Antônio Alves Lanhas Peixoto, ex-ouvidor de Paranaguá e que acompanhara a Mato-Grosso o governador Meneses, um forte combóio de canoas, em 1730; mas foi acometido e destroçado pelos paiaguás, perto do Ariacuné (Rio-Negrinho), perecendo alí o referido magistrado e quasi todos os tripulantes da flotilha (cêrca de 400, dos quais só escaparam 2). Consta que os terríveis selvícolas, ignorantes do alto valor que os civilizados davam ao fulvo metal, foram trocá-lo na capital paraguaia por quinquilharias de baixo preço, pois, conforme Southey (ob. cit., vol. V, pág. 487), seis arrátels de ouro entregou alí um dos indios vencedores da expedição de Lanhas Peixoto "apenas por um prato de estanho".

quasi só, o caudilho dela, em 1725), foi organizada uma segunda bandeira, por iniciativa do referido capitão-general, a qual partiu de São-Paulo no ano seguinte (6 de julho de 1726). O Anhanguera Júnior viu coroados de pleno êxito os seus esforços, pois achou diversas jazidas do louro metal nos pontos onde estivera, quasi meio século atrás, em companhia do pai, de sorte que fez surgir alí grande número de arraiais: Ferreiros, Barra, Ouro-Fino e Santa-Ana (depois "Vila-Boa", por "Vila-Buena", mais tarde cidade de Goiaz). Um dos cabos dessa segunda expedição, Manuel Rodrigues Tomaz, fundou, em 1727, o arraial de Meia-Ponte. De 1729 a 1736, surgiram alí os arraiais auríferos de Anta, Santa-Cruz, Crixá, Agua-Quente, Traíras, São-Félix e outros, oriundos do *rush* que de vários pontos do país se estabeleceu para aquela região. Alí foram ter, por ordem de d. João V, dois governadores de São-Paulo, o conde de Sarzedas e d. Luiz de Mascarenhas, havendo aquele morrido lá, no arraial de Traíras, ao passo que o outro animou novas expedições, principalmente em busca das "minas dos Martírios", em vez das quais, até hoje não vistas, foram achadas as jazidas de Arráias, Conceição, Chapada, Cavalcanti, Pontal e Bonfim, esta no Rio-Claro, onde, assim como no rio Pilões, foram também encontrados diamantes. Tanta opulência não podia deixar de influir no ânimo do soberano português, que, em 1744, elevou Goiaz à categoria de capitania-geral, separando-a de São-Paulo.

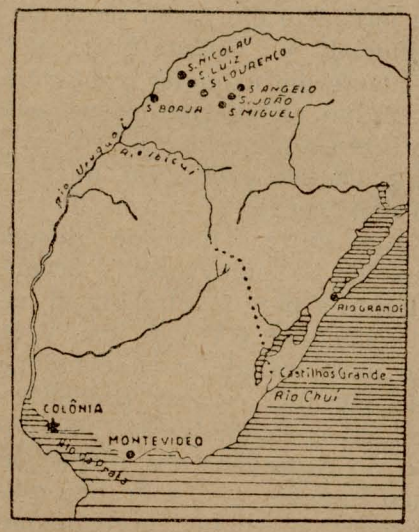
Graças a essas conquistas do *far-west* brasileiro pelos bandeirantes paulistas, poude Alexandre de Gusmão (também paulista) dar-nos, mediante o tratado de Madrí de 1750, uma pátria três vezes maior do que a que pertencia a Portugal em virtude do pacto de Tordesillas.

4) OS TRATADOS DE LIMITES

Os tratados de limites, que interessam à história do Brasil no período que estamos estudando, são os de Tordesillas, Utrecht, Madrí, El-Pardo e Santo-Ildefonso. Como o primeiro já foi exposto logo em começo do presente compêndio, vamos passar em sumária revista os outros quatro.

Tratado de Utrecht — Desde 1604, iniciaram os franceses a ocupação do território que ficou sendo denominado "França-Equinocial" e "Guiana-Francesa". No reinado de Luiz XIV, tentaram extender o domínio até ao Amazonas. Por motivo da guerra de sucessão da Espanha, em que tão interessado estava o "rei-sol", assinara-se em Lisboa um tratado provisório, que declarou indecisa entre as duas coroas (França e Portugal) a posse das terras sitas entre o forte de Macapá e "o rio Oiapoc, chamado de Vicente-Pinzón". Terminada a dita guerra mediante a paz de Utrecht, alí assinaram os representantes de Luiz XIV e d. João V (a 11 de abril de 1713) um novo tratado, renunciando a França, pelo art. 8.º do mesmo, às suas pretensões "sôbre a propriedade das terras chamadas do Cabo-do-Norte e situadas entre o rio Amazonas e o Oiapoc ou Vicente-Pinzón". Isso não impediu que a França quisesse mais tarde o território do Amapá, pretendendo como fronteiras, ora o rio Araguarí, ora o rio Carapanatuba. E essa longa questão só foi decidida, por laudo arbitral, a 1º de dezembro de 1900.

Tratado de Madri (13 de janeiro de 1750), tratado de El-Pardo (12 de fevereiro de 1761) e tratado de Santo-Ildefonso (1º de outubro de 1777) — Serão expostos em conjunto, pois que estão estreitamente vinculadas entre si. Em consequência das bandeiras paulistas, fôra enorme, como já vimos, a expansão brasileira, quer na região centro-meridional, quer para o sul e para oeste do meridiano de Tordesillas. Cogitou, então a metrópole, muito acertadamente, de assegurar a fundação do Rio-Grande-do-Sul em 1737, tendo sido Santa-Catarina elevada a capitania (embora subordinada à do Rio-de-Janeiro) em 1738, criando-se pouco depois (em 1744 e 1748) as capitanias de Goiaz e Mato-Grosso. Mas a maior parte do Rio-Grande-do-Sul, nas lindas e férteis campinas entre o Uruguai e o Ibicuí, estava entregue aos jesuítas espanhóis, que haviam fundado alí um vasto Estado guaranítico, com a denominação de "Sete-Povos-das-Missões-do-Uruguai". No último ano do reinado de d. João V, o genial brasileiro Alexandre de Gusmão, aproveitando a oportunidade da boa avença em que se



Limites meridionais do tratado de Madrí e os Setes-Povos-das-Missões do Rio-Grande-do-Sul.

achavam Portugal e a Espanha (pois Fernando VII havia casado com d. Maria Bárbara, irmã de d. João V), redigiu e logrou fôsse integralmente aprovado o pacto de Madrí (13 de janeiro de 1750), pelo qual, trocando-se a Colônia-do-Sacramento (*) pelos mencionados Sete-Povos (**), eram simultâneamente integradas no Brasil todas as conquistas dos bandeirantes de São-Paulo e dos demais devassadores do sertão da nossa pátria. Com efeito, o tratado de Madrí foi o primeiro que nos deu (pois bem pequenas foram as modificações posteriores) a configuração e o tamanho do Brasil atual. Por motivo da guerra com os índios das missões jesuíticas, foi êle declarado caduco pelo convênio de El-Pardo, em 1761; mas, em 1777, o tratado de Santo-Ildefonso ressuscitou o de Madrí, embora perdêssemos as Missões e fosse transferida para o arroio Chuí, em lugar da laguna de Castilhos, o começo da nossa linha fronteiriça. O Brasil ainda não pagou, nem siquer com uma estátua, a sua imensa dívida de reconhecimento para com o extraordinário estadista (nascido em Santos em 1685 e falecido em Lisboa em 1753), cujo nome não figura no tratado de Madrí, nem entre os plenipotenciários que o celebraram, mas foi sabidamente o autor do mesmo e quem o defendeu com patriótica sabedoria.

(*) A atual cidade de Colônia, do Uruguai, foi fundada com a denominação de Nova-Colônia-do-Sacramento por uma expedição luso-brasileira, comandada pelo governador do Rio-de-Janeiro, d. Manuel Lobo, a 22 de janeiro de 1680. Tomada nesse mesmo ano por d. José de Garro (governador da Argentina), foi reentregue a Portugal em 1681. Em consequência da guerra de sucessão da Espanha, foi tomada por d. Afonso Valdés em 1705 e ficou em poder da Espanha até 1715, quando, por virtude do tratado de Utrecht, foi restituída a Portugal. A fundação de Montevidéo por d. Bruno Maurício de Zabala (em 1726) assestou profundo golpe no imperialismo lusitano quanto à foz do Prata. A Colônia foi investida improficuamente durante dois anos (1735-1737) por d. Miguel Salcedo, a quem opôs o major Antônio Pedro de Vasconcelos a mais obstinada e eficaz resistência. Apesar disso, viu acertadamente Alexandre de Gusmão que convinha a Portugal pôr termo àquele constante pomo-de-discórdia entre os dois reinos ibéricos.

(**) Êsses Sete-Povos tinham recebido as denominações seguintes: São-Nicolau, São-Miguel, São-Luiz-Gonzaga, São-Francisco-de-Borja (a hoje cidade de São-Borja, berço do atual presidente da República), São-Lourenço, São-João-Batista e Santo-Ângelo, respectivamente fundados em 1627, 1632 (2), 1690, 1691, 1698 e 1707.

V — DEFESA DO TERRITÓRIO

1) As incursões francesas. 2) As incursões inglesas. 3) As invasões holandesas.

1) AS INCURSÕES FRANCESAS

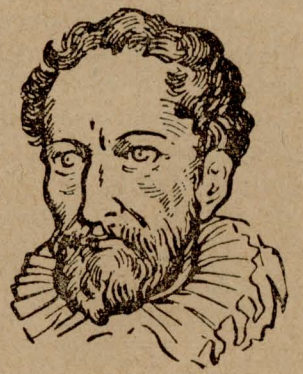
a) OS FRANCESES NO BRASIL (SÉCULOS XVI E XVII)

Causas — Tendo o Brasil como *res nullius* ("coisa de ninguém"), pois não reconheceu os direitos de Portugal e Espanha sôbre as terras da América, tentou a França, por muito tempo, apoderar-se de diversos trechos do nosso país. Com efeito, além dos constantes ataques de piratas e corsários ao nosso litoral, onde os armadores de Honfleur, Dieppe e Saint-Malô contrabandearam quasi que ininterruptamente o pau-brasil, houve a tentativa, custeada pelo barão de Saint-Blancard, de fortificar-se em Pernambuco (donde os intrusos foram expulsos por Pero Lopes de Sousa), em 1532; seguiram-se as tentativas de Villegagnon (1555-1567) e La Ravardière (1612-1615) para a formação da França-Antártica e da França-Equinocial; e, em fins do século XVII (1695-1697), ainda o marquês de Ferrolles chegou a assenhorear-se da Guiana Brasileira (donde foi prontamente

expulso), porque Luiz XIV nutriu o desejo de apoderar-se do nosso rio-mar. As mais importantes de todas essas invasões francesas dos séculos XVI e XVII foram as da baía de Guanabara e do Maranhão, porquanto compeliram os portugueses a colonizar o Rio-de-Janeiro e o extremo-norte do meridiano de Tordesillas.

FRANÇA-ANTÁRTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

França-Antártica — Estimulado e protegido por Gaspar de Coligny, almirante (*) de Henrique II, Nicolau Durand de Villegagnon (**), comandando três navios (dois de guerra e um de mantimentos), nos quais, além da tripulação, trazia 80 colonos, entrou na baía de Guanabara a 10 de novembro de 1555. Não poude ocupar a ilha da Lage (a que chamou *Ratier*), em razão dos inconvenientes da mesma para uma base estável de fortificações. Passando-se para a ilha então denominada pelos índios Sirigipe ("na água dos siris"), ergueu nela um forte, ao qual deu o nome de Coligny, substituído mais tarde (de certo pelos portugueses) pelo do próprio fundador, conservado até agora. Em 1557, chegaram aquí, em uma nova expedição, comandada pelo vice-almirante Bois-Lecomte (sobrinho de Villegagnon),



Villegagnon

(*) O cargo de almirante (criado por Luix IX em França) era então mais político do que militar, equivalente ao depois denominado ministro.

(**) Nicolau Durand de Villegagnon nasceu em Provins, em 1510, e morreu em Beauvais, a 9 de janeiro de 1571. Sobrinho de Villiers de l'Isle-Adam, grão-mestre da Ordem de Malta, nesta mereceu ingresso aos 21 anos, tendo chegado a co-

mais 300 colonos, além do historiador Jean de Léry (*) dois ministros calvinistas (Pierre Richier e Guillaume Chartier) e cinco jovens casadouras (**). A férrea disciplina, com que tratou Villegagnon os seus compatriotas, em sua maioria huguenotes, e os debates teológicos, que travou com os pastores calvinistas, valeram-lhe amargos dissabores. É certo, entretanto, que, impedindo os colonos de abusar dos selvícolas, conquistou a agradecida estima dêstes, os quais se tornaram devotados amigos dos franceses e terríveis inimigos dos portugueses, concorrendo isso para a Confederação-dos-Tamôios (1562-1563). Tendo descoberto e jugulado com sanguinária energia uma conspiração que contra êle se formara entre os ministros evangélicos e alguns colonos, desgostou-se o ilustre cavaleiro de Malta, e, em 1559, deixando a nascente *Henriville*, capital da França-Antártica, entregue ao governo de Bois-Lecomte, regressou à terra natal, onde, graças à boa cultura intelectual que possuía (dois livros de sua lavra patenteiam-no de sobejo), galhardamente se defendeu do epíteto de "Caím da América", que lhe foi dado

mendador da mesma. Já havia tomado parte na expedição contra os piratas argelinos, comandada por André Dória e ordenada por Carlos V (sôbre ela deixou êle um livro, escrito em latim), e na qual se bateu com insólita bravura, assim como desempenhara a missão de trazer da Escócia para a França, burlando a vigilância inglesa, a pequena rainha Maria Stuart, destinada a ser esposa de Francisco II, quando, de acordo com o almirante Coligny, empreendeu nuclear a França-Antártica na baía de Guanabara. Aquí entrou em 1555 e ficou até 1559. Malquistando-se com os pastores protestantes, regressou à Europa. Nos dois livros da sua autoria, "Caroli V imperatoris expeditio in Africam ad Argieram" (1542) e "De bello melitensi ad Carolum caesarem et ejus eventu gallis imposito commentarius" (1553), o seu cognome apareceu grafado *Villegagnon* e não *Villegaignon*.

(*) Léry afirma que a Lage foi a primeira ilha que Villegagnon ocupou, na baía de Guanabara; mas Thevet ridiculiza tal asserção, por se tratar de uma rocha à flor da água e incapaz de ser povoada.

(**) Foram essas as primeiras francesas que pisaram as terras do Brasil (veja-se Léon Guérin, "Histoire maritime de France", vol. II, pág. 184). A obra de Jean de Léry, "Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique" (1578), foi trasladada a português por Tristão de Alencar Araripe (Rio, 1889) e retraduzida para a bela edição da Biblioteca Histórica Brasileira (São-Paulo, 1941).

pelos protestantes. É fora de dúvida que Villegagnon não se converteu às idéias de Lutero e de Calvino, pois que expirou no alto posto de comendador da Ordem de Malta (*).

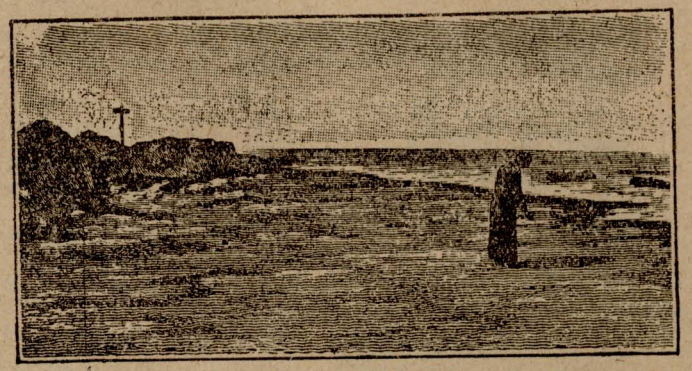
A Confederação-dos-Tamôios — Em 1562, instigados pelos fundadores da França-Antártica, os tamôios do litoral fluminense, coligados com outros tupís da costa meridional (guaianazes e carijós), e dirigidos por Cunhambéba, tentaram expulsar os portugueses ocupantes da região. A isso é que foi dada a denominação de Confederação-dos-Tamôios (título do poema histórico-religioso, que a êsse episódio consagrou, em 1857, Gonçalves de Magalhães, o fundador do nosso romantismo). A verdade é que coincidiu com a simpatia dos índolas da Guanabara pelos franceses uma revolta de outros tupís, estes do litoral paulista, contra os portu-

Cunhambéba

(*) Além de alguns modernos escritores franceses, sobretudo Heulhard e Gaffarel, há um patrício nosso, de invulgar e honesta competência, Manuel Tomaz Alves Nogueira, que também tratou do fundador do forte de Coligny na baía de Guanabara, num volume infelizmente pouco lido, por não ter sido vernaculizado até agora. Intitula-se "Der Mönschsritter Nikolaus Durand von Villegaignon" (Leipzig, 1887).

França-Antártica (da citada obra de M. T. Alves Nogueira)

gueses. O certo é que um exército de índios, sob o comando de Jaguanharõ ("onça brava"), filho de Piquirobí, e, portanto, sobrinho de Tibireçá, acometeu a recente povoação de São-Paulo-de-Piratininga, a 9 de julho de 1562. Defenderam-na Tibireçá (*) e seu irmão Caiubí. Mas, apesar de vencidos no planalto, os revoltosos continuaram as suas investidas e depredações na



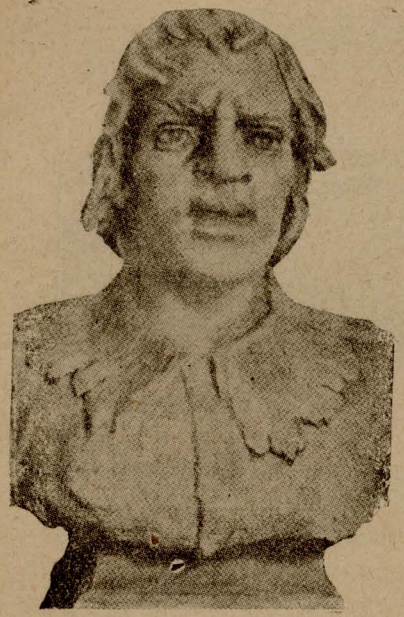
Anchieta escrevendo, na areia de Iperoí, o poema "De Beata Virgine".

zona costeira, sendo Iperoí ("rio do tubarão") o centro de sua atividade belicosa. Compreendeu Nóbrega o perigo que corria a civilização portuguesa no Brasil, e, por isso, resolveu ir pessoalmente entender-se com os chefes insurretos, afim de pacificá-los. Levou consigo Anchieta, que, muito melhor do que êle, manejava o rheengatú. Depois de cinco meses de negociações, três

(*) Já batizado, o chefe guaianaz do planalto passara a chamar-se Martim Afonso Tibireçá, em homenagem ao fundador de São-Vicente, no que foi depois imitado por Araribóia. Tibireçá faleceu a 25 de dezembro de 1562.

dos quais passou Anchieta (*), como refêm, entre os selvagens, foi celebrado o armistício de Iperoí (14 de setembro de 1563), pelo qual se restabeleceram as relações amistosas anteriores entre os tupís e os portugueses.

A fundação definitiva do Rio-de-Janeiro — Foi em consequência do armistício de Iperoí que os jesuítas (Nóbrega e Anchieta) puderam enfileirar os tupís paulistas (do litoral e do planalto), assim como os espírito-santenses (temiminós) entre os portugueses de Estacio de Sá e Mem de Sá, que expulsaram os franceses da baía de Guanabara em 1567, fundando então os vencedores, no morro do Castelo e arredores, a cidade portuguesa, que ia ser primeiramente a capital do sul e depois (a partir de 1762) a capital do Brasil. E do outro lado da baía, em



Arariguóia

(*) Foi na areia de Iperoí que Anchieta, durante o refenato em que ficou alí, traçou e decorou, para depois perpetuá-los no papel, os quasi 6.000 versos latinos em que elevou à Virgem os seus louvores e agradecimento, por lhe haver a mãe de Deus salvado o corpo e a alma. Escrito em 1563, precedeu ao poema de Ercilla, "La Araucana", começado a publicar em 1569. O "Poema da

terras concedidas ao chefe temiminó Arariguóia, fundou êste a povoação de que surgiu a atual Niterói. Foram, portanto, os estrangeiros, com a sua tentativa de ocupação, realizada de 1555 a 1567, que compeliram os portugueses, não só a cumprir o desejo de Tomé de Sousa, expresso cêrca de três lustros atrás, quanto ao povoamento da baía de Guanabara, mas também a cogitar da posterior colonização do extremo-sul do meridiano de Tordesillas.

A FRANÇA-EQUINOCIAL E A FUNDAÇÃO DE BELÉM-DO-PARÁ

A França-Equinocial — Por motivo da guerra que havia continuado entre os habsburgos da Espanha e os sucessores de Francisco I, auxiliou abertamente a França a empresa particular, à qual foi concedido o privilégio de fundar na região equinocial do Brasil uma colônia de 100 léguas de costa, visando seguramente à conquista do nosso rio-mar. Desde 1594, já os franceses exploravam o *hinterland* maranhense, onde haviam conseguido a simpatia dos selvícolas (*). Organizada

Virgem" de Anchieta apareceu em letras de imprensa, pela primeira vez, na "Crônica da Companhia de Jesús do Estado do Brasil" (1663) e na "Vida do veneravel p. Joseph de Anchieta" (1672), de Simão de Vasconcelos. Dêle existiam vários manuscritos autógrafos e apógrafos. Como nas referidas obras de Simão de Vasconcelos houvesse inúmeros erros tipográficos, ao autógrafo algortense recorreu o padre jesuíta Armando Cardoso, cuja excelente tradução foi publicada pelo Arquivo Nacional em 1940. A "Dedicatória", constante dos derradeiros versos do poema, não só explica a finalidade do mesmo, mas também que foi entre os tamóios que Anchieta o traçou:

"Eis os versos que outrora, ó Mãe Santissima,
te prometí em voto,
vendo-me cercado de feros inimigos.
Enquanto entre os tamóios conjurados,
pobre refêm, tratava as suspiradas pazes,
tua graça me acolheu
em teu materno manto,
e teu poder me protegeu intactos corpo e alma".

(*) Como se infere da "Histoire maritime de France", de Léon Guérin (vol. II, págs 338-347), Riffault apenas trouxe ao Maranhão, em 1594, Charles des Vaux,

uma companhia, que obteve o apoio de muitos fidalgos (entre os quais os da importante família Rasilly) e o financiamento por parte de um dos mais opulentos banqueiros daquela época (Nicolas de Harláy de Sancy), não poude a expedição velejar para o Brasil sinão depois da morte de Henrique IV (ocorrida em 1610, que foi quando caiu êle sob o punhal de Ravaillac), isto é, já ao tempo da regência da rainha-viúva Maria de Médicis (*). Comandava-a Daniel de La-Touche, senhor de La-Ravardière, futuro governador da França-Equinocial; em três navios, trazia muitos fidalgos, quatro frades capuchinhos e crescido número de soldados e colonos (provàvelmente mais de 500). Tendo partido de Cancale (a 19 de março de 1612), a flotilha francesa esteve em Fernando-de-Noronha e costeou o nordeste demoradamente, chegando, afinal, em 26 de julho, ao porto de Javiré, na ilha do Maranhão, onde, em 6 de agosto, La-Ravardière ergueu o forte, ao qual deu o nome de São-Luiz (em homenagem ao rei-infante Luiz XIII), sob cujo amparo foi inaugurada (1º de novembro de 1612) a cidade, que tomou e ainda conserva o mesmo nome. A notícia de que franceses andavam a explorar terras do Maranhão já havia chegado ao governador

que regressou à terra natal muitos anos depois, levando a Henrique IV informações sôbre a possibilidade de ser ocupada pelo dito soberano aquela região do Brasil. Henrique IV, inteirado da expedição de La-Ravardière (em companhia de Jean Mocquet), em 1604, às costas orientais da América-do-Sul, pediu o parecer do mesmo, o qual foi favorável à sugestão de Charles des Vaux. Mas a inesperada morte do rei adiou a execução da empresa, efetuada, afinal, na regência de Maria de Médicis, em 1612.

(*) É tradição (aceita até pelo nosso historiógrafo Rocha Pombo, além de outros) que Maria de Médicis deu a La-Ravardière, para signa suprema da expedição, uma bandeira (bordada pelas próprias mãos da viúva de Henrique IV), na qual sobressaía a orgulhosa divisa (tirada do verso 368 do livro I da "Eneida" de Virgílio): *Tanti dux femina facti!* ("A mulher conduz a empresa!", conforme a tradução de Odorico Mendes).

do Brasil setentrional, Gaspar de Sousa, que, por isso, tinha encarregado Jerônimo de Albuquerque e Martim Soares Moreno de estabelecer por alí núcleos de observação e de defesa da costa, o que êles efetuaram em 1610 e 1611 (fundação do forte de Jererê-cuacuara, "baía das tartarugas", pelo primeiro, e de Fortaleza, pelo segundo). Inteirado da ocupação efetuada em 1612 por La-Ravardière, o referido governador aparelhou um exército, confiado ao comando de Jerônimo de Albuquerque e destinado a expulsar os intrusos. Tendo desembarcado em Guaxenduba ("guaximal", hoje Aguas-Boas), onde se fortificou, a tropa portuguesa foi alí atacada pelos franceses (180 brancos e 1.500 índios), tendo estes sido desbaratados, apesar da inferioridade numérica dos lusitanos (300 brancos e mestiços e 200 índios), a 19 de novembro de 1614. Diante da perda dessa memorável batalha, assinou La-Ravardière um armistício, que durou pouco tempo. O governador de Pernambuco, Alexandre de Moura, atendendo a ordens da metrópole, preparou um forte contingente militar, à frente do qual desembarcou num porto maranhense, não distante do de São-Luiz (a 17 de outubro de 1615). Assumindo o comando-em-chefe de todo o exército português (por ser superior a Albuquerque em patente), não tardou a coagir La-Ravardière a uma capitulação definitiva, firmada em 3 de novembro de 1615. Por motivo da sua capital eficiência na expulsão dos franceses, usou Albuquerque, até morrer, o agnome de *Maranhão* (*), por mercê que lhe concedeu Filipe III.

(*) Sôbre Jerônimo de Albuquerque Maranhão, veja-se o que diz Borges da Fonseca, em sua "Nobiliarquia pernambucana" (Rio, 1935), vol. I, págs. 10 e segs.

A fundação de Belém-do-Pará — A segunda e também malograda grande tentativa francesa de ocupação de terras do Brasil compeliu o governo português a colonizar o extremo-norte, até então em completo abandono. Desembaraçado dos franceses, Alexandre de Moura despachou de São-Luiz-do-Maranhão (em 25 de dezembro de 1615) a Francisco Caldeira de Castelo-Branco, ordenando-lhe que ocupasse a foz do Amazonas, pois que em nosso rio-mar já havia alguns fortes levantados pelos holandeses (Nassau e Orange, à margem esquerda do Xingú) e não tardariam a surgir alí outros intrusos. Castelo-Branco ergueu, na baía de Guajará, o forte do Presépio e a povoação de Nossa-Senhora-de-Belém (origem da atual cidade de Belém-do-Pará), a 12 de janeiro de 1616. Assim, a exemplo do que havia acontecido no sul, foram também os estrangeiros que, pela tentativa da França-Equinocial, coagiram os lusos à colonização do extremo-norte, isto é, até ao ponto terminal do meridiano de Tordesillas. E, em consequência disso, foi desdobrada a colônia de aquém-Atlântico em dois governos interindependentes, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão (1621). Este foi acrescido pela incorporação da capitania do Cabo-do-Norte (Guiana-Brasileira), em 1637, a qual não mais volveu ao domínio espanhol, e, finalmente, ainda antes da restauração da soberania portuguesa, Pedro Teixeira, mediante a sua arrojada expedição de 1637-1639, declarou incorporado no domínio lusitano todo o imenso vale do nosso rio-mar.

b) OS FRANCESES NO RIO-DE-JANEIRO, EM COMEÇO DO SÉCULO XVIII

Causas — As duas invasões francesas, sofridas pela cidade de Estácio de Sá em 1710 e 1711, explicam-se pela guerra de sucessão da Espanha, que se extendeu de 1700 a 1713. Nessa longa campanha, provocada pela ambição de Luiz XIV (que, apesar de derrotado, conseguiu colocar seu neto, Filipe V, no trono castelhano), tomaram parte contra o "rei-sol", além da Dinamarca, Holanda e ducado de Sabóia, a Áustria (cujo arquiduque Carlos, depois Carlos VI do Santo-Império, era também candidato à coroa espanhola) e a Grã-Bretanha. Esta, que foi quem mais lucrou com a prolongada luta (pois a paz de Utrecht lhe assegurou inabalávelmente, de par com o engrandecimento material, o *sea-power*), obteve a adesão de Portugal, mediante o célebre tratado de Methuen (nome do embaixador inglês, enviado a Pedro II pela rainha Ana Stuart), que, a partir da sua celebração em 1703, enfeudou por muito tempo a terra de Afonso Henriques à política britânica. Luiz XIV, que, no último quinquênio do século XVII, fizera uma demonstração de hostilidade ao Rio-de-Janeiro e planejava extender o seu domínio até à margem do Amazonas (expedições de De Gennes e do marquês de Ferrolles) (*), visando.

(*) Tendo tomado a Guiana aos holandeses em 1676, os franceses, obedecendo à desmedida ambição do "roi-soleil", pretenderam apoderar-se da margem esquerda do Amazonas. Enquanto a frota de De Gennes (de cujos feitos deu notícia Froger, em

talvez, a apoderar-se do nosso rio-mar, não hesitou em permitir e auxiliar as duas expedições, incontestavelmente corsárias, de 1710 e 1711, contra o Brasil, as quais passamos a narrar sumariamente.

EXPEDIÇÃO DE DUCLERC, EM 1710

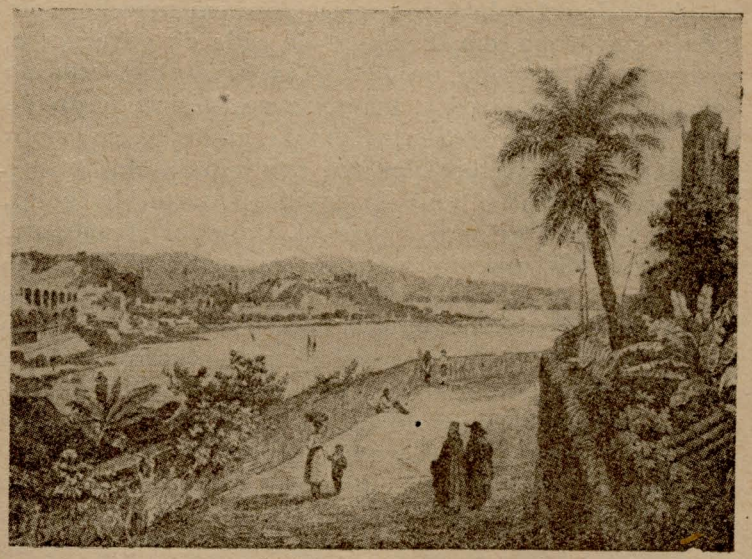
João-Francisco Duclerc, nascido na ilha de Guadelupe, era armador (além de morgado de Léogane, cidade haitiana) e servia, como capitão-de-navio, na marinha francesa. Julgando fácil a tomada da capital das minas do Brasil, isto é, o Rio-de-Janeiro, obteve de Luiz XIV uma nau e quatro fragatas (*), a que juntou uma balandra destinada ao transporte dos mantimentos, com uma tropa de desembarque de cêrca de 1.100 homens, entre os quais figuravam muitos fidalgos. Partindo de La-Rochelle (em 10 de maio de 1710), três meses depois (a 16 de agosto) tentava forçar a barra do Rio-de-Janeiro; acossado, porém, pelo intenso fogo da fortaleza de Santa-Cruz, dirigiu-se para a Ilha-Grande, procurando, em seguida, desembarcar tropas em Copacabana e na barra da Tijuca, pontos êsses dos

sua "Relation", Paris, 1698), em dezembro de 1695, vinha provocar um conflito na baía de Guanabara, o marquês de Ferrolles iniciava a sua expedição, que terminou em 1697, arrasando três fortes portugueses e assenhoreando-se do de Macapá. Deu isso em resultado querer Luiz XIV a posse da Guiana brasileira, para o que enviou Rouillé, como seu embaixador, a Portugal, onde foi assinado o tratado provisional de 4 de março de 1700, modificado pela atitude de Pedro II, quando se iniciou a guerra de sucessão da Espanha. Pela paz de Utrecht, ficou assentado que o limite do Brasil com a Guiana Francesa seria o Oiapoc, o que não impediu os sucessores de Luiz XIV de querer substituir aquela fronteira pela dos rios Araguari e Carapanatuba, muito a dentro da Guiana brasileira. Basta dizer que o laudo de Walter Hauser a nosso favor (em 1º de dezembro de 1900) assegurou ao Brasil, graças à brilhante e patriótica defesa dos nossos direitos pelo barão do Rio-Branco, cêrca de 260.000 quilômetros quadrados.

(*) "L'Oriflamme" (60 peças), "L'Atalante" (44), "La Diane" (44), "La Valeur" (40) e "La Vénus" (20)). Veja-se Frederico Mendes de Castro, "O capitão Du Clerc" ("Anais do 3º Congr. de Hist. Nac., 1942, vol. VI, pág. 71).

quais foi repelido pelos respectivos moradores, ajudados por milicianos da guarnição do litoral.

A 11 de setembro, todavia, conseguiu pôr pé em terra, na enseada de Guaratiba, donde, à frente de todo o seu exército, marchou através a montanhosa floresta da Tijuca, indo acampar, a 18, na fazenda dos jesuítas,



O Rio-de-Janeiro em começos do século XVIII

o Engenho-Pequeno-dos-Padres (chamado mais tarde Engenho-Velho).

O governador Francisco de Castro Morais reuniu todas as forças regulares, de que dispunha (cêrca de 2.000 homens), nas proximidades do paço da cidade (a atual Repartição do Serviço Postal), aguardando

alí a chegada dos invasores. Grande número de voluntários, entre os quais o escol da fidalguia paisana da cidade, formaram uma pequena, mas aguerrida coluna, que, sob o comando do valente frei Francisco de Meneses (o mesmo da guerra dos "emboabas"), se postou nos lugares por onde os inimigos teriam de passar, si quisessem asenhorear-se do centro vital da cidade.

A 19 de setembro, pôs-se Duclerc em marcha, com toda a sua tropa, em demanda da séde do governo; e, descendo o caminho de Mata-Cavalos (atual rua do Riachuelo), encontrou a primeira resistência perto do morro do Desterro (Santa-Teresa), onde os referidos voluntários, socorridos por um contingente das tropas regulares (sob as ordens do capitão Duarte Maricote), não pouparam esforços para dizimar os franceses. Estes, contudo, mais numerosos e melhor armados, não tardaram a quebrar a resistência dos patriotas, após o que tentaram baldadamente apoderar-se do morro do Castelo, sofrendo novas perdas; enveredaram, então, pela rua do Parto (São-José), e, sempre lutando, chegaram, afinal, à praça do Carmo. Enquanto o palácio do governo era heroicamente defendido pelos estudantes, sob o comando de Bento do Amaral Coutinho (o mesmo da guerra dos "emboabas", que começou assim a resgatar o seu feito do Capão-da-Traição), foi no largo hoje chamado Quinze-de-Novembro e ruas circunvizinhas que se travou a batalha decisiva, em que pereceu Gregório de Castro Morais, irmão do governador. Ante a enérgica repulsa, sofrida por toda parte, correu Duclerc a entrincheirar-se no Trapiche-da-Cidade, certamente esperando poder reembarcar-se na esquadra que o trouxera. Receando, porém, que Francisco de Castro Morais mandasse pôr fogo (como ameaçara) em barris de pólvora amontoados junto a um dos ângulos daquele enorme edifício em que se encurralara, assinou Duclerc a capitulação, entregando-se com cêrca de 600 dos seus comandados (*), 500 dos quais foram distribuidos pelos quarteis cariocas, indo para a Baía os 100 restantes (oficiais quasi todos). Ficou Duclerc, a princípio, no Colégio dos Jesuítas, donde, a rogo seu, foi para o forte de São-Sebastião e depois para uma casa da rua da Quitanda, esquina da rua do Sabão (hoje General-Câmara), com a cidade por menagem; e, às 8 horas da noite de 18 de março, foi assassinado, em sua própria cama, por dois embuçados (enquanto dois outros ficaram postados à porta da rua), não reconhecidos, nem descobertos mais tarde, ignorando-se si o móvel de tal crime foi alguma vingança passional ou si o perpetraram apaniguados de Francisco de Castro Morais (**).

As seis embarcações francesas, que haviam ficado na Ilha-Grande, só apareceram à entrada da barra dois dias depois da capitulação de Duclerc; e, inteirado disso, o comandante da referida frota, nada podendo fazer em prol dos seus patrícios, velejou para a Martinica.

(*) Em seu segundo e valioso artigo sôbre "A expedição francesa contra o Rio-de-Janeiro em 1710" (veja-se o "Jornal do Comércio" de 6 de julho de 1941), Augusto de Lima Júnior não só estudou a organização militar da cidade de Estácio de Sá, na primeira década do século XVIII, como também narrou pormenorizadamente a tentativa de Duclerc. Os dados dele coincidem com o que de melhor apurámos com relação à importante ação bélica. Conforme assegura Augusto de Lima Júnior, dos 1.050 franceses desembarcados no Rio-de-Janeiro morreram em combate 450, e, dos 600 que se constituíram prisoneiros por via da capitulação, "220 estavam feridos, com maior ou menor gravidade". Das nossas forças regulares e voluntárias, pereceram uns 300 homens, correspondendo a outro tanto o total de feridos. Por aí se vê como foi cruenta a batalha do Rio-de-Janeiro, a 19 de setembro de 1710.

(**) Veja-se a interessante memória de Gastão Ruch ("Anais do 1º Congresso de História Nacional", vol. I, págs. 506-517), "João Francisco du Clerc", onde há um documento em que a viúva do expedicionário de 1710 atribue a morte violenta do marido a mandado de Francisco de Castro Morais, acrescentando que o ato foi praticado por sobrinhos e filhos naturais do citado governador.

EXPEDIÇÃO DE DUGUAY-TROUIN, EM 1711

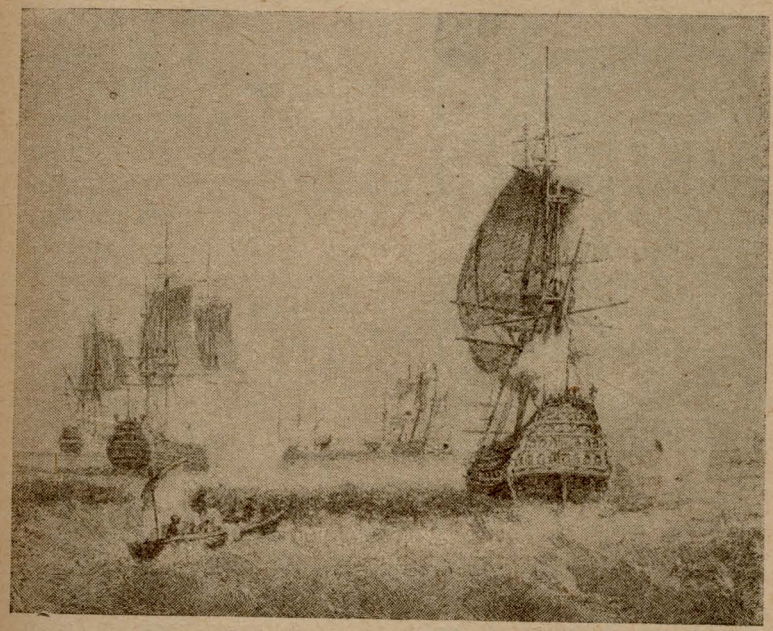
Renato Duguay-Trouin era de Saint-Malô (nasceu a 10 de junho de 1673); tinha um irmão, De La-Barbinais, que era alí armador. Em 1711, chegara aquele ao posto de capitão-de-navio, gozando de crédito e boa-fama, em sua terra natal e alhures. Sob o pretexto de vingar a morte de Duclerc, ofereceu-se a Luiz XIV para comandar uma nova expedição corsária contra o Brasil; e, conhecedor do depauperamento do tesouro francês, em consequência da dilatada guerra de sucessão da Espanha, que ainda durava, pediu ao "rei-sol" apenas um bom número de belonaves, encarregando-se êle próprio de organizar uma companhia, que custeasse a empresa e se arriscasse aos lucros ou perdas da mesma (*).

Duguay-Trouin

Obtida a permissão de Luiz XIV, que lhe forneceu 17 navios, entre grandes e pequenos, postos à sua disposição no porto de Brest, armou-os e equipou-os Duguay-Trouin, com prodigiosa presteza, auxiliado grandemente nisso por seu sobredito irmão e mercê dos

(*) Conta L. Guérin (ob. cit., vol. IV, pág. 168) que Renato Duguay-Trouin, por motivo da sua audaciosa proesa de 1711 contra o Rio-de-Janeiro, foi promovido de capitão-de-navio a chefe-de-esquadra e galardoado com a comenda da ordem militar de São-Luiz. Acrescenta o referido historiador: "É tradição que, quando regressou à França, após a expedição que devia encerrar-lhe, antes do tempo, a carreira ativa de marujo, tornou-se a tal ponto Duguay-Trouin objeto da admiração pública, que o povo se amontoava nas ruas, em torno dêle, para contemplá-lo, e até as mais ilustres damas tinham para si como alta distinção o vê-lo e o ouvir-lhe algumas palavras". Entretanto, Duguay-Trouin faleceu quasi pobre e deslembrado em 1736.

recursos que facilmente obteve de seus conterrâneos, prestamistas e sócios da audaciosa investida. A pedido de d. João V, que soubera dos aprestos da poderosa armada, mandou Ana Stúart (rainha da Grã-Bretanha) uma frota de 20 belonaves bloquear aquele porto francês; mas, quando o almirante Lenk chegou defronte de



Vista da entrada de Duguay-Trouin na barra do Rio-de-Janeiro (do vol. IV da "Histoire maritime de France", de Léon Guérin).

Brest, já Duguay-Trouin havia partido três dias antes para La-Rochelle, donde, a 9 de junho de 1711, zarpou em rumo do nosso país. Em caminho, apresou uma fragata inglesa, de sorte que, quando apareceu à barra do Rio-de-Janeiro, em 11 de setembro de 1711, trazia 18

navios, dotados de mais de 700 peças de artilharia e com uma fôrça superior a 5.000 homens.

Em vão Francisco de Castro Morais se havia queixado à metrópole do escasso número de soldados, de que dispunha para a defesa do Rio-de-Janeiro, e do mau estado das fortalezas que guardavam a entrada da baía de Guanabara. O govêrno de d. João V fez ouvidos moucos a tais reclamações, mesmo depois de ter recebido aviso, por parte da Inglaterra, de que se aprestava em França uma nova e pujante expedição contra a colônia luso-americana. Ordenou apenas o rei de Portugal que se deixassem ficar no Rio-de-Janeiro, donde estavam prestes a partir, quatro embarcações (3 da marinha real e 1 da Junta do Comércio), de que era comandante Gaspar da Costa Ataide-o-Maquinês (sargento-mór-de-batalha-do-mar). Havia, a mais, no pôrto, dois navios mercantes ingleses, dotados de algumas peças de artilharia. A fôrça regular, com que contava o governador, não chegava a 3.000 homens; por isso, inteirado do vulto da esquadra francesa, pediu urgentes socorros às capitanias mais próximas e aos moradores do litoral fluminense.

D. João V

A 12 de setembro de 1711, aproveitando-se de um espesso nevoeiro matinal, forçou Duguay-Trouin a barra do Rio-de-Janeiro, apesar do intenso fogo das fortalezas, que lhe causaram cêrca de 300 baixas (entre as quais 80 mortos, como êle próprio confessa em sua autobiografia, à pág. 166), e fundeou entre a ilha das Cobras e a ilha de Villegagnon. Nesta última, uma explosão lhe destruiu a bateria; e o Maquinês, não por haver enlouquecido, mas por temer fossem tomados pelos franceses os navios portugueses sob o seu comando, fê-los encalhar na praia próxima, onde os incendiou, depois de ordenar que as respectivas guarnições se juntassem às tropas de defesa da cidade.

Depois de haver mandado ocupar, pela madrugada de 13, a ilha das Cobras, desembarcou Duguay-Trouin, pela manhã seguinte, na praia do Valongo, com 3.800 homens e 24 canhões. Ocupando, sem perda de tempo e sem disparar um só tiro, os morros de São-Diogo, Providência e Livramento, não tardou a estabelecer também baterias no Pina (hoje morro da Saúde), as quais, em combinação com as anteriormente dispostas na ilha das Cobras, foram as primeiras que romperam fogo contra a cidade.

O governador e os militares de terra e mar, que tinham a seu cargo a defesa do Rio-de-Janeiro, viram desde logo que nada poderiam conseguir com uma tropa de 2.700 combatentes, a menos que chegassem fortes contingentes, pedidos com urgência às capitanias mais próximas. De Paratí, contudo, vieram 580 homens, dirigidos por Francisco do Amaral Gurgel.

De posse das referidas e excelentes posições estratégicas, ordenou o comandante francês um bombardeio constante, destinado a fatigar as tropas da cidade, o qual se prolongou por quatro dias. A 19, porém, mandou intimar ao governador a rendição da praça; e, ante a resposta de Francisco de Castro Morais de que a defenderia "até à última gota de sângue", os canhões

franceses, naquela mesma noite, juntaram os seus mortíferos ribombos aos dos trovões de uma formidável tempestade, que desabou sôbre a desafortunada urbe, lançando o pânico em todos que a habitavam. A população fugiu espavorida para todos os pontos próximos em que achou onde poder abrigar-se; e o governador lusitano, acompanhado pela tropa, acolheu-se primeiramente na fazenda dos jesuítas (hoje Engenho-Velho), donde seguiu para Maxambomba (atual Iguaçú).

O exército invasor, de posse da cidade, procedeu nela a um saque em regra, não sendo poupadas sinão algumas raras casas daqueles que haviam tratado bem os prisioneiros da expedição de Duclerc, os quais, por não haver mais guardas nos quartéis onde se achavam recolhidos, logo se juntaram às tropas de Duguay-Trouin. Releva consignar que, naqueles dias calamitosos, prestou inestimáveis serviços (como já o fizera em 1710, à frente dos estudantes cariocas) o famoso Bento do Amaral Coutinho, que morreu heroicamente pelejando contra os franceses, a 23 de setembro (*).

Afim de ver-se livre dos intrusos, que não vieram dilatar aquí a fé e o império, mas apenas arrancar dinheiro, aceitou logo o governador a proposta do resgate da cidade, mediante 610.000 cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois (**), tendo sido assinado êsse

(*) Em suas "Efemérides" (pág. 535 da 2ª ed. do Inst. Hist.), Rio-Branco, retificando enganos de cronistas, informa que Bento do Amaral Coutinho era "uma das pessoas principais desta cidade" (conforme uma representação da municipalidade ao rei) e desempenhava a comissão de mestre-de-campo, quando, a 23 de setembro de 1711, perto da lagoa da Sentinela, no ponto de junção dos caminhos de Mata-Cavalos (hoje rua do Riachuelo) e Capueraçú (depois rua do Conde d'Eu e hoje Frei-Caneca), encontrou duas companhias de granadeiros franceses. "Logo as atacou; mas, acudindo duas outras, comandadas pelos capitães De Brugnon e De Chéridan, foram os nossos destroçados; e Amaral Coutinho morreu pelejando".

(**) Afóra essa contribuição, já haviam os franceses, por esbulho ou saque, obtido mais de 12.000.000 de cruzados, quantia avultada para aquela época e para uma cidade que contava apenas 12.000 almas. Só o descobrimento do fulvo metal no *hinterland* mineiro explica a enorme quantidade de ouro, aquí encontrada e tomada por êles.

acôrdo a 10 de outubro. Três dias depois, chegava a Iguaçú, com 6.000 homens (*), vindos da capitania de São-Paulo-e-Minas-do-Ouro, o governador dela, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que não teve outro remédio, sinão respeitar o ajuste acima referido.

Duguay-Trouin, tendo recebido a 4 de novembro a última prestação do resgate, evacuou a cidade e cuidou de preparar a partida, conservando em seu poder, por precaução, os fortes principais da baía. A grande expedição corsária, satisfeita no seu intuito depredatório, zarpou a 13 de novembro, não com destino ao ponto de partida, mas em demanda da cidade do Salvador, a qual sómente escapou da triste sorte da sua irmã carioca, graças ao tremendo temporal que salteou a esquadra francesa, durante quarenta dias, causando-lhe, lá por perto dos Açores, a perda de dois dos seus melhores navios ("Le Magnanime" e "Le Fidèle", que levaram para o fundo do mar 1.200 homens, 134 canhões e um grosso cabedal em ouro e prata, oriundo do saque aquí realizado). Por isso, Duguay-Trouin fez-se de vela para a França, onde, apesar do mencionado prejuízo, deu aos prestamistas e sócios de sua emprêsa corsária um dividendo de 92 % sôbre o custo dela (**).

(*) Em sua autobiografia (pág. 191), assegura Duguay-Trouin que, a 11 de outubro, Antônio de Albuquerque chegou a Iguaçú, "avec trois mille hommes de troupes, moitié cavalerie, moitié infanterie, et plus de six mille noirs armés". Mas, em sua carta de 26 de novembro de 1711, endereçada a d. João V, o sobredito governador declarou haver trazido "perto de 6.000 homens da melhor e mais luzida gente que têm as ditas Minas, assim forasteiros, como paulistas".

(**) Em sua autobiografia (págs. 194-198), consigna Duguay-Trouin, pormenorizadamente, a intenção, que teve, de atacar a Baía, o temporal que sofreu e os lucros da sua empresa corsária. Vale a pena transcrevermos as sua próprias palavras: "Je ramenais avec moi un officier, quatre gardes de la marine et près de cinq cent soldats, qui restaient de la défaite de Mr. du Clerc; tous les autres officiers avaient été envoyés à la Baie de Tous les Saints. J'étais résolu d'aller les y délivrer, et comptais même tirer de cette colonie une nouvelle contribution. En effet, je l'aurais certainement exécuté, si je n'avais pas eu le malheur d'être cruellement traversé par les vents contraires, pendant plus de quarante jours, en sorte qu'il nous restait à peine des vivres sufisants pour nous mener jusques en France".

Tão indignado ficou o povo carioca com Francisco de Castro Morais, que êste passou a ser chamado exclusivamente e geralmente pelo agnome insultuoso de "Vaca". Fez-se mistér que Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, atendendo à vontade popular, expressamente apoiada pela câmara municipal, assumisse imediatamente o govêrno da capitania do Rio-de-Janeiro, enquanto o seu infeliz antecessor, assim revolucionariamente deposto, partia para a metrópole, onde, mal chegou, teve confiscados os bens e foi condenado a acabar a existência objetiva num presídio do Indostão (*), o que não se deu, porquanto ainda voltou ao cargo que ocupava na côrte lusitana (**).

(*) O governo da metrópole castigou severamente todos os militares que não souberam cumprir integralmente os seus deveres, por ocasião do saque do Rio-de-Janeiro, em 1711. Assim, o mestre-de-campo Francisco Xavier de Castro Morais, sobrinho do governador, foi condenado a degredo perpétuo; o sargento-mór Alves Pereira, comandante da fortaleza de Santa-Cruz, foi deportado temporariamente para Angola; o da ilha das Cobras foi expulso do serviço das armas; e o da fortaleza de São-João, por haver licenciado a maior parte da guarnição, o que não lhe permitiu atirar contra a esquadra invasora, foi declarado traidor e infame, extendendo-se esta última pena aos seus descendentes masculinos (até ao segundo grau) e condenado a morrer na forca; tendo êle fugido em companhia dos franceses, afim de evitar o castigo, que estava certo de receber, foi enforcado em efígie.

(**) Tendo obtido revisão do seu processo, Francisco de Castro Morais não terminou na India o seu resto de vida, porquanto não só foi reintegrado no cargo que ocupava na côrte, como até recebeu os soldos atrasados, de que o privara a condenação. Tudo isso foi sobejamente demonstrado por Alberto Lamego, que merece figurar entre os nossos melhores historiadores.

2) AS INCURSÕES INGLESAS

Principalmente nos séculos XVI e XVII, tornaram-se famosos, infestando os mares, piratas e corsários da Inglaterra, da França e da Holanda, os desta mais conhecidos pela designação de "flibusteiros", que se aplicou então a todos. Charles Johnson menciona duas mulheres, que comandaram naus de rapinagem. Cumpre notar que os principais assaltos britânicos ao litoral do Brasil ocorreram quando êste, acompanhando o destino da sua metrópole de além-Atlântico, ficou sujeito ao domínio espanhol. A Inglaterra estava, por aquela época, em luta com Filipe II, rei de Castela e de Portugal; e foi no tempo de governo de tal soberano que se efetuaram, entre 1583 e 1595, as acometidas de piratas britânicos às plagas do Brasil, conforme vamos expor mais particularizadamente.

Edward Fenton — Tendo partido da sua pátria (em 1582) com destino ao extremo-oriente, entrou, com dois galeões, no porto de Santos (a 19 de janeiro de 1583). Teve de retirar-se, depois de haver desembarcado parte da tripulação, porque o atacou André Equino (da esquadra de Diogo Flores Valdés), cinco dias depois, com três naus de guerra, uma das quais foi posta a pique (*).

(*) Um inglês, John Whithall, que tinha vindo estabelecer-se na capitania de São-Vicente, onde casara com uma filha do capitão-mór Jerônimo Leitão (e, por isso, passara a ser vulgarmente chamado "João Leitão") e em segundas núpcias desposara uma filha do ricaço José Adorno, dirigiu a amigos de Londres cartas

Thomas Cavendish — Depois de haver realizado a 3ª circunnavegação do globo (a primeira foi a de Magalhães-Elcano e a segunda foi a de Francis Drake), veio assaltar, com cinco belonaves, as costas do Brasil (de 1591 a 1592). Depois de haver capturado, na altura de Cabo-Frio, um barco português (negreiro), esteve na Ilha-Grande e na de São-Sebastião, donde partiu para atacar a vila de Santos (25 de dezembro de 1591), que saqueou, como a de São-Vicente, além de incendiá-las. Não tendo podido ir além do estreito de Magalhães, regressou ao nosso litoral, onde tornou a apoderar-se de Santos; alí perdeu muita gente, e, por isso, dirigiu-se outra vez à ilha de São-Sebastião, onde abandonou 28 feridos, dos quais só dois escaparam com vida (*). De retorno à pátria, lá não poude chegar, pois expirou ainda não longe das costas do Brasil (em junho de 1592) (**).

(uma das quais, de 1576, foi publicada por Hakluyt) em que lhes comunicava os descobrimentos de ouro, alí efetuados por Braz Cubas e por seu primeiro sogro. A essas cartas atribue frei Vicente do Salvador, com razão, os assaltos de piratas e corsários ingleses às vilas do litoral paulista. Sabe-se que Cavendish, no primeiro ataque a São-Vicente, em 1591, levou dali, conforme o depoimento de Knivet, "boa quantidade de ouro, já explorado pelos portugueses".

(*) Um chamava-se Antônio Knivet, que ficando no Brasil, tomou parte em duas expedições ao interior (ambas em fins do século XVI), a de Martim Correia de Sá e organizada por d. Francisco de Sousa ao Itapucú; deixou êle um escrito curioso, intitulado "Notável viagem que, no ano de 1591 e seguintes, fez Antônio Knivet, da Inglaterra ao Mar-do-Sul, em companhia de Tomaz Cavendish". O outro, Henrique Barraway, foi estabelecer-se na vila de São-Paulo-de-Piratininga, onde, tendo casado com Francisca Álvares e deixando um filho (João Baruel, falecido em 1665) que desposou Mariana de Siqueira (dos Jorges Velhos), foi o tronco da distinta família Baruel.

(**) De Cavendish conta-se que chegou a apoderar-se de 19 galeões espanhóis, cuja valiosa carga o opulentou, ao ponto de só se vestir de seda, do mesmo modo que os seus marujos, sendo de damasco as velas do navio que comandava. Sabe-se que, por motivo de incursões de piratas e corsários, surgiram em nosso país algumas lendas concernentes a fantásticos tesouros, secretamente guardados em ilhas. Além do que se julga existir na Ilha-da-Trindade, entrou em nossa literatura o que se julga ter sido escondido em nossas plagas pelo terceiro circunavegador do globo, como se vê do belo trabalho de Paulo Setúbal, "O tesouro de Cavendish", e do capítulo "O tesouro de Cavendish e a Ilha-da-Ilusão" do interessante livro de Francisco Martins dos Santos, "Lendas e tradições de uma velha cidade do Brasil" (São-Paulo, 1940).

Robert Withrington — Com duas naus (a outra era comandada por Christopher Lister) e uma zabra (bote de mantimentos), entrou na baía de Todos-os-Santos (nos primeiros dias de abril de 1588), tendo apresado fóra da barra um patacho espanhol e dentro do pôrto os barcos alí surtos, inclusive uma urca flamenga. Não tendo podido assenhorear-se da cidade do Salvador, os piratas britânicos limitaram-se a saquear o Recôncavo, até aos primeiros dias de junho, que foi quando afinal se retiraram, A defesa da cidade e do Recôncavo foi dirigida por Cristóvão de Barros, ajudado não só pelos moradores (Antônio Álvares Caapara, principalmente), como também pelo visitador jesuíta padre Cristóvão de Gouveia, com os índios aldeiados.

James Lancaster — Êste corsário (cujo imediato era Edmond Burke) comandava três navios e contava com mais quatro dos piratas franceses Wenner e Noyer. O ataque às duas mais importantes povoações do litoral pernambucano, Recife e Olinda, durou 31 dias (9 de abril a 10 de maio de 1595). Não puderam tomar Olinda, onde sofreram (no combate de 5 de maio) muitas perdas (35 mortos e maior número de feridos). A demora no Recife, do qual se apoderaram, foi para transportar o produto do saque, que exigiu, além dos sete acima referidos, mais oito barcos franceses e holandeses, que alí mesmo conseguiram fretar (*).

(*) Sôbre os mais célebres ladrões marítimos, há um trabalho notável, da autoria de Oxmelin (John Esquemeling), publicado em flamengo (1678) e vertido pouco depois para castelhano e inglês (1681 e 1884). Nessa interessante história da pirataria do século XVII, tratou Oxmelin dos flibusteiros que assolaram Port-Royal, Curaçao e outros pontos da América-Insular, trazendo as ditas obras retratos dos mais operosos dêles, como Henry Morgan, L'Olonnois e Pierre François. Note-se que entre os mesmos incluiu o referido historiógrafo até um pirata lusitano, chamado Bartolomeu Português.

3) AS INVASÕES HOLANDESAS

Causas político-econômicas das invasões do Brasil pela Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais—Expulsos da Península Ibérica, em fins do século XV, foram os judeus incrementar o progresso da Holanda, a qual, cêrca de uma centúria mais tarde, poude proclamar-se independente da Espanha, com esta sustentando uma heróica e prolongada luta. A soberania das Províncias-Unidas da Neerlândia só foi reconhecida pela paz de Vestfália (*), a cuja celebração se aplicaram, pela primeira vez, os princípios do direito internacional moderno, criado em 1629 pelo holandês Grócio (Hugo de Groot).

A nova república dos Países-Baixos desenvolveu extraordinariamente o seu poder militar, pois que lhe coube empunhar o cetro de primeira potência naval do mundo, desde que os ingleses derrotaram a "invencível armada". Não tardaram os holandeses, do final do século XVI a meiados do XVII, a constituir um extenso e opulento império colonial, conquistado aos dois reinos ibéricos, então sob o cetro dos habsburgos da Espanha. Foi por isso que Oliveira Martins (em "O Brasil e as colônias portuguesas") chegou a dizer que a Holanda,

(*) Depois de Guilherme I (Guilherme-o-Taciturno), o staathouderato das Províncias-dos-Países-Baixos coube a Mauricio (1584-1625), Henrique-Frederico (1625-1647), Guilherme II (1647-1650) e João de Witt (1650-1672), sob o govêrno dos quais foram efetuadas as invasões do Brasil, bem como a expulsão dos mercenários da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais e o tratado de Haia.

então, não passava de um Estado "que era apenas uma companhia mercantil", ou, melhor, "um Estado constituído em companhia de piratas".

O seu império colonial (em que efêmeramente entrou o norte do Brasil, de 1630 a 1654), deveu-o a Holanda às suas empresas mercantis, criadas no primeiro quartel do século XVII (e que serviram de modêlo a muitas outras, com a mesma finalidade, surtas pouco depois na Europa). A primeira foi a Companhia Privilegiada das Índias Orientais, instalada em 1602, a qual se assenhoreou de territórios ocupados pelas armas lusitanas no Industão, na África e nas ilhas do Pacífico; e a segunda foi a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, inaugurada em 1621 (com o capital, quasi todo judaico, de cêrca de 7.000.000 de florins), e cuja administração se compunha de 19 diretores ("Conselho dos Dezenove"). A esta foi que coube realizar as duas invasões do Brasil, com o pretexto de quebrar o monopólio ibérico (*).

A investida contra a Baía teve por mira a conquista de todo o Brasil. Derrotada alí, a Companhia não desanimou, e, depois de fazer investigações por espias israelitas, tentou apoderar-se de Pernambuco, isto é, da região em que havia a maior parte dos 120 engenhos de açúcar do nosso país, naquela data, tanto que lhe davam os flamengos o nome de *Zuickerland* ("terra do açúcar").

(*) Para justificar a expansão da sua pátria, então a primeira potência naval do mundo, estampou Grócio o seu "Mare liberum" (1609). Provocou essa obra uma verdadeira polêmica na Europa, tendo-a contraditado, entre outros, um religioso mercenário português (ao serviço de Filipe IV da Espanha), fr. Serafim de Freitas, cuja resposta se intitulou "De justo imperio lusitanorum asiatico" (1625). Um dos mais valiosos trabalhos, de lavra européia, sôbre a tentativa da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais contra o nosso país, é o de Wätijen, recentemente vernaculizado por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e editado pela "Brasiliana", "O domínio colonial holandês no Brasil" (São-Paulo, 1938).

A INVASÃO DA BAÍA (1624-1625)

Governava o Estado do Brasil, desde 1622, Diogo de Mendonça Furtado, e a d. Constantino Barradas, falecido em 1618, sucedera na diocese do nosso país d. Marcos Teixeira (5º bispo). O governador e o prelado sabiam que se aprestava na Holanda uma forte expedição contra a capital do Estado do Brasil, onde foram logo organizadas milícias com os próprios habitantes da terra, os quais voluntàriamente se armaram, para defendê-la da invasão batáva. Como, porém, custassem a chegar os inimigos e as lavouras estivessem sendo prejudicadas pela falta de braços, d. Marcos Teixeira tomou a iniciativa de obter do governador que se dissolvessem aquelas tropas de defesa, afim de que retornassem os voluntários aos seus trabalhos agrícolas, no que foi imediatamente atendido.

Mal se haviam dispersado aqueles corpos de patriotas, irrompeu diante da Baía a esquadra holandesa, que se compunha de 26 velas (23 navios e 3 iates), com uma tripulação de 1.600 homens e trazendo 1.700 soldados. Comandante dêstes e governador da região a conquistar era Johan van Dorth, enquanto chefiava a esquadra o almirante Jacob Willekens, tendo por imediato o vice-almirante Pieter Heijn (*).

Desguarnecida, como estava, caíu facilmente a cidade do Salvador em poder dos batávos, que, de 8 a 9 de maio de 1624, lhe ocuparam o porto, tomaram 8 e incendiaram 7 dos navios encontrados alí, e se assenhorearam da urbe de Tomé de Sousa, onde aprisionaram, no palácio de govêrno, a Diogo de Mendonça Furtado.

(*) Em alguns tratadistas, acha-se *Piet*, em vez de *Pieter*, assim como *Jan*, em lugar de *Johan*, sendo *Piet* e *Jan* (ou *Hans*) formas abreviadas ou hipocorísticas, vulgares em holandês.

A 11 de maio, chegou van Dorth (cujo navio se atrasara) e assumiu o governo da capital do Estado do Brasil. Proclamou a liberdade religiosa, a emancipação dos índios, e mandou embora a maior parte da esquadra, uma divisão da qual, sob o comando de Pieter Heijn, tentou, depois, conquistar o Espírito-Santo (*).

Enquanto não chegava o substituto de Diogo de Mendonça Furtado (Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, foi o designado pelas "vias de sucessão"), os baianos, que haviam abandonado a cidade do Salvador aos invasores, organizaram contra estes um numeroso exército, cujos corpos foram comandados por Lourenço Cavalcanti, Antônio Cardoso e Francisco Nunes Marinho (êste mandado de Pernambuco, com reforços, por Matias de Albuquerque), havendo o bispo assumido, interinamente, a direção suprema do Estado.

Ao invés de grandes pelejas, iniciaram os baianos um sistema de guerrilhas, que deu magnífico resultado. Ás mãos do valente capitão Francisco Padilha, comandante de uma delas, não tardou a perder a vida Johan van Dorth, cujo sucessor, Albert Schouten, teve, dias depois, o mesmo destino. Assumiu as rédeas do govêrno holandês Wilhelm Schouten, que, desmoralizado pelo vício da embriaguez, teve de passar a administração a Hans Ernst Kijff.

A 3 de dezembro de 1624, assumiu o comando do exército e o govêrno baiano d. Francisco de Moura

(*) Pieter Heijn atacou o Espírito-Santo, de 10 a 18 de março de 1625, tendo alí perdido (consoante o historiador português Manuel Severim de Faria) para mais de 100 mortos.

Rolím (*), que fez continuar contra os holandeses o mesmo sistema de guerrilhas. Enquanto isso, Filipe IV, apelando para espanhóis e portugueses, conseguira aparelhar uma esquadra de 52 navios (30 castelhanos e 22 lusos), com perto de 13.000 homens, sob o comando de d. Fadrique de Toledo Osorio (marquês de Valdueza).

Entrando na baía de Todos-os-Santos a 29 de março de 1625, bastou quasi que só a sua ação de presença para impor aos intrusos a capitulação, firmada por Hans Ernst Kijff a 1° de maio, data em que de novo tremularam na capital do Estado do Brasil as bandeiras unidas de Espanha e Portugal.

A INVASÃO DE PERNAMBUCO E A OBRA DE NASSAU

O enorme prejuízo, que sofreu a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais com a capitulação acima referida, não tardou a ser ressarcido pelo apresamento da "esquadra de prata" (composta de três naus, sob o comando de d. Juan de Benavides, e que ia do México para Sevilha) pelo vice-almirante Pieter Heijn, em 1628. Com o lucro dessa enorme prêsa (cêrca de 14.000.000 de florins), poude a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, que logo mandou judeus a investigações em nosso nordeste, aprestar a nova expedição (quasi duplamente mais forte do que a anterior), de 69 naus e 7.300 homens, agora destinada a Pernambuco.

(*) Parece que exausto de trabalhar, pois acumulou as duas chefias, a espiritual e a temporal, do Estado do Brasil, a segunda num momento de constantes guerrilhas contra os holandeses, faleceu d. Marcos Teixeira a 8 de outubro de 1624.

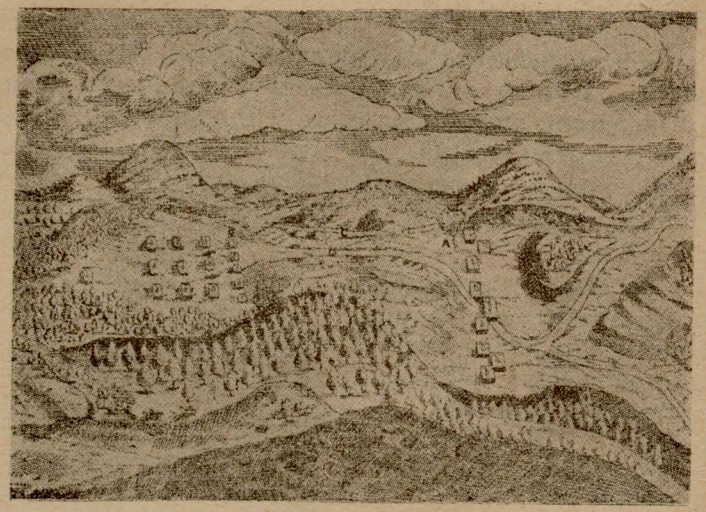
Apesar de inteirada dessa segunda invasão, a metrópole não tomou providência alguma de importância militar, para defender o Brasil. O governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, reuniu um exército de patriotas, e estava a postos, quando chegaram os inimigos.

Sob a chefia do almirante Hendrik Corneliszoon Lonck, de quem era imediato o vice-almirante Pieter Adriaenszoon Ita, vindo como comandante do exército de ocupação e futuro governador o coronel Diederich Waerdenburch, a esquadra batáva surgiu em frente de Olinda, a 14 de fevereiro de 1630.

Matias de Albuquerque

Apesar da sua indômita bravura, não poude Matias de Albuquerque, com forças tão reduzidas e tão mal equipadas, impedir que os holandeses se apoderassem de Olinda e do Recife; mas, organizando a resistência no interior, fundou o arraial fortificado de Bom-Jesús, a uma légua equidistante de Olinda e do Recife, e que constituiu, na epopéia bélica contra os soldados mercenários da antiga Batávia, o verdadeiro berço da nacionalidade brasileira. Foi alí, com efeito, que se confraternizaram os elementos formadores da nossa pátria, pois aos brancos, quer reinóis, quer já nascidos sob o nosso sol, não tardaram a unir-se os índios, sob a chefia do bravo

Potí (depois d. Antônio Filipe Camarão) (*), e os negros, sob o comando de Henrique Dias. Por cêrca de cinco anos, acharam alí os intrusos o maior obstáculo ao seu domínio sôbre a nossa terra.



O Arraial-de-Bom-Jesús

Não puderam os holandeses tomar Itamaracá, em 1631, e em meiados dêsse mesmo ano chegava à Baía a esquadra de d. Antônio de Oquendo (19 belonaves e 34 transportes), a qual, dirigindo-se a Pernambuco, travou combate, na altura dos Abrolhos (a 12 de setembro de 1631), com a holandesa de Adriaen Jansen Pater, o qual se afundou com o seu navio, seguro a um cabo

(*) Nascido em fins do século XVI, no Rio-Grande-do-Norte, morava na aldeia de Igapó, à margem esquerda do rio Potí (depois Potengí), e era morubixaba dos potiguaras, quando recebeu o batismo das mãos dos jesuítas, a 4 de março de 1612. Invadido Pernambuco pelos holandeses, em 1630, não tardou Potí a apresentar-se, com os seus índios, no Arraial-de-Bom-Jesús, prestando dai em diante os mais assinalados serviços à defesa da pátria. Morreu no Arraial-Novo (arredores do Recife), a 24 de agosto de 1648.

dêste (*). Oquendo conseguiu desembarcar na Barra-Grande boa parte dos 2.000 homens que trouxera para reforço dos pernambucanos.

Em consequência disso e de outras derrotas que sofreram, os batávos incendiaram Olinda (realizando-se, assim, a profecia de frei Antônio Rosado) e concentraram-se no Recife. A traição de Calabar, entretanto, reanimou-os, permitindo-lhes aumentar e consolidar as suas conquistas.

Abriram-se então os dois períodos em que os invasores conseguiram tomar, não só Pernambuco, mas também o resto do Brasil setentrional, o de Calabar e o de Maurício de Nassau, aos quais se seguiram os dois períodos da reação homérica dos nossos antepassados, o do levante maranhense e o da insurreição pernambucana.

Passamos a examiná-los sucintamente, para que se possa fazer idéia nítida do importante assunto.

Período calabarino (1632-1635) — Nascido em Porto-Calvo e perfeito conhecedor do litoral e do *hinterland* da capitania de Duarte Coelho, foi o mestiço Domingos Fernandes Calabar, com a sua traição, quem possibilitou aos holandeses a conquista de Pernambuco. Logo após a sua deserção (20 de abril de 1632), os mais importantes pontos fortificados da terra pernambucana, até então inexpugnáveis, foram sucessivamente ocupados pelos neerlandesses: Iguaraçú, Rio-Formoso

(*) Em longa nota, às págs. 181-183 da "História do Brasil" de Handelmann (ed. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.), deixámos patente que a versão, oriunda da pena de Adolphe de Beauchamp, sôbre o heroísmo de Pater, enrolando-se em sua bandeira e precipitando-se da sua capitânea incendiada, ao mesmo tempo que bradava: — "O oceano é o único túmulo digno de um almirante batávo!", não passa de uma lenda, sem apoio em qualquer dos cronistas e outros escritores holandeses, que se hajam referido à invasão de Pernambuco. É de lamentar, portanto, que semelhante fantasia ainda seja ensinada como facto histórico por alguns professores de minguada leitura.

(onde Pedro de Albuquerque, irmão do herói do Maranhão, caiu ferido, depois de perder o último dos seus 20 soldados), Afogados, Itamaracá, Santo-Agostinho, Porto-Calvo e Nazaré, além da Paraíba e do Rio-Grande-do-Norte, onde os nossos intrépidos compatrícios não puderam resistir a forças superiores dos melhores cabos de guerra da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais (Waerdenburch, van Schkoppe, Lichthardt, Arciszewsky e outros), guiados pelo mameluco ou mulato alagoano. A 6 de junho de 1635, Matias de Albuquerque, não recebendo mais socorro algum, teve de ceder à pressão dos batávos, retirando-se para o litoral mais ao sul, em demanda da Baía; nessa marcha penosa, em que era acompanhado por crescido número de retirantes, conseguiu apoderar-se de Porto-Calvo, onde aprisionou a Calabar, que foi enforcado na própria terra em que tivera o berço. A metrópole, que tão prodigioso esfôrço realizara para a restauração da Baía, como que deixara Pernambuco abandonado à sua sorte. Basta dizer que, para render no comando a Matias de Albuquerque, mandou Filipe IV ao Brasil o general d. Luiz de Rojas y Borja, com a exígua força de 1.700 soldados. Assumiu êle o comando geral do exército pernambucano (a 15 de dezembro de 1635) e iniciou imediatamente uma arriscada ofensiva contra os holandeses, do que resultou o desastrado encontro de 18 de janeiro de 1636, em que, derrotado por Arciszewsky, tombou morto na Mata-Redonda. Foi substituído interinamente por Bagnoli, que, mais conhecedor do país do que êle, voltou prudentemente ao sistema de guerrilhas, em que os capitães André Vidal de Negreiros (nascido na Paraíba), Rebelo e Souto, bem como Henrique Dias e Camarão, causaram não pequenos prejuízos aos batávos.

Período mauriciano (1637-1644) — Em 1636, contratou a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, para governador do Brasil holandês, ao conde João Maurício de Nassau (*), pelo prazo de cinco anos. O príncipe alemão trazia da empresa ordens expressas para, além de conquistar a capital do Estado do Brasil, ocupar também todo o Estado do Maranhão. Chegou ao Recife em 23 de janeiro de 1637. Expulsou de Alagoas o exército de Bagnoli, vencendo-o em Comendaituba (18 de fevereiro de 1637), tomando Porto-Calvo e levantando um forte em Penedo, à margem do São-Francisco; em seguida, devastou Sergipe e fez ocupar o Ceará. No ano seguinte, à frente de 4.000 homens, transportados em 30 navios de guerra, tentou em vão, durante 40 dias (16 de abril a 26 de maio), a conquista da cidade do Salvador, heroicamente defendida pelo seu governador Pedro da Silva (por isso mesmo denominado "o Duro"), graças às intrépidas legiões patrióticas de Bagnoli, a cujo lado combateram Camarão e Luiz

Maurício de Nassau

(*) Neto de um irmão de Guilherme-o-Taciturno, João-Maurício, conde de Nassau-Siegen, nasceu em 1604 e faleceu em 1679. Cursou escolas apenas até aos 16 anos, pois que em 1620 se alistou como soldado do exército protestante da guerra dos Trinta-Anos, tendo revelado grande capacidade militar, demonstrada principalmente na expugnação da fortaleza de Schenkenschans (1636). A isso se atribue o convite que recebeu da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. Mediante confirmação dos Es-

Barbalho (*). Alarmado, o govêrno da metrópole enviou ao Brasil, em 1639 uma frota de 18 galeões, com o novo governador, d. Fernando de Mascarenhas (conde da Torre). Este, depois de um ano de preparativos, reuniu 63 belonaves e com elas atacou a esquadra holandesa, de 41 navios, a 12 de janeiro de 1640, perto de Itamaracá, morrendo o almirante batávo, Corneliszoon; mas o substituto dêste, Huijghens, destroçou a enorme frota do conde da Torre, em novos

Conde de Bagnoli

tados- Gerais, em cujo serviço tinha êle o posto de coronel, veio para o Brasil com o título de "governador, capitão-general e almirante das forças de mar e terra da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais e dos territórios conquistados ou a conquistar pela mesma no Brasil". Recebeu, como subsídio, 6.000 florins, sendo de 18.000 florins os seus vencimentos anuais, além do direito a 2 % de todas as prêsas que fossem efetuadas em terra e no mar. Ordenado o confisco de bens móveis e imóveis dos nossos patrícios (o total subiu a mais de 2.000.000 de florins), logrou Maurício de Nassau, que não deixou um ceitil siquér no Brasil, levar daquí uma fortuna correspondente a cêrca de 12.000:000$000 da nossa moeda (ao câmbio atual). Veja-se o excelente "ensáio biográfico" por M. T. A. N. (Manuel Tomaz Alves Nogueira), "O príncipe de Nassau (conde João Maurício) — Governador do Brasil neerlandês" (Altenburg, 1900), Aí, à pág. 134, diz o nosso culto patrício que os 18.000 florins, recebidos por Maurício de Nassau no século XVII, correspondem a 108:432$000 "em moeda brasileira, ao câmbio de 27, no século XX". Frei Manuel do Calado, que viveu na intimidade do príncipe alemão, conta que êle causou no Recife pelo menos duas paixões algo trágicas, pois que morreram de amor por êle uma senhorinha Margarida Soler e a filha do sargento-môr Baía.

(*) A metrópole julgou tão importante a defesa da Baía, que premiou o governador do Estado do Brasil com o título de conde de São-Lourenço, deu a Bagnoli as honras de um principado em Nápoles, concedeu a Luiz Barbalho de Bezerra e a Potí a comenda da Ordem de Cristo. Luiz Barbalho, que era pernambucano, veio a falecer no cargo de governador do Rio-de-Janeiro (a 15 de abril de 1644). Potí, batizado, passou a chamar-se d. Antônio Filipe Camarão (tinha

combates (a 13, 14 e 17 do mesmo mês) (*); d. Fernando de Mascarenhas logrou voltar à Baía, mas antes fez desembarcar em Touros (Rio-Grande-do-Norte) 1.200 homens, que, sob o comando de Luiz Barbalho, marcharam mais de 400 léguas por ásperos caminhos, lutando com holandeses e tapuias, até alcançar as muralhas da cidade do Salvador. No período que se seguiu até à restauração da coroa portuguesa, entregou-se Maurício principalmente à administração. Deve-se ao seu govêrno, não só um considerável aumento na produção do açúcar (pela introdução de engenhos metálicos), como ainda a transformação do Recife em uma bela cidade, onde fez construir pontes e palácios. Promoveu a vinda de sábios e artistas, que fizeram resplender no Brasil o fulgor da Renascença holandesa: Piso e Marcgrave, Aeckhout, os irmãos Pieter e Franz Post e o alemão Zacarias Wagner (**). Ordenou expedições, destinadas à revelação das riquezas do nosso *hinterland* e do nosso litoral, entre as quais cumpre ser lembrada a de Gedeão Morris, que em 1640 descobriu as salinas de Moçoró (***). Por motivo da

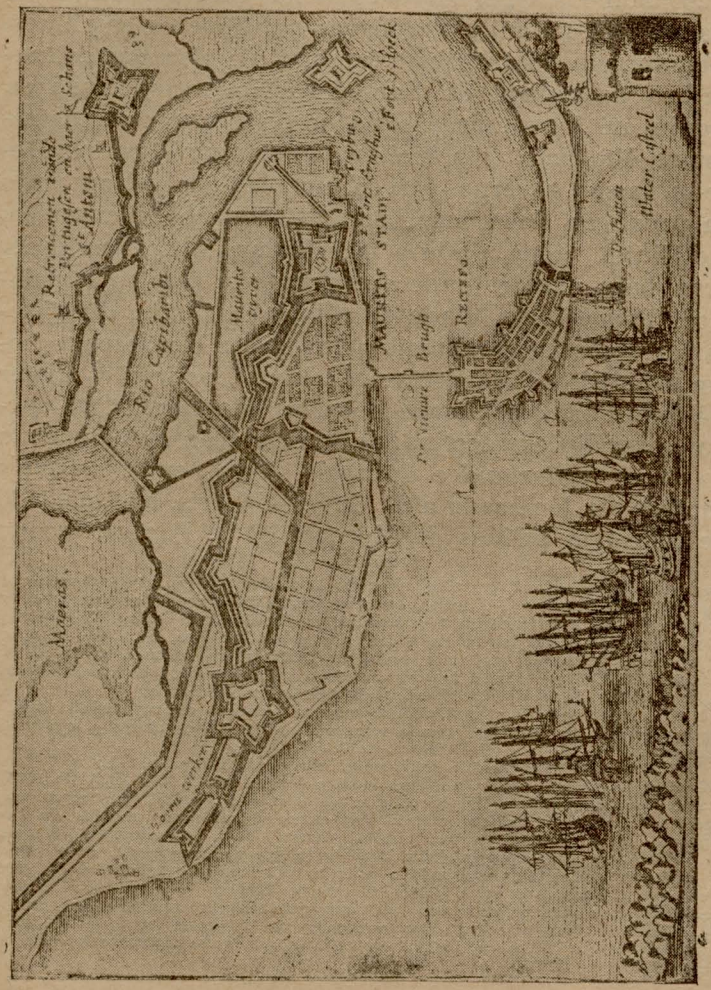
direito ao uso de "dom" por fôro especial). Mas, consoante a justa observação do general Carlos Augusto de Campos, em seus bem feitos perfis biográficos da nossa história militar, enfeixados em "As heroinas do Brasil" (São-Paulo, 1917), à pág. 171, Filipe IV deixou no olvido a intrépida esposa de Potí, d. Clara Camarão, "tão ilustre como êle, ou mais ainda, si levarmos em conta a delicadeza de seu sexo". D. Clara pelejou frequentemente, a cavalo, ao lado do marido, contra os mercenários da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais.

(*) Para comemorar essa vitória, mandou Maurício cunhar medalha com a legenda (vertida do holandês para o vernáculo nosso): "Deus abateu o orgulho do inimigo, aos 12, 13, 14 e 17 de janeiro de 1640".

(**) Veja-se, sôbre isso, o probidoso trabalho do dr. Pedro Souto-Maior, "A arte holandesa no Brasil" ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", t. LXXXIII, 1918). Possue o nosso Instituto Histórico, além de uma tela original, seis reproduções (cópias a côres) de quadros referentes a assuntos brasileiros, traçados em Pernambuco pelos pintores acima citados, Franz Post, Aeckhout e Wagner.

(***) Em Mauriciópolis (Mauritzstadt, "cidade de Maurício"), como passou a chamar-se o Recife, foi erguido o primeiro observatório astronômico da América, sob a direção do sábio Jorge Marcgrave. Este e Guilherme Piso também realizaram pelo interior do nosso país uma excursão científica, de que resultou o primeiro notável trabalho sôbre as opulências da nossa terra, a "Historia naturalis Brasiliae" (Leyden, 1648), vernaculizada e impressa recentemente em nosso país (São-Paulo, 1942).

restauração da coroa lusitana em 1640, foi celebrado um armistício entre Portugal e a Holanda; e Maurício de Nassau, pretextando não haver recebido notícia da



Recife em meiados do século XVII (da obra de Pierre Moreau, "Clara e verdadeira descrição das últimas perturbações do Brasil", Amsterdam, 1652).

ratificação daquele ato pelas duas potências, ocupou Sergipe, Ceará e Maranhão (façanha cuja deslealdade êle próprio confessou, em carta de 1° de julho de 1641 aos Estados-Gerais), extendendo, assim, do rio Real ao rio Gurupí, o domínio holandês em nossa terra. Mas a própria Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais não tardou a tratá-lo com desconfiança (supondo, talvez, quisesse êle criar para si mesmo um império no Brasil); em razão disso, Maurício de Nassau exonerou se do seu elevado cargo, e, sem esperar a chegada de um sucessor, retirou-se para a Europa, a 22 de maio de 1644.

EXPULSÃO DOS HOLANDESES DO MARANHÃO E DE PERNAMBUCO

O levante maranhense — A 26 de agosto de 1642, tomou posse do seu cargo o governador do Estado do Brasil Antônio Teles da Silva, com quem veio de Portugal o paraibano André Vidal de Negreiros, futuro governador do Estado do Maranhão. Os maranhenses, animados pela restauração da coroa lusitana e não mais dispostos a suportar o terrível jugo neerlandês, iniciaram o seu patriótico movimento a 30 de setembro de 1642, sob a chefia de Antônio Muniz Barreiros, que tomou aos invasores o forte do Calvário-de-Itapecurú e ainda os bateu em Cotim. Morrendo aquele bravo maranhense, foi substituído pelo sargento-mór Antônio Teixeira de Melo (reinol), que, graças a um refôrço paraense, poude ganhar a batalha do Outeiro-da-Cruz, a qual forçou os batávos (que alí perderam o seu comandante, Jacob Evers) à retirada. Quando Maurício de Nassau deixou o Brasil, os patriotas do extremo-norte já haviam coagido os intrusos a abandonar o Mara-

nhão e a atravessar o Ceará, vindo deter-se no Rio-Grande-do-Norte. Nomeado governador do Estado do Maranhão (a 11 de agosto de 1644), André Vidal de Negreiros, por motivo dos inestimáveis serviços que se dispôs a prestar na expulsão dos holandeses de Pernambuco, só se empossou daquele alto cargo em 1655.

A insurreição pernambucana — André Vidal de Negreiros (de acôrdo, seguramente, com Antônio Teles da Silva) preparou e combinou todo o plano da revolta, ou, melhor, da epopéia pernambucana. Atraíu para ela o opulento e prestigioso português João Fernandes Vieira e recebeu o imediato apoio dos grandes senhores-de-engenho do nordeste (*). Enquanto êle assim agia, o governador da Baía fizera seguir dalí para o interior de Pernambuco, a pretexto de jugular uma insubordinação de tribus indígenas, numerosa fôrça, sob o comando do capitão Antônio Dias Cardoso, auxiliado por d. Antônio Filipe Camarão e Henrique Dias. Devia estalar a insurreição pernambucana a 24 de junho de 1645; mas, denunciado o plano ao triunvirato holandês (que substituíra interinamente a Nassau) por dois traidores (Sebastião de Carvalho e Fernando Vale), fez-se a deflagração em 13 de junho, dia de Santo Antônio, desde logo tomado para guieiro dos patriotas. Contra estes marchou, à frente de uma coluna de 1.500 homens, o coronel Henrique Haus, que foi derrotado pelo sargento-mór Antônio Dias Cardoso (a 3 de agosto de 1645), no Monte-das-Tabocas (perto da atual cidade de Vitória). Para a unificação do comando, João Fernandes

(*) Adquiriu celebridade por essa época a formosa brasileira d. Ana Pais Correia da Silva. A "divina viúva" pernambucana, por amor da qual o major Hoogstraeten se fez o Calabar dos neerlandeses, casou em segundas núpcias com o capitão Carlos Tourlon (comandante das guardas de Nassau) e em terceiras núpcias com o coronel De With.

Vieira foi aclamado "chefe dos independentes". À frente de um grande exército, marchou êste sôbre o Recife, em cuja várzea bateu os intrusos, que se viram compelidos a capitular no Engenho-de-Nassau (Casa-Forte). Pouco depois, os fortes de Serinhaêm, Nazaré e Maurício (êste à margem do São-Francisco), bem como Porto-Calvo, caíram em poder dos guerrilheiros luso-brasileiros (Martim Soares Moreno, Vidal de Negreiros, Nicolau Aranha Pacheco e Cristóvão Lins). Em 1647, apoiado pela esquadra que trouxera da Holanda, com 2.000 soldados, no ano anterior, apoderou-se Segismundo van Schkoppe da ilha de Itaparica (ocupando-a até ao fim daquele ano, assoladoramente). Perdêmos alí (a 10 de agosto de 1647) 630 homens (dos quais 130 mortos), pois pereceu, com a maior parte da sua tropa, numa baldada tentativa para desalojá-lo, o

D. Antônio Filipe Camarão

Henrique Dias

bravo Francisco Rebelo (o "Rebelinho"). A 19 de abril de 1648 (*), os pernambucanos, comandados pelo general Francisco Barreto de Meneses, ganharam a primeira grande batalha dos Guararapes; e, em 19 de fevereiro de 1649, ganharam a segunda (**). Deveriam ter-se então apoderado do Recife, si dispusessem de força naval que os apoiasse. Dois fatos sucessivamente ocorridos na Europa vieram contribuir eficazmente para o feliz desfecho da epopéia pernambucana: a criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil (6 de fevereiro de 1649) pelo govêrno português, e o famoso *Act of Navigation*, com que Cromwell, em 1651, arrancou da Holanda, para entregá-lo à Inglaterra, o cetro de "empress of the seas" (***). Reduzidos aos fortes do Recife, que foram sendo tomados pelos pernambucanos, aos

João Fernandes Vieira

(*) Na primeira batalha dos Guararapes (este vocábulo quer dizer "nos tambores"), dispunha Francisco Barreto de Menezes de 3.500 homens, sem artilharia, enquanto van Schkoppe (que ficou ferido gravemente) comandava mais de 5.000 e contava com 6 canhões. Com este mesmo número de peças de artilharia e 3.500 combatentes, foi derrotado o coronel van den Brinke na segunda batalha dos Guararapes pelo mesmo general lusitano, cuja coluna era apenas de 2.600 bravos. D. Antônio Filipe Camarão, um dos heróis da primeira, não poude tomar parte na segunda, por haver falecido em 24 de agosto de 1648, tendo, antes de expirar, confiado o comando de seus intrépidos soldados indígenas a um sobrinho, Diogo Pinheiro Camarão.

(**) Henrique Dias morreu em consequência dos ferimentos graves que recebeu na segunda batalha dos Guararapes. Sôbre os dois maiores feitos de armas da epopéia pernambucana contra os holandeses, há os seguintes, ainda recentes e bons trabalhos: o do capitão J. da Costa Palmeira, "Batalha dos Guararapes" (Rio, 1932); e o do general Lobato Filho, "As duas batalhas dos Guararapes" (Rio, 1939).

(***) Na guerra que se travou entre a Ingraterra e a Holanda, por motivo do *Act of Navigation*, foi a segunda que primeiramente venceu a primeira; mas a Inglaterra, com a tenacidade que a caracteriza, não tardou a derrotar a Holanda. Esta, por motivo da longa campanha naval, não poude prestar mais auxílios militares à Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, acossada pelos pernambucanos. Custou muito a organizar-se a Companhia Geral do Comércio do Brasil, cuja primeira e poderosa frota (60 velas), sob o comando do visconde de Fonte-Arcada, Pedro Jacques de Magalhães (e da qual era almirante o ilustre Francisco de Brito Freire, autor da "Guerra brasílica"), chegou ao Brasil em 20 de dezembro de 1653, seguindo logo para o Recife, cujo bloqueio decidiu da definitiva derrota dos holandeses.

quais, em começos de 1654, só faltava o das Cinco-Pontas, e não contando mais com socorros do exterior, assinou Segismundo van Schkoppe a capitulação da

Campina-do-Taborda (*), a 26 de janeiro de 1654. Durara nada menos de nove anos a tremenda refrega, em que os nossos antepassados, que haviam feito do arraial fortificado de Bom-Jesús o verdadeiro berço da nossa nacionalidade, cimentaram com o seu sangue generoso a grandeza e a unidade da pátria brasileira (**).

1ª batalha dos Guararapes

O tratado de Haia (1661) — Mais de sete anos consumiu a nossa metrópole transatlântica para conseguir que a Holanda desistisse dos seus pretensos direitos sôbre o Brasil. A situação de Portugal, por motivo da sua

(*) Assim chamada, porquê ali morava um pescador, cujo nome era Manuel Taborda.

(**) É fóra de dúvida que as invasões holandesas despertaram no Brasil o sentimento de patriotismo e propiciaram a união das três raças da colônia, até então desfraternizadas: os brancos, os índios e os negros. Realizou-se a mesma, como vimos, no arraial fortificado de Bom-Jesús. Além disso, as invasões neerlandesas permitiram o conhecimento mais íntimo de todo o litoral do norte e da correspondente região interior. Lançaram, finalmente, no sólo ubérrimo do nordeste, os germens do espírito nativista, bem como os do ideal republicano, que haviam de irromper mais tarde na guerra dos mascates, na revolução de 1817 e na Confederação-do-Equador de 1824. A epopéia pernambucana contra os holandeses e o bandeirismo paulista, então em plena expansão ao sul, constituem marcos miliários da unidade e da formação territoral da nossa pátria.

demorada guerra com a Espanha, oriunda da restauração de 1640 levou o grande Antônio Vieira a opinar, no célebre "Papel-forte", pela entrega do norte do Brasil aos holandeses, pois que o reino de Afonso Henriques não podia lutar, ao mesmo tempo, com a Espanha e a Neerlândia. Imediatamente após a capitulação da Campina-do-Taborda, tais foram as exigências da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, apoiada pelo govêrno batávo, que Afonso VI teve de apelar para os bons ofícios de seu cunhado Carlos II (*). Graças ao prestígio do soberano inglês, foi afinal firmado em Haia, a 6 de agosto de 1661, o tratado de paz, pelo qual a coroa portuguesa, além de abrir mão de algumas das suas possessões do extremo-oriente (Ceilão, Malaca e Molucas, anteriormente ocupadas pela Companhia Privilegiada das Índias Orientais), ainda teve de indenizar a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, pelos prejuízos que esta sofreu com a sua definitiva expulsão em 1654, mediante a soma de 4.000.000 de cruzados, pagáveis em 16 anos, e dos quais coube ao Brasil o desembolsar quasi a metade, isto é, 1.920.000 cruzados. Pelo mesmo pacto, ainda obteve a Holanda favores comerciais, com relação principalmente ao açúcar do Brasil. Cumpre notar que a produção do açúcar, graças aos neerlandeses, aumentou consideràvelmente, pois subiu de cêrca de 20.000 caixas (1610), em Pernambuco, a 40.000 (1645). O tratado de Haia provocou vários ataques, na Holanda, em prosa e verso, à

(*) D. Catarina, irmã de Afonso VI e de Pedro II (por ocasião da grave enfermidade dêste, de 1704 a 1706, já viúva de Carlos II, ainda foi regente de Portugal), levou um belo dote (as praças de Bombaim e Tânger) e foi quem introduziu na Inglaterra o uso do chá.

Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais e ao próprio governo batávo. O mais típico e sugestivo foi desferido pela lira do poeta nacional, van Haren, que criou então a expressão "Verzuimd Braziel!" ("Brasil desamparado"), atribuindo a perda da bela colônia sul-americana à avareza daquela empresa mercantil.

VI — DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1) A vida rural: desenvolvimento da agricultura. 2) Progresso da indústria; as minas. 3) O comércio.

1) A VIDA RURAL: DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA.

A atividade da nossa terra, quando colônia de Portugal, caracterizou-se pela vida rural, de sorte que se tornou corrente a expressão: "o Brasil é um país essencialmente agrícola". Excetuado o período que denominámos de "grande ciclo do ouro" e dentro do qual também se operou a cata dos diamantes, — foram quatro produtos, dois exóticos e dois indigenas, os dominantes em nossa vida rural: o açúcar e o café, o algodão e o tabaco. A pecuária, que também pertence à vida rural e tanto influiu no enrijecimento da fibra do brasileiro, resultou da importação de animais do Velho-Mundo: os gados bovino, caprino, ovino e suino, assim como os galináceos. Ao contrário da sacaricultura e mais tarde da plantação algodoeira, que se extenderam pelo nosso litoral (de São-Vicente a Pernambuco), a criação de gado só se tornou importante, quando poude tomar conta da zona sertaneja nordestina (o Piauí foi conquistado por volta de 1674), vindo posteriormente a constituir uma das maiores riquezas de Minas-Gerais, Goiaz e Rio-Grande-do-Sul.

Trazida da ilha da Madeira para São-Vicente, por Martim Afonso de Sousa, a cana-de-açúcar logo pros-

perou alí, onde surgiu o primeiro engenho que houve no Brasil (*). Viçou ela também nas capitanias de São-Tomé (depois chamada Paraíba-do-Sul), Espírito-Santo, Ilhéus e Baía (**), assim como nas de Itamaracá e Pernambuco, sobretudo nesta última, a qual veiu a tornar-se a região privilegiada do açúcar, a tal ponto que a conheciam os holandeses, não pelo corrompido topônimo túpico (*Pernambuco* é corruptela prosódica de *Paranan-poc*, "mar arrebentado"), mas por *Zuickerland*, "a terra do açúcar", e foi êste quem para alí atraiu o invasão flamenga de 1630-1654. Embora aparecesse mais tarde na depois chamada capitania do Rio-de-Janeiro, aquí igualmente floresceu a sacaricultura, notando-se que o primeiro capitão-mór dela (Salvador Correia de Sá) teve engenhos na ilha de Paranapuan (por isso chamada "ilha do Governador") e os jesuítas também os tiveram nos arredores da cidade de São-Sebastião, tanto que um deles era vulgarmente conhecido por "Engenho-dos-Padres". Em consequência da ocupação da zona setentrional do Brasil pelos holandeses, os primitivos aparelhos de madeira, puxados por muares ou bois, foram substituídos por engenhos metálicos, graças aos quais foi considerávelmente aumentada a produção do açúcar brasileiro, então dominante nos mercados do mundo.

(*) Chamado do Governador e depois dos Armadores, foi vendido para João van Hielst e Erasmo Schetz, e, por se haver tornado, mais tarde, propriedade dos filhos do último, tornou-se conhecido por Engenho de São-Jorge-dos-Erasmos. O segundo foi o Engenho da Madre-de-Deus, de Luiz de Góis (depois jesuita), irmão do donatário da capitania de São-Tomé. O Engenho de São-João foi fundado por José Adorno; e o de Santo-Antônio deveu-se a Manuel Fernandes, casado com uma filha de Rafael Adorno. Um filho do capitão-mór Antônio de Oliveira, por nome Manuel de Oliveira Gago, teve alí o Engenho de Nossa-Senhora-da-Apresentação. Houve ainda mais quatro, pertencentes a Estevão Pedroso, Jerônimo Leitão, Salvador do Vale e aos Guerras. Foram, portanto, nove os primeiros engenhos de São-Vicente.

(**) Francisco Pereira Coutinho, antes de ser trucidado pelos índios de sua capitania, deixou alí três engenhos de açúcar. Na capitania de Ilhéus, os discípulos de Loiola também instalaram mais tarde um engenho de açúcar.

O algodão e o café surgiram no nordeste e no extremo-norte (o segundo foi introduzido alí em 1727), mas só tiveram lugar de destaque na economia brasileira no século XIX, principalmente quando o cafeeiro invadiu a terra-roxa centro-meridional.

Houve, entretanto, um produto indígena, que assumiu extraordinária importância em nossa atividade agrícola: o tabaco. Em consequência da rápida generalização do vício entre os europeus, tornou-se em nosso país uma indústria colateral da do açúcar a do tabaco, que era então usado em cigarros, charutos, pitos e cachimbos, mascado e ainda cheirado sob forma de pó ou de rapé. Tão desenvolvido e lucrativo se tornou o seu comércio, que a metrópole se viu obrigada a criar a Alfândega do Tabaco (cujo novo regimento, devido a Pombal, apareceu em 1751) (*). Note-se que o erário régio auferia dela, anualmente, cêrca de dois e meio milhões de cruzados, isto é, mais do dobro do rendimento dos quintos do ouro, e era com rolos de tabaco que principalmente se compravam os escravos africanos trazidos para o Brasil.

Em todo o nosso país foram cultivados muitos gêneros necessários à alimentação, notadamente os cereais e os legumes, uns vindos da metrópole, outros já conhecidos dos nossos selvícolas. O milho e a mandióca substituiram, por muito tempo, o arroz e o pão. Generalizado o uso do mate, graças aos jesuítas, foi êle um sucedâneo do chá. Não tardaram a aparecer o cacau, o guaraná, o anil e inúmeros produtos medicinais ou industriais (entre êstes, avultou o cáucho ou borracha).

(*) Das três aduanas portuguesas, então existentes, — a da *Casa da Índia*, a do *Açúcar* e a do *Tabaco*, — duas, como se está vendo pelas respectivas denominações, concerniam a produtos do Brasil.

Cumpre-nos ainda consignar que os filhos da África não só opulentaram a nossa culinária e a nossa doçaria com saborosos acepipes e deliciosas quitandas (*quitanda* é vocábulo quimbundo e quer dizer "*guloseima*"), como ainda introduziram no Brasil alguns frutos e condimentos de notória utilidade (*).

A pecuária, fator de larga expansão geográfica, sobretudo para a ocupação do *hinterland* nordestino, teve os seus dois maiores movimentos iniciais no último quartel do século XVI e no último quartel do século XVII: o primeiro foi a avançada dos criadores baianos, que se encontraram em ampla e remota área da margem direita do São-Francisco; e o segundo foi o que efetuou a conquista do Piauí. João Ribeiro, em sua "História do Brasil" (resumindo o que em começos do século XVIII havia escrito Antonil, em "Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas"), assim delimitou, acertadamente, a marcha temporal e o espaço territorial do movimento: "Podemos considerar por completamente explorada e utilizada, até os fins do século XVII, a zona limitada pelo Paraguaçú (Baía), São-Francisco (Chique-Chique), serras dos Dois-Irmãos e Piauí, e o mar Atlântico, desde o Parnaíba até à baía de Todos-os-Santos. Isto é, a zona da criação do gado". Do cruzamento, efetuado no Brasil, dos exemplares que nos vieram de Portugal, quer entre si, quer com alguns dos seus congêneres de procedência platina, resultaram os nossos gados ainda agora conhecidos pelos qualificativos toponímicos de "piauí", "mineiro", "franqueiro", "caracú" (aférese de *Acaracú*), assim como pelo mais genérico de "curraleiro".

(*) Afora a conquêm (galinha-de-Angola), os africanos introduziram em nosso país o dendezeiro, a bananeira-de-São-Tomé, o cuxá (donde o famoso "arroz-de-cuxá" do Maranhão), o feijão-guando (ervilha-de-Angola), o inhame, o gilô, o quingombô (quiabo), a pimenta-malagueta e até capins (como o "capim-de-Angola").

2) PROGRESSO DA INDÚSTRIA; AS MINAS.

Progresso da indústria. — A primeira atividade industrial da nossa pátria consistiu na fabricação do açúcar e na do tabaco em rolos (muito mais tarde, surgiram fábricas de rapé, cigarros e charutos), conforme já vimos, convindo assinalar que houve na capitania de Porto-Seguro uma indústria especial, qual a da fabricação da água de flor-de-laranjeira. Uma necessidade imperiosa, sobretudo num país de tão larga extensão, qual o nosso, impôs aos colonos a solução do problema do transporte, quer por terra, quer por água, dando isso ensejo a uma notável atividade industrial. Para o primeiro caso muito concorreu a pecuária, pois que, sem o carro-de-bois e sem o tropeiro, não poderia ter prosperado o Brasil, nos primórdios da sua existência. Por outro lado, não foi apenas para a indústria dos cortumes e da carne-sêca (xarque e carne-de-sol) que ela concorreu, porquanto a pele dos bovinos, — além de artísticamente trabalhada para baús e canastras, arreios e cadeiras-de-espaldar, bainhas e pingalins, botas e sandálias, — forneceu sempre ao vaqueiro (como ainda hoje aos jagunços ou cangaceiros) o vestuário e o leito, a coberta dos carros e das cangalhas, o ôdre e a piroga (*pelota*, ao sul, e *banguê*, ao norte), a maca (para guardar a roupa) e o mocó (alforge para comida), as correias e a mochila, a bruaca e o surrão, a peia e o laço, o chapéu e as alpercatas, o cinturão e

os suspensórios. Para o transporte por água, — que os indígenas haviam resolvido com as suas *ubás* e *igaras, igarités* e *igaraçús,* — surgiram por todo o nosso litoral, da indústria naval portuguesa, os ajoujos e alvarengas, as baleieiras e batelões (barcos, barcas, barcaças, bateis e botes), as garoupeiras e lanchas, os pernés e perús (ou barcos-da-roça), os saveiros e as vigilengas, a que se juntaram posteriormente as jangadas (de origem malaia e só usadas no litoral nordestino) e as montarías (denominação exclusivamente aplicada às grandes canoas do Amazonas). Em consequência disso, montaram-se estaleiros em alguns pontos do nosso país, e, graças ao aproveitamento de nossas inegualaveis madeiras, foram construidos, principalmente na Baía, Rio-de-Janeiro e Pará, de meiados do século XVII até quasi ao fim do período colonial, muitos navios, mercantes e até de guerra (brigues, escunas, fragatas, corvetas e naus). Outra importante indústria, que teve em nossa pátria longo período de atividade, foi a da pesca das baleias, para o que foram instaladas armações na Baía, no Rio-de-Janeiro e em Santa-Catarina, e que duraram desde começos do século XVII até quasi ao fim do regime colonial, vendendo muito azeite (também destinado à iluminação pública), muita carne e muitas barbatanas, além de dar origem à fabricação de velas de espermacete. O anil foi igualmente muito explorado no Brasil, cujas fábricas (montadas principalmente no Grão-Pará e no litoral fluminense) chegaram a exportar anualmente para a metrópole cêrca de 500 arrobas. Por fim, surgiu a indústria de tecidos, e, quando começava ela a prosperar, sobreveiu o alvará de 5 de janeiro de 1785, de d. Maria I, o qual a proibiu terminantemente, mandando fechar todos os teares então existentes em nosso país.

As minas. — O descobrimento do ferro (em 1589) por Afonso Sardinha (paulista, filho de um reinol de igual nome) deu ensejo a que, nos fins do século XVI e começos do XVII, surgissem na terra dos bandeirantes duas pequenas fábricas, a de Araçoiaba (hoje Ipanema) e a de Ibirapueira (hoje Santo-Amaro). Aquela, que, a princípio, era um simples forno catalão, foi, depois de transformada num "engenho-de-ferro", doada pelo referido Afonso Sardinha ao primeiro governador da Repartição-do-Sul, d. Francisco de Sousa, de quem, por seu falecimento em São-Paulo (1611), a herdou o filho, d. Antônio de Sousa. Alienou-a êste a Francisco Lopes Pinto, que, tomando por sócio a seu cunhado Diogo de Quadros, fez trabalhar também a fabrica de Ibirapueira, pelo menos até quando êle morreu em (1629). Durante a "inversão brasileira" (1808-1821), tentou-se desenvolver a indústria siderúrgica, pois Marcos Carneiro de Mendonça, em seu excelente livro "O intendente Câmara" (Rio, 1933), deixou provado que "coube ao barão de Eschwege fabricar, pela primeira vez no Brasil, ferro líquido, a 17 de dezembro de 1812, nos fornos suecos por êle erigidos na pequena fábrica *Patriótica*, situada nas proximidades de Congonhas-do-Campo; que a Manuel da Câmara coube fabricar, pela primeira vez, ferro-gusa, em alto forno, em agosto de 1814, na fábrica do Morro-do-Pilar (Minas-Gerais), por êle instalada em 1809, de ordem do príncipe-regente; e que só em 1º de novembro de 1818 foi que o pai do nosso historiador Varnhagen conseguiu o ferro coado na fábrica de Ipanema (São-Paulo), mandada fundar pela carta-régia de 4 de dezembro de 1810". Extraídos embora das bêtas e veieiros, ou do leito dos rios, por métodos industriais ainda rudimentares, o ouro e os diamantes do Brasil muito contribuiram para o enri-

quecimento da nossa metrópole de além-Atlântico. Eschwege calculou a produção de ouro, no Brasil, até 1820, em 63.467 arrobas, notando-se que a grande extração durou apenas meio século, de 1700 a 1750, em Minas, Goiaz e Mato Grosso. E sabe-se que só a capitania de Minas-Gerais forneceu a Portugal três milhões de quilates de diamantes, desde o descobrimento deles (1729) até ao encerramento do nosso período colonial.

3) O COMÉRCIO

O comércio em geral — O nosso primeiro produto natural, que foi objeto de comércio legitimo e de contrabando, foi o pau-brasil; já vimos que deu êle ensejo ao arrendamento da nossa terra, apenas madrugou ela para a civilização européia, e constituiu depois monopólio da metrópole, contribuindo bastante, mesmo assim, para o progresso da nossa pátria. Veio em seguida o açúcar. No século XVI, houve cêrca de 120 engenhos (dos quais 66 em Pernambuco e 36 na Baía), que produziam aproximadamente 500.000 arrobas; no século XVII, sem dúvida por influência dos holandeses, o número de engenhos subiu a 528 (dos quais 246 em Pernambuco, 146 na Baia e 136 na terra fluminense), com o respectivo aumento da produção; sofreu êle, todavia, duas crises, uma na primeira metade do século XVIII e a outra no começo do XIX, esta pela fabricação do açúcar-de-beterraba. De 1$200, preço máximo a que havia chegado a arroba de açúcar anteriormente, subiu a 2$500 no final do século XVIII. Em fins da mesma centúria, o Brasil também concorria com cêrca de dois milhões de libras de algodão para as fábricas de tecidos da Inglaterra. Quanto ao comércio do tabaco, então monopólio da coroa lusa, é facil avaliar-lhe a importância, sabendo-se que, de 64.000 cruzados que rendeu em meiados do século XVII, montou a 2.200.000 em meiados do século XVIII.

Não se limitava a tais produtos o comércio do Brasil. No século XVI, já São-Paulo havia iniciado relações com as colônias espanholas, ao ponto de vender marmelada para os países platinos e adquirir do Perú (donde a denominação de "peruleiros" que tomaram os que de lá voltavam) a prata que deu origem às baixelas encontradas nas vivendas ricas dos bandeirantes. Por outro lado, foi intenso o comércio de escravos indígenas, preados pelos colonos e mais tarde pelos sertanistas de São-Paulo. Cada escravo índio, sobretudo os que vinham das missões jesuíticas meridionais, era vendido no mercados do Rio e de São-Vicente a 4$000, preço bastante elevado para aquela época. Semelhante a êsse foi mais tarde o comércio a que deu ensejo o tráfico de africanos.

Companhias de comércio — A primeira que se fundou em Portugal foi a Companhia Geral do Comércio do Brasil (6 de fevereiro de 1649). Criada por um prazo de vinte anos e com bandeira própria, obrigara-se a enviar anualmente ao Brasil, duas frotas, cada uma de 18 naus e cada nau armada pelo menos de 26 canhões. Gozava do privilégio da venda do trigo, vinho, azeite e bacalhau. O único serviço, que a nossa pátria ficou a dever-lhe, foi o de haver contribuido, mediante a esquadra de fins de 1653, comandada por Pedro Jacques de Magalhães, para a expulsão dos holandeses do Recife, em janeiro do ano seguinte. Apesar disso, não faltaram daí em diante reclamações contra ela, que foi extinta por d. Afonso VI poucos anos depois. D. Pedro II criou, em 1682, a Companhia de Comércio do Estado do Maranhão, nas mesmas condições de prazo e monopólio da anterior, mas com uma obrigação nova, qual a da introdução alí de 500 escravos africanos anualmente. Não tendo ela cumprido o seu contrato e

havendo até praticado abusos, disso resultou a revolta de 1684, capitaneada por Manuel Beckman (veja-se o capítulo VIII), em consequência da qual foi suprimida a dita empresa mercantil no ano seguinte (1685). As duas últimas empresas pertencem ao século XVIII e deveram-se ao marquês de Pombal. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi criada em 1755 e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1759. Tinham o mesmo monopólio e a mesma duração das anteriores. É fora de dúvida que concorreram bastante para o progresso econômico do norte do Brasil, desenvolvendo alí as culturas de arroz, cana-de-açúcar, algodão, cacau e café, e até animando indústrias, quais as dos cortumes e da fabricação do anil. Foram também as frotas dessas companhias as que introduziram em maior quantidade na Europa produtos daquela vasta região, tanto da indústria pecuária, como couros, solas e atanados, quanto pau-brasil, pau-violeta, castanhas, gengibre, cravo e óleos vegetais. Mas as duas referidas empresas praticaram também abusos na venda dos gêneros de que tinham monopólio, provocando assim inúmeras reclamações, as quais, abafadas no fim da administração de Pombal, foram afinal ouvidas pelo govêrno de d. Maria I. Esta, suprimindo o monopólio concedido às mencionadas companhias, implicitamente as extinguiu. Em 1778, cessou a atividade da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba desapareceu no ano seguinte (1779) (*).

(*) A conclusão a tirar do resumo histórico, a que acabamos de proceder, é que o Brasil teve primeiramente uma economia autárcica, desde o início da sua colonização até fins do século XVIII; veiu em seguida a expansão mineradora, de fins do século XVII a fins do século XVIII; surgiu depois o ciclo cafeeiro, cujo maior progresso é já do Brasil independente. Como quer que seja, a nossa terra, desde o começo da sua exploração material, alistou-se entre os países de "economia mista", estado em que se conserva até agora, não obstante ser "dirigida" atualmente a nossa "economia eclética".

VII — DESENVOLVIMENTO ESPIRITUAL

1) A obra da Companhia de Jesús: a proteção dos índios; o ensino; a moralização da sociedade. 2) A expulsão dos jesuitas e suas consequências. 3) Desenvolvimento cultural da colônia.

1) A OBRA DA COMPANHIA DE JESÚS: A PROTEÇÃO DOS ÍNDIOS; O ENSINO; A MORALIZAÇÃO DA SOCIEDADE.

Esta parte da nossa história será facilmente compreendida pelo que vamos expor com relação aos serviços de Nóbrega, Anchieta e Vieira, assim como quanto ao surto dos primeiros colégios jesuíticos.

Dos dois levitas da Companhia de Jesús que mais serviços prestaram à nossa terra no século XVI, isto é, quando verdadeiramente nascia o Brasil para a civilização cristã, é costume pôr-se em lugar de maior destaque José de Anchieta, que foi sem dúvida quem mais se popularizou nestas plagas de aquém-Atlântico, ao ponto de merecer crescido número de biografias e homenagens excepcionais, sendo até denominado "o santo do Brasil", embora a Igreja não o haja ainda canonizado. Entretanto, sem que em nada se diminua a grandeza de Anchieta, não é êrro afirmar-se que êle não foi maior do que Nóbrega. A êste já o imparcial historiador Southey fizera a devida justiça, asseverando não haver ninguém a cujos talentos devesse o Brasil

"tantos e tão permanentes serviços"; e, há pouco, preenchendo uma das mais deploráveis lacunas das nossas letras históricas, traçou José Mariz de Morais o excelente volume "Nóbrega — O primeiro jesuíta do Brasil" (Rio, 1940).

Manuel da Nóbrega nasceu em Portugal a 18 de outubro de 1517, fez estudos superiores em Salamanca e Coimbra (era formado em direito canônico), e, por

Nóbrega e sua assinatura

Anchieta e sua assinatura

motivo de injustiça sofrida em certo concurso intelectual, ingressou na Companhia de Jesús. Vindo para o Brasil com Tomé de Sousa, em 1549, aqui exerceu por 21 anos (pois expirou a 18 de outubro de 1570),

um portentoso apostolado. Além da organização da catequese dos nossos selvícolas, cogitou desde logo de moralizar os colonos (e até os padres seculares) que encontrara no Brasil. Não podia fazê-lo, porém, sem que viessem de Portugal, como êle pediu e obteve, diversas levas de mulheres (algumas delas órfãs nobres), com que visou a afastar um dos motivos mais graves dos conflitos entre reinóis e indios. Foi o mentor e auxiliar dos três primeiros governadores-gerais, tendo colaborado com o primeiro e o terceiro na fundação das cidades do Salvador e do Rio-de-Janeiro, devendo-se-lhe, ao tempo do segundo, a instalação do colégio jesuítico de que resultou a cidade de São-Paulo. Os primeiros educandários da Companhia de Jesús, surtos no Brasil, foram de iniciativa de Nóbrega ou regularizados por êle (Baía, São-Vicente, São-Paulo, Rio e Olinda). Ajudado por Anchieta, salvou o sul do Brasil, ameaçado pela Confederação-dos-Tamôios (em 1562-1563) de tornar-se um domínio francês. Tão intensa foi a sua atividade missioneira, que êle, mais culto do que Anchieta, não teve tempo de entregar-se à produção de quaisquer obras espirituais, afora as cartas (cêrca de 60) que lhe documentam a eficiência, a energia e o iluminado devotamento apostólico.

José de Anchieta nasceu na capital das ilhas Canárias, a 19 de março de 1534, no mesmo ano em que Loiola, de quem era parente, fundara a Companhia de Jesús. Abandonou os estudos secundários que fazia na universidade de Coimbra, para entrar no colégio da Companhia de Jesús, da mesma cidade, aos 17 anos de idade. Dois anos depois, por motivo de ser fisicamente fraco, vinha para o nosso clima, em companhia do segundo governador-geral, d. Duarte da Costa. No

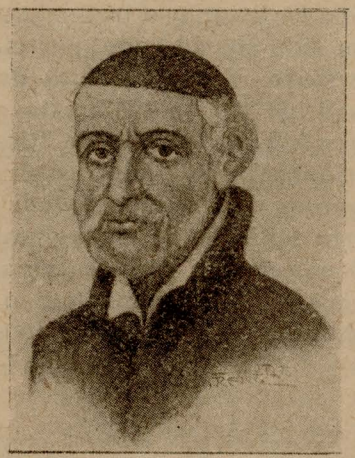
ano seguinte, achando-se em São-Vicente, foi escolhido por Nóbrega para um dos seus colaboradores na fundação do colégio de Piratininga. Nesse instituto, ninguém excedeu ao canarino nos serviços de toda ordem, alí prestados: professor, ensinava a crianças e a adultos, copiando livros didáticos, que faltavam, e estudando êle próprio as matérias superiores de que necessitava, afim de receber as ordens sacras. Deu início ao teatro no Brasil, escrevendo os primeiros "autos" que se fizeram ouvir sob o nosso céu. Poeta, dramaturgo, epistológrafo, filólogo, historiador, deixou produções em sua língua materna e na portuguesa, em latim e em tupí (*). Devem-se-lhe a primeira gramática do nheengatú e o primeiro poema sacro que se traçou nas plagas do Novo-Mundo. Tem sido considerado, por isso, o fundador da nossa literatura. Foi provincial da Companhia de Jesús no Brasil, de 1577 a 1587; estava nesse alto cargo, quando, de visita ao colégio do Rio-de-Janeiro, aquí fundou a Santa-Casa-de-Misericórdia (para acudir aos muitos doentes da grande esquadra de Diogo Flores Valdés, surta na baía de Guanabara em 1582) (**). A última década de sua preciosa vida, passou-a êle como superior dos índios do Espírito-Santo, missionando naquela capitania, onde expirou (aos 9 de junho de 1597), na aldeia de Reritiba (hoje cidade

(*) Era Anchieta o provincial da Companhia de Jesús no Brasil, quando recebeu do bispo de Tucumán, d. Francisco Victoria, um pedido de missionários para a catequese dos selvícolas platinos. Atendendo ao mesmo, enviou Anchieta cinco padres, que foram os primeiros jesuitas que exerceram o apostolado na Argentina e no Paraguai.

(**) Além da profícua atividade intelectual, Anchieta ainda desempenhou os mistéres mais humildes, porquê foi sapateiro, alfaiate, enfermeiro e cavouqueiro. De couro crú, com um canivete bem afiado, fazia êle alpercatas para si e seus irmãos de hábito, e de velhos panos de naus, que obtinha de comandantes liberais, cortava e cosia as roupetas que vestiam. Deve-se também aos seus esforços "a estrada do padre José", como foi primitivamente chamado o difícil caminho, aberto sinuosamente na serra íngreme de Paranapiacaba, afim de estabelecer mais fáceis comunicações entre São-Vicente e o planalto de Piratininga.

de *Anchieta*). Muitos dos mais notáveis escritores brasileiros trataram brilhantemente do inolvidável apóstolo, por ocasião de se lhe comemorarem o tricentenário do falecimento e o quadricentenário do nascimento.

Vieira e a catequese jesuítica ao norte do Brasil — Nascido em Lisboa (6 de fevereiro de 1608), veio para as nossas plagas em 1614, quando o pai, desde 1609 empossado no cargo de secretário do governo-geral do Brasil, trouxe a família para a cidade do Salvador. Estudou no colégio dos jesuítas, ordenando-se em 1635. Em 1641, partiu para Portugal, na comissão que ia apresentar felicitações ao novo rei, d. João IV. Por lá ficou, dispondo de assinalado prestígio na côrte (era confessor do rei e da rainha e professor do primeiro príncipe do Brasil, d. Teodósio), até 1653, ano em que chegou ao Maranhão. Voltou a Lisboa em 1654, para obter a revogação de uma lei que permitia a escravização dos índios daquele Estado setentrional, e trouxe, além disso, a nomeação de administrador-geral dos selvícolas daquela vasta região. De 1655 a 1661, foi assombrosa a atividade de Vieira. Catequizou pessoalmente os nheengaíbas da

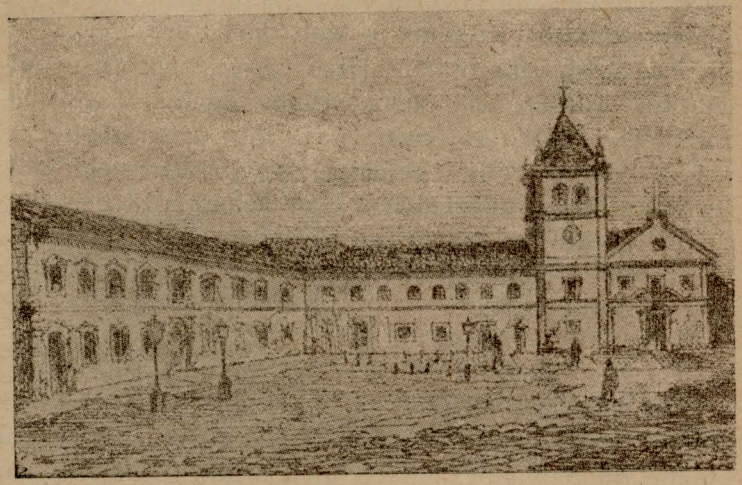


Padre Antônio Vieira

ilha de Marajó, e, sem se esquecer do resto do Amazonas, desceu progressivamente pelo sertão cearense até à serra de Ibiapaba. É obra sua e de seus companheiros de roupeta a irradiação das missões dos principais centros jesuíticos, que eram Belém e Gurupá, pelos rios Tocantins, Xingú e Tapajós acima. Conforme conta o padre João Antônio Andreoni (o admirável *Antonil*), Vieira compôs um catecismo em seis línguas (totalmente dissemelhantes), afim de instruir na doutrina cristã os íncolas do nosso rio-mar. Em consequência da expulsão dos jesuítas, feita pelos colonos do Estado do Maranhão em 1661, foi Vieira para Portugal. Depois de acidentados trabalhos, retornou à nossa terra em 1681, tendo expirado na cidade do Salvador, a 18 de julho de 1697. Camões, no verso, e Vieira, na prosa oratória, foram, incontestàvelmente, as figuras mais altas da língua portuguesa.

Os primeiros colégios — O "Colégio dos Meninos de Jesús", fundado por Manuel da Nobrega em 1550, na cidade do Salvador, passou a instituto canônico em 1556, com a denominação de "Colégio de Jesús". O de São-Vicente, iniciado por Leonardo Nunes ("o primeiro apóstolo do Estado de São-Paulo", na frase de Serafim Leite) desde 1550, foi regularizado por Nóbrega a 2 de fevereiro de 1553, com a denominação de "Colégio dos Meninos de Jesús", não tendo chegado a currículos superiores. O de Piratininga, fundado e inaugurado solenemente por Manuel da Nóbrega a 25 de jáneiro de 1554, donde o nome de "São-Paulo" que se juntou a esse novo "Colégio de Jesús", destinado a cur-

sos de noviciado e juniorado, teve por primeiro reitor o padre Manuel de Paiva e como professor de latim o irmão José de Anchieta, que aí fez os seus estudos de teologia, para poder investir-se de ordens sacras, em fins de 1566, pois foi ordenado pelo bispo d. Pero Leitão na cidade do Salvador. O colégio do Rio-de-Janeiro, também destinado a estudos superiores, foi ini-

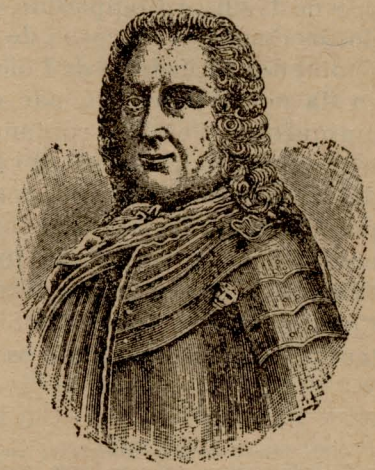


O pátio do Colégio dos Jesuítas, em São-Paulo (1860)

ciado a 24 de julho de 1567, sob a direção de Manuel da Nóbrega. O de Pernambuco, estabelecido na cidade de Olinda, surgiu em 1568, sob a chefia de Luiz da Grã.

2) A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS.

A expulsão dos jesuitas. — A má vontade do marquês de Pombal para com os jesuítas resultou dos obstáculos que os inacianos espanhóis opuseram à execução do tratado de limites de 1750. Nenhuma das duas comissões, uma para o norte e a outra para o sul, poude levar a cabo a tarefa que lhe fôra incumbida. Si a da região setentrional lutara apenas com a falta de mantimentos, canôas e remeiros, a do sector meridional teve que enfrentar um exército de índios (guaranís, tapes e charrúas, habitantes dos Sete-Povos-das-Missões-do-Uruguai), de sorte que os trabalhos de demarcação, iniciados em 1752, foram interrompidos pela guerra de 1756 a 1759, data em que Gomes Freire de Andrada se retirou para o Rio-de-Janeiro, depois de haver gasto 3.000.000 de cruzados com um serviço impro-



Gomes Freire de Andrada

fícuo (*). Inteirado de factos tão deploráveis, Pombal fez logo publicar, dando-lhe imediata execução, uma bula de Benedito XIV (de 1741), pela qual não podia clérigo algum (secular ou regular) comprar, vender, dar ou receber em escravidão os índios, nem separá-los da família, privá-los de bens ou coarctar-lhes de qualquer modo a liberdade. E, como corolário de tão justa medida, decretou primeiramente a emancipação dos índios do Estado do Maranhão (6 de junho de 1755), para depois expedir idêntica providência com relação ao Estado do Brasil (8 de maio de 1758), por ainda existir a divisão político-administrativa da colônia luso-americana. No ano seguinte (3 de setembro de 1759), a Companhia de Jesús foi expulsa de todos os domínios da coroa de Portugal, tendo sido de 550 o total dos sacerdotes de Loiola postos violentamente fora da nossa pátria. E, não contente ainda com isso, o marquês de Pombal, contando com a coadjuvação das três coroas burbônicas (França, Espanha e Nápoles), obteve a supressão da Companhia de Jesús, efetuada por Clemente XIV (Giovanni Vincenzo Antonio Ganganelli), por um breve em forma de bula, denominado "Domínus ac redemptor noster" (23 de julho de 1773). Consequências: Os *diretórios* e as *diretorias*, com que tentou Pombal substituir os jesuítas na catequese e no

(*) Esse inesperado episódio de uma estirada guerra de selvagens, catequizados pelos jesuítas, contra as forças regulares de Portugal e da Espanha, em consequência do tratado de Madrí de 1750, deu ensejo a que aparecesse uma das obras mais primas da nossa literatura, o poema "O Uraguay" (*sic*), dedicado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal, e publicado em Lisboa (1769) por José Basílio da Gama. Silvio Roméro afirma, com sobeja razão, que o referido poema e as "Cartas chilenas" (estas provavelmente de Tomaz Antônio Gonzaga) são as únicas produções poéticas da época do Brasil colonial que sobreviverão. Outra campanha demorada, ocorrida na África, ainda inspirou novo poema ao mineiro ilustre, que lhe deu a denominação de "Quitúbia" (Lisboa, 1791). "O Uraguay" é o primeiro formoso fruto da inteligência brasileira, em que se sentem os mais fortes ressáibos de caloroso nativismo.

ensino dos índios do Brasil, não produziram os mesmos admiráveis resultados, que vinham sendo conseguidos pelos esforços dos discípulos de Loiola, aos quais seria clamorosa injustiça negar que devemos a formação espiritual da nossa pátria.

Além dos jesuítas, entretanto, outros missionários, pertencentes a diversas regras católicas, também se entregaram à catequese dos nossos selvícolas e à instrução do nosso povo, nos séculos XVI e XVII. Três delas ainda existem em nosso país. Os beneditinos aportaram à cidade do Salvador em 1584 e vieram estabelecer-se no Rio-de-Janeiro em 1589; daqui saíram para São-Paulo e da Baía foram instalar outros mosteiros ao norte (o de Olinda é de 1596); dedicaram-se mais à instrução do que à catequese, embora ultimamente se estabelecessem na região do Rio-Branco, atraindo à fé cristã os macuxís; formaram a mais rica das congregações existentes no Brasil. Os franciscanos tiveram a sua primeira custódia em Olinda, onde chegaram em 1585; dirigiram-se dalí para o Maranhão em 1615, mas antes vieram para o Rio-de-Janeiro (1607) (*); e devem-se-lhes inestimáveis serviços, não só à conversão dos primitivos donos da nossa terra, como ainda às nossas letras. Os carmelitas observantes, estabelecidos em Pernambuco no ano de 1589, já estavam na baía de Guanabara desde 1590, tendo erguido os seus conventos em diversos pontos, pois é de 1624 a sua instalação na capital maranhense, donde a sua atividade se extendeu até às duas margens do nosso rio-mar; e também foram mais tarde abalisados professores

(*) O convento de Santo-Antônio foi inaugurado em 1615; do Rio-de-Janeiro partiram em 1640 os frades, que foram fundar em São-Paulo o convento de São-Francisco (1643), no qual se instalou, quasi dois séculos mais tarde (1828) a Faculdade de Direito.

e homens de letras. Os mercenários (*) foram introduzidos no Pará, em 1639, pelo célebre capitão Pedro Teixeira; a princípio, dedicaram-se à catequese dos índolas do Amazonas; mas, depois, vieram a tornar-se opulentos estancieiros, tanto que, quando foram expulsos e tiveram sequestrados os seus bens, estes, sitos em Marajó e outros pontos, subiam a uma quantia sobremodo elevada.

Aos carmelitas e mercenários coube uma boa parte da árdua tarefa do surto das povoações mais importantes dos atuais Estados do Pará e Amazonas, no século XVII, tendo sido confiada aos franciscanos a espinhosa fâina da conquista espiritual da Guiana Brasileira (então capitania do Cabo-do-Norte). Em 1699, fez d. Pedro II a distribuição das missões do Estado do Maranhão pelas diferentes ordens religiosas que apostolavam alí, e isso afim de evitar conflitos entre elas, pois nem todas simpatizavam com a Companhia de Jesús, cuja primazia, alí e alhures, era incontestável. Os dados estatísticos, que nos fornecem cronistas e historiógrafos, comprovam o que acabamos de afirmar. Conforme se lê nos "Anais históricos do Estado do Maranhão" (escritos pelo governador do mesmo, Bernardo Pereira de Berredo), existiam alí, no primeiro quartel do século XVIII, 19 aldeias indígenas missionadas pelos jesuítas, 15 pelos franciscanos, 12 pelos carmelitas e 5 pelos mercenários, compreendendo todas elas mais de 20.000 almas; pois as dos inacianos,

(*) Existe ainda a forma "mercedários", talvez criada para evitar o sentido pejorativo, atribuído a "mercenários". Preferimos, porém, esta, porquê é a que sempre se nos tem deparado nos melhores escritores da nossa língua e também pela diferença semântica dos referidos vocábulos, como se pode ver em qualquer bom dicionário latino.

quando estes foram expulsos em 1759, tinham subido a 28, enquanto as dos demais religiosos haviam parado no mesmo número anterior. É de justiça confessar que, no respeitante à proteção dos nossos selvícolas, ao ensino e à moralização dos que povoaram a nossa terra,— tudo isso no longo período de 1549 a 1759, — nenhuma ordem religiosa prestou tantos e tão inestimáveis serviços como a Companhia de Jesús.

3) DESENVOLVIMENTO CULTURAL DA COLÔNIA

O período pombalino coincide com a época mais brilhante da nossa literatura colonial. O engrandecimento territorial do Brasil, devido a Alexandre de Gusmão, e o estímulo que, a todos os aspectos, infundiu o preclaro ministro de d. José em nosso país, não podiam deixar de refletir-se em nossa atividade intelectual. Para honrar o chamado "século de Pombal", bastaria a "escola mineira" (*), a que pertenceram os maiores poetas da língua portuguesa da fase arcádica, tais como Tomaz Antônio Gonzaga (1744-1807), José Basílio da Gama (1741-1785), Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), frei José de Santa-Rita Durão (1722-1784), Inácio José de Alvarenga (1744-1793, o cognome de *Peixoto*, a que não tinha direito algum, só o usou raramente, em particular nos autos da devassa da conjuração de 1789) e Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), plêiade à qual ainda se podem juntar Domingos Vidal de Barbosa (1761-1793, também conjurado) e Francisco de Melo Franco (1757-1822). Citaristas de menor resplendência figuram ainda ao tempo de Pombal: Antônio Mendes Bordalo (1750-1806) e outro seu conterrâneo, mais conhecido pelo pseudônimo de *Bartolomeu Antônio Cordovil* do que pelo seu verdadeiro nome, que era *Antônio Lopes da Cruz* (1746-1800), o amazonense Bento Tenreiro de Figueiredo Aranha (1769-1811), os dois Caldas (*), ambos padres, Domingos Caldas Barbosa (1738-1800) e Antônio Pereira de Sousa Caldas (1762-1814), aos quais ainda nos cumpre juntar frei Francisco de São-Carlos (1763-1829) e José Elói Ottoni (1776-1851), pois que nasceram sob o signo de Pombal. Si ao tempo de Alexandre de Gusmão houve no Brasil duas arcádias, a "Academia Brasílica dos Esquecidos" e a "Academia dos Felizes" (a primeira fundada na Baía pelo vice-rei, conde de Sabugosa, em 1724, e a segunda fundada no Rio-de-Janeiro, no palácio do governador José da Silva Pais, em 1736), pertencem ao "século de Pombal" a "Academia dos Selectos" (surta na cidade de Estácio de Sá em 1752, por inspiração de Feliciano Joaquim de Sousa Nunes) e a "Academia Brasílica dos Renascidos" (que apareceu na Baía em 1759), da qual fizeram parte, entre outros, Cláudio Manuel da Costa, d. Domingos do Loreto Couto e fr. Antônio de Santa-Maria Jaboatão. Não podemos deixar em olvido a animação que tiveram as ciências em nossa pátria, no período pombalino. São dessa época alguns dos nossos maiores sábios: José Fernandes Pinto de Alpoim (1689-1770), engenheiro militar e inventor do

(*) No Brasil colonial, tem-se admitido a existência de três "escolas" literárias: a pernambucana, a baiana e a mineira. Esta resplendeu no século XVIII. A segunda, da qual foi Gregório de Matos Guerra (1623-1696) a figura culminante, pertence ao século XVII. A primeira teve por fundador Bento Teixeira Pinto. Êste poeta (não se sabe si era reinol ou brasileiro), autor da famosa, mas insulsa "Prosopopéia", não é o mesmo Bento Teixeira envolvido nas "Denunciações de Pernambuco", pois são irretorquíveis os argumentos a tal propósito expendidos por João Perretti, às págs. 123-133 do seu erudito volume "Barléu e outros ensaios críticos" (Recife, 1941).

(*) Conheceram-se em Lisboa, num salão fidalgo (do conde de Pombeiro ou do marquês de Castelo-Melhor); e o autor da "Viola de Lereno" (que era mulato e vivia às sopas dos ricaços da capital portuguesa) assim saudou ao seu patrício, colega de batina e de afeição às musas:

"Tu és Caldas, eu sou Caldas;
Tu és rico, e eu sou pobre;
— Tu és o Caldas de prata;
— Eu sou o Caldas de cobre".

tiro curvilíneo (*), frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Manuel de Arruda Câmara (1752-1812) e José Vieira Couto (1752-1827) (**). Resultou, ainda, das idéias em voga, oriundas da mesma "Enciclopédia" de que Pombal era discípulo, a criação da "Academia Científica do Rio-de-Janeiro" (inaugurada em 1772, sob os auspícios do marquês de Lavradio), e destinada aos estudos de física, química, história natural, medicina, cirurgia, farmácia e agricultura. Foi seguramente encarando os inestimáveis serviços prestados à civilização do nosso país pelo dinâmico ministro de d. José que uma brasileira culta, a professora Maria G. L. de Andrade, em seu excelente "Resumo da história do Brasil" (Boston, 1894), afirmou o seguinte (pág. 135): "A história de Portugal conta três heróis imortais: Vasco da Gama, o descobridor; Luiz de Camões, o poeta; e o marquês de Pombal, o grande estadista".

(*) Êste insigne brasileiro, cujas construções, quer militares, quer civís, existem até hoje no Rio-de-Janeiro e em Ouro-Preto, deixou dois livros, "Exame de artilheiros" e "Exame de bombeiros", editados em 1744 e 1749, que mereceram a devotada e competente atenção de Félix Pacheco, em seu trabalho "Duas charadas bibliográficas" (Rio, 1931). Em seu poema "O Uraguai" (Lisboa, 1769), José Basílio da Gama assim se refere à remodelação da balística, devida ao seu compatriota, então brigadeiro:

"Vês o grande Alpoim. Este o primeiro
Ensinou, entre nós, por que caminho
Se eleva aos céus a curva e grave bomba,
Prenhe de fogo; e com que força do alto
Abate os tectos da cidade, e lança
Do roto seio, envolta em fumo, a morte".

(**) Cumpre não ser posto em olvido Antônio de Morais Silva (1757-1824), cujo "Dicionário da língua portuguesa" (Lisboa, 1789) foi redigido no "século de Pombal".

VIII — O SENTIMENTO NACIONAL

1) Formação do sentimento nativista. 2) As primeiras lutas: "emboabas" e "mascates". 3) Os movimentos revolucionários: a revolta de 1720; a inconfidência mineira; a revolução republicana de 1817.

1) FORMAÇÃO DO SENTIMENTO NATIVISTA

O sentimento nativista repontou em São-Paulo, por ocasião de restaurar-se a soberania portuguesa, isto é, em 1641, com a aclamação de Amador Bueno. Desenvolveu-se em consequência da expulsão dos holandeses, a qual, efetuada em 1654, representou maior esforço dos filhos da nossa terra do que dos soldados reinóis; e essa consciência da própria força, da parte dos brasileiros, transparece da conjuração pernambucana contra o governador Jerônimo de Mendonça Furtado, em 1666. No Estado do Maranhão, embora os fatores econômicos (que também serviram de base à sedição de Vila-Rica, em 1720) tivessem preponderado na revolta de 1684-1685, chefiada por Beckman, é também perceptível o influxo do nativismo, sem o qual não se poderia explicar a formação de um govêrno popular, disposto a constituir vida própria, sem mais obedecer à metrópole. Vamos expor, resumidamente, todos êsses episódios, para comprovação do que deixámos afirmado.

Aclamação de Amador Bueno como rei de São-Paulo — Em suas "Memórias para a história da capitania de São-Vicente" (Lisboa, 1797), págs. 130-136, consignou fr. Gaspar da Madre-Deus o importante episódio, que se acha escudado por mais de um documento do nosso passado colonial. Restaurada a soberania de Portugal a 1º de dezembro de 1640, no ano seguinte o povo de São-Paulo-de-Piratininga, quando ali chegou a notícia da ascenção do duque de Bragança ao trono de Afonso Henriques, resolveu proclamar a independência da terra dos bandeirantes. Escolheu para rei da mesma, em 1º de abril de 1641 (*), a Amador Bueno, em quem sobejavam predicados para a alta investidura, porquanto, além de opulento e esclarecido, era sogro de dois fidalgos espanhóis (d. João Mateus Rendón e d. Francisco Rendón de Quebedo y Luna), vindos para o Brasil em 1625 (na esquadra restauradora da Baía) e estabelecidos na capitania de São-Vicente (**). Conforme o referido cronista, Amador Bueno foi até ameaçado de morte, si não quisesse empunhar o cetro. Entretanto, súbdito leal, às aclamações reiteradas da grande onda do povo: "Viva Amador Bueno, nosso rei!", ia êle fugindo e respondendo: "Viva o sr. d. João IV, nosso rei e senhor, pelo qual darei a vida!". E, assim, conseguiu alcançar o mosteiro de São-Bento, onde entrou, trancando-lhe rápidamente a porta. Apelou o aclamado para a intervenção dos monges, os quais com dificuldade lograram conter a massa popular, convencendo-a,

(*) Por motivo da dificuldade de comunicações, a notícia da revolução de 1º de dezembro de 1640 só chegou à Baía e ao Rio-de-Janeiro, respectivamente, a 15 de fevereiro e 10 de março de 1641.

(**) Afora os dois genros de Amador Bueno, havia então em São-Paulo-de-Piratininga outros fidalgos de sângue castelhano, que ajudaram a estimular a explosão do nativismo bandeirante e assinaram a aclamação de 1º de abril de 1641: d. Francisco de Lemos, d. Gabriel Ponce de León, d. Bartolomé de Torales, d. Juan de Espínola Guzmán, d. Andrés de Zunega e seu irmão d. Bartolomé de Contreras.

finalmente, de que a terra bandeirante devia continuar obediente ao novo soberano (só a 3 de abril de 1641 aclamado pela câmara paulista), com quem se iniciara a dinastia bragantina. Foi essa, indubitávelmente, a primeira tentativa separatista, ocorrida em nossa pátria.

A conjuração de "Nosso Pai" (9 de março de 1666) — Singular, sem dúvida, foi o motim popular, de fundo liberal e nativista, ocorrido em Pernambuco, poucos anos depois da expulsão dos holandeses. O terceiro capitão-general (os dois primeiros foram André Vidal de Negreiros e Francisco de Brito Freire), Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666), ganhara logo a fama de tirano e de chatim (*). Para que pudessem mais facilmente ver-se livres dêle, muitos pernambucanos de prestígio organizaram uma falsa procissão de "Nosso Pai" (isto é, do "Viático", destinado à extrema-unção dos moribundos), à qual era costume se juntarem as pessoas mais gradas. Encaminhada a mesma para os lados do palácio, não hesitou o governador em cumprir o seu dever de acompanhar o préstito; e, apenas alcançou êste o ponto mais favorável ao objetivo dos conjurados, dominaram êles a escolta, enquanto o seu chefe, André de Barros Rego, "em nome do rei, da nobreza e do povo de Pernambuco", dava voz de prisão ao referido capitão-general. Este, remetido para Lisboa, foi condenado a cárcere perpétuo numa fortaleza da Ásia, para o que concorreu, sem dúvida, o procedimento de seu irmão, Francisco de Mendonça Furtado, que se havia passado para os espanhóis, e de quem

(*) "Chatim" era então vocábulo de uso corrente, no sentido do que hoje denominamos "tratante", "traficante", "indivíduo de pouca lisura nos negócios". O acima referido governador e um seu parente, que esteve no comando da ilha de Santa-Catarina em 1777, levaram o terrível marquês de Pombal a exclamar que não conhecia "nenhum *Mendonça*, que não tivesse *Furtado*".

Jerônimo foi considerado co-réu. A 9 de março de 1666, data da prisão de Jerônimo de Mendonça Furtado, achava-se no porto de Recife uma esquadra francesa, cujo destino era Madagáscar; e, como o governador fôsse também acusado de querer entregar Pernambuco à mesma, o povo atacou os marujos europeus, que haviam descido em terra, assim como o convento dos capuchinhos, onde êles se refugiaram; não foi fácil a André de Barros Rego e aos seus outros companheiros de govêrno conter a fúria popular, o que, afinal, conseguiram, apresentando depois desculpas ao almirante francês. Pelo que acabamos de sumariamente expor, houve intuitos nitidamente nativistas na original revolução de "Nosso Pai" (*).

Revolta de Beckman — Afim de poderem cativar os índios, os colonos do Estado do Maranhão expulsaram do mesmo os jesuítas, em 1661; mas o govêrno da metrópole readmitiu alí os referidos religiosos, em 1680, ao mesmo tempo que proibia a escravização dos selvícolas. E, para atender às reclamações dos colonos, determinou, ao criar em 1682 a Companhia do Comércio do Maranhão, que esta introduzisse alí, anualmente, 500 escravos africanos. A empresa, além de não cumprir essa cláusula do seu contrato, ainda abusou, quer quanto aos preços, quer quanto à qualidade dos produtos, do monopólio de que gozava para a venda de trigo, azeite, vinho e bacalhau no dito Estado. O grande historiador maranhense João Francisco Lisboa assim sintetizou as causas econômicas da sublevação de 1684:

(*) Veja-se a "Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado, governador de Pernambuco — Ano de 1666", às págs. 111-142 do vol. LVII (1939) dos "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro".

"As ordens religiosas, ciosas umas das outras, adversas entre si e só unidas pelo ódio comum contra os jesuítas e o estanco, pareciam estimular e guiar as demais classes, os mercadores, arruinados pelo mesmo estanco, os lavradores, gravemente prejudicados pelas diversas causas que apontámos (estanco, incêndio e dois anos de carestia), às quais acrescia não ter vindo ao Estado, no último ano, um só dos 500 escravos ajustados; e o povo, finalmente, que, no meio de sua miséria e ociosidade, participava também, mais ou menos, dos males comuns, agravados ainda com a absoluta proibição do cativeiro dos índios. A exasperação era geral; já ninguém esperava remédio pelas vias ordinárias..." Chefiou êsse movimento Manuel Beckman, fazendeiro opulento e homem de raras qualidades morais, que lhe asseguraram considerável prestígio entre os maranhenses; teve por imediatos auxiliares seu irmão Tomaz Beckman, Jorge de Sampaio Carvalho e Francisco Dias Deiró. Rebentou o levante na noite de 24 para 25 de fevereiro de 1684. Preso o governador interino (Baltasar Fernandes), pois o efetivo (Francisco de Sá e Meneses) estava em Belém-do-Pará, organizou Manuel Beckman uma Junta dos Três-Estados, a qual, sob a sua direção, expulsou os jesuítas e declarou abolida a Companhia do Comércio do Maranhão. Não tardou a côrte de Lisboa a tomar providências, para restabelecer a legalidade naquele pedaço do Brasil. Pouco mais de um ano durou alí o referido govêrno revolucionário, porquanto a 15 de maio de 1685 entrava no porto de São-Luiz a esquadrilha de Gomes Freire de Andrada, a qual, sem disparar um só tiro dos seus canhões, dispersou imediatamente a Junta dos Três-Estados, cujos membros se puseram a bom recato; mas, tendo sido julgados e condenados à pena ca-

pital, Manuel Beckman e Jorge de Sampaio foram executados em São-Luiz a 2 de novembro de 1685 (Francisco Dias Deiró, por haver logrado escapar à prisão, foi apenas enforcado em efigie), notando-se que o capitaneador do movimento só se viu inesperadamente capturado, por denúncia de um seu protegido ou afilhado, Lázaro de Melo (um dos três mais ignóbeis traidores inscritos em nossos anais). No mesmo ano de 1685, foi extinta em Portugal a Companhia do Comércio do Maranhão; e os jesuítas não tardaram a ser readmitidos no Estado setentrional, onde, em razão da política vacilante da metrópole, continuou contra êles a luta dos colonos, por motivo da escravização dos índios.

2) AS PRIMEIRAS LUTAS: "EMBOABAS" E "MASCATES".

Guerra dos "emboabas" — Os reinóis que, atraídos pela ambição do ouro, afluiram de vários pontos do litoral do Brasil para a região das minas, posto não tivessem afrontado os mesmos perigos e as mesmas fadigas que os paulistas, quiseram, entretanto, concorrer com estes na exploração das lavras e até apoderar-se delas. Enquanto os audazes bandeirantes se limitavam à extração do ouro, eram os portugueses os únicos mercadores estabelecidos naqueles remotos sertões, vendendo por preços exorbitantes tudo quanto assim monopolizavam. Tais causas, de par com maus tratos, que os naturais do país recebiam dos forasteiros, provocaram a guerra chamada dos "emboabas", nome pelo qual eram os lusitanos conhecidos pelos índios do Espírito-Santo e que se extendeu dalí à região das minas. O rompimento das hostilidades deu-se no Caeté, após o atrito que, por causa da espingarda de um reinol novato, tiveram o prestigioso paulista Jerônimo Pedroso de Barros e o opulento português Manuel Nunes Viana, em fins de 1708. Preparando-se as fôrças rivais, as dos "emboabas", mais numerosas que as dos paulistas, sobrepujaram os nossos compatriotas, que foram vencidos e expulsos dos ricos arraiais de Sabará e Caeté. Na matriz desta povoação, foi aclamado governador das Minas o chefe luso Manuel Nunes Viana, indubitavelmente o primeiro ditador que

houve em nossos sertões, e a cuja solene sagração procedeu litúrgicamente fr. Francisco de Meneses. Enquanto se realizavam os encontros do Rio-das-Velhas, outro incidente (o homicídio de um reinol pelos escravos índios de certo paulista) deu ensejo a novo rompimento de hostilidades na região do Rio-das-Mortes. Os "emboabas", vencidos alí, pediram socorro a Manuel Nunes Viana, que lhes mandou um exército de 1.000 homens, sob o comando de Bento do Amaral Coutinho. A êste é que se deve a hórrida matança dos paulistas, no Capão-da-Traição (*), a 15 de fevereiro de 1709. Obrigado a intervir na terra do ouro, afim de evitar o derramamento de mais sangue, o governador da Repartição-do-Sul, d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre, viu a sua autoridade desrespeitada por Manuel Nunes Viana, que o obrigou a retroceder para o Rio-de-Janeiro. Os paulistas, expulsos pelos reinóis das catas que haviam descoberto, organizaram um forte exército (consta que estimulados por suas mães, irmãs, esposas e filhas), sob o comando de Amador Bueno da Veiga e de Luiz Pedroso (irmão de Jerônimo Pedroso). Em agosto de 1709, marcharam êsses 1.300 homens para o *hinterland* aurífero, onde, divididos por dissensões, nada puderam fazer, depois de haverem tentado baldadamente apoderar-se do fortim do Rio-das-Mortes, comandado por Ambrósio Caldeira Brant (**).

(*) Graças a um documento encontrado no arquivo municipal de São-João-del-Rei, o inventário de Bento Pires (processado por ordem do "sargento-mór-de-batalha Bento do Amaral Coutinho"), um dos 300 homens comandados por Gabriel de Góis e em grande parte perfidamente imolados por Bento do Amaral Coutinho, sabe-se que o triste episódio ocorreu a 15 de fevereiro de 1709.

(**) A guerra dos "emboabas" inspirou dois belos romances, aparecidos pela mesma época: "O padre Belchior de Pontes", de Júlio Ribeiro, e "Maurício ou os paulistas em São-João-del-Rei", de Bernardo Guimarães. No primeiro é posta em vigoroso relêvo a figura de Ambrósio Caldeira Brant, cujos filhos, nascidos naquele formoso rincão mineiro, tanto se celebrizaram na cata de diamantes, sobretudo Felisberto Caldeira Brant, que foi, na expressiva frase de Rodrigo Otávio, o "nababo dos tempos coloniais".

D. João V, para pôr termo à guerra dos "emboabas", elevou a opulenta região, que era cenário da mesma, à categoria de govêrno separado da jurisdição do Rio-de-Janeiro, pela lei de 9 de novembro de 1709, que criou a capitania de São-Paulo-e-Minas-do-Ouro, transferindo para ela o sucessor de Lancastre, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, e concedeu o indulto de 27 de novembro de 1709. Carvalho procedendo com grande habilidade, conseguiu não só a retirada do exército paulista, como a submissão de Manuel Nunes Viana, tudo isso em começos de 1710. No ano seguinte, como "ficha de consolação" aos bandeirantes, o referido soberano elevou São-Paulo a cidade (24 de julho de 1711), mandando-lhe um retrato seu. A perda das minas do Rio-das-Velhas e do Rio-das-Mortes por parte dos paulistas concorreu para os descobrimentos, pouco depois realizados, das riquezas metálicas de Mato-Grosso e Goiaz. Além disso, alguns dos homens mais famosos da guerra dos emboabas ainda tomaram parte saliente em outros episódios relevantes, como frei Francisco de Meneses e Bento do Amaral Coutinho, que se bateram contra os franceses de Duclerc e Duguay-Tourin (em 1710 e 1711, no Rio-de-Janeiro), e Pascoal da Silva Guimarães, opulento comanditário da sedição de Vila-Rica em 1720.

Guerra dos "mascates" — Apesar de se haverem unido brasileiros e reinóis para a definitiva expulsão dos holandeses em 1654, não deixava de existir certa rivalidade entre os naturais do país e os filhos da metrópole, na capitania de Pernambuco. Provinha ela principalmente do assinalado progresso que tivera a povoação do Recife, cujos habitantes, pela maior parte portugueses natos, se haviam enriquecido no comércio alí, e emprestavam dinheiro, mediante juros elevados,

aos moradores de Olinda, sobretudo aos orgulhosos senhores-de-engenho, que viviam faustosamente, sem medir despesas e sem olhar o futuro. A requerimento dos habitantes do Recife, resolveu d. João V elevá-lo à categoria de vila, confiando a incumbência da fixação de limites entre ela e Olinda ao governador da capitania Sebastião de Castro e Caldas, e ao ouvidor José Inácio Arouche. Surgiu, entretanto, grave desinteligência entre êles, por ser aquele capitão-general partidário dos recifenses, ao passo que o magistrado propendia para os olindenses. O pelourinho, símbolo do poder edilício, fôra erguido na praça principal do Recife em 1710, e os olindenses não tardaram a declarar que haviam de derribá-lo. Sebastião de Castro e Caldas, tendo recebido um tiro, que contra êle fôra disparado às ocultas e o ferira numa perna, ordenou a prisão do ouvidor e de outras pessoas de quem suspeitava, entre as quais o capitão-mór Pedro Ribeiro; êste revoltou-se, sublevou o povo e boa parte da tropa e promoveu a queda do governador, que fugiu para a Baía. Assumindo o poder, em virtude das vias de sucessão, o bispo d. Manuel Álvares da Costa anistiou os revoltosos. Nisso, porém, entrou em cena a exaltada figura de um dos heróis dos Palmares, Bernardo Vieira de Melo, a quem se atribue a proposta, à câmara de Olinda, da independência de Pernambuco, que devia ser constituído em república aristocrática, semelhante à que celebrizára Veneza. Em 1711, viu-se o bispo coagido a fugir para Olinda, ficando a capitania toda conflagrada. Extendeu-se por todo aquele ano a luta, a qual ficou conhecida pela denominação de "guerra dos *mascates*", nome que os pernambucanos, por menosprezo, davam aos negociantes portugueses do Recife. Ora cabia a vitória aos "mascates", como no

combate de Sebiró, ora o triunfo pertencia aos olindenses, como na batalha junto à lagoa de Garapurú. Com a mira de pôr termo a essa demorada luta, nomeou d. João V, em fins de 1711, novas autoridades para a capitania conflagrada: Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, para governador; José Marques Bacalhau, para ouvidor; e Paulo de Carvalho, para juiz-de-fora. Longe de procurarem êles refraternizar reinóis e brasileiros, perseguiram a estes, durante muito tempo. Afinal, atendendo às instantes e reiteradas reclamações dos pernambucanos, o referido soberano luso, por ato de 7 de abril de 1714, restabeleceu a tranquilidade da capitania: além de uma completa anistia a quantos tomaram parte na prolongada luta, deliberou que o Recife conservaria os foros municipais, mas Olinda repartiria com êle (o que logo caiu em desuso) as honras de sede do governo (*).

(*) Na guerra dos "mascates", há três períodos inconfundíveis: 1) o do levante da nobreza olindense (iniciado com a tentativa de morte de que foi vitima o governador Sebastião de Castro e Caldas), que durou de 17 de outubro de 1710 a 18 de junho de 1711; 2) o do levante dos "mascates" do Recife, terminado com a chegada do novo governador, Castro e Vasconcelos, a 6 de outubro de 1711; 3) o da conspiração e atentado contra o dito governador (a quem frei Cristóvão do Pilar quasi matou com um tiro de espingarda, desfechado de emboscada).

3) Os movimentos revolucionários: a revolta de 1720; a inconfidência mineira; a revolução republicana de 1817.

A REVOLTA DE 1720

Sedição de Vila-Rica (Filipe dos Santos Freire)

Teve por causa a lei de 19 de fevereiro de 1719, que criou em Minas-Gerais as casas de fundição, onde era obrigatória a quintação do ouro, o qual não poderia mais correr, antes disso, como moeda, na capitania, o que ia dificultar toda a vida material dos colonos. O primeiro levante contra a dita medida ocorreu em Pitangui, no mesmo ano de 1719, mas foi prontamente sufocado, perdendo a vida por suplício o seu caudilho, Domingos Rodrigues do Prado. Governava a capitania de São-Paulo-e-Minas-do-Ouro (desde 1717) o conde de Assumar (d. Pedro de Almeida Portugal, depois marquês de Alorna) e o ouvidor-geral era Martinho Vieira, aos quais moviam oposição as pessoas mais graduadas de Vila-Rica: o ricaço Pascoal da Silva Guimarães, Sebastião da Veiga Cabral, João Ferreira Diniz, dr. Manuel Mosqueira Rosas. Estes encontraram o seu melhor auxiliar no reinol Filipe dos Santos Freire. Foi êle o cabeça do motim que estalou em Vila-Rica a 28 de junho de 1720. Tomada a capital, marcharam os revoltosos (eram cêrca de 2.000) para Ribeirão-do-Carmo (a atual Mariana), onde estava o governador

que, a 2 de julho, se submeteu às exigências populares (prometendo-lhes a extinção das casas de fundição e um indulto geral). Mas, alguns dias depois, já bem aparelhado de fôrça armada (o seu contingente de dragões), não só retomou Vila-Rica (onde, de 11 a 14 de julho, foram presos os autênticos promotores do levante, tendo sido incendiadas as vastas propriedades de Pascoal da Silva Guimarães, sitas no lugar ainda hoje denominado "Morro-da-Queimada"), como também se apoderou de Filipe dos Santos Freire (na Cachoeira-do-Campo, a 15), que foi imediatamente enforcado e esquartejado (16 de julho de 1720). Dêsse movimento econômico, que não conseguiu o seu principal objetivo, isto é, a supressão das casas de fundição, a consequência única foi a ereção de Minas-Gerais a capitânia-geral, separada da de São-Paulo (carta-régia de 12 de setembro de 1720), tendo sido seu primeiro governador d. Lourenço de Almeida (1721-1732).

A INCONFIDÊNCIA (*) MINEIRA

Causas políticas e econômicas — O malogrado levante em prol da emancipação do Brasil sob a forma republicana, ideado em Minas por uma plêiade de intelectuais (clérigos e poetas, em sua maior parte), sob a chefia do Tiradentes, vincula-se à "Enciclopédia", isto é, à mesma causa que incentivou a indepedência das colônias britânicas da América-do-Norte e que produziu, pouco depois, a formidável crise francesa de 1789. Apesar do rigor draconiano, com que a metrópole procurou impedir se divulgasse no Brasil a notícia da integração política dos Estados-Unidos, o auspicioso acontecimento, graças a livros de contrabando, não tardou a ser conhecido aquí. Sabe-se que o Tiradentes conseguiu obter um exemplar da constituição norte-americana (1787), aprendeu a traduzí-la com o vigário de Mariana (cônego Luiz Vieira) e, com ela em mãos, fazia a propaganda republicana (para a libertação do Brasil), tanto em Minas, quanto nos quartéis da capital do vice-reino, onde tinha entrada fácil, como oficial de cavalaria que era.

Nenhuma das capitanias do Brasil experimentou maiores abusos do despotismo real do que a de Minas-Gerais, talvez por ser a que mais concorria com as suas

(*) *Inconfidência* é expressão infamante, dada pela rainha d. Maria I, seus ministros e prepostos ao malogrado, porém grandioso sonho dos nossos patrícios de 1789. Devemos preferir o nome de "Conjuração".

riquezas metálicas para os dispêndios voluptuários da côrte de Lisboa. Teve ela governadores tirânicos e gananciosos (*); viu cair sôbre os seus lavradores de ouro os mais onerosos impostos; assistiu, consternada, à perda das suas opulências de diamantes, monopolizadas desde logo pela coroa lusitana; e, enquanto se dava tudo isso, germinavam ódios, que tinham raizes antigas, entre os reinóis e os brasileiros natos. O govêrno de d. Maria I agravou essa situação por uma série de medidas, só benéficas ao erário português. Assim, além de mandar fechar em nosso país todas as fábricas de tecidos finos (alvará de 5 de janeiro de 1785) e de manter o monopólio do sal, revigorou na capitania de Minas-Gerais (com o fito de evitar extravios do ouro) a proibição do uso de estradas do interior para o litoral; e, finalmente, ordenou a cobrança dos quintos atrasados (e atrasados, porque as minas de ouro estavam já em quasi completa exaustão), os quais subiam, em fins de 1788, à enorme cifra de 528 arrobas (**).

D. Maria I

(*) Ficaram famosos, entre outros, d. José Luiz de Meneses, conde de Valadares (1768-1773), e Luiz da Cunha Menezes (1783-1788), o "Fanfarrão Minésio" das "Cartas chilenas", aos quais podia aplicar-se a sugestiva frase do padre Antônio Vieira, pois "não vinham buscar o nosso bem, mas vinham buscar os nossos bens".

(**) Custando então 1$500 a oitava de ouro, as 528 arrobas importavam em 3.305:472$000; correspondendo a oitava a 3,586 gramas e sabendo-se que a grama do fulvo metal, em nosso país, vale presentemente um pouco mais de 20$000, pode-se fazer idéia do vulto a que chegara a dívida dos mineiros para com o fisco lusitano, em fins de 1788.

Por tudo quanto acabamos de expor, não admira que idéias de emancipação política repontassem, ao mesmo tempo, no espírito dos patriotas esclarecidos, residentes no país, e no cérebro dos moços brasileiros que frequentavam universidades européias.

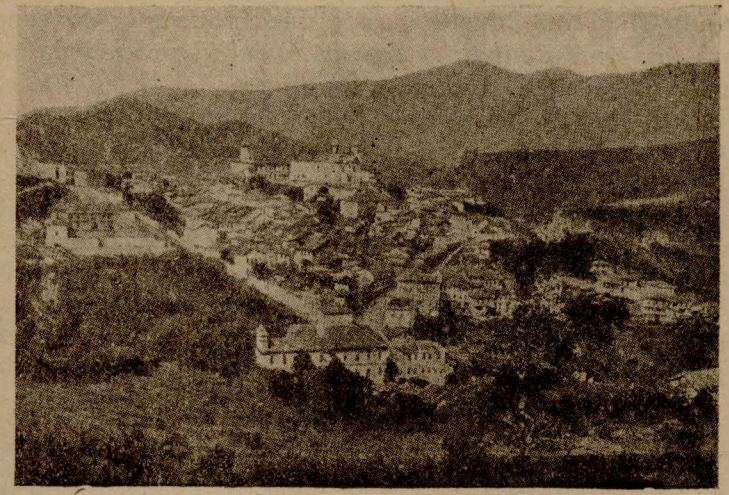
Em Coimbra e Montpellier estudavam, no último quartel do século XVIII, os mineiros José Álvares Maciel, José Pereira Ribeiro e Domingos Vidal de Barbosa, e os cariocas José Mariano Leal e José Joaquim da Maia (*). Este abriu correspondência com Jefferson (então ministro dos Estados-Unidos em França) e com o mesmo depois conferenciou (em Nîmes), pedindo-lhe o apôio da grande república yankee a favor da independência do Brasil, a tudo, porém, obtendo apenas respostas vagas, acompanhadas de declarações de simpatia, por parte do egrégio estadista norte-americano. Maia morreu em Lisboa, quando se aprestava para regressar à pátria; os outros volveram à terra natal, onde Barbosa e Maciel ainda se implicaram no projetado movimento de 1789; e dêstes foi o segundo que mais concorreu para aumentar o ardor patriótico do Tiradentes, informando-o do que vira em sua viagem à Inglaterra, cujas fábricas visitara, e talvez fornecendo ao mesmo um exemplar da constituição yankee.

A conjuração mineira de 1789 — Era governador da capitania de Minas-Gerais, desde 1788, o visconde de Barbacena (Luiz Antônio Furtado de Mendonça), que,

(*) Maia, filho de um pedreiro, usou do pseudônimo "Vendek" nas cartas que dirigiu a Jefferson, graças a quem foi conservada e posta em letras de imprensa essa interessante correspondência (v. "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", tomos XLVII e LVI). Maciel tornou-se uma das mais importantes figuras da Conjuração Mineira, pelo muito que influiu no espírito do Tiradentes. Domingos Vidal de Barbosa (que não usava o cognome final de "Lage", que lhe empresta Blake), faleceu no desterro, aos 32 anos de idade, pois nascera em 1761, conhecendo-se dele duas odes de pouco sublime estro, bastantes, contudo, a enquadrá-lo na chamada "escola mineira" do período arcádico. Os dois outros, Leal e Ribeiro, não se deixaram envolver nas malhas da malograda sublevação.

em virtude de ordens apertadas, vindas da metrópole, resolveu arrecadar o produto dos quintos atrasados, isto é, publicou, por meio de bando, o lançamento da "derrama".

Ora, semelhante medida era encarada por todos os mineiros como vexatória, sinão extorsiva, e os patriotas, que já se preocupavam com a separação política do Brasil, trataram de aproveitá-la em favor dos seus



Vila-Rica

ideais. Além de José Álvares Maciel e Domingos Vidal de Barbosa (acima referidos), entraram na conjuração: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, vulgarmente conhecido por "Tiradentes" (*), que foi a alma do mo-

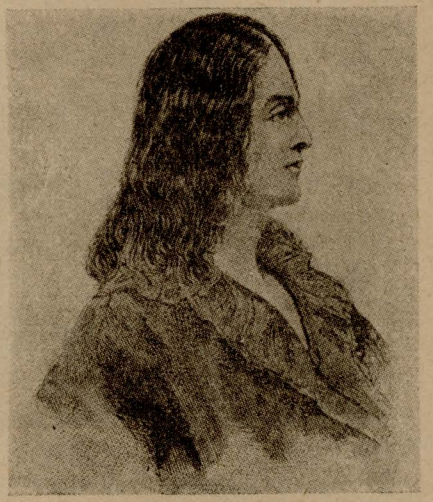
(*) Nasceu no sítio do Pombal, pertencente à então vila de São-João-del-Rei, em 1746. Seus dois irmãos mais velhos, Domingos da Silva Xavier e Antônio da Silva e Santos, estudaram em Mariana, onde receberam ordens sacras, e foram, provável-

vimento, porquanto aliciou para o mesmo a quasi todos os outros compartícipes do planejado levante e foi quem mais ardorosamente o pregou; o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, governador das armas da capitania; o coronel Inácio José de Alvarenga, que tinha sido ouvidor da comarca do Rio-das-Mortes, e então, já casado com d. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, explorava jazidas de ouro em suas terras de São-Gonçalo-do-Sapucaí; o velho advogado Cláudio Manuel da Costa, ex-secretário do govêrno da capitania e uma das figuras mais fulgurantes da escola mineira; os coronéis Domingos de Abreu Vieira e Francisco Antônio de Oliveira Lopes e o sargento-mór Luiz Vaz de Toledo (*); José de Resende Costa e José de Resende Costa Filho. A estes se juntaram, atraídos pelo Tiradentes, os cinco ilustres clérigos seguintes: cônego Luiz Vieira da Silva, vigário de Mariana; padre Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário de São-José-del-Rei; padre José Lopes de Oliveira, capelão da fazenda "Alberto-Dias"; padre Manuel Rodrigues da Costa, vigário de Barbacena; e padre José da

mente, os mestres do mais moço. Joaquim, depois de haver ajudado ao pai na mineração, fez-se curandeiro e dentista (donde o agnome com que se imortalizou), o que muita fama lhe grangeou, ao tempo em que também exercia o comércio ambulante. Já conhecia bastante a capitania, quando assentou praça na milícia paga de Vila-Rica, sendo alferes de cavalaria, ao tempo da conjuração de 1789. Desempenhou comissões de importância, entre as quais a de auxiliar do sargento-mór Pedro Afonso Galvão de São-Martinho numa expedição mineralógica; e foi o agrimensor da divisão da fazenda chamada "Rocinha-da-Negra", onde adquiriu uma sesmaria. Sôbre o seu físico e o seu moral, além do muito que se encontra escrito, cumpre ler as informações de frei Raimundo de Penaforte ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", tomo XLIV).

(*) Oliveira Lopes era coronel e Toledo sargento-mór do regimento de cavalaria auxiliar de São-João-del-Rei. O segundo era irmão do padre Carlos Correia de Toledo e Melo e do notável orador sacro frei Antônio de Santa-Úrsula Rodovalho (Varnhagen, ob. cit., IV, pág. 404, enganou-se, dando êste pregador como irmão do padre Rolim). Como se verá da sentença da Alçada, figuraram ainda na conjuração e foram mártires dela: Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, José Aires Gomes, Vicente Vieira da Mota, João Dias da Mota, Fernando José Ribeiro, João da Costa Rodrigues e Vitoriano Gonçalves Veloso.

Silva de Oliveira Rolim (nascido no arraial do Tijuco), êste muito rico, por ser filho do opulento sargento-mór José da Silva de Oliveira, caixa principal do Distrito-Diamantino. Atribuíu-se comparticipação no planejamento do levante ao consagrado poeta lusitano Tomaz Antônio Gonzaga, ex-ouvidor de Vila-Rica, nomeado então desembargador da Relação da Baía, e que estava à espera da chegada de licença régia para casar com a sua tão celebrada "Marília de Dirceu" (d. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas) (*).



Tomaz Antônio Gonzaga

Depois de algumas reuniões, realizadas secretamente em Vila-Rica, assentaram os conjurados no seguinte: o movimento armado estalaria na mesma data marcada para a "derrama"; proclamar-se-ia a república, que teria para capital São-João-del-Rei (berço do Tiradentes); seria abolida a escravidão africana; instalar-se-ia uma universidade

(*) Em prol da inocência de Gonzaga, além do que disse êle próprio (repetido por seu admirável advogado, que o era de todos os réus da conjuração, José de Oliveira Fagundes), veja-se a sólida argumentação que se encontra às págs. 211-231 de "Marília de Dirceu" (Belo-Horizonte, 1932) de Tomaz Brandão. O ex-ouvidor de Vila-Rica estava à espera da licença régia, para efetuar o seu casamento, porquê ainda vigorava o alvará de 22 de novembro de 1610, que estabelecia tal exigência com relação aos magistrados.

em Vila-Rica; e fundar-se-iam por toda parte fábricas importantes, tanto para a defesa, quanto para o enriquecimento do país. A bandeira da nova nação teria por lema o hemistíquio virgiliano *Libertas quae sera tamen* ("liberdade, ainda que tardia").

Casa onde, segundo a tradição, se reuniam os conjurados, em Vila-Rica.

A traição não tardou a causar o pronto e doloroso malogro de tão belos planos. Joaquim Silvério dos Reis, reinol que devia forte soma aos cofres da metrópole (*), levou ao visconde de Barbacena (achava-se êste em seu palácio de Cachoeira-do-Campo) uma de-

(*) Sôbre o judas da Conjuração Mineira (e que em tão ignóbil papel foi logo imitado por dois outros portugueses, o mestre-de-campo Inácio Correia Pamplona e o tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro do Lago), veja-se o documentado capítulo "Joaquim Silvério dos Reis — O delator da Conjuração Mineira", que lhe consagrou Alberto Lamego, às págs. 7-36 das suas "Mentiras históricas". O traidor, que esteve algum tempo em Campos, foi terminar os seus dias no Maranhão, a 17 de fevereiro de 1819. Quando estanciou na citada cidade fluminense, passou a assinar-se Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, e este segundo cognome (que era o do pai) foi conservado por seus descendentes brasileiros. Em documentos coévos, encontram-se vários nomes, que lhe foram dados em sentido pejorativo, como *Leiria, Leiria Guites* e *Saltério*. Dos três Joaquins daquele momento histórico, só ele, por interêsse material, manchou perpétuamente a sua memória.

lação completa de quanto havia colhido nos conciliábulos em que tomara parte, como conjurado. O governador mandou não sómente suspender a "derrama", como também prender um a um e incomunicabilizar os implicados no movimento. O Tiradentes havia partido para o Rio-de-Janeiro, mediante licença que obtivera (seguido de Joaquim Silvério dos Reis, espião a serviço do visconde de Barbacena), com o intuito de obter novas adesões e recursos materiais para a realização do seu grandioso sonho patriótico. Foi preso em um sótão da rua dos Latoeiros (hoje Gonçalves-Dias), a 10 de maio de 1789. A 21 do mesmo mês, ordenou o governador de Minas-Gerais fossem capturados e postos em rigorosa incomunicabilidade os demais implicados no levante, o que foi imediatamente executado em Vila-Rica, não tardando a ser também metidos em ferros os que se haviam refugiado em outros pontos da capitania.

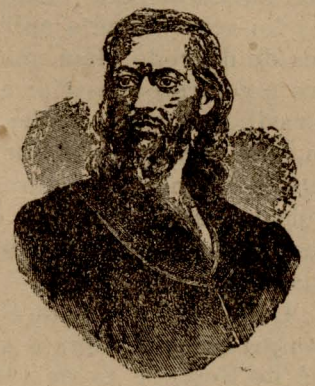
À devassa, que se processou em Minas, juntou-se a do Rio-de-Janeiro, sobrepondo-se a ambas a feita por uma alçada especial, de ordem da soberana D. Maria I. depois de nomear os jurisconsultos que deviam vir compor, com outros daquí, o referido tribunal, entregou ao presidente do mesmo uma "carta de clemência" (datada de 15 de outubro de 1790), pela qual a pena de morte só seria aplicada ao verdadeiro cabeça da intentada rebelião. Exceto Cláudio Manuel da Costa, que se suicidara na prisão (e não se falando no Tiradentes, cuja detenção se dera no Rio-de-Janeiro), todos os demais réus da inconfidência vieram algemados para esta capital e recolhidos a diversas masmorras. Depois dos muitos interrogatórios a que foram submetidos, acareações e demais trâmites da rituali-

dade criminal da época, acharam-se finalmente reunidos, numa das grandes salas-prisões da Cadeia-Velha (hoje Câmara dos Deputados), a 18 de abril de 1792, para ouvir a leitura da sentença dessa data, a qual condenava doze deles à pena capital.

A sentença da alçada, sua execução e consequências — É tão longa a sentença da alçada (ocupa 52 páginas do vol. VII dos "Autos da devassa da Inconfidência Mineira", Rio, 1938), que o escrivão da mesma (desembargador Francisco Luiz Alves da Rocha) gastou nada menos de três horas para a ler pausadamente aos réus, infligindo a estes um duplo suplício, porquanto somente deveria fazer chegar ao conhecimento dos mesmos o acórdão definitivo, isto é, o que resultasse da carta de clemência de d. Maria I.

Assim, a primeira sentença (de 18 de abril de 1792) condenou à morte, não só ao Tiradentes, mas também a Francisco de Paula Freire de Andrade, José Álvares Maciel, Inácio José de Alvarenga, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luiz Vaz de Toledo Piza, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, José de Resende Costa, José de Resende Costa Filho e Domingos Vidal de Barbosa; a degredo perpétuo na África, Tomaz Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, José Aires Gomes, João da Costa Rodrigues e Antônio de Oliveira Lopes; e a degredo por dez anos, João Dias da Mota.

Mas, por acórdãos de 20 de abril e 2 de maio (agora constituindo a decisão definitiva, em virtude da "carta de clemência" de d. Maria I), só Joaquim José da Silva Xavier foi julgado "indigno da real piedade", e, por isso, enforcado, no campo de São-Domingos, a 21 de abril de 1792. Os réus anteriormente condenados à pena última tiveram a mesma comutada para a de exílio perpétuo, pela forma seguinte: Francisco de Paula Freire de Andrade, para a Pedra-de-Ancoche (Encoge); José Álvares Maciel, para Maçangano; Inácio José de Alvarenga, para Ambaca; Luiz Vaz de Toledo Piza, para Cambembe (Cambambe); Francisco Antônio de Oliveira Lopes, para Bié; Domingos de Abreu Vieira, para Machimba (Muxima); Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, para Catala; José de Resende Costa, para Bissáu; José de Resende Costa Filho, para Cabo-Verde; Domingos Vidal de Barbosa, para a ilha de São-Tiago. Afóra José Aires Gomes, que deveria passar forçadamente oito anos em Inhambana, foram condenados a dez anos de degredo os seguintes réus: Tomaz Antônio Gonzaga, para Moçambique; Vicente Vieira da Mota, para o Rio-de-Sena; João da Costa Rodrigues, para Moçoril; Antônio de Oliveira Lopes, para Macáu; Vitoriano Gonçalves Veloso, para Cabeceira-Grande; Fernando José Ribeiro, para Benguela; e João Dias da Mota, para Caxéu.



O Tiradentes

Por motivo do fôro especial, de que gozavam, os clérigos envolvidos na Conjuração Mineira foram julgados pelo respectivo tribunal eclesiástico, ignorando-se, entretanto, o teor da sentença que os condenou.

Sabe-se apenas que foram deportados para Lisboa (seguiram na fragata "Golfinho"), onde foram recolhidos à fortaleza de São-Julião, da qual partiram para diversos conventos (exceto o padre José Lopes de Oliveira, que morreu na dita prisão), aí cumprindo o castigo que lhes foi secretamente aplicado. Depois de mais de dez anos de degredo além-mar, obtiveram perdão e licença para o retorno à pátria; e, por isso, vieram todos para o Brasil, inclusive o padre José da Silva de Oliveira Rolim, que conseguiu a liberdade, graças ao embaixador francês Lannes. O padre Manuel Rodrigues da Costa ainda trabalhou em prol da nossa independência e representou a sua província natal (Minas) na assembléia constituinte de 1823.

Dos civís e militares, deportados para a África (e cujos ossos já vieram para a terra do berço), só um, José de Resende Costa Filho, volveu ao seio carinhoso da pátria, a qual o elegeu deputado às côrtes de Lisboa e depois à nossa constituinte de 1823, assim como à assembléia geral de 1826-1829 (*).

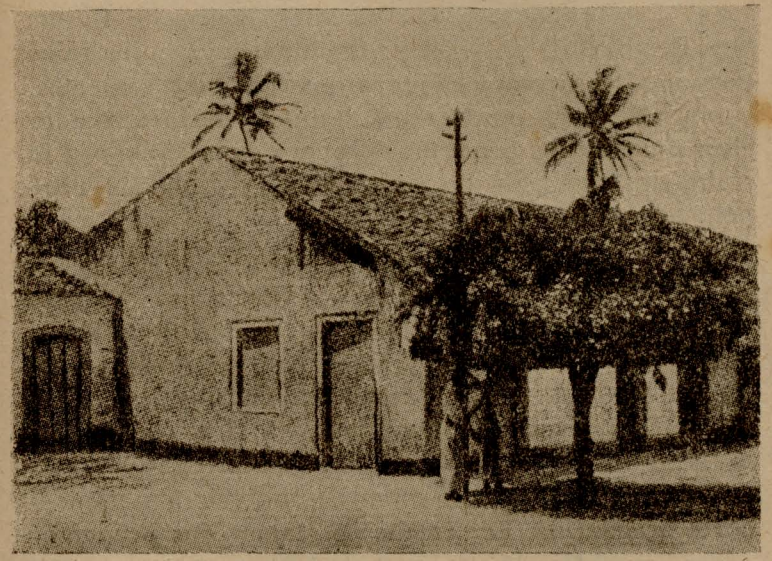
As consequências da Conjuração Mineira de 1789 foram econômicas e políticas. No primeiro caso, o govêrno da metrópole desistiu da cobrança da enorme quantia em que se achavam atrasados para com o erário régio os habitantes da capitania e também aboliu o monopólio do sal, constituindo tudo isso o preço em que ficou a cabeça do Tiradentes. No segundo caso, a semente lançada no solo brasileiro, regada pelo generoso sangue do mártir de 21 de abril de 1792, não tardou a transformar-se na pujante árvore da Liberdade, cujas flores e cujos frutos desabrocharam e sazonaram ao sol de 7 de setembro de 1822 e de 15 de novembro de 1889.

(*) Influência da Revolução Francesa no Rio-de-Janeiro e na Baía (1794 e 1798) — a) *A Sociedade Literária e Científica do Rio-de-Janeiro* — Na capital do Brasil, em 1786, havia sido instalada uma Sociedade Literaria, com permissão do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Sousa; mas o sucessor dêste, o conde de Resende (1790-1801), dissolveu-a, receioso de que no seio dela fermentassem aspirações políticas, análogas às da Conjuração Mineira. Não tardou, porém, a constituir-se particularmente outro grêmio, científico e literário, que funcionava na casa de residência do poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, seu autêntico dirigente. Este e seus companheiros (os médicos Jacinto José da Silva e Vicente Gomes, o professor de latim e notavel cientista João Manso Pereira, o professor de grego João Marques Pinto e o futuro marquês de Maricá, dr. Mariano José Pereira da Fonseca), denunciados por Bernardo da Silva Frade, em fins de 1794, como prosélitos da Revolução Francesa, foram imediatamente recolhidos à fortaleza da Conceição, sendo-lhes sequestrados todos os livros e papeis. Aberta a respectiva devassa, presidiu à mesma o desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva, que fizera parte da Alçada julgadora da Conjuração Mineira; e, em virtude do parecer dêste (18 de junho de 1797), opinando que a longa prisão (cêrca de dois anos e meio) dos novos conjurados já lhes havia castigado suficientemente a culposa ideologia política, ordenou o vice-rei fossem todos êles postos em liberdade.

b) *A Conjuração Baiana de* 1798 — Inspirada certamente pelo movimento já então iniciado no Haiti e de que foi a alma o intrépido Toussaint-Louverture, a Conjuração Baiana (tambem conhecida por "conjuração dos alfaiates"), que visava à abolição do cativeiro dos negros e à proclamação da república, como se deduz de alguns dos seus documentos, teve por principais responsáveis o alfaiate João de Deus do Nascimento (cabo-de-esquadra de milícias, cuja ideologia era semelhante à dos comunistas de agora, e os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens. Não faltaram traidores ao projetado levante, que deveria irromper a 28 de agosto de 1798. Governava a Baía d. Fernando José de Portugal e Castro (1788-1801), que conseguiu fazer aferrolhar em cárceres os denunciados promotores do movimento revolucionário, imediatamente submetidos a processo. Em cumprimento da sentença proferida pela Relação da Baía, subiram à forca, na cidade do Salvador, a 8 de novembro de 1799, os referidos cabecilhas da malograda rebelião, aos quais se juntou, como companheiro de patíbulo, um liberto por nome Manuel Faustino, que contava apenas 18 anos de idade.

A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Causas da revolução de 1817 — A vinda da família real para o Brasil, longe de diminuir, havia aumentado as rivalidades entre *reinóis* e *mazombos*, que trocavam epítetos injuriosos ("cabras" eram os brasileiros chamados pelos portugueses, enquanto estes recebiam dos nossos patrícios os qualificativos de "galegos", "marinheiros", "marotos", "pés-de-chumbo"). Para isso muito concorreu o melhor tratamento dado aos filhos da metrópole pelo soberano e por seus auxiliares, como acontecia principalmente no caso das forças armadas. Por outro lado, a influência da Revolução Francesa, da independência das colônias britânicas da América-do-Norte e dos movimentos para a emancipação política das nações hispano-americanas, não podia deixar de exercer-se numa das províncias mais adiantadas do Brasil. Realmente em Pernambuco sobejavam tradições de bravura e liberdade (com raízes na epopéia da expulsão dos holandeses e na guerra dos "mascates"), ao mesmo tempo que muitos espíritos, particularmente os dos eclesiásticos, se encontravam mais iluminados do que em qualquer outra parte do nosso país, graças ao seminário alí fundado pelo sábio d. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, casa de ensino que veio a ser "a mais completa e perfeita escola de educação secundária, que houve até então no Brasil" (*). Em nenhum outro sector da nossa pátria houve tantas sociedades secretas, como alí, para a propaga-



Areópago de Itambé (do livro de Donatello Grieco, "Napoleão e o Brasil", pág. 17).

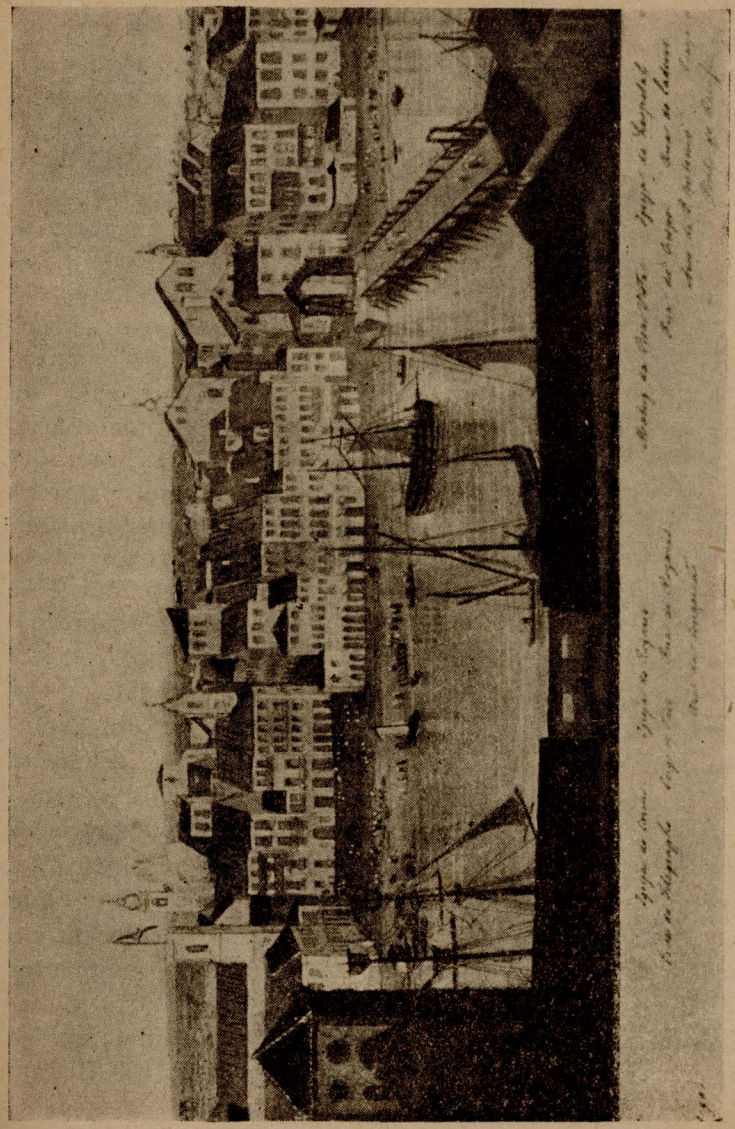
ção das idéias políticas. Surgira em fins do século XVIII o "Areópago de Itambé" (ao qual se atribuiu a conjuração de 1801, destinada a tornar Pernambuco independente sob a proteção de Bonaparte), a que se juntaram a "Academia do Cabo" (1802), a "Loja

(*) A expressiva frase é de Sebastião Vasconcelos Galvão ("Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco", vol. I, pág. 428).

Restauração" (1809), a "Academia do Paraíso", as lojas "Patriotismo", "Pernambuco do Ocidente", "Pernambuco do Oriente" e a "Oficina de Iguaraçú", não falando na "Universidade Secreta" de Antônio Carlos e na "Escola Secreta" de Vicente Ribeiro de Guimarães Peixoto. O nativismo pernambucano, cujas raízes possantes cresceram desde a guerra dos "mascates", subiu alí a tal ponto, "que muitos chegavam a excluir da mesa os produtos europeus, substituindo a farinha de trigo pela de mandioca e o vinho do Porto pela aguardente" (*).

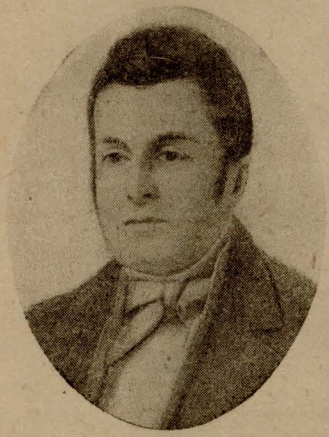
Pródromos da revolução — Governava Pernambuco, desde 1804, Caetano Pinto de Miranda Montenegro (depois marquês de Vila-Real-da-Praia-Grande), o qual havia feito em Mato-Grosso, durante sete anos (1796-1803), excelente administração. A partir de 1808, a permanência da família real sobrecarregava o nosso povo de novos impostos, imprescindíveis à pompa da côrte bragantina. Era intenso o clamor dos pernambucanos, quando alí chegou, vindo da Inglaterra, Domingos José Martins, culto e ardoroso prosélito da ideologia de Miranda, com quem havia convivido em Londres. Tornou-se logo o verdadeiro orientador do movimento revolucionário, que já fermentava em Pernambuco, alimentado pelo conjunto de causas, que acabamos de apontar. Rico, foi em sua casa do Recife e em seu engenho do Cabo que se realizaram os banquetes e conciliábulos de que surgiu o movimento

(*) Vicente Themudo, "A epopéia republicana de 1817".



Panorama do Recife no primeiro quartel do século XIX

de 1817. Às províncias convizinhas e que sempre giraram em tôrno da órbita de Pernambuco, foram enviados emissários em busca de adesões ao levante que se planejava. Nas lojas maçônicas eram iniciados novos adeptos por José Luiz de Mendonça e Antônio Gonçalves da Cruz ("o-Cabugá"), enquanto Antônio Carlos e Guimarães Peixoto faziam franca disseminação da ideologia revolucionária. Em todas as reuniões festivas, não só se levantavam vivas aos brasileiros e se davam morras aos portugueses, como até se chegou a pedir às mulheres brasileiras, casadas com reinóis, que não tivessem dúvidas "em matar os *marinheiros*, seus maridos". Em fevereiro de 1817, por ocasião da festa anual da Estância, um oficial do regimento dos Henriques espancou um português, pelo fato de haver êste insultado os brasileiros. E o governador, que havia feito ouvidos moucos a várias denúncias anteriormente recebidas, resolveu, enfim, tomar providências no sentido de conter a onda revolucionária: a 4 de março de 1817, recomendou em ordem-do-dia, aos oficiais e praças dos dois regimentos do Recife, andassem em paz uns com os outros e evitassem a convivência com "homens empestados, que os procuravam enganar com falsas sugestões"; a 5, dirigiu



Domingos José Martins

aos pernambucanos uma proclamação, aconselhando-lhes paz e fraternidade; e a 6 convocou uma sessão matinal do conselho militar, em consequência da qual foi expedido o mandado de prisão contra os principais suspeitos.

A revolução — Domingos Martins foi logo recolhido ao cárcere. Dos seis militares, denunciados como coniventes com o projetado movimento revolucionário, um foi prontamente aferrolhado no forte das Cinco-Pontas (o ajudante Sousa Teixeira, pertencente ao batalhão do brigadeiro Salasar); mas o brigadeiro Barbosa de Castro, encarregado da prisão dos cinco restantes, que eram do seu regimento, apenas os fez reunir em sua presença, começou a dirigir-lhes palavras insultuosas, primeiramente a Domingos Teotônio, que lhas retrucou energicamente, nada mais podendo fazer, porque, desarmado, foi imediatamente mandado conduzir para a sobredita fortaleza, e em seguida ao capitão José de Barros Lima (vulgarmente conhecido por "Leão-Coroado", visto ser de insólita bravura e possuir uma calva em forma de coroa). Este, além de repelir-lhe de viva voz as injúrias, puxou rápido a espada e embebeu-a no peito do general português, exclamando: — "Pois morre, infame!". O tenente José Mariano, genro do "Leão-Coroado", secundou o golpe do sogro, de sorte que o brigadeiro Barbosa de Castro alí mesmo soltou o último suspiro. Os brasileiros ficaram senhores da situação naquele quartel, porquanto os oficiais lusitanos fugiram, indo um deles, a toda pressa, contar ao governador o sucedido. Mandou Caetano Pinto para alí o seu ajudante-de-ordens, o tenente-coronel

Alexandre Tomaz, o qual foi recebido a tiros e caiu morto do cavalo que montava. Enquanto o governador, apavorado, se refugiou no forte do Brum, os patriotas, que haviam sido presos, foram postos em liberdade. Antes de organizar a nova ordem de coisas, trataram os vencedores de ver-se livres de Caetano Pinto, que capitulou a 7, dispondo-se a ser, desde logo, enviado para o Rio-de-Janeiro.

José Luiz de Mendonça

A 8, já estava constituído o govêrno republicano, que ficou assim composto: padre João Ribeiro Pessoa, representante da classe eclesiástica; José Luiz de Mendonça, pela justiça; Domingos Teotônio, pelo exército; Domingos José Martins, pelo comércio; e Manuel Correia de Araújo, pela agricultura. Essa nova administração de Pernambuco era assessorada por um conselho consultivo, também composto de cinco membros: Antônio Carlos (o mais eloquente dos Andradas, então ouvidor de Olinda); o famoso lexicógrafo Antônio de Morais Silva; o vigário-geral do bispado, deão Bernardo Portugal; o letrado lusitano Manuel José Pereira Caldas; e o opulento comerciante Gervásio Pires Ferreira.

A 9, deu-se a posse dos referidos dirigentes, que sem perda de tempo tomaram todas as medidas imprescindíveis à radical mudança política, que haviam conseguido, e que foi convenientemente fundamentada no dia seguinte pelo "Preciso", da lavra de José Luiz de Mendonça (*). A 10, o ex-governador foi despachado numa sumaca para o Rio-de-Janeiro; e, nos dias imediatos, partiam para os Estados-Unidos, para a Inglaterra e para Buenos-Aires o Cabugá, Koster e Félix José Tavares de Lima. O segundo levava credenciais para que Hipólito José da Costa, redator do "Correio Brasiliense" em Londres, fosse o plenipotenciário da república pernambucana perante o governo inglês, enquanto o terceiro ia entender-se com os republicanos do Prata em favor do Brasil e o primeiro levava a incumbência de obter armas na nação yankee.

Conde dos Arcos

Ideou-se uma nova bandeira, que foi logo hasteada no palácio do governo e nos quartéis e fortalezas; redigiu-se um projeto de constituição, com o nome de "Lei orgânica", em que se asseguravam a liberdade de imprensa, a igualdade de todos perante a lei e a liberdade espiritual.

(*) O "Preciso" foi impresso na tipografia fundada em 1815 no Recife pelo negociante Ricardo Fernandes Catanho, que fizera vir da Inglaterra um prelo, como se infere da nota LIII de Oliveira Lima à 3ª ed. da "História da revolução de Pernambuco em 1817" de Francisco Muniz Tavares. Não foi, portanto, Koster, como se tem levianamente afirmado, quem introduziu a imprensa em Pernambuco.

Não tardaram a aderir ao movimento revolucionário de Pernambuco a sua comarca meridional, depois província de Alagoas, a Paraíba, o Rio-Grande-do-Norte e o Ceará; o Maranhão, onde havia prosélitos da ideologia pernambucana, pronunciou-se pela legalidade; e a Baía, para a qual se delegara o "Padre Roma", e onde contavam os republicanos com alguns simpatizantes, foi contida pela energia do seu governador, o conde dos Arcos. O emissário dos revoltosos de Pernambuco foi preso e arcabusado, escapando com vida seu filho Luiz, que o acompanhara. Outro filho seu, depois muito notável, o general e historiador José Inácio de Abreu e Lima, assistiu-lhe à morte.

A reação e a vitória da legalidade — Foi o conde dos Arcos, governador da Baía, quem iniciou o combate ao movimento pernambucano, organizando duas expedições, uma naval (três navios mercantes, armados em guerra, e que, sob o comando do capitão-tenente Rufino Batista, foram bloquear o Recife) e outra por terra (1.500 homens, sob o comando do marechal Joaquim de Melo Leite Cogominho de Lacerda). À esquadrilha acima referida (chegada à capital de Pernambuco em 10 de abril) não tardou a juntar-se a do vice-almirante Rodrigo Lobo (uma fragata, duas corvetas e uma escuna), partida do Rio-de-Janeiro, e que, a 23 de abril, bordejava em frente do Recife.

Apesar do imenso esforço desenvolvido pelos patriotas pernambucanos, que organizaram guerrilhas por toda parte, afim de sustarem a marcha dos legalistas, não lhes foi possível impedir a contra-revolução nas províncias que haviam aderido ao movimento de 6 de março, nem obstar a vitória do marechal Cogominho, tanto mais quanto a armada real lhes não permitia obter recursos pelo lado do mar. A 2 e 15 de maio, ocorreram os recontros de Utinga e Pindobas e o combate do Trapiche-de-Ipojuca, nos quais a sorte nem sempre sorriu aos republicanos. Tendo resignado, a 18, os seus cargos do govêrno provisório o padre João Ribeiro e José Luiz de Mendonça, foi Domingos Teotônio aclamado ditador, que nada poude fazer de melhor do que abandonar o Recife a 19, embora tivesse antes ameaçado a cidade com uma tremenda destruição a ferro e fogo. A 20 de maio, tremulava de novo no palácio do governo, nas fortalezas e quartéis da capital pernambucana, a bandeira da monarquia portuguesa.

Os mártires da revolução pernambucana de 1817 — Excetuados o "Padre Roma", cuja execução já referimos, e o padre João Ribeiro, que se suicidou no Engenho-Paulista (e cujo cadáver foi exumado e mutilado, sendo as mãos enviadas para Goiana e a cabeça fincada num poste em Recife), os demais implicados na revolução não tardaram a receber a palma do martírio. Em três levas sucessivas, foram remetidos para a cidade do Salvador. Julgados no Recife por uma comissão militar (presidida pelo capitão-general Luiz do Rego) e depois na Baía por uma alçada especial (presidida pelo desembargador Bernardo Teixeira), foram condenados à pena última e executados 12 cabeças do movimento (*), entre os quais 3 eclesiásticos (o Padre-

(*) Os 12 executados foram os seguintes, em ordem alfabética: Amaro Gomes da Silva Coutinho (da Paraíba), Antônio Henriques Rebelo (2º tenente de artilharia), padre Antônio Pereira de Albuquerque (da Paraíba), Domingos José Martins, Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa (capitão de artilharia), Francisco José da Silveira (da Paraíba, mas havia nascido em Minas e foi avô de Aristides Lobo), Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão (da Paraíba), José de Barros Lima (o "Leão-Coroado", capitão de artilharia), José Luiz de Mendonça, José Peregrino Xavier de Carvalho (da Paraíba), padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (o Padre-Miguelinho) e padre Pedro de Sousa Tenório. Do ante-penúltimo assim diz Vicente Themudo (ob. cit., pág. 87): "José Peregrino constitue o mais simpático dos heróis de sua terra, aliando a mocidade e a bravura. Era uma precocidade.

Miguelinho, o vigário Pedro de Sousa Tenório e o padre Antônio Pereira de Albuquerque).

Em 1819, ainda gemiam nas prisões muitos dos implicados no levante, tanto que naquele ano foi que José Bonifacio deixou Portugal e veio promover no Brasil a liberdade de seu irmão Antônio Carlos. Vários perdões foram concedidos a um ou outro dos patriotas por d. João VI. A anistia geral, entretanto, só foi concedida em 1821 (para o que deve ter concorrido o movimento constitucionalista de 1820, no Porto). Dela, entretanto, foram excluídos dois dos réus, por serem culpados de homicídio: o capitão de artilharia Pedro da Silva Pedroso e José Mariano Cavalcanti de Albuquerque (mais tarde deputado-geral, presidente do Ceará e de Santa-Catarina), que, remetidos para Lisboa, donde deveriam partir para o cumprimento da pena de degredo em presídios da Ásia, foram lá perdoados.

Consequências — Da imortal jornada de 1817, sôbre a qual resplendem as auréolas de tantos mártires, resultaram consequências de alta relevância, duas das quais saltam imediatamente a nossos olhos: a sua influência no movimento que nos deu, cinco anos depois, a emancipação política, pois ela, como bem observou Franklin Távora, foi a "montanha que cresceu entre Portugal e o Brasil, e os separou definitivamente"; e a floração, cada vez maior, dos ideais de liberdade, quer na própria terra pernambucana (1824), quer no extremo-sul (Guerra-dos-Farrapos, 1835-1845), tornados definitiva realidade pela radiosa aurora de 15 de novembro de 1889.

Foi cadete aos 6 anos, alferes aos 8 e tenente aos 17. Criado tenente-coronel na revolução, tornou-se o principal apôio de André de Albuquerque no Rio-Grande-do-Norte. Subiu ao cadafalso, sendo apenas um adolescente, contando 18 anos. Só dez dias depois é que completaria os 19".

Influência da maçonaria nos dois movimentos simultâneos de Portugal e do Brasil — Quatro meses, pouco mais ou menos, após a deflagração do movimento republicano de Pernambuco, descobria-se em Portugal a conjuração chefiada pelo tenente-general Gomes Freire de Andrada (da ilustre família do conde de Bobadela), a qual tinha por intuito sacudir o jugo do marechal Beresford e proclamar o regime constitucional. Descoberta pelo governador militar da terra de Afonso Henriques, foi prontamente afogada em sangue, pois que perderam a vida doze patriotas, quasi todos militares. O chefe era o grão-mestre da maçonaria lusitana. Ora, não só Domingos Teotônio, mas também Domingos José Martins e outros notáveis pernambucanos da revolução de 1817 eram igualmente maçons. Isso deixa patente que a iniciativa de Miranda, o grande precursor da independência das nações ibero-americanas, de fazer da poderosa sociedade secreta o centro de irradiação das idéias de liberalismo, constitucionalismo e emancipação política, despertadas pela Revolução Francesa de 1789, havia frutificado em Portugal e no Brasil.

IX — A INDEPENDÊNCIA

1) D. João VI no Brasil. 2) A regência de d. Pedro; José Bonifácio. 3) O grito do Ipiranga.

1) D. JOÃO VI NO BRASIL

A "inversão brasileira" como resultado da política ibérica de Napoleão Bonaparte — Falecendo d. José em 1777, sucedeu-lhe d. Maria I, a quem a morte arrebatou o esposo e o filho mais velho (d. Pedro III e d. José, em 1786 e 1788). Tendo ela enlouquecido, foi declarada interdita, sendo então chamado ao govêrno da monarquia lusitana seu segundo filho, d. João (casado com Carlota-Joaquina, filha mais velha de Carlos IV da Espanha). Exerceu aquele príncipe a regência por espaço de 17 anos (de 15 de julho de 1799 a 20 de março de 1816). Ocupou d. João assim incsperadamente o trono, quando lavrava em toda a Europa o avassalador incêndio da Grande Revolução Francesa. Napoleão Bonaparte, aspirando ao restabelecimento do antigo império romano do ocidente e querendo ferir com um golpe mortal a Grã-Bretanha (a única potência que até êsse momento lhe havia galhardamente resistido), decretou em Berlim o bloqueio continental (1806), a que Portugal deixou de aderir, incorrendo, portanto, nas iras do vencedor do mundo.

Napoleão, que, já anteriormente, em 1801, havia incitado a Espanha contra Portugal, aliou-se de novo com aquela nação em 1807 e intimou o príncipe-regente da terra de Afonso Henriques a romper com a Inglaterra. D. João, que, a princípio, respondera com evasivas, mandando ao terrível corso presentes valiosos e propondo-lhe o casamento de d. Pedro com uma filha de Carolina Bonaparte, cedeu, afinal, a tudo e, por dois decretos (de outubro e novembro de 1807), não só aderiu ao bloqueio continental, como também ordenou a prisão de súbditos britânicos domiciliados em Portugal e a confiscação das propriedades dos mesmos. Em consequência disso, os navios da *Home Fleet* bloquearam os portos continentais de Portugal e ocuparam a ilha da Madeira (*).

Junot

Ignorava ainda d. João a existência e o teor do tratado de Fontainebleau celebrado (a 27 de outubro de 1807) entre a França e a Espanha para a partilha de Portugal e suas possessões, e só veio a ter conheci-

(*) Tobias Monteiro, em sua "História do Império" (págs. 13-16) expõe com clareza o papel que em tudo isso representou Rayneval, ministro da França em Lisboa. Sôbre o caráter de d. João, príncipe-regente e rei, além do que se encontra em Oliveira Martins, há muito que ler e aproveitar no ótimo volume que Tobias Monteiro consagrou à "História do Império — A elaboração da independência" (Rio, 1927). Joaquim de Vasconcelos, em "Os músicos portugueses" (Porto, 1870), vol. II, pág. 127, deu assento ao seguinte pasquim contra o filho de d. Maria I, de notória predileção pelos hinos sacros:

— "Que fazes, João?"
— "Faço o que me dizem,
Como o que me dão,
E vou para Mafra
Cantar cantochão".

mento daquele pacto por intermédio do comandante da esquadra inglesa, sir Sidney Smith, ao mesmo tempo que o tenente-coronel Carlos Frederico Lecór (depois, no Brasil, visconde de Laguna) lhe vinha anunciar que um grande exército francês, às ordens de Junot, marchava aceleradamente sôbre Lisboa.

Para escapar à triste sorte que tiveram Carlos IV e Fernando VII, resolveu d. João refugiar-se no Brasil, com toda a sua família, e, em numerosa frota (15 navios), protegida por uma divisão naval inglesa, deixou apressadamente o Tejo a 29 de novembro de 1807. Confiou a direção do reino a uma regência, à qual não tardou a sobrepor-se o mando do marechal Beresford. No dia seguinte, entrava Junot em Lisboa, e ainda poude tomar um dos navios, a escuna "Curiosa", do comboio destinado às nossas plagas, a qual retornou ao Tejo.

Foi assim que se operou a "inversão brasileira" (a expressão é de Sílvio Roméro), porquanto a nossa pátria passou a ser a metrópole e Portugal a colônia. O próprio príncipe-regente fugitivo, no manifesto de 1º de maio de 1808, com que declarou guerra à França, disse que erguia a voz no seio do "novo império" que viera criar.

GOVERNO DE D. JOÃO (PRÍNCIPE-REGENTE E REI) NO BRASIL

Era a primeira vez que, transpondo a vastidão do Atlântico, pisava terras americanas o chefe de uma dinastia européia.

Dispersada em alto mar por temporais, enquanto uma parte da esquadra real portuguesa aportava à baía de Guanabara, a outra parte, precisamente aquela em que vinha d. João, arribou à Baía em 22 de janeiro de

1808, desembarcando êle dois dias depois, em meio de jubilosas aclamações populares. Foi na cidade do Salvador que assinou o príncipe-regente (por sugestão do sábio professor baiano José da Silva Lisboa) a carta-régia de 28 de janeiro de 1808, pela qual ficavam abertos os portos do Brasil a todas as nações amigas, daí resultando, com a cessação da velha política de monopólio, a intensificação do nosso intercâmbio marítimo, principalmente com a Grã-Bretanha (em razão dos tratados de 1810) (*), e que o alvará de 4 de fevereiro de 1811 ainda mais favoreceu.

D. João VI

Antes de deixar a Baía, criou alí o príncipe-regente uma Escola Médico-Cirúrgica (por aviso de 18 de fevereiro de 1808), nomeando cinco dias depois José da Silva Lisboa (mais tarde visconde de Cairú) para reger uma aula pública de Ciência Econômica, mandada funcionar no Rio-de-Janeiro.

(*) Graças ao prestígio de lord Strangford, conseguiu a Grã-Bretanha do príncipe-regente os tratados de 1810 (foram dois, um de aliança e o outro de comércio), cujos anglicanismos lhes patenteiam a redação originária. A abertura dos portos do Brasil só foi util, por muito tempo, à Inglaterra, que logo estabeleceu uma linha direta de paquetes entre Liverpool e o Rio. A capital do Brasil recebeu então muitos súbditos britânicos, que se estabeleceram aquí com casas e empresas mercantis. Só depois da queda de Napoleão Bonaparte foi que começou a vinda de franceses para o Rio, onde já eram perto de 3.000 em 1820. Entregaram-se estes a alguns ramos de comércio, assim como ao ensino particular, e os indivíduos do sexo feminino, com a graça e gentileza características, exploraram preferentemente as modas e outros tratos da beleza das cariocas.

Partindo da Baía a 26 de fevereiro, em 7 de março chegava d. João à baía de Guanabara. Duraram nove dias consecutivos as festas realizadas no Rio-de-Janeiro em homenagem ao soberano, não obstante haver sido forçada uma boa parte da população a abandonar as suas casas ao séquito da família real, o qual se compunha de bem mais de 10.000 pessoas (*).

Organizou logo o príncipe-regente o seu ministério, que ficou constituido pelo marquês de Aguiar (d. Fernando José de Portugal e Castro, ex-vice-rei do Brasil), pelo conde de Anadia e pelo conde de Linhares. Foi êste último o braço direito de d. João, e a êle é que deve a nossa pátria os mais assinalados benefícios, pois teve de lutar com as idéias retrógradas dos seus colegas, para poder introduzir no Brasil alguns melhoramentos indispensáveis. Dentre os atos mais importantes dêsse gabinete, destaca-se o que permitiu todo gênero de indústrias (alvará de 1º de abril de 1809) e a abertura de estradas no interior do Brasil, revogando-se as leis proibitivas de d. Maria I; cuidou-se logo de um Jardim Botânico e de desenvolver o plantio do chá; e na capital da Baía, foi criado um Curso de Agricultura (25 de junho de 1812).

(*) Como se vê de uma longa nota de Rodolfo Garcia, à pág. 123 do vol. V da "História geral do Brasil" de Varnhagen, a esquadra que partiu do Tejo com a família real portuguesa, em direção ao Brasil, compunha-se de 15 naus, das quais uma única, a escuna "Curiosa", não chegou aqui. Calcula-se geralmente em cêrca de 15.000 pessoas o séquito do dinasta que efetuou a "inversão brasileira". Usando do direito da chamada "aposentadoria real", o soberano requisitou as casas do Rio-de-Janeiro, que julgou indispensáveis ao alojamento da sua enorme comitiva. Para isso, bastava se afixasse à porta do prédio um papel com duas letras "P. R.", que o povo carioca, já então pródigo de ironia escurril, ao invés de traduzir pela exata expressão "Príncipe-Regente", dizia significar "Ponha-se na rua". Um português rico, Elias Antônio Lopes, deu ao príncipe bragantino o belo presente da Quinta-da-Bôa-Vista, a qual foi adaptada para servir de paço residencial, ficando o paço da cidade para as recepções e festas.

Não tardaram a funcionar regularmente as novas repartições, imprescindíveis à gestão governamental (Conselho de Estado, Intendência Geral da Polícia, Junta do Comércio, Mesa da Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda), substituindo-se a antiga Relação por uma Casa de Suplicação, a que se anexou o Desembargo do Paço. Criaram-se o Banco do Brasil, a Impressão Régia, a Biblioteca Pública, a Fábrica de Pólvora e um novo teatro (chamado de São-João). Reorganizaram-se os arsenais e o Hospital Militar, logo aparecendo um Laboratório Químico e um Instituto Vacínico, necessários à Escola de Medicina, instituida em 5 de novembro de 1808. Finalmente, foram inauguradas a Academia de Marinha, a Academia de Artilharia e a Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios, contratando-se para esta uma seleta missão francesa, aquí chegada em 1816. Na justiça, foram posteriormente criadas mais duas relações ao norte do Brasil, uma em Pernambuco e outra no Maranhão; e, na administração, autonomizou-se a capitania do Espírito-Santo (1810), sendo pouco depois constituidas em províncias as capitanias subordinadas, ou da coroa, de Santa- Catarina, Alagoas, Rio-Grande-do-Norte e Sergipe (1817).

Visconde de Cairú

Aínda como príncipe-regente, conquistou d. João a Guiana Francesa e iniciou a anexação do Uruguai ao Brasil. Esta, entretanto, só foi ultimada em 1821, depois que o referido dinasta passara a d. João VI, pelo falecimento de d. Maria I, nesta capital, a 20 de março de 1816.

Durou 13 anos a "inversão brasileira", pois a revolução constitucionalista do Porto (1820) coagiu d. João VI a voltar para Portugal, deixando pesaroso a nossa pátria.

Ocupação da Guiana Francesa — A 1º de maio de 1808, dirigiu o príncipe-regente um manifesto ao mundo, expondo os motivos que o haviam forçado a procurar refúgio no Brasil, no "novo império" que viera criar, e terminando-o por uma declaração de guerra a Napoleão I. E, afim de juntar os atos às palavras, resolveu efetuar a ocupação da Guiana Francesa.

A expedição, organizada no Pará, compunha-se de 700 homens, sob o comando do tenente-coronel Manuel Marques (*), e de uma flotilha, em que a melhor belonave era a corveta inglesa *Confiance*, do comodoro James Lucas Yeo, a quem coube a direção suprema da força naval.

Só a 1º de dezembro foi que desembarcou a nossa tropa no território inimigo, nele fincando a bandeira lusa, para assinalar a ocupação. O primeiro combate deu-se a 15, às margens do Approuague, e foi travado entre os marujos de Yeo e os franceses que defendiam aquele rio. Depois de apresadas duas escunas inimigas, os dois camandantes da expedição portuguesa, reunidos a 25 de dezembro, deliberaram atacar os três postos fortificados pelos franceses à margem esquerda do Maroni e que eram chamados Diamant, Degrad-des-Cannes e Trio, os quais foram sucessivamente tomados, em acesas pelejas, a 6, 7 e 8 de janeiro de 1809. Tendo as nossas tropas ocupado Beauregard, interceptando assim as comunicações da capital com o interior, não tardou que o governador Victor Hughes aceitasse os termos da capitulação que lhe fôra proposta, afim de evitar maior e improficuo derramamento de sangue. Assinada ela em Borda, a 12 de janeiro, dois dias depois entravam as nossas tropas em Caiena (*). Ao capitão-de-fragata Luiz da Cunha Moreira (depois visconde de Cabo-Frio), um dos bravos da expedição de 1808-1809, pois foi ferido na cabeça, quando do desembarque

(*) Muitos dos nossos historiadores acrescentam-lhe "d'Elvas Portugal", cognome só usado por seu filho, também militar, Francisco Marques d'Elvas Portugal. Veja-se o que no "Jornal do Brasil" (n. de 10 de agosto de 1935) escreveu Afonso Celso, sôbre "Elucidação de um nome".

(*) Em seu excelente trabalho "Nossas campanhas navais — A conquista de Caiena" (Rio, 1939), o competente oficial de marinha Lucas Boiteux refere que d. João não só concedeu acesso de posto a todos os oficiais que tomaram parte na expedição da Guiana Francesa, como também mandou cunhar em Londres uma artística medalha de prata, em cujo anverso figurava êle coroado de louros, vindo no reverso a data, *14 — I — 1809*, e a inscrição, *Cayena tomada aos franceses*.

no Approuague, coube conduzir para a França, no brigue *Infante-Dom-Pedro,* ao governador vencido.

Organizada definitivamente a administração do território conquistado, foi nomeado para superintendê-la João Severiano Maciel da Costa, (depois marquês de Queluz), a quem os próprios franceses não regatearam encômios, pela habilidade com que regeu os destinos daquela região, durante cêrca de oito anos. Si da Guiana Francesa já nos tinha vindo o cafeeiro (dali trazido pelo paraense Francisco de Melo Palheta, em 1727), ao mesmo se juntaram, para aumentarem a riqueza do nosso sólo, graças à iniciativa de João Severiano Maciel da Costa, a noz-moscada, o cravo-da-Índia, a fruta-pão, a nogueira, a canforeira, o abacateiro, a toranja (*grape-fruit*) e a cana-caiana (cana de Caiena, superior às que possuia então o Brasil).

Pelo ato final do congresso de Viena (9 de junho de 1815), teve Portugal que restituir a referida conquista, estipulando-se que o limite entre ela e o Brasil seria o rio Oiapoc. A 21 de novembro de 1817, João Severiano Maciel da Costa entregou o governo da Guiana Francesa ao general conde de Carra Saint-Cyr, nomeado por Luiz XVIII.

A elevação do Brasil a reino e a pretensão de Carlota Joaquina ao império do Prata — A d. João e a seus ministros havia escapado uma providência, essencial ao decôro político da nova séde da monarquia portuguesa. O Brasil, quando aquí chegou a família real de Bragança, era vice-reino. Como é, porém, que, tendo passado a ser metrópole, pela inesperada "inversão" de 1808, poderia continuar êste domínio luso em tal categoria? Por sugestão vinda do congresso de Viena, onde Portugal tomou parte na remodelação do mapa

da Europa, elevou d. João o Brasil à categoria de reino (decreto de 16 de dezembro de 1815), unido aos de Portugal e Algarves e inscrito entre êstes dois (*).

Carlota Joaquina, — por ser a filha mais velha de Carlos IV e irmã de Fernando VII, aos quais Napoleão I havia tomado a coroa da Espanha, afim de colocá-la na cabeça de seu irmão José Bonaparte, — nutriu duas altas pretensões, que não conseguiu realizar, em razão dos obstáculos que a ambas opôs a política britânica: a primeira foi a regência da Espanha; e a segunda foi o cetro de um império a constituir-se no Rio-da-Prata.

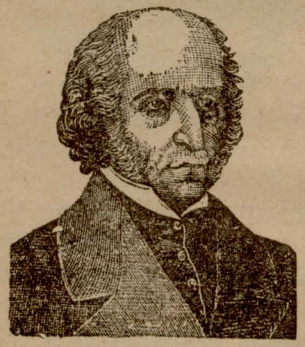
D. Carlota Joaquina

Para a formação dessa monarquia platina foi que empregou ela o melhor dos seus esforços, desde que chegou ao Brasil, e contando, a princípio, com o apôio do marido. Fiada nisso e na adesão de alguns argentinos prestigiosos (Manuel Belgrano, Pueyrredón e Saturnino Peña), mandou emissários e cartas aos chefes políticos de vários países americanos, acabando por lançar a todos os fiéis vassalos do rei da Espanha nestas partes do Novo-Mundo, uma proclamação, na qual, depois de historiar a abdicação forçada de Carlos

(*) Sempre atrasado em tudo, d. João VI só por decreto de 9 de janeiro de 1817 foi que mudou o título de "príncipe do Brasil", dado ao herdeiro presuntivo da coroa lusitana, para "príncipe real do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves". Note-se que, além da sua elevação à categoria de reino, a nossa pátria foi colocada acima do dos Algarves, não obstante a antiguidade dêste.

IV e Fernando VII, assegurava achar-se obrigada a manter a autoridade, de que haviam sido despojados seu pai e seu irmão, visto ser ela o mais próximo representante dêles nas colônias; se fosse aclamada regente, comprometia-se a organizar o novo império, assim como a sustentá-lo e defendê-lo afim de poder conservá-lo íntegro para seu irmão Fernando VII, ou para si própria e sua descendência.

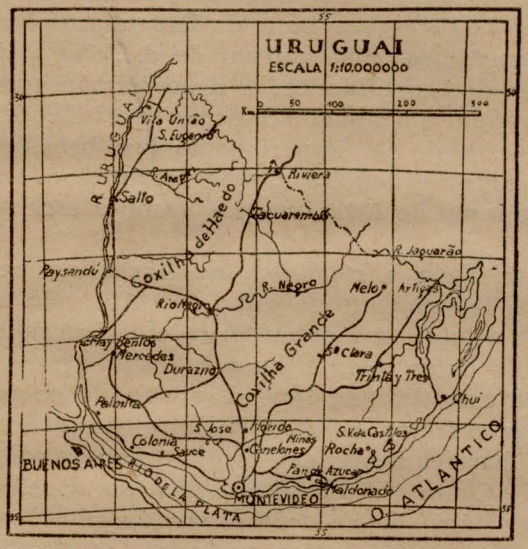
Iria d. Carlota Joaquina a Buenos-Aires, onde sua presença talvez modificasse o curso dos acontecimentos políticos, se não lhe houvesse negado permissão o marido, o qual, segundo ela, "nesses negócios tinha sempre duas caras", porém que, em realidade, não poude deixar de atender aos conselhos de lord Strangford (representante da Grã-Bretanha) e do conde de Linhares (a quem aquela princesa dava a alcunha de *El-Torbellino*).



Artigas

Desfez-se, dessa maneira, o segundo grande sonho de Carlota Joaquina, principalmente depois que se organizou em Buenos-Aires a junta provisória de 25 de maio de 1810, embora o Paraguai se proclamasse independente, em separado, no ano seguinte, e o Uruguai se mantivesse fiel à metrópole.

Foi em virtude de toda essa complicada situação que o príncipe-regente resolveu intervir na Banda-Oriental. Nesta havia dois partidos: o lealista, que prestava apôio a Francisco Javier Elío, pouco antes nomeado vice-rei do Rio-da-Prata; e o separatista-republicano, que tinha por principal caudilho a José Gervasio Artigas (*). Este e seus prosélitos cercaram Montevidéo e estavam por pouco a tomar a capital uruguaia, quando d. João interveio alí militarmente.



Teve duas fases essa interferência luso-brasileira na Banda-Oriental: a primeira durou de 1810 a 1812; e a segunda se extendeu de 1817 a 1821.

Na primeira, além do pretexto de penetrarem por vezes as tropas de Artigas em território brasileiro, o próprio vice-rei Elío impetrou o auxílio de d. João.

(*) Sôbre o tenaz e valente caudilho uruguaio, vencido em 1820 pelas armas luso-brasileiras, e que foi refugiar-se na capital do Paraguai, onde expirou em meiados do século XIX, existe uma obra preciosa em três volumes, devida a Setembrino E. Pereda, "Artigas — 1784-1850" (Montevidéo, 1930).

Este, havendo mandado para fronteira dois corpos de exército, determinou a d. Diogo de Sousa que assumisse a chefia daquelas tropas e com elas marchasse em socorro de Montevidéo. Tais foram as vantagens rápidamente alcançadas pelas forças luso-brasileiras contra Artigas e seu maior caudilho, Rondeau, que lord Strangford e o representante da Espanha no Rio-de-Janeiro, alarmados, conseguiram de d. João a imediata suspensão das hostilidades. A Espanha não queria perder o Uruguai e a Inglaterra preferia-o independente a simples domínio do imperialismo luso-brasileiro. Assim, foi uma verdadeira vitória britânica o armistício de 26 de maio de 1812, que pôs termo a essa primeira fase.

Proclamada a república na Argentina pelo congresso de Tucumán (9 de julho de 1816), não tardou a travar-se a luta entre os unitários e os federalistas, sobressaindo entre estes últimos o bravo e perseverante José Gervasio Artigas, que, dispondo de considerável influência entre os gaúchos de Entre-Rios e Corrientes, pelejou heroicamente em prol da independência do Uruguai. Como êle e os seus subchefes causassem em nosso território depredações, oriundas dos frequentes assaltos que uns aos outros se faziam os elementos em porfia, deliberou d. João VI ocupar o Uruguai (declarando, falaciosamente, que o queria salvar, afim de poder entregá-lo depois a seu cunhado Fernando VII, já restabelecido no trono espanhol), extendendo até ao estuário do Prata as fronteiras do Brasil.

De tão importante objetivo encarregou a dois fortes exércitos (*), que, operando simultâneamente em vários

(*) Eram respectivamente comandados por Joaquim Xavier Curado (depois barão e conde de São-João-das-Duas-Barras) e Carlos Frederico Lecor (mais tarde barão e visconde de Laguna).

pontos, ganharam grandes e sangrentas vitórias (São-Borja, Ibirocaí, Carumbé, India-Muerta, Catalán, Itacurubí, Ibirapuitã e Taquarembó (*).

A 21 de julho de 1821 (d. João VI já havia, pouco antes, retornado a Portugal), a Banda-Oriental unia-se ao Brasil, do qual passou a ser a Provincia-Cisplatina. Atingira, assim, a nossa pátria ao seu limite natural no sul, o rio da Prata, aquisição que a desastrosa política de Pedro I nos fez infortunosamente perder em 1828, como veremos adiante.

(*) Eis as datas dessas importantes batalhas: São-Borja, Ibirocaí e Carumbé, onde Artigas foi sucessivamente derrotado por José de Abreu (depois barão do Serro-Largo), Mena Barreto e Oliveira Alvares (todos três do exército de Curado), a 3, 19 e 27 de outubro de 1816; India-Muerta (ganha pelo general Sebastião Pinto de Araújo Correia, do exército de Lecor), 19 de novembro de 1816; Catalán, a 4 de janeiro de 1817; Itacurubí e Ibirapuitã, 6 de junho e 14 de dezembro de 1819; e Taquarembó (a decisiva), 22 de janeiro de 1820.

2) A REGÊNCIA DE D. PEDRO; JOSÉ BONIFÁCIO

O movimento constitucionalista de 1820 em Portugal e sua repercussão no Brasil — A permanência da família real no Brasil, o incremento das idéias liberais difundidas por toda a Europa ocidental pela Revolução Francesa, os prejuízos causados ao comércio de Portugal pela abertura dos portos brasileiros e a restauração da carta constitucional de 1812 na Espanha, em consequência da sublevação armada de 1º de janeiro de 1820, — tudo isso deu causa à revolução de 24 de agosto de 1820, estalada no Porto, afim de pôr termo ao regime absoluto da monarquia lusitana, e que foi um verdadeiro complemento da conjuração de 1817, acaudilhada por Gomes Freire de Andrada.

Dirigiram êsse movimento o desembargador Fernandes Tomaz e o ouvidor-geral Silva Carvalho. Foram imediatamente convocadas côrtes, destinadas à elaboração do pacto constitucional. A sublevação propagou-se por todo o reino e chegou logo a Lisboa, onde os ânimos estavam mais do que preparados para esposá-la, pois a capital lusa experimentava contínuos vexames sob a ditadura do marechal Beresford, que governava militarmente Portugal, e pouco antes, em 1817, como vimos, havia sufocado a conspiração acima referida. Assim, o exército e o povo, em solidária comunhão patriótica, depuseram a regência e proclamaram uma constituição provisória, modelada pela Espanha, até que fosse redigida a definitiva. Beresford, que

tinha vindo ao Rio-de-Janeiro receber ordens de d. João VI, foi impedido de desembarcar em Lisboa, quando retornou a Portugal, e seguiu, por isso, para a Inglaterra.

A primeira província brasileira a que chegou a notícia da revolução do Porto foi a do Grão-Pará, que a recebeu com aplausos. E o mesmo aconteceu nas demais do norte, até à Baía, onde, a 10 de fevereiro de 1821, o governador, conde de Palma, foi coagido a deixar o poder e substituído por uma junta provisória.

Dez dias depois, chegava a nova ao Rio-de-Janeiro. O monarca, para prevenir os acontecimentos, fez logo publicar um decreto, anunciando a ida do príncipe d. Pedro para Portugal. Mas isso não satisfez às tropas lusitanas, as quais, reunidas revolucionariamente no largo do Rocío (hoje praça Tiradentes), a 26 de fevereiro de 1821, exigiram do soberano medidas mais decisivas. Não poude d. João VI deixar de atender a semelhante imposição, porém antedatou o decreto de 24 de fevereiro de 1821, pelo qual resolveu aprovar préviamente a constituição que estava sendo elaborada pelas côrtes reunidas em Lisboa, e que foi logo jurada por êle e pelo resto da família real. A isso se seguiu a substituição do ministério por outro mais propenso às idéias liberais, bem como a convocação, por ato de 7 de março, de eleitores que deviam escolher os seus representantes no congresso político de Lisboa.

Por essa ocasião, não somente começaram a aparecer vários órgãos de publicidade, como também a formar-se grêmios, em todos os quais não tardou a ser discutida a possibilidade de vir o Brasil a tornar-se independente de Portugal.

Foi tumultuosa a reunião dos eleitores, no edifício da Praça do Comércio, a 20 de abril. Exigiram, antes de mais nada, que d. João VI jurasse a constituição

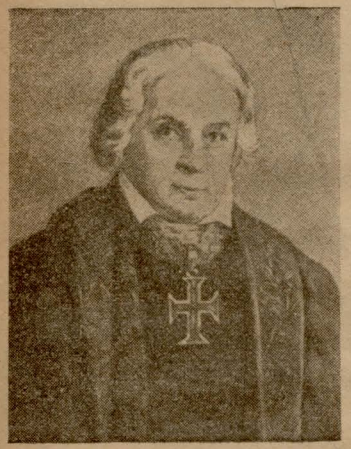
espanhola de 1812, e expediram ordens às fortalezas da barra para que não deixassem sair a família real, sinão depois de restituídos aos seus lugares os cofres contendo dinheiro do Brasil. Apesar do soberano, pelo decreto de 21 de abril de 1821, mandar que vigorasse em nosso país a referida constituição espanhola de 1812 e de declarar que os ditos cofres não haviam saído dos seus lugares, a desordem generalizou-se ainda mais, daí resultando a dissolução do colégio eleitoral (às três horas da madrugada) por uma companhia do regimento de caçadores do marechal Caula, tendo sido mortos 3 e feridos 20 dos eleitores brasileiros.

Prevalecendo-se da depressão que semelhante violência causou na massa popular, dantes tão agitada, anulou d. João VI todos os decretos, que fôra coagido a expedir, e limitou-se a nomear d. Pedro para regente do reino do Brasil, dando-lhe as precisas instruções e escolhendo-lhe os auxiliares do govêrno.

O regresso da família real e a tentativa de recolonização da nossa pátria pelo soberano congresso de Lisboa — Na tarde de 24 de abril, embarcou-se o monarca, com toda a sua família, exceto apenas d. Pedro, na nau "D.-João-VI", que somente abriu velas para Portugal a 26. Em uma de suas cartas ao pai, conta d. Pedro que êste, dois dias antes do embarque, chamando-o ao seu aposento na Quinta-da-Boa-Vista, assim lhe dissera: — "Pedro, si o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum dêsses aventureiros" (*).

(*) Desde a publicação da obra de Eugène de Monglave, "Correspondance de don Pèdre I, empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu roi de Portugal, don Jean VI, son père, durant les troubles du Brésil" (Paris, 1827), tornou-se indesculpável o êrro, constante dos compêndios comuns, de que a célebre frase de

A 15 e 16 de maio, realizaram-se as eleições dos deputados brasileiros às Côrtes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa. Dos 70 diplomados, muitos deixaram de ir tomar assento no congresso lusitano (dos 12 de Minas, por exemplo, só compareceu José Elói Ottoni); mas cumpre-nos confessar que a escolha re-



José Bonifácio-o-Patriarca

D. Pedro I

caiu em alguns homens capazes de bom desempenho do mandato, como o demonstraram Antônio Carlos, Feijó, Cipriano Barata, José Lino Coutinho e outros (*).

d. João VI foi proferida a bordo, no momento da partida. Augusto de Lima Júnior prestou mais um bom serviço às nossas letras históricas, com a recente publicação das "Cartas de d. Pedro I a d. João VI — Relativas à independência do Brasil" (Rio, 1941), por êle coligidas e anotadas. As págs. 65-66 dessa coletânea, encontra-se a comprovação do que dissemos acima.

(*) Para que se ajuize, com segurança, do procedimento dos nossos patrícios no soberano congresso de Portugal, cumpre ler o prolixo e exaustivo trabalho de M. E. Gomes de Carvalho, "Subsídios para a história do Brasil — Os deputados brasileiros nas côrtes gerais de 1821" (Porto, 1912). Afóra muitos episódios memoráveis, que atestam o patriotismo de Antônio Carlos, Feijó e alguns outros, conta

Nisto, chegou ao Rio (em 2 de junho) a notícia de haverem sido proclamadas em Lisboa, a 9 de março, as bases da constituição, as quais, por falta de comunicação oficial, deixaram de ser logo adotadas pelo Brasil, a conselho do conde dos Arcos. Ante a manifestação das tropas portuguesas, das quais era comandante

Joaquim Gonçalves Lédo

José Clemente Pereira

Jorge de Avilez Juzarte de Souza Tavares, reunidas a 5 de junho no largo do Rocio, viu-se d. Pedro coagido, não só a substituir no gabinete o conde dos Arcos pelo desembargador Pedro Álvares Diniz, como a jurar as sobreditas bases constitucionais.

Gomes de Carvalho que (págs. 394-395) "Arruda Câmara jamais compareceu, nem enviou diploma, julgando inútil, sinão ridícula, a sua presença em concelho que não atendia aos votos da pátria; e o padre Virgínio Rodrigues Campelo, desembarcado em Lisboa no meiado de agosto, nunca se apresentou nas côrtes, a despeito de solicitado com instância, por não jurar o pacto social, que não convinha ao reino ultramarino".

Apesar da boa administração do príncipe-regente em nosso país, as côrtes de Lisboa encetaram sem tardança uma série de medidas para a recolonização do Brasil. Assim, em 24 de abril de 1821, declararam independentes do Rio-de-Janeiro todos os governos provinciais, e, a 29 de setembro do mesmo ano, não só suprimiram os tribunais aquí estabelecidos por d. João, como ainda ordenaram a d. Pedro regressasse à terra natal (afim de aprimorar a sua educação na Europa, pois era o herdeiro presuntivo da coroa lusitana), devendo transferir o govêrno do Brasil a uma junta, a qual obedeceria diretamente ao soberano congresso lisboeta.

Os patriotas, que viam no filho de d. João VI um elemento imprescindível à conquista do partido português para a causa da independência do Brasil, trataram de aproveitar-se do ensejo, para captar a adesão de d. Pedro à nossa definitiva emancipação política. Mediante o prestigioso auxílio da maçonaria (d. Pedro, a conselhos de José Bonifácio, então grão-mestre da ordem, nesta se filiara, tomando o nome de "Guatimozim"), foram imediatamente enviados emissários a São-Paulo e a Minas-Gerais, cuja adesão foi prontamente obtida e expressa em eloquentes representações (a de São-Paulo foi redigida pelo Patriarca da Independência), remetidas, sem perda de tempo, ao príncipe-regente.

Êste havia feito ao pai, em carta de 4 de outubro de 1821 (*), o juramento, escrito com seu próprio san-

(*) Eis o que disse êle ao pai, em carta de 4 de outubro de 1821 (veja-se a citada coletânea publicada por Augusto de Lima Júnior, pág. 30): — "A independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa; com nenhum conseguiu nem conseguirá, porquê a minha honra e a dela é maior que todo o Brasil; queriam-me, e dizem que me querem aclamar imperador; protesto a vossa magestade que nunca serei perjuro, que nunca lhe serei falso, e que eles farão essa loucura, mas será

gue, de fidelidade integral; e, por isso, hesitou, a princípio, entre a ordem recebida das côrtes e o desejo dos brasileiros, o qual não discordava do conselho paterno, que ouvira a 22 de abril, na Quinta-da-Boa-Vista. Afinal, d. Pedro se decidiu a ficar. Para receber a representação dos patriotas brasileiros, designou o dia 9 de janeiro de 1822. Entregou-lha (continha ela mais de 8.000 assinaturas) o presidente do senado da câmara, José Clemente Pereira, cujo discurso prognosticava a separação inevitável, si d. Pedro se resolvesse a cumprir a ordem das côrtes de Lisboa. A resposta do príncipe-regente, tal qual apareceu (no dia imediato) no edital da municipalidade carioca, foi a seguinte: — "Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico".

Semelhante resolução constituiu uma aliança formal do herdeiro presuntivo da coroa portuguesa com os separatistas brasileiros: foi, indubitavelmente, o primeiro passo firmemente dado para o definitivo rompimento dos elos que prendiam a nossa pátria à metrópole de além-Atlântico.

José Bonifácio-o-Patriarca — O imortal Andrada, organizador da série de medidas que culminaram com o brado do Ipiranga, foi também o verdadeiro construtor da nacionalidade brasileira, sob a forma de império. Essa denominação, a bandeira auriverde, as armas e brasões, as ordens nobiliárquicas, bem como o envio

depois de eu e todos os portugueses estarem feitos em postas; é o que juro a vossa magestade, escrevendo nesta com o meu sangue estas seguintes palavras: "*Juro sempre ser fiel a vossa magestade, à nação e à constituição portuguesa*". Dêste documento se infere também que d. Pedro precisava, em primeiro lugar, de aprimorar os seus conhecimentos de gramática, afim de não mais escrever proposições erradas como as duas acima transcritas: "a minha honra e a dela *é* maior", "eu e todos os portugueses *estarem*".

de plenipotenciários idôneos para o reconhecimento da nova ordem de coisas e o aparelhamento de forças para a guerra da independência, — tudo isso foi obra de José Bonifácio (*).

Mas ideais políticos separaram, desde logo, os gloriosos parédros da independência. Alguns, como Joaquim Gonçalves Lédo, José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e Luiz Pereira da Nóbrega Coutinho, eram adeptos de maior soma de franquias e queriam um governo ultra-liberal; outros, como os Andradas e seus amigos, queriam mais moderação nos fatos e na organização constitucional. Na luta travada em torno dessas ideologias, tendo tido nela parte muito importante o Grande-Oriente e o Apostolado (**), saíram a princípio vencedores os que detinham o poder, sendo exilados os seus adversários. Mas José Bonifácio e seus irmãos não tardaram a conhecer o ostracismo, do qual não resultou a liberdade almejada por seus antagonistas, mas a semi-ditadura a que chegou e em que tentou conservar-se Pedro I.

Enquanto, por um lado, cogitava o Brasil de obter o reconhecimento da sua soberania pelos governos da América e da Europa, — para o que foram enviados

(*) Para tudo quanto diz respeito à construção da monarquia brasileira até ao reconhecimento da nossa independência, cumpre ler as "Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia" (Rio, 1890), onde há também inúmeros episódios anedóticos, não constantes dos compêndios comuns. O conselheiro Drummond, testemunha e parte de muitos dos acontecimentos daquela época, foi amigo íntimo dos Andradas.

(**) Tendo Joaquim Gonçalves Lédo conseguido sobrepujar, no Grande Oriente, a influência de José Bonifácio, fundou êste o "Apostolado", sociedade secreta em que houve certa revivescência do arcontado helênico, e em que foi traçada por Antônio Carlos, sob a orientação do Patriarca, a constituição política que devia reger os destinos do Brasil. Quando Pedro I, a 16 de julho de 1823, fechou violentamente o Apostolado (no dia seguinte, caíam os Andradas no ostracismo), arrebatou de lá a urna em que se guardavam todos os documentos daquela associação secreta, achando-se agora a mesma no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde tivemos ocasião de ler e examinar, mais de uma vez, os importantes papeis nela encerrados.

José Silvestre Rebelo aos Estados-Unidos, Felisberto Caldeira Brant Pontes (depois marquês de Barbacena) à Inglaterra, Antônio Teles da Silva (depois marquês de Resende) à Áustria e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa (depois visconde de Itabaiana) à França, — por outro lado, aliciava soldados europeus (alemães e irlandeses) e contratava os serviços de lord Cochrane, afim de jugular a oposição das tropas portuguesas, senhoras ainda de algumas províncias do norte, assim como da Cisplatina.

3) O GRITO DO IPIRANGA

Às tropas lusitanas, que guarneciam o Rio-de-Janeiro, não agradou o gesto de d. Pedro, desobedecendo francamente ao soberano congresso (*), do qual d. João VI não passava, então, de um títere.

Jorge de Avilez, comandante-em-chefe delas, concertou o plano de apoderar-se do príncipe-regente e sua família, no momento de sairem do teatro, levando-os para a fazenda de Santa-Cruz e embarcando-os em seguida na fragata "União", surta no porto, em demanda de Lisboa. Como, porém, se malograsse êsse trama, o general lusitano, postando-se com a sua Divisão de Voluntários Reais no morro do Castelo, intimou a d. Pedro o cumprimento do mandado do congresso lisboeta. Ocorreu isso no dia seguinte ao do Fico, isto é, a 10 de janeiro. D. Pedro pediu imediatamente socorros a São-Paulo e Minas, e, antes que os mesmos chegassem, não hesitou em reunir todas as fôrças de que dispunha, à frente das quais obrigou Jorge de Avilez a capitular e a retirar-se para o outro lado da baía, donde, a 15 de fevereiro, seguiu para Portugal, com toda a sua gente armada.

(*) Em consequência do Fico, houve grande agitação nas côrtes de Lisboa. Alguns dos mais ardorosos representantes da nossa pátria naquele congresso, como Feijó, Antônio Carlos, Cipriano Barata, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e outros (foram 7, ao todo), retiraram-se para a Inglaterra (onde publicaram um manifesto, justificando a sua atitude), e dalí retornaram ao Brasil, vindo trazer o seu valioso concurso à causa da nossa definitiva emancipação política.

Poucos dias depois dêsses acontecimentos, formou d. Pedro (a 16 de janeiro) um novo ministério, chefiado por José Bonifácio de Andrada e Silva (os outros membros eram Joaquim de Oliveira Álvares, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Manuel Antônio Farinha, conde de Sousel). Entre as primeiras medidas tomadas por êsse gabinete, — que foi o "gabinete da independência", — devem ser mencionados dois importantes decretos: o de 16 de fevereiro, que convocou um conselho de procuradores gerais das províncias, a reunir-se no Rio-de-Janeiro três meses depois; e o de 21 do mesmo mês, pelo qual nenhuma ordem ou lei das côrtes de Lisboa seria executada no Brasil, sem ser primeiro aprovada pelo príncipe-regente.

A 9 de março, entrava na baía de Guanabara uma expedição portuguesa, comandada por Francisco Maximiliano de Sousa, e que vinha buscar d. Pedro, em cumprimento da ordem do soberano congresso. Mas o príncipe-regente não só se apossou de uma das fragatas da esquadrilha, a "Carolina", como ainda conseguiu que a expedição, ao retirar-se no dia 23, lhe deixasse 400 homens, que voluntariamente se alistaram ao serviço do Brasil, além de muitos outros fugidos de bordo.

Embora várias das províncias setentrionais se mostrassem pouco inclinadas à separação política, a maior preocupação de d. Pedro e de seus ministros era com relação a São-Paulo e Minas, sem o apôio das quais não era viável o plano da independência.

A 25 de março, seguiu o príncipe-regente para Minas, onde foi recebido com grande e sincero entusiasmo do povo montanhês. Ao regressar dalí, foi-lhe oferecido (a 13 de maio) o título de "Defensor perpétuo do Brasil"; e, como não tivesse produzido o efeito

almejado a convocação do conselho de procuradores gerais das províncias, foi expedido o decreto de 3 de junho de 1822 (sugerido por José Bonifácio a d. Pedro), convocando para o Rio-de-Janeiro uma Assembléia Constituinte Brasileira. Esta medida, por si só, indicava que a nossa emancipação política estava iniludivelmente declarada.

Os patriotas, especialmente no seio das lojas maçônicas, trabalhavam com afinco para que se rompessem o mais depressa possível os laços que nos prendiam a Portugal. Como em São-Paulo fosse ainda bastante forte o elemento lusitano contrário à nossa independência, para lá seguiu o príncipe, a 14 de agosto; e, enquanto êle conciliava os ânimos dos seus patrícios e conquistava as simpatias dos descendentes dos bandeirantes, chegavam ao Rio-de-Janeiro novos decretos das côrtes de Lisboa, Ao tomar conhecimento dêsses atos legislativos (*) que, por ordem de José Bonifácio, de acôrdo com d. Leopoldina, lhe foram levados a toda a pressa, d. Pedro, que, na ocasião, voltava de Santos para a capital paulista, lá, no alto do Ipiranga, soltou o célebre grito: "Independência ou morte!"

(*) Êsses decretos, datados de fins de junho e começos de julho, foram trazidos pelo navio "Três-Corações", aquí entrado a 28 de agosto. Foram entregues ao príncipe-regente pelo major Antônio Ramos Cordeiro, que os tomou das mãos do correio Paulo Bregaro. Varnhagen, em sua "História da independência do Brasil" (Rio, 1917), coordenada e anotada por uma comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da qual foi relator Basílio de Magalhães, menciona os quatro decretos das côrtes (págs. 182), que eram os seguintes: o primeiro mandava instalar juntas de govêrno nas províncias, onde ainda não as houvesse, e nomeava novo ministério para o príncipe-regente; o segundo ordenava uma investigação criminal contra os que tivessem contribuído a evitar que seguissem para Lisboa os deputados eleitos por Minas-Gerais; o terceiro declarava irrito e nulo o decreto de 16 de fevereiro de 1822, pelo qual d. Pedro havia convocado um conselho de procuradores gerais das províncias; e o quarto, finalmente, além de responsabilizar o ministério, sob a presidência de José Bonifácio, por êsse e outros atos, ainda determinava que fossem processados os membros da junta de São-Paulo, signatários da representação de 24 de dezembro de 1821 (para o Fico), bem como os quatro emissários da capital paulista, que haviam subscrito a representação em que se pedira ao príncipe-regente que desobedecesse ao chamado do soberano congresso.

Foi isso a 7 de setembro de 1822 (*), data em que se romperam para sempre os elos de subordinação política que nos jungiam à terra de Afonso Henriques.

Realizada a independência, d. Pedro partiu de São-Paulo, a 10 de setembro, chegando oito dias depois ao Rio-de-Janeiro, onde a 12 de outubro foi aclamado solenemente imperador constitucional, efetuando-se a sua sagração a 1° de dezembro.

(*) Como se póde ver às págs. 39-40 da "Exposição histórica da maçonaria no Brasil" (Rio, 1857), raro e precioso trabalho de Manuel Joaquim de Meneses, a nossa emancipação política já havia sido proclamada pela assembléia geral do Grande-Oriente do Brasil, realizada a 20 de agosto de 1822.

APÊNDICES

1) SOBERANOS DE PORTUGAL E DA UNIÃO IBÉRICA; SEUS PRINCIPAIS PREPOSTOS NO BRASIL COLONIAL

Soberanos — D. Manuel (1495-1521); d. João III (1521-1557); d. Sebastião (1557-1578), tendo sido regentes, durante a menoridade do mesmo, d. Catarina-da-Áustria e o cardial d. Henrique (1557-1568); d. Henrique (1578-1580); os três Filipes, II, III e IV da Espanha, que foram I, II e III de Portugal (1580-1598, 1598-1621 e 1621-1640); d. João IV (1640-1656); d. Afonso VI (1656-1667); d. Pedro II (1667-1706), tendo sido apenas príncipe-regente até à morte do irmão, ocorrida em 1683; d. João V (1706-1750); d. José (1750-1777); d. Maria I (1777-1792); e d. João VI (1792-1826), tendo governado a monarquia portuguesa em nome da mãe, de 10 de fevereiro de 1792 a 15 de julho de 1799, assumindo então o título de príncipe-regente, o qual conservou até ao falecimento de d. Maria I, ocorrido aquí a 20 de março de 1816.

Governadores-gerais com séde na Baía — Tomé de Sousa (1549-1553); d. Duarte da Costa (1553-1558); Mem de Sá (1558-1572); Luiz de Brito e Almeida (1573-1578); Lourenço da Veiga (1578-1581); Manuel Teles Barreto (1583-1587); d. Francisco de Sousa (1591-1602); Diogo Botelho (1602-1607); d. Diogo de Meneses (1607-

1613); Gaspar de Sousa (1613-1616); d. Luiz de Sousa (1616-1622); Diogo de Mendonça Furtado (1622-1624); d. Francisco de Moura Rolim (1625-1626); Diogo Luiz de Oliveira (1626-1635); Pedro da Silva, "o-Duro" (1635-1639); d. Fernando Mascarenhas, conde da Torre (1639-1640); Antônio Teles da Silva (1642-1647); Antônio de Sousa de Meneses (1647-1650); João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa (1650-1654); d. Jerônimo de Ataíde, conde de Atouguia (1654-1657); Francisco Barreto de Meneses (1657-1663); Alexandre de Sousa Freire (1667-1671); Afonso Furtado de Mendonça Castro do Rio e Meneses (1671-1675); Roque da Costa Barreto (1678-1682); Antônio de Sousa de Meneses (1682-1684); d. Antônio Luiz de Sousa Teles de Meneses, marquês das Minas (1684-1687); Matias da Cunha (1687); Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho (1690-1694); d. João de Lencastro (1694-1702); d. Rodrigo da Costa (1702-1705); Luiz César de Meneses (1705-1710); d. Lourenço de Almada (1710-1711); d. Pedro de Vasconcelos de Sousa, conde de Castelo-Melhor (1711-1714); e d. Sancho de Faro e Sousa, conde de Vimieiro (1718-1719).

Vice-reis com séde na Baía — D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão (1640-1641); d. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos (1663-1667); d. Pedro Antônio de Noronha, marquês de Angeja (1714-1718); Vasco Fernandes César de Meneses, conde de Sabugosa (1720-1735); André de Melo e Castro, conde das Galveias (1735-1749); d. Luiz Pedro Peregrino de Carvalho Meneses de Ataíde, conde de Atouguia (1749-1755); d. Marcos de Noronha, conde dos Arcos (1756-1760); e d. Antônio de Almeida Soares Portugal, conde de Avintes (1760).

Vice-reis com séde no Rio-de-Janeiro — Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela (1762-1763); d. Antônio Álvares da Cunha, conde da Cunha (1763-1767); d. Antônio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja (1767-1769); d. Luiz de Almeida Portugal Soares de Eça Melo Silva e Mascarenhas, marquês de Lavradio (1769-1779); d. Luiz de Vasconcelos e Sousa (1779-1790); d. José de Castro, conde de Resende (1790-1801); d. Fernando José de Portugal e Castro, depois conde de Aguiar (1801-1806); e d. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos (1806-1808).

2) PAPAS; BISPOS DO BRASIL E ARCEBISPOS DA BAÍA, NO PERÍODO COLONIAL

Papas — Alexandre VI (1492-1503); Pio III (1503); Júlio II (1503-1513); Leão X (1513-1522); Adriano VI (1522-1523); Clemente VII (1523-1534); Paulo III (1534-1550); Júlio III (1550-1555); Marcelo II (1555); Paulo IV (1555-1559); Pio IV (1559-1566); São Pio V (1566-1572); Gregório XIII (1572-1585); Xisto V (1585-1590); Urbano VII (1590); Gregório XIV (1590-1591); Inocêncio IX (1591-1592); Clemente VIII (1592-1605); Leão XI (1605); Paulo V (1605-1621); Gregório XV (1621-1623); Urbano VIII (1623-1644); Inocêncio X (1644-1655); Alexandre VII (1655-1667); Clemente IX (1667-1670); Clemente X (1670-1676); Inocêncio XI (1676-1689); Alexandre VIII (1689-1691); Inocêncio XII (1691-1700); Clemente XI (1700-1721); Inocêncio XIII (1721-1724); Bento XIII (1724-1730); Clemente XII (1730-1740); Bento XIV (1740-1758); Clemente XIII (1758-1769); Clemente XIV (1769-1775); Pio VI (1775-1800); Pio VII (1800-1823); Leão XII 1823-1829); Pio VIII (1829-1831); Gregório XVI (1831-1846); Pio IX (1846-1878); Leão XIII (1878-

1903); Pio X (1903-1914); Bento XV (1914-1922); Pio XI (1922-1939); e Pio XII (1939).

Bispos do Brasil — D. Pero Fernandes (1552-1556); d. Pero Leitão (1559-1575); d. Antônio Barreiros (1576-1594); d. Constantino Barradas (1600-1618); d. Marcos Teixeira (1622-1624); d. Pedro da Silva e Sampaio (1634-1649); e d. Estevão dos Santos (1672). Foram nomeados, não tendo vindo exercer pessoalmente o cargo: d. Miguel Pereira, d. Álvaro Soares de Castro e d. fr. Constantino de Sampaio.

Arcebispos da Baia — D. fr. João da Madre-de-Deus (1683-1686); d. fr. Manuel da Ressurreição (1688-1691); d. João Franco de Oliveira (1692-1700); d. Sebastião Monteiro da Vide (1702-1722); d. Luiz Álvares de Figueiredo (1725-1735); d. fr. José Fialho (1739); d. José Botelho de Matos (1741-1761); d. fr. Manuel de Santa-Inês (1762-1771); d. Joaquim Borges de Figueiroa (1773-1780); d. fr. Antônio Correia (1781-1802); d. fr. José de Santa-Escolástica (1805-1814); e d. fr. Francisco de São-Dâmaso de Abreu Vieira (1814). Nomeados, deixaram de vir para a nossa primeira arquidiocese: d. Gaspar Barata de Mendonça e d. fr. Antônio de São-José.

3) VOCABULÁRIO DE ALGUNS TOPÔNIMOS E ANTROPÔNIMOS DE ORIGEM TUPÍ-GUARANÍ (EMPREGADOS NESTE COMPÊNDIO)

Acajutibiró — "O cajú espremido ou sem castanha" (T. Sampaio). Encontra-se em alguns autores a forma errada de *Acejutibiró*. É o nome indígena da baía da Traição.

Aimbiré e **Aimoré** — Corruptelas de *amberé*, "a lagartixa, o lagarteto" (T. Sampaio).

Anhangabaú — "Rio das diabruras". Curso de água da capital paulista.

Anhembí — "Rio abaixo", si corruptela de *inhemby;* "rio das perdizes", si procedente de *inhambú-y*. É o nome primitivo do atual *Tietê*, rio paulista.

Aracajú — "Cajú ou cajueiro dos papagaios". Nome da capital de Sergipe.

Araçuaí — "Rio do chapéu ou do cocar de plumas" (T. Sampaio). Curso de água em Minas-Gerais.

Arapeí — "Rio das batas, ou dos lambaris" (T. Sampaio).

Araraí — "Arara pequena". Nome de um chefe indígena.

Ararigboia — Corruptela de *arayg-bóya*, "a cobra de tempestade ou do mau tempo" (T. Sampaio). Nome do chefe temiminó (batizado com o nome de Martim Afonso Ararigboia), escrito *Araygboia* por Anchieta e depois geralmente *Ararigboia*.

Bartira — Corruptela de *Ivotira* ou *Potira*, "flor", nome da filha do chefe indígena Tibireçá, desposada por João Ramalho, segundo a tradição.

Berticoga — Corruptela de *Paratí-óca*, "casa, refúgio ou paradeiro das taínhas" (T. Sampaio). Denominação do canal entre a ilha de Santo-Amaro e a terra-firme, no litoral paulista.

Boipeba — "Cobra chata". Nome de um chefe indígena de Sergipe, também escrito *Baepeba*.

Caatiba — "Matagal": de *caá*, "mato"; e *tiba* ou *tuba*, "muito".

Caeté — "Mato verdadeiro, mato virgem". Denominação de uma tribu existente outrora no interior de Alagoas e de Pernambuco e nome de uma cidade mineira.

Caí — "Rio da mata", si corruptela de *caá-y;* "rio do macaco *caí* ("cebus Azarae"), si contração de *caí-y*. É curso de água do Rio-Grande-do-Sul.

Caiubí — "Mato verde", pois é corruptela de *caá-obí*. Nome de um chefe indígena do litoral paulista.

Cametá — "Ornamento tirado do mato", si corruptela de *caá-metara*. Nome de uma localidade paraense.

Camocim — "Vaso de água, pote, cântaro, tina" (Batista Caetano). Localidade cearense. Em São-Paulo, há um topônimo com a variante *Cambuci*.

Caramurú — "Homem branco molhado" (T. Sampaio), si corruptela de *caraí-murú;* "morêia" (peixe da família dos muraenídeos), si composto de *cará* (por *acará*) e *murú*. No texto, há nota mais desenvolvida.

Carapanatuba — "Lugar onde há muitos carapanãs, isto é, "pernilongos". Rio da Guiana Brasileira.

Carioca — "Casa do homem branco", si corruptela de *caraí-óca;* "casa, morada ou paradeiro dos cascudos (peixes da família dos loricariídeos)", si composto de *acarí* e *óca*.

Carumbé — "A tartaruga. Designa um cesto raso" (T. Sampaio).

Ceará — "Canta ou fala do papagaio, que Alencar traduziu livremente *canto da jandáia*" (T. Sampaio).

Chuí — Corruptela de *chué-y*, "arroio da tartaruga", designação equivalente a "arroio manso".

Comendaituba — Corruptela de *Comandatuba* (como se encontra no "Dicionário" de Milliet de Saint-Adolphe), "feijoal", de *comandá*, "feijão", e *tuba*, "muito".

Cotim — "A língua branca, o pano triangular que serve de vela às embarcações" (T. Sampaio). Rio da Guiana Brasileira. Há também *Cotinga*, ilha paulista, fronteira a Paranaguá, e *Cotindiba* ou *Cotinguiba* ("o mastro, a árvore ou pau da vela", segundo T. Sampaio), rio sergipano.

Cumã — "A foligem, o negro fumo" (T. Sampaio). Localidade maranhense.

Cunhambéba — Língua que corre rasteira, alusão ao indivíduo que arrasta no falar" (T. Sampaio). Nome de dois chefes indígenas da zona litorânea meridional.

Curitiba — "Pinhal". Nome da capital do Paraná, que é a nossa Araucarilândia (como bem o epitetou F. Hoehne).

Curupacé — "Ponta do banco de cascalho" (T. Sampaio).

Cururipe — "No rio dos sapos", si corruptela de *cururú-y-pe*.

Cururupeba — "Sapo chato".

Guaianaz — Corruptela de *guayanã* (como grafou Anchieta), "indivíduo parente, povo da mesma raça, tratamento, de certo, dos tupís do litoral para com os do campo de Piratininga" (T. Sampaio).

Guaicuí — Corruptela de *Guaimii*. "o rio das velhas", topônimo que se adotou até agora, em lugar do primitivo vocábulo indígena.

Guairá — "O intransitável (passar não há de)" (Batista Caetano). Topônimo do salto das Sete-Quedas.

Guajará — Árvore amazônica, uma variedade do abio (*luceima caimito*), conforme T. Sampaio.

Guanabara — Corruptela de *Guanabará*, "o seio semelhante ao mar, ou rio da baia, alusão à barra do grande lagamar" (T. Sampaio).

Guapituba — Corruptela de *Aguapétuba*, "lugar onde há muito *aguapé* ou *guapé* (*nymphoea*)".

Guararapes — "Nos tambores". Montes de Pernambuco.

Guaratiba — "As garças em abundância, o garçal" (T. Sampaio). Há ainda *Guaratuba*. Topônimos fluminense e paranaense.

Guaxenduba — "O vassoural de guaximas" (T. Sampaio). Enseada maranhense.

Ibiapaba — "O escarpado ou alcantilado" (T. Sampaio). Serrania entre o Ceará e o Piauí.

Ibirapuitã — Corruptela de *ibirá-pitanga*, "madeira vermelha", isto é, o pau-brasil.

Ibirocaí — "O rio dos potreiros ou dos currais" (T. Sampaio).

Igaraçú — "Canoa grande". Topônimo existente em Pernambuco. Também se encontra a forma *Iguaraçú*, mais frequente do que a outra.

Iguaçú — "Grande seio de água, grande bacia fluvial".

Iguape — "No lagamar, na bacia fluvial" (T. Sampaio). Topônimos existentes em São-Paulo e na Baía.

Iperoí — "Rio do tubarão". Grafava-se antigamente *Iperoig*.

Ipiranga — "Rio vermelho". Em São-Paulo.

Itacú-mirim — "Pequena língua de pedra". Nome de um rio baiano, depois chamado *Mutari*.

Itamaracá — "Maracá ou chocalho de metal, o sino, a campa" (T. Sampaio). Ilha pernambucana.

Itamarandiba — "O local de pedras desordenadas, o pedrouço" (T. Sampaio).

Itanhaêm — "Bacia de pedra, vaso de metal, panela de ferro" (T. Sampaio). Localidade paulista.

Itaparica — Aportuguesamento de *itaparí*, "cercado de pedras". Ilha baiana.

Itapecurú — "A lage de cascalho" (T. Sampaio). Há também as variantes *Itapicurú* e *Tapicurú*. Esta última forma (segundo Rodolfo Garcia) aplica-se também a duas aves da família *ibidae*.

Itapemirim — "Lage pequena", si corruptela de *itapé-mirim;* "caminho pequeno", si prótese de *tapê-mirim*. Topônimos existentes no Espírito-Santo e na Baía.

Jaguanharõ — "O cão bravo, a onça brava". Nome de um chefe indígena. *Jaguarão* é, provàvelmente, uma contração de *Jaguanharõ*.

Jaguaribe — "No rio da onça" (T. Sampaio). É o mesmo que *Jaguaripe*. Topônimos do Ceará e da Baía.

Jamundá — "Aquele que furta, gente ladra, povo de ladrões" (T. Sampaio). Nome de um rio paraense.

Jaraguá — "Vale ou baixada do Senhor, enseada ou angra do Senhor, ponta ou dedo de Deus, ponta proeminente" (T. Sampaio). Topônimos existentes em São-Paulo, Goiaz e Alagoas.

Jequitinhonha — "O covo mergulhado ou assentado na água" si corruptela de *Jiqui-tynhonhe* (como pensa T. Sampaio); "o covo falso", si composto alterado de *Jequi-tenhea* ("Voc. na língua brasílica", 377).

Jerecuacuara — Corruptela de *jurucuã-cuara*, "paradeiro, buraco ou refúgio das tartarugas" (T. Sampaio). Enseada no litoral cearense. Também se encontra *Jaricuacuara*.

Jeticaí — "Rio das batatas". Nome indígena do Rio-Grande, que serve de limite entre São-Paulo e Minas.

Macaé — "A macaba doce", conforme T. Sampaio. Mas a forma primitiva por que se chamou a localidade fluminense, assim como o rio que a banha, *Miquié*, faz crer que o vocábulo tenha outra significação e seja goitacá, pois era esta a tribu alí então dominante.

Macapá — "A estância das macabas, o palmar de macabas" (T. Sampaio). Localidade paraense.

Managé — "A reunião de povo, o ajuntamento" (T. Sampaio).

Maracajá — O gato montês (*felis pardalis*). Nome de uma tribu que morou na ilha ora chamada do Governador.

Marajó — "Tirado do mar e também o tapa-mar" (T. Sampaio). Topônimo da grande ilha da foz do Amazonas.

Maranguape — "No vale da batalha ou da luta" (T. Sampaio). Topônimo cearense.

Mearim — "O rio do povo, onde a gente navegava". Nome de um curso de água do Maranhão.

Moçoró — Corruptela de *mõ-çoróc*, "fazer rupturas, o que rasga, rompe ou abre feridas" (T. Sampaio). Topônimo norte-riograndense.

Mucuri — "Rio do gambá". *Mucuri* é também uma árvore frutífera silvestre. *Mucuripe* quer dizer "nos mucurís". Topônimos da Baía e do Ceará.

Mundaú — "Rio dos laços ou armadilhas", pois é corruptela de *mondé-y*.

Niterói — Corruptela de *nhê-terô-y*, "água em seio abrigada, baía segura" (T. Sampaio).

Pará — "O mar, o rio volumoso". Dele vem *Paraná* (corruptela prosódica de *Paranã*), "semelhante ao mar".

Paraíba — "Rio ruim, imprestável ou inavegável" (T. Sampaio).

Paranapiacaba — "Vista do mar, donde se vê o mar, miramar". Serra de São-Paulo.

Paranapuã e **Paranapucú** — *Paranapuã* ("mar redondo") foi o nome indígena da atual ilha do Governador, cujo povoado inicial se chamou *Paranapucú*, isto é, "mar comprido ou braço de mar".

Patipe — "No rio da palmeira patí (*syagrus botryophora*)", conforme T. Sampaio.

Pernambuco — Corruptela de *Paranã-poc* ou *Paranãbuca*, "mar arrebentado".

Peruíbe ou **Peruípe** — "No rio do tubarão" (T. Sampaio),

Piauí — "Rio dos piáus". Piáu é o mesmo grande peixe leporino, chamado "aracú" na Amazônia e "piaba" no Brasil meridional.

Piquirobí — "Peixinho verde". Nome de um chefe indígena do litoral paulista.

Piratininga — "O peixe a secar ou o séca-peixe" (T. Sampaio). Variantes: *Piratinin* e *Piratiny*.

Potengí — Corruptela de *Poty-gy*, "rio dos camarões".

Poxim — Corruptela de *poxií*, "feio, mau, ruím" (T. Sampaio). Topônimo encontrado em Alagoas, Baía e Sergipe.

Reritiba — "Ostras em abundância, a ostreira" (T. Sampaio). Hoje, cidade de Anchieta, no Espírito-Santo.

Sabará — Corruptela de *Itaberaba*, "pedra brilhante". Daí proveiu a lenda de *Sabarabuçú*.

Sergipe — Corruptela de *sirigipe*, "no rio dos sirís" (T. Sampaio).

Serinhaêm — "A panela dos sirís, a bacia onde êles se refugiam, o viveiro dos sirís" (T. Sampaio).

Taboca — "A haste furada, tronco ôco, graminácea (*guadua macrostachya*) que deu nome ao monte das Tabocas, em Pernambuco.

Tamanduateí — "O rio do tamanduá grande". Curso de água na capital paulista.

Tapajoz — Corruptela de *tabajó*, "procedente das aldeias, vindo das povoações, nome de uma tribu selvagem, donde procede o do grande rio, afluente do Amazonas" (T. Sampaio).

Tapes — "Nas aldeias, nos povoados: nome de uma nação selvagem do Rio-Grande-do-Sul" (T. Sampaio).

Taquarembó — "O fio da taquara, a fibra têxtil da taquara. Pode ser também o riacho das taquaras" (T. Sampaio).

Tibireçá — "O vigia ou inspetor da região, o maioral ou principal" (T. Sampaio). Nome de um chefe indígena paulista, que, batizado, passou a chamar-se Martim Afonso Tibireçá.

Tietê — "Curso de água verdadeiro, caudal considerável" (T. Sampaio).

Tijuca — Corruptela de *ty-yuca*, "o brejo, a lama, o tremedal" (T. Sampaio). Daí vem *Tijucopapo* (topônimo pernam-

bucano), "a estância ou sítio dos brejos, o lamaçal, o lameiro, o atoleiro".

Tinharé — "O que tende a entrar na água, o que se adianta na água" (T. Sampaio). Topônimo baiano.

Tocantins — Corruptela de *tucã-tin*, "nariz de tucano, ponta de tucano, nome de uma tribu selvagem que deu seu apelido a êsse rio" (T. Sampaio).

Uruburetama — "A região ou país dos urubús" (T. Sampaio). Topônimo cearense.

Uruçú-mirim — "Pequena abelha uruçú (*trígona subterranea*)". Nome de um forte erguido pelos franceses na baía de Guanabara, o qual também se encontra sob a forma de *Biroaçú-mirim*.

Vupabuçú — Corruptela de *ypab-uçú*, "lagoa grande". Topônimo que se encontra até em "O caçador de esmeraldas" de Bilac ("Poesias", pág. 258).

ÍNDICE

Páginas

Prefácio 5

I — *O descobrimento* — 1) Origens de Portugal. 2) Os descobrimentos portugueses. 3) Cabral e o descobrimento do Brasil. 4) A carta de Pero Vaz de Caminha 7

II — *Os primórdios da colonização* — 1) As primeiras expedições. 2) As capitanias hereditárias. 3) O govêrno geral. 4) Início da catequese. 5) As primeiras cidades. 6) Manifestações iniciais da vida econômica. 27

III — *A formação étnica* — 1) O elemento branco. 2) O indígena brasileiro. 3) O negro. 4) A etnia brasileira. 81

IV — *A expansão geográfica* — 1) Os centros iniciais da vida colonial. 2) Conquista das regiões setentrionais. 3) As entradas e as bandeiras. 4) Os tratados de limites. 113

V — *Defesa do território* — 1) As incursões francesas. 2) As incursões inglesas. 3) As invasões holandesas 144

Páginas

VI — *Desenvolvimento econômico* — 1) A vida rural: desenvolvimento da agricultura. 2) Progresso da indústria; as minas. 3) O comércio. 191

VII — *Desenvolvimento espiritual* — 1) A obra da Companhia de Jesús: a proteção dos índios; o ensino; a moralização da sociedade. 2) a expulsão dos jesuítas e suas consequências. 3) Desenvolvimento cultural da colônia. 202

VIII — *O sentimento nacional* — 1) Formação do sentimento nativista. 2) As primeiras lutas: "emboabas" e "mascates". 3) Os movimentos revolucionários: a revolta de 1720; a inconfidência mineira; a revolução republicana de 1817. 217

IX — *A independência* — 1) D. João VI no Brasil. 2) A regência de d. Pedro; José Bonifácio. 3) O grito do Ipiranga. 254

APÊNDICES

1) Soberanos de Portugal e da União Ibérica; seus principais prepostos no Brasil colonial 281

2) Papas; bispos do Brasil e arcebispos da Baía, no período colonial 283

3) Vocabulário de alguns topônimos e antropônimos de origem tupí-guarani. 284

N.º 3.514 — Oficinas Gráficas da Livraria Francisco Alves

USP
LEMAD
Ana Maria Camargo

Extrato do Catálogo da Livraria Francisco Alves

Basílio de Magalhães

História do Brasil — 1 vol.
" " " — 3ª Série
" " " — 4ª "

Lélio Gomes, Luiz Macedo e De Lamare

Ciências Naturais — 3ª Série
" " — 4ª Série

Otelo Reis

Geografia Geral — 1ª Série
Geografia do Brasil — 3ª Série
" " " — 4ª "

Nelson Romero

O Programa de Latim no Ginásio — 1ª e 2ª Séries
" " " " " " — 3ª e 4ª "

Clovis Monteiro

Curso de Língua Nacional (para o curso ginasial).

E. Roxo — C. Thiré-Melo e Souza

Matemática Ginasial — 1ª Série
" " — 2ª "
" — 3ª "
" " — 4ª "

F. Raja Gabaglia

Práticas de Geografia

João Ribeiro

Gramática Portuguesa — C. Superior
História do Brasil — C. Superior

J. Veríssimo da C. Pereira e Afonso Varzea

Geografia Física
Geografia Humana

Maximiano Augusto Gonçalves

Seleta Literária

Fausto Barreto e Carlos de Laet

Antologia Nacional

Remetemos nosso catálogo gratis, a quem o pedir